

**UNIVERSIDADE TIRADENTES – UNIT
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO-PPGPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-PPED
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

CRISTIANE LIMA SANTOS ROCHA

**PROCESSOS EDUCATIVOS INTERÉTNICOS
PELAS TECITURAS DE MANOEL DE ALMEIDA CRUZ
SALVADOR-BAHIA, 1970-1990**

ARACAJU

2024

CRISTIANE LIMA SANTOS ROCHA

**PROCESSOS EDUCATIVOS INTERÉTNICOS
PELAS TECITURAS DE MANOEL DE ALMEIDA CRUZ
SALVADOR-BAHIA, 1970-1990**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação da Universidade Tiradentes –
Doutorado, como requisito a obtenção do título de
Doutora em Educação.

Área de concentração: Educação
Linha de Pesquisa: Educação e Formação Docente

Orientação:
Prof.^a Dr.^a Simone Silveira Amorim

ARACAJU

2024

R672p Rocha, Cristiane Lima Santos
 Processos educativos interétnicos pelas tecituras de Manoel de Almeida Cruz
Salvador-Bahia, 1970-1990 / Cristiane Lima Santos Rocha; orientação [de] Prof.^a Dr.^a
Simone Silveira Amorim – Aracaju/ SE: UNIT, 2024.

250 f.il; 30 cm

Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Tiradentes 2024

1.Educação 2. Ethos pedagógico ancestral 3. Intelectual negro 4. Intelectual circulante
5. Pedagogia Interétnica I. Rocha, Cristiane Lima Santos II. Amorim, Simone Silveira
(orient.). III. Universidade Tiradentes. IV. Título.

CDU: 37(091)

Gislene Maria S. Dias CRB-5/1410

FOLHA DE APROVAÇÃO

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 **SIMONE SILVEIRA AMORIM**
Data: 19/12/2024 09:16:50-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.^a Dr.^a. Simone Silveira Amorim (Orientadora)
Universidade Tiradentes – UNIT

Documento assinado digitalmente
 **CRISTIANE BATISTA DA SILVA SANTOS**
Data: 06/12/2024 10:22:29-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.^a Dr.^a. Cristiane Batista da Silva Santos (Avaliadora externa)
Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC

Documento assinado digitalmente
 **GREGORY DA SILVA BALTHAZAR**
Data: 11/12/2024 12:04:14-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Gregory da Silva Balthazar (Avaliador externo)
Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Documento assinado digitalmente
 **SOLYANE SILVEIRA LIMA**
Data: 05/12/2024 14:32:02-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.^a Dr.^a. Solyane Silveira Lima (Avaliadora externa)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

Documento assinado digitalmente
 **ILKA MIGLIO DE MESQUITA**
Data: 05/12/2024 09:11:37-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Ilka Miglio Mesquita (Avaliadora externa)
Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC

Documento assinado digitalmente
 **RONALDO NUNES LINHARES**
Data: 06/01/2025 10:29:09-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Ronaldo Nunes Linhares (Avaliador interno)
Universidade Tiradentes – UNIT

Ao prof. Manoel de Almeida Cruz (1950-2004 – em memória), nós que aqui estamos, por ti insurgimos.

AGRADECIMENTOS

Essa é a parte da escrita, que me traz alegria, pensei em escrevê-la de forma breve, porque apesar de serem quatro anos de estudos, os meses intensos de escrita do texto final, me deixaram, cheia de olheiras, braços inchados, exausta! Mas, são tantas pessoas que atravessam minha existência e essa minha escrita, que espero que não me escapem aqui.

Primeiramente agradeço ao plano espiritual. Agradeço a Deus, a Ancestralidade, ao Universo, é como o divino se expressa em mim, como testemunho do amor que carrego pelo equilíbrio da vida que une todos os seres, transcende qualquer religião.

Agradeço à família Conceição, Santos, Rocha, Silva e Lima minha fortaleza, esteios mais potentes na superação de obstáculos, mesmo quando esses pareciam intransponíveis. Destes, lanço agradecimento especial aos meus meninos, Heitor e Hélio pelos conectados afetos que se fortaleceram durante o período pandêmico, e nos fizeram seguir em frente, sobreviver. E fizeram vocês serem os melhores torcedores dessa minha escolha. Me prometeram tanto escrever a tese (rsrs), desistiram quando viram o grau de intensidade de escrita na qualificação, mas, procederam nas escritas de cartas cheias de afeto e cura. Muito obrigada, até onze anos atrás vocês eram meu doutorado e pós-doc.

Agradeço aos familiares desencarnados, que permanecem vivos na memória, através de muitos ensinamentos, mais especialmente, por ensinar que Educação é via de transformação: Rosemary Lima, minha mãe biológica; Arlinda Pereira, minha avó; José Carlos dos Santos, meu pai e à minha tia avó Yvanita Lima, sei que sou hoje, em maior ou menor medida, o sonho de cada um de vocês, por cada vibração, abraço, apoio e bençãos lançadas a mim, durante nossa caminhada chamada vida.

Aos colegas de profissão da Escola Municipal Prof. Manoel de Almeida Cruz pela torcida de que tudo ocorresse bem nessa etapa de formação acadêmica, especialmente a Jaqueline de Souza intelectual de grande generosidade com quem me inspiro e aprendo; a William de Paula pelas bençãos lançadas, e principalmente pelas pontuais renúncias do seu momento de folga para me substituir em sala, para que eu pudesse cumprir atividade acadêmica, como igualmente fez Saionara Reis que, a despeito de nossas divergências políticas, num gesto de carinho pela nossa amizade, me substituiu em sala, para que eu apresentasse trabalho acadêmico. Flávio Márcio, foi quem presenteou com esse desafio: “Vá lá Cris! Essa pesquisa é sua”. Não sei se está exatamente a altura, mas, muito obrigada por me oportunizar conhecer melhor Manoel de Almeida Cruz.

Também no Colégio Estadual Ana Bernardes encontrei o apoio dos colegas, sou grata pelas palavras de incentivo. Especialmente daqueles que chegaram no pé de ouvido e disseram: “Cris se precisar que eu fique em sala para aplicar ou corrigir uma atividade, conte comigo”, obrigada Ciranília Cardoso e Andreia Loiola.

Rosana Cirqueira, muito, muito obrigada! Mais que colega, a amiga que pela força das palavras, do colo, das folhas, do acalanto, foi cura, especialmente na fase mais turbulenta desse processo. E ainda se dispôs a ser investigadora quando estive no processo de contato com os possíveis participantes das entrevistas. Obrigada Antônio Freire pelo incentivo, pelos conselhos: “cuide dos seus estudos mas, aproveite para passear, relaxar com a família, também” rsrs. João Paulo, desculpas os importunos durante a noite ou em fins de semana, muito obrigada, pelos socorros nas traduções de textos. Thank you teacher!

Com muito carinho, às minhas gestoras e aos meus gestores, das respectivas unidades escolares, que arriscaram, ousaram, insurgiram comigo, por entenderem que algumas conquistas se dão sob as táticas de enfrentamentos dos tantos indeferimentos de licença. Muito, muito obrigada!

Ao padrinho Joseval Nascimento e a madrinha Alessandra Sampaio, os dind@s que abriram os caminhos da escrita poética: afeto, cuidado, resistência. Obrigada pela boa energia que nunca falha. E essa dinda, Alessandra Sampaio, junto a Anajara Tavares, Heloisa Falcão, Joseval de Jesus, se conectam a esta pesquisa, tecendo saberes de afeto com a potência de suas escritas, de suas vozes, permeadas pelas contundentes palavras que me atravessa, me habita, me resgata. Obrigada!

Aos amigos de longa data que com muito afeto, cuidado, e palavras de incentivo me erguem, me fortalecem e, por isso, me fazem não desistir da caminhada, Carla Bianca, Ana Márcia, Eliane, Marilene Torres, Louise, Sheila, Márcia, Derilene, Mônica, Elaine, Luciano.

Às professoras que tanto contribuíram a minha formação enquanto pesquisadora e foram importantes em diversas etapas e dos quais tenho muita admiração, Prof.^a Dr.^a. Adriana Dantas, Prof.^a Dr.^a. Maria Aparecida Sanches, Prof.^a Dr.^a. Nancy Rita Sento Sé.

A vida é um emaranhado de momentos compartilhados e sou grata a Vitor Rangel pela extrema ajuda no levantamento e digitalização das fontes jornalísticas, sem você eu não teria tempo hábil de apresentar resultados durante a qualificação. Agradeço a Uenderson Paz, Ítalo Luz, Carlos Nascimento, Sérgio Oliveira que entendendo os distanciamentos gerados entre a vida acadêmica e o fazer pedagógico desta professora da Educação Básica, me ajudaram com profissionalismo, compromisso e responsabilidade nesse fazer. Esse departamento de História está muito masculino hein!?

Á amiga Sílvia Karla de Almeida o afeto que nos conecta, independente do quanto nos falamos ou nos vemos é sempre fortalecedor. A Alaíze Santos, historiadora, pesquisadora que a cada Encontro Estadual de História ganha minha admiração e respeito, obrigada pelo incansável trabalho de detetive em prol da localização de participante da entrevista.

A Iure Alcantara o amigo literalmente de todas as horas, sempre que lhe dirigir os meus problemas, ele me apresentou as soluções, até no uso das palavras estava a solução: “Cris diga vejo a hora de terminar!” Iure é um profissional e pessoa que com muita leveza e fé nunca nos deixa cair. Tua força, dedicação, humildade, intelectualidade são de grande inspiração. Muito, muito obrigada meu amigo!

Ao artista ilustrador e quadrinista Paulo Bruno, que topou o desafio de traduzir em arte a proposta desta pesquisa. Muito obrigada pelo cuidadoso e excelente trabalho.

A Gerusa Bispo, Doralice Souza, Lúcia Leão, Douglas de Almeida, Walmir França, Ailton Ferreira que trazendo as heranças ancestrais em suas vidas, me fazem honrar e agradecer a sabedoria e disposição de vocês, em tecer beleza ao artefato, exprimindo as memórias que nos reconecta aos que estiveram entre nós ou vieram bem antes de nós.

Aos colegas de turma 2021, só tive oportunidade de conhecer pessoalmente, poucos de vocês, mas, nossos encontros virtuais, para cumprimento das disciplinas, mostraram que do Pará ao Rio Grande do Sul, passando pelo Nordeste, fomos o bom encontro de energias que o universo proporcionou. Gratidão, particularmente, a Cristiane Bacelar, Reinaldo Sales, Vânia Batista, Josué Alves, pelas orientações burocráticas, pela oportunidade de compartilhar os desassossegos, por intermediar trânsito de documentos e livro Aracaju x Salvador.

Aos colegas dos grupos de pesquisa: Educação e Sociedade -sujeitos e práticas educativas (GEPEs); História, Memória, Educação e Identidade (GPHMEI); Diadorim de Estudos de Gênero, obrigada pela acolhida, pela troca e compartilhamento de saberes.

Já havia alguns anos que eu acessava o site da Universidade Tiradentes e ficava com muita vontade de prestar seleção ao doutoramento, e o Programa de Pós-Graduação em Educação PPED/UNIT, nas pessoas do coordenador, professoras e professores, confirmou que foi melhor escolha. Agradeço o trabalho desenvolvido com compromisso, e incentivo à nossa formação acadêmica e profissional, por fomentar educação emancipadora. Agradeço ainda, ao corpo técnico-administrativo, em especial Cleverton e Dayseane pela disponibilidade, presteza, e paciência nas orientações burocráticas.

Não posso deixar de mencionar que a seguridade financeira que me permitiu realizar o doutoramento na Universidade Tiradentes, é fruto de trajetória construída, desde a Educação

Infantil ao Mestrado acadêmico, na Educação Pública. É possível e acredito no fomento à pesquisa por vieses mais equitativos.

Agradecimentos a Prof.^a Dr^a Iris Verena de Oliveira, primeira professora externa, leitora dos primeiros escritos desta pesquisa e que em muito contribuiu para o amadurecimento desta. Obrigada pelas pertinentes e necessárias observações, e pela fundamental indicação teórica. Ao Prof. Dr. Gilmário Moreira Brito pelas preciosas indicações metodológicas no percurso da disciplina Educação, História e Memória Social.

A minha orientadora Prof.^a Dr^a Simone Silveira Amorim por me acolher e segurar em minha mão em um dos momentos em que mais precisei desse apoio. Grata pela oportunidade de desfrutar da sua maestria intelectual, da generosidade e sensibilidade no percurso mais crucial desta pesquisa. Obrigada por direcionar o trabalho acadêmico com tranquilidade e respeito, sem anular minha autonomia intelectual.

A Prof.^a Dr^a Ilka Miglio de Mesquita, minha primeira orientadora neste Programa, obrigada por fornecer as lentes decoloniais que me fizeram te amar à primeira vista. Tua energia, potência, inquietude, resistência são de muito brilho e fascínio. A Prof. Dr. Gregory da Silva Balthazar, minha segunda orientação, a quem, seguindo a tradição do Grupo Diadorim de Estudos de Gênero, passei a chamar de Orí. Na cultura Yorubá Orí é cabeça, essência, guia. Obrigada por incitar a problematização do não dito a todo raciocínio, memória, emoção e imaginação, que me levou a reOrientAções da pesquisa. Muito obrigada por vocês aceitarem seguir aqui como avaliadores.

Às Prof.^a Dr^a. Solyane Silveira Lima, Prof.^a Dr^a. Cristiane Batista da Silva Santos, bem como ao Prof. Dr. Ronaldo Nunes Linhares participantes da Banca de qualificação, que seguem participando da defesa, muito obrigada pelo cuidado, sensibilidade e pelas significativas contribuições e pertinentes observações, por aceitarem participar deste momento em muito especial para mim.

A Secretaria Municipal de Educação de Salvador, pela concessão da licença aprimoramento, ainda que no último ano, me permitiu viabilizar etapas importantes da pesquisa.

Nessa jornada de muita aprendizagem e tantas inconstâncias, é importante dizer que doutoramento é mais que título, é um exercício de consciência social, política que permite reavaliação pessoal e autocrítica.

A todas e todos, que entendendo ou não essa minha escolha, se alinharam aos meus caminhos, lanço o mais profundo agradecimento por fortalecer o fluxo da vida com cura, proteção e irmandade. Ngunzo!

Quem sou? De onde venho?
O medo de ser, de assumir uma existência, é
terrível



Não, não somos pessimistas, apenas
portadores de cosmopercepção

E pensamento crítico

O que queremos?

Queremos transformar muito

Humanamente

A partir de vivência concreta

Queremos estar no mundo

Engajados

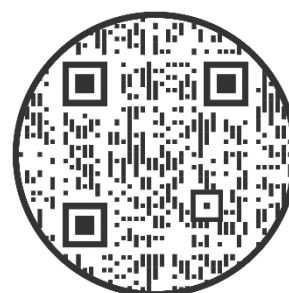
Nossa pedagogia

É interétnica

Ocupa-se da essência

Para mais que interpretar

Transformar.



Você pode acompanhar
interpretação do texto,
basta abrir o app da
câmera do celular e
apontá-lo para o QR
Code.

Manoel de Almeida Cruz, 1989, p.107-108

Texto adaptado das Considerações finais do livro *Alternativas para combater o racismo – um estudo sobre preconceito racial e o racismo – uma proposta de intervenção científica para eliminá-los*, 1989.

ROCHA, Cristiane Lima Santos. **Processos educativos interétnicos pelas tecituras de Manoel de Almeida Cruz Salvador-Bahia, 1970-1990.** (250 f.). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Tiradentes. Orientadora: (Simone Silveira Amorim). Aracaju, 2024.

RESUMO

A presente tese, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação na linha Educação e Formação Docente, vinculada ao Grupo de Pesquisa Educação e Sociedade: sujeitos e práticas educativas (GEPES) liderado pela Prof.^a Dr.^a Simone Silveira Amorim, trata dos caminhos de insurgências do intelectual negro, circulante Manoel de Almeida Cruz e sua rede, na elaboração, divulgação e consolidação da *Pedagogia Interétnica* que, calcada em laços de pertencimento e ancestralidade, torna-se referência a lei municipal de Salvador 4.741/1993 e antecede as leis federais 10.639/2003 e 11.645/2008 em proposta da abordagem da temática étnico-racial, a partir da história e das culturas da população negra e indígena, fomentando uma memória indissociável às possibilidades práticas de implementação dessas leis na Educação Básica. A relevância do tema se justifica não apenas pela força dos movimentos negros na prática de um currículo ressignificado, como coloca em movimento teórico o *ethos* pedagógico da ancestralidade e reflete as experiências, vivências das referências mais larga à construção de evidências da importância da trajetória do Manoel de Almeida Cruz e sua rede de insurgências. O objetivo geral é analisar a *Pedagogia Interétnica* enquanto manifesto insurgente que constitui processos educativos e politizadores das questões étnico raciais em Salvador/Bahia nas décadas de 1970 a 1990. Permeado pelos objetivos específicos: a) compor trajetória de Manoel de Almeida Cruz, com ênfase na memória social do Movimento Negro e das pesquisas em Educação para Relações Étnico Raciais dos últimos vinte anos, no campo da educação no Brasil; b) situar o protagonismo e lugar de engajamento intelectual do Manoel de Almeida Cruz como parte da memória social do movimento negro educador, na medida em que produziu conhecimento insurgente comprometido em combater o racismo no espaço escolar; c) enfatizar, a partir de uma sustentação e aposta teórica, a Pedagogia Interétnica enquanto *ethos* pedagógico ancestral, tomando por base outras noções como pensamento amefricano, intelectual circulante, rede de insurgências e pedagogia do incorrigível. É um estudo qualitativo, em uma perspectiva descritiva-analítica, que tem como materialidade o uso de fontes jornalísticas; contexturas escriturais em diários online – blogs; repositórios de produção de memória social presentes no movimento negro e no Grupo de Trabalho 21 - Educação e Relações Étnico Raciais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, bem como as entrevistas semiestruturadas, aliados ao uso da poesia, das imagens, da arte como articulação de modos de fazer uma pesquisa na qual modos de subjetivação são atos pedagógicos e inventivos da experiência escrita ética, estética de provoca [ação]. Os resultados demonstraram que: I) a Pedagogia Interétnica se consolidou enquanto manifesto insurgente na força da coletividade que formava o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro (NCAB), e com recursos próprios, primou por bases metodológicas de afirmação da sua condição de pedagogia preta, baiana, soteropolitana, ancorada na cosmologia afro-brasileira. II) Circulando por diversos grupos de intelectuais, Manoel de Almeida Cruz (1950-2024), fomentou repertórios, composições que demarcaram as pluriepistemologias assentadas em valores ético-políticos e ancestrais, na defesa da legitimidade da memória e na tomada de consciência. III) Manoel de Almeida Cruz afirmou a Pedagogia Interétnica enquanto lastro de alternativas para combater o racismo, atuando pelas brechas dos jornais de grande circulação, tecendo problematizações à epistemologia ocidental que nega e controla conhecimentos oriundos das populações negra e indígena; viabilizando formações, cursos, seminários e práticas pedagógicas embasadas nas experiências epistemológicas de negros e indígenas, a partir de valores ancestrais imbrincados.

Palavras-chave: Educação. Ethos Pedagógico ancestral. Intelectual Negro. Intelectual Circulante. Pedagogia Interétnica.

ROCHA, Cristiane Lima Santos. **Interethnic educational processes through the fabrics of Manoel de Almeida Cruz Salvador-Bahia, 1970-1990.** (250 f.). Thesis (Doctorate in Education) – Tiradentes University. Advisor: (Simone Silveira Amorim). Aracaju, 2024

ABSTRACT

This thesis, developed in the Postgraduate Program in Education in the Education and Teacher Training line, linked to the Education and Society Research Group: subjects and educational practices (GEPES) led by Prof. Dr. Simone Silveira Amorim, deals with the paths of insurgencies of the black intellectual, circulating Manoel de Almeida Cruz and his network, in the elaboration, dissemination and consolidation of Interethnic Pedagogy which, based on ties of belonging and ancestry, becomes a reference to Salvador's municipal law 4,741/1993 and precedes federal laws 10,639/2003 and 11,645/2008 in proposing an approach to ethnic-racial themes, based on the history and cultures of the black and indigenous population, fostering an inseparable memory of possibilities for practices to improve these laws in Basic Education. The relevance of the theme is justified not only by the strength of black movements in the practice of a resignified curriculum, but also puts into theoretical movement the pedagogical ethos of ancestry and reflects the experiences, experiences of broader references to the construction of evidence of the importance of Manoel's trajectory de Almeida Cruz and his network of insurgencies. The general objective is to analyze Interethnic Pedagogy as an insurgent manifesto that constitutes educational and politicizing processes of ethnic-racial issues in Salvador/Bahia in the decades from 1970 to 1990. Permeated by specific objectives: a) compose the trajectory of Manoel de Almeida Cruz, with an emphasis on the social memory of the Black Movement and research in Education for Ethnic and Racial Relations of the last twenty years, in the field of education in Brazil; b) situate Manoel de Almeida Cruz's protagonism and place of intellectual engagement as part of the social memory of the black educational movement, as he produced insurgent knowledge committed to combating racism in the school space; c) emphasize, based on theoretical support and commitment, Interethnic Pedagogy as an ancestral pedagogical ethos, based on other notions such as Amefrican thought, circulating intellectual, network of insurgencies and pedagogy of the incorrigible. It is a qualitative study, from a descriptive-analytical perspective, whose materiality is the use of journalistic sources; scriptural contexts in online diaries – blogs; repositories of social memory production present in the black movement and in Working Group 21 - Education and Racial Ethnic Relations of the National Association of Postgraduate Studies and Research in Education – ANPED, as well as semi-structured interviews, combined with the use of poetry, images, of art as an articulation of ways of doing research in which modes of subjectivation are pedagogical and inventive acts of ethical, aesthetic written experience that provokes [action]. The results demonstrated that: I) Interethnic Pedagogy was consolidated as an insurgent manifesto in the strength of the collective that formed the Afro-Brazilian Cultural Center (NCAB), and with its own resources, it excelled in methodological bases for affirming its condition as a black, Bahian pedagogy, Salvadoran, anchored in Afro-Brazilian cosmology. II) Circulating among different groups of intellectuals, Manoel de Almeida Cruz (1950-2024), fostered repertoires, compositions that demarcated multi-epistemologies based on ethical-political and ancestral values, in defense of the legitimacy of memory and awareness. III) Manoel de Almeida Cruz affirmed Interethnic Pedagogy as a basis for alternatives to combat racism, acting through the gaps in mass-circulation newspapers, problematizing Western epistemology that denies and controls knowledge originating from black and indigenous populations; enabling training, courses, seminars and pedagogical practices based on the epistemological experiences of black and indigenous people, based on intertwined ancestral values.

Keywords: Education. Ancestral Pedagogical Ethos. Black Intellectual. Circulating Intellectual. Interethnic Pedagogy.

ROCHA, Cristiane Lima Santos. **Procesos educativos interétnicos a través de los tejidos de Manoel de Almeida Cruz Salvador-Bahía, 1970-1990.** (250 y sigs.). Tesis (Doctorado en Educación) – Universidad Tiradentes. Asesor: (Simone Silveira Amorim). Aracaju, 2024.

RESUMEN

Esta tesis, desarrollada en el Programa de Postgrado en Educación en la línea Educación y Formación Docente, vinculada al Grupo de Investigación Educación y Sociedad: sujetos y prácticas educativas (GEPEs) liderado por la Prof. Dra. Simone Silveira Amorim, aborda los caminos de las insurgencias del intelectual negro, que circula Manoel de Almeida Cruz y su red, en la elaboración, difusión y consolidación de la Pedagogía Interétnica que, basada en vínculos de pertenencia y ascendencia, se convierte en referencia de la ley municipal de Salvador 4.741/1993 y precede a las leyes federales 10.639/ 2003 y 11.645/2008 al proponer un abordaje de las temáticas étnico-raciales, basado en la historia y las culturas de la población negra e indígena, fomentando una memoria inseparable de las posibilidades prácticas de implementación de estas leyes en la Educación Básica. La relevancia del tema se justifica no sólo por la fuerza de los movimientos negros en la práctica de un currículo resignificado, sino que también pone en movimiento teórico el ethos pedagógico de la ascendencia y refleja las vivencias, experiencias de referencias más amplias a la construcción de evidencias de la Importancia de la trayectoria de Manoel de Almeida Cruz y su red de insurgencias. El objetivo general es analizar la Pedagogía Interétnica como un manifiesto insurgente que constituye procesos educativos y politizadores de cuestiones étnico-raciales en Salvador/Bahía en las décadas de 1970 a 1990. Permeado por objetivos específicos: a) componer la trayectoria de Manoel de Almeida Cruz, con énfasis en la memoria social del Movimiento Negro y la investigación en Educación para las Relaciones Étnicas y Raciales de los últimos veinte años, en el campo de la educación en Brasil; b) situar el protagonismo y el lugar de compromiso intelectual de Manoel de Almeida Cruz como parte de la memoria social del movimiento educativo negro, ya que produjo conocimiento insurgente comprometido con la lucha contra el racismo en el espacio escolar; c) enfatizar, a partir del sustento teórico y del compromiso, la Pedagogía Interétnica como un ethos pedagógico ancestral, sustentado en otras nociones como pensamiento amefricano, intelectual circulante, red de insurgencias y pedagogía de los incorregibles. Es un estudio cualitativo, desde una perspectiva descriptivo-analítica, cuya materialidad es el uso de fuentes periodísticas; contextos bíblicos en diarios en línea – blogs; repositorios de producción de memoria social presentes en el movimiento negro y en el Grupo de Trabajo 21 - Educación y Relaciones Étnicas Raciales de la Asociación Nacional de Estudios de Posgrado e Investigación en Educación – ANPED, así como entrevistas semiestructuradas, combinadas con el uso de poesía, imágenes, del arte como una articulación de formas de hacer investigación en las que los modos de subjetivación son actos pedagógicos e inventivos de experiencia escrita ética y estética que provoca [acción]. Los resultados demostraron que: I) La Pedagogía Interétnica se consolidó como un manifiesto insurgente en la fuerza del colectivo que formó el Centro Cultural Afrobrasileño (NCAB), y con recursos propios destacó en bases metodológicas para afirmar su condición de negra, pedagogía bahiana, salvadoreña, anclada en la cosmología afrobrasileña. II) Circulando entre distintos grupos de intelectuales, Manoel de Almeida Cruz (1950-2024), fomentó repertorios, composiciones que demarcaban multipistemologías basadas en valores ético-políticos y ancestrales, en defensa de la legitimidad de la memoria y la conciencia. III) Manoel de Almeida Cruz afirmó la Pedagogía Interétnica como base de alternativas para combatir el racismo, actuando a través de los vacíos de los periódicos de gran circulación, problematizando la epistemología occidental que niega y controla los conocimientos provenientes de las poblaciones negras e indígenas; posibilitando capacitaciones, cursos, seminarios y prácticas pedagógicas basadas en las experiencias epistemológicas de pueblos negros e indígenas, a partir de valores ancestrales entrelazados.

Palabras clave: Educación. Ethos pedagógico ancestral. Intelectual negro. Intelectual circulante. Pedagogía interétnica.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Operacionalidade da Metodologia da Movência
- Figura 2** – Lino de Almeida, Manoel de Almeida, Milson Santos
- Figura 3** – Palestra sobre Racismo no Colégio Sartre 1980
- Figura 4** – Manoel de Almeida Cruz em passeio com Péricles filho de Gerusa Bispo
- Figura 5** – Manoel de Almeida Cruz, foto da matéria Racismo tem novo curso- 1988
- Figura 6** – Carta de Fundação do Adé Dúdu, 14 de março de 1981
- Figura 7** – Carta emitida pelo Conselho-Geral Memorial Zumbi a Manoel de Almeida
- Figura 8** – Mesa de abertura da IIª COMTOC em Salvador, 17 a 23/07/1983
- Figura 9** – Manifesto “Iansã não é Santa Bárbara”
- Figura 10** – Inventário dos livros catalogados e em bom estado de manuseio – páginas 1
- Figura 11** – Inventário dos livros catalogados e em bom estado de manuseio – páginas 2
- Figura 12** – Anotação manuscrita de Manoel de Almeida Cruz- FRENTE
- Figura 13** – Anotação manuscrita de Manoel de Almeida Cruz- VERSO
- Figura 14** – Livro autoral de Manoel de Almeida Cruz
- Figura 15** – Íntegra da Lei n. 4741, de 21 de junho de 1993
- Figura 16** – Dirigentes da escola do Olodum destacaram Pedagogia Interétnica
- Figura 17** – Painel do salão do Instituto Reparação – personalidades negras
- Figura 18** – Manoel de Almeida Cruz – Kim D. Butler
- Figura 19** – Manoel de Almeida Cruz - Ellen Stokland
- Figura 20** – Capa do livro Alternativas para o combater o racismo
- Figura 21** – Manoel de Almeida Cruz ministrando Curso de Combate ao Racismo
- Figura 22** – Professores negros e professoras negras baianos/as – exposição virtual.
- Figura 23** – Manoel de Almeida Cruz - arquivo afro fotográfico Zumvi
- Figura 24** – Representação circular de alguns impressos 1970-1990
- Figura 25** – Estudos/ Debates sobre a Problemática do Negro Brasileiro - 1975
- Figura 26** – II Seminário de Educação Interétnica - ICBA
- Figura 27** – Palestra sobre a discriminação racial - Cinema Excelsior 1987
- Figura 28** – Curso Combate ao racismo Fundação Cultural do Estado da Bahia -1988
- Figura 29** – O racismo em livro – trecho com biografia de Manoel de Almeida Cruz
- Figura 30** – Curso Combate ao racismo na escola Padre Torrend - 1988

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED
Centro de Educação Técnica da Bahia – CETEBA
Centro de Estudos Afro-Orientais – CEAO
Centro Industrial de Aratu – CIA
Comitê de Ética e Pesquisa – CEP
Complexo Petroquímico de Camaçari – COPEC
Empresa Gráfica da Bahia – EGBA
Escola Criativa do Olodum – ECO
Grupo de Pesquisa História, Memória, Educação e Identidade – GPHMEI
Grupo de Pesquisa Educação e Sociedade: sujeitos e práticas educativas - GEPEs
II Conferência Mundial da Tradição dos Orixás e Cultura – II COMTOC
IV Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros – IV COPENE
Instituto Cultural Brasil Alemanha – ICBA
Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB
Lei de Diretrizes e Bases – LDB
Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros – LGBTQ+
Movimento Democrático Brasileiro – MDB
Movimento Negro – MN
Movimento Negro Unificado – MNU
Núcleo Cultural Afro-Brasileiro – NCAB
Partido Democrático Trabalhista – PDT
Pedagogia Interétnica – PI
Região Metropolitana de Salvador – RMS
Revista Brasileira de Educação, Cultura e Linguagem – RBECL
Sociedade Cultural Negra no Brasil- SECNEB
Teatro de Cooperativa do Goethe – TCOOP
Teatro Experimental do Negro – TEN
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Universidade Federal da Bahia – UFBA
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS
Universidade Federal do Paraná – UFPR
Universidade Tiradentes – UNIT

Sumário



SUMÁRIO

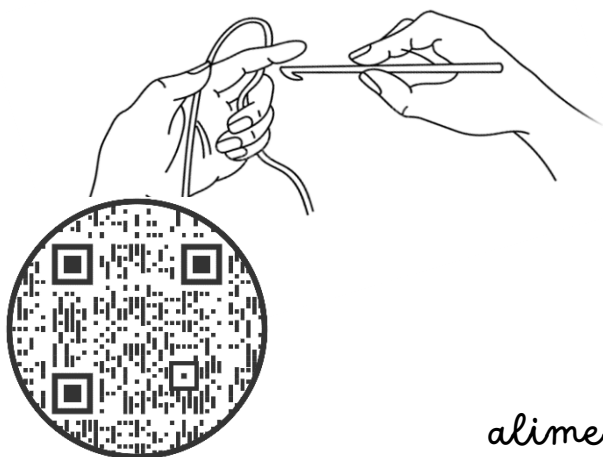
1 INTRODUÇÃO – O CORPO SENSÍVEL DESSAS PALAVRAS	02
2 ENTRELACANDO CONHECIMENTOS: PELA ELABORAÇÃO METODOLÓGICA DA MOVÊNCIA	21
2.1 Por um remate dos pontos – as implicações do crocheter	28
2.2 O combate que se delineia pela e com as redes de insurgências	35
2.3 Encontrar nas fissuras a construção dos meus próprios rastros.....	43
3 NOSSAS EXISTÊNCIAS NO FAZER INTELECTUAL	53
3.1 Na tecitura do “Intellectual Circulante”	60
3.2 Memórias que ecoam potência de vida	66
3.2.1 “O que venho antes e permanece em nós”	68
3.2.2 “Você vê demais”	77
3.2.3 “Ele não queria meia vida, ele queria a vida toda”	85
3.2.4 “Vou ressuscitar e vou reencarnar, para ter certeza da minha permanência”	93
3.2.5 “Manoel de Almeida vive!”	100
3.2.6 “Pedagogia Interétnica vive em cada prática que se somam por uma educação antirracista”	111
3.3 Caminhos da existência enunciativa	125
4 NO FLUIR DE OUTRAS PERSPECTIVAS EXISTENCIAIS: LASTROS DO COMBATE AO RACISMO	140
4.1 Dos rastros de insurgências – contextos educacionais presentes em Salvador das décadas de 1970 a 1990.....	145
4.2 Na forma-ação do processo educativo interétnico o pertencimento amefricano.....	162
4.3 O <i>ethos</i> pedagógico ancestral na ordem do “incorrigível”	183
5 ENTRE RASURAS E ENFRENTAMENTOS – TECENDO CONSIDERAÇÕES....	194
REFERÊNCIAS.....	205
APÊNDICES	217
ANEXOS.....	229

INTRODUÇÃO



O CORPO SENSÍVEL DESSAS PALAVRAS

Seção I



Para acompanhar
leitura completa do
poema, basta abrir o
app da câmera do
celular e apontá-lo
para o QR Code.

Seu corpo cresce em puro júbilo
de ser.
E só.
Sobre a cabeça, dança uma juba
arisca
alimentada pelo vento e pelos sonhos
com que embala o mundo.
Seus gestos firmes cortam o tempo,
inscrevendo,
na pele crua da memória,
seu rastro.
Sua voz,
saltando frenética sobre os átimos,
devassa as franjas silenciosas que embainham
o mundo.

Lívia Natália

Odisseu. In: Água Negra e Outras Águas, 2016, p.23

Aqui devasso “as franjas silenciosas que embainham o mundo”, para tecer historicização política, educacional da *Pedagogia Interétnica*. Engajada ético-politicamente contra o epistemicídio, a presente tese situa o trabalho do intelectual e educador Manoel de Almeida Cruz na construção de uma insurgente pedagogia antirracista na Salvador das décadas de 1970 a 1990.

Manoel de Almeida Cruz, nascido num Domingo de Ramos, em Salvador, a 2 de abril de 1950, ano que ainda tinha em cena intelectual a atuação do Teatro Experimental do Negro (TEN), que mais tarde viria a ser inspiração a um dos métodos operacionais de combate ao racismo recomendados pela *Pedagogia Interétnica* (1978), o método etnodramático, que Almeida Cruz caracteriza como a “liberdade estética e política do negro brasileiro” presente no TEN. (Cruz, 1989, p.55)

Há que se dizer ainda que, 1950 foi o ano marcado pelo nacionalismo nativista e otimista do Alberto Guerreiro Ramos que acreditava, naquele momento, que “o Brasil deveria assumir a liderança política de democracia racial, por ofertar solução satisfatória do problema racial” (Ramos, Guerreiro. Quilombo [...], Rio de Janeiro, p. 11, jun./ jul. 1950), mas, também pela autonomia de ação e pensamento de Abdias Nascimento e outros intelectuais negros que “escapando do controle do dispositivo de racialidade/biopoder” (Carneiro, 2023, p.139), denunciavam, naquele período, os limites e contradições dos tipos de usos da democracia racial como “luxo da Constituição”, “slogan sem conteúdo e sem efetividade na existência cotidiana do povo brasileiro”. (Nascimento, Abdias. Quilombo [...], Rio de Janeiro, p.1, 06 fev. 1950)

Nascido no bairro da Liberdade, cresceu e morou no bairro da Fazenda Grande do Retiro, Manoel de Almeida Cruz é caracterizado como um homem audacioso, incansável e sereno, dizem os que estiveram mais próximo a ele. Oxalá! Não como interjeição da língua colonizadora. O Oxalá *pretoguês*¹, parte de sistema mítico-simbólico capaz de um historiar orgânico e ancestral que opera a intencionalidade de alargar a noção de conhecimento.

Oxalá que rege o Orí² dos filhos que têm a aura de autoridade, o dom da palavra e capacidade de liderança. O Manoel, filho de um operário da construção civil, sr. Milton Cruz e de uma empregada doméstica dona Maria de Almeida, teve uma infância atravessada pelos

¹ Diz da marca de africanização no português falado no Brasil [...]. O caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para a América, apontam para um aspecto pouco explorado da influência negra na formação histórico cultural do continente como um todo” (Gonzalez, 1988, p.70)

² A palavra iorubá Orí descreve o recipiente que é capaz de processar os pensamentos. Para a filosofia de Ifá, a consciência se constitui como uma integração de pensamentos e emoções.

efeitos do racismo na educação brasileira, o que o leva a um ensino formal irregular, a ponto dos 14 anos de idade, evadir do espaço escolar e tornar-se autodidata.

Mas, os sonhos que o alimentava e deram-lhe resiliência para sobreviver e emergir, os fizeram retomar os bancos escolares. Aos 24 anos, juntamente a outros jovens ativistas fundou o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro (1974), onde formulou a *Pedagogia Interétnica* (1978), proposta de divulgação e práticas educativas baseada no pertencimento étnico que garantissem a valorização das identidades interétnicas.

O lugar de insurgência de Manoel Almeida da Cruz esteve na Educação, ao tornar suas “práticas pedagógicas mais políticas e suas práticas políticas mais pedagógicas”. (Giroux, 1997, p. 08). Em que romper com as formas cristalizadas de ver/estar no âmbito educacional significou “tornar o pedagógico mais político”, daí o lugar de poder assume papel estratégico para entendermos seu lugar e intenção – enquanto intelectual circulante e a *Pedagogia Interétnica* enquanto manifesto insurgente.

Partiu para o *Orun*³ em 21 de junho de 2004, aos 54 anos, por complicações decorrentes de síndrome metabólica. Mas, seu caráter vanguardista e a inteligência de sua pedagogia insurgente, foram práticas, epistemes que atravessaram as décadas, sendo possível percebê-las como referência à lei municipal de Salvador n. 4741/1993 e nos debates e formulações da Lei n. 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008, sua trajetória de luta por uma educação emancipatória permanece através de seus escritos e ensinamentos.

Tais entrelaçamentos biográficos junto à construção mnemônica da História da Educação, particularmente a ações educacionais no Brasil que se pautaram e se pautam no antirracismo, diz de rastros, vozes, gestos versáteis de coragem, como sugere o Odisseu em Livia Natália, porque não se pretende narrativa linear, antes, rompe os fios cortantes que minora as potências insurgentes, através de correntes representacionais.

É preciso pontuar que embora a elaboração da *Pedagogia Interétnica* por Manoel de Almeida Cruz junto ao Núcleo Cultural Afro-Brasileiro (NCAB -1974), faz parte de um maior movimento que nos anos 1970, marca a virada negra não apenas no Brasil, como no mundo, em que homens e mulheres ergueram a voz e ocupam lugares, antes não ocupados.

Ao “romper com as visões destorcidas, negativa e naturalizadas sobre os negros, sua história, cultura, práticas e conhecimentos” (Gomes, 2017, p.22), Manoel de Almeida Cruz (1989) politizou afirmativamente a raça, colocando em xeque o mito da democracia racial, mas, também fomentou questões diaspóricas para confrontar as estruturas do colonialismo e

³ Universo da espiritualidade, da ancestralidade, das forças e dos seres vivos sem materialidade física ou corpórea

problematizar a descolonização, sendo estes os fios de leitura que permite entender o caráter interétnico presente na Pedagogia de combate ao racismo nos espaços escolar, e colocá-lo em diálogo com *Amefricanidade* em Gonzalez (1988), vez que o ato tradutório da abordagem amefricanana revisita o colonialismo, a partir de questões transatlânticas, para compreender experiências afrodiaspóricas nas bases do Caribe, da América e da África.

Desse modo, já nas linhas desta seção introdutória, encontra-se a semiose da não linearidade, opto pela trama de significações, que ao longo da leitura da tese, coloca o leitor, a leitora sob o ponto de vista da elaboração, do percurso, dos resultados e do que emergir em outros instantes de unicidades e/ou singularidades. Pois, como Livia em Odisseu, Odisseu em Livia, essa tese não obedece à precariedade da vida imposta às pessoas negras, não pretende novelar linhas pelas quais o racismo aprisiona o outro, em imagens fixas e estereotipadas.

“A situação do intelectual negro não precisa ser sombria”, lembra-me hooks (1995, p. 476), para que eu não caía nas armadilhas da linha tênue da dor que transita entre o *xirê filosófico* (Piedade, 2019) às dores coloniais, esta última, molda processos subjetivos às estruturas de poder e dominação dos racialmente hegemônicos, retroalimentando auto ódio entre pessoas racializadas.

Fico com o “júbilo de ser, e só” (Natália, 2016, p.23) sem a fixidez dos estereótipos, escrevo da morte que se entrecruza com a vida. Escrevo sobre intelectualidades que elaboraram espaços críticos de atividades insurgentes e que assim lutavam pelo direito de viver, em meio a *dispositivo de racialidade* (Carneiro, 2023) que buscou e busca deixá-los morrer.

É, portanto, uma escrita que após clareiras abertas de longa trajetória voltada aos estudos e pesquisas à história das mulheres e das relações de gênero, traz-me o desafio, do que em algum momento pareceu desvinculado do meu direcionamento acadêmico, de interpelar ausências da epistemologia negra e insurgente do intelectual Manoel de Almeida Cruz no campo da Educação para Relações Étnico-Raciais.

Sempre que me questionam o porquê passei a crocheter pesquisa pelas linhas de um entrelaçamento da memória social, evidenciando como operadores da racialidade deslegitimam, apagam, ocultam conhecimentos de intelectuais negros, deixando-os às margens da produção de epistemes, negando-os enquanto construtores de saberes, não deixo de recordar que foi uma travessia dolorosa.

Daí abro parênteses para dizer dessa travessia, há sete anos passei pela experiência da morte, precisei requerer reparo intelectual, que a despeito da concretização daquele reparo, morri em cada momento inicial que minha queixa em desfavor de pessoas insuspeitas, não teve crédito; morri cada vez que professores ligados à minha trajetória, me questionavam se

realmente tinha certeza do plágio; morri diante a morosidade da tramitação do processo administrativo, porque o que realmente me bastava sempre foi o reparo intelectual⁴.

Embora a estrutura do patriarcado não esteja separada das estruturas do racismo, nem do capitalismo, por estarem imbricadas na produção das estruturas de hierarquização, no clamor por justiça, gênero não me salvou. Afinal, o que faria um homem socialmente lido como branco, lido como hetero, ligado e partícipe em grupos e eventos voltados aos estudos de gênero, com facilidade de interlocução entre seus pares, apagar da sua escrita qualquer menção de trabalho anteriormente escrito? O que faria que ele, quando interpelado, reconhecendo semelhanças de diversos trechos, defender-se argumentando que as semelhanças se davam pelas bibliografias, fontes e campo de estudo afins?

Dois motivos básicos apontam na direção das respostas. Em primeiro lugar, tratava-se da escrita de uma mulher negra, que, embora na variedade cromática violentamente estabelecida em nosso país pelo viés da miscigenação pudesse se utilizar de estratégias de aproximações dos diferentes matizes impostos pela branquitude, esta mulher recusa a morenice.

Em segundo lugar, o regime de autoridade discursiva dentro do patriarcado capitalista, branco, abriga o racismo epistêmico e o epistemicídio e conduz a dois tipos de mortes: a escrita do “eu” como academicamente inapropriada; e, na escrita do nós⁵: frio, distante, homogêneo para atender à prerrogativa do distanciamento analítico, da neutralidade; o interdito ou apagamento das mulheres, particularmente das mulheres negras, de que suas escritas sejam ou estejam ancoradas no domínio intelectual.

Portanto, quando colocado em consideração que o mesmo aparato intelectual baseado em narrativas da ciência moderna que silenciou e silencia as mulheres, silencia negros, silencia as classes populares não apenas gênero como raça e classe podem explicar os vulneráveis trânsitos e violências das estruturas sociais⁶.

Fechado esses parênteses, recuso escrever sobre a dor, como recuso a escrita neutra para pretenso lugar de universalidade, pois, como já disse, a morte se entrecruza com a vida, por isso cabe advertir: ao longo do processo da escrita desta tese, há o eu que escreve e crocheta



⁴ Processos Sitiens nº5528/2017 de 04/04/2017; nº1378/2018 de 07/02/2018, 303 páginas.

⁵ “Escrita do nós” difere de “escrita de nós”. “Escrita do nós” diz do pensamento afirmado na condição de centro, prega o silêncio opressor da pretensa neutralidade, universalidade. Já a “Escrita de nós” o ato de escrever se dá profundamente cúmplice com a vivência de quem narra, de quem escreve; mas, ao mesmo tempo em que o sujeito da escrita apresenta em seu texto a história do outro, também pertencente a sua coletividade.

⁶ Pensamento interseccional em Carla Akotirene (2019, p.45) que faz analogia a “avenida estruturada em múltiplos trânsitos”, que nos leva a a “reconhecer a possibilidade de sermos oprimidas e de corroborarmos com as violências. Nem toda mulher é branca, nem todo negro é homem, nem todas as mulheres são adultos heterossexuais, nem todo adulto heterossexual tem locomoção política, visto as geografias do colonialismo limitarem as capacidades humanas”.

narrativas a teorias. Faço resgate de mim, recorro às memórias familiares, reúno pedaços da minha história, compartilho sonhos e assombros.

Não. Não se trata de autobiografia de quem nas ruas vivenciou espaços formativos e nas suas encruzilhadas experienciou a dimensão da estratégia pedagógica do teatro de rua, num emaranhado de encontros que me fez professora e, ao mesmo tempo, me fez pesquisadora⁷. Diz da escrevivência como fundamento teórico-metodológico que possibilitou estabelecer escrita atravessada por um eu de subjetividades arquivadas na memória.

Existe a primeira pessoa atravessada por pessoas em coletividade que crocheta sentidos ao movimento que me faz acreditar na pertença comunitária: um corpo território em movimento que insurge às corporificações das colonialidades e suas marcações de gênero, raça, sexualidade, etnia e território.

Território em que as experiências vividas, memórias narradas em primeira pessoa são provocações, permeadas por hesitações que mobiliza instantes e sentidos de vozes múltiplas, vozes da insurgência de uma Pedagogia preta, baiana, soteropolitana, ancorada na cosmologia afro-brasileira.

São provocações que dizem do meu resgate, em que no período da qualificação fui convocada pela banca examinadora a me colocar mais nesses escritos, quem sabe arriscar menos citações. Desaguei nessa escrita, mas, não deixe de colocar em diálogo as minhas referências teórica-metodológicas. Primeiro, porque, ainda que seja pesquisa histórica que mobiliza sentidos a elaboração de conhecimento que não aparta imaginação do rigor, de modo algum, estarei escape do funcionamento do dispositivo da racialidade (Carneiro, 2023) que desencoraja, desqualifica e acusa falta de rigor à escrita escritivente.

Segundo, não é uma escrita individual, é uma escrita coletiva com intenção de enegrecer essas páginas dialogando com autoras, autores que fogem dos cânones acadêmicos, por isso, permaneço a dialogar com esses, através de citações, pois, me estimulam com suas epistemologias, categorias, abordagens, metodologias a ousadia dessa concepção movente.

Além disso, é sempre importante lembrar que enquanto o epistemicídio é uma lógica elaborada pela branquitude que visa o apagamento do conhecimento negro. Ética ancestral não nos faz ocultar quem veio antes e pavimentou os caminhos, ou seja, não diz apenas de reescrever as histórias daqueles que antecederam, mas, escrever com aqueles que são levados a serem



⁷ Aprofundo essa perspectiva em texto intitulado “Com a memória do corpo: a função do teatro na educação antirracista proposta na Pedagogia Interétnica”, publicado na coletânea Pesquisa em educação: perspectiva inclusiva, tecnológica e histórica, p. 55-71, 2023

apagados em sua autoria. Nessa linha tênue, qualquer declínio me colocará no não lugar, no ocultamento.

Daqui, volto ao território do meu resgate através dos “*saberes indignação*”, produzidos na resistência, na justiça” (Gomes, 2022, p.3), e, pelos “*saberes de afeto emancipatórios*” (Gomes, 2022) que se fizeram presentes quando em 2018, a amiga, escritora e poeta profa. Alessandra Sampaio, apresentou-me a escrita poética feminina, negra enquanto escopo epistemológico combativo aos regimes de autoridade discursiva.

Como afronte aos escritos cristalizados e orquestrados pela colonialidade e seus atravessamentos opressivos de controle e subordinação, adquire potência de “corpo-voz” com a concepção de escrevivência concebida por Conceição Evaristo, enquanto “ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado”, com a “pujança da oralidade” presente nos signos gráficos de “uma escrita não demarcada pelos rumos e funções da casa-grande”. (Evaristo, 2020, p.31)

Neste sentido, a tese expressa a compreensão da noção de corpo não apenas como condição da experiência e da escrita da história, mas como o traço mais tangível dos sujeitos insurgentes, complexos e plurais, através da indagação da experiência vivida, alinhando-se ao ato de escrevivência de Conceição Evaristo (2017), para alargar a abordagem epistêmica das experiências registradas no corpo memória. A esse respeito a poeta Raquel Almeida (2019) versa que:

Existem mulheres que passeiam no tempo com uma missão. São elas que guardam os segredos da vida, da existência e da morte. Elas acolhem, reestruturam caminhos, curam feridas que foram abertas com fendas da injustiça. Não há no mundo nada que possa apagar as suas memórias, elas dançam com o vento e sussurram nos ouvidos de quem merece o chamado. [...] A voz delas rompe os silêncios e abre moradas, e a natureza reverencia suas vozes e o rodar de suas saias (Almeida, 2019, p.70-71).

A escrita poética feminina, negra incita produção de conhecimento que transita pelas implicações estéticas-artísticas-políticas. São intelectuais insurgentes, praticantes da vida cotidiana, elaboram narrativas coexistentes à vida com a própria vida, tecem linhas em potência que racham os mecanismos hierárquicos impostos às suas escritas. Nesta tese, recorro a poemas femininos, que estão por toda narrativa, especialmente nas separatas das seções, para provocar entendimento de que escrever é fazer/refazer arte de insurgências por narrativas de si, por narrativas coletivas.

Também fez parte do meu processo de renascimento, pelos saberes de afetos emancipatórios, o prof. Dr. Flávio Márcio Cerqueira do Sacramento, colega de trabalho nas

duas unidades escolares em que leciono⁸, esse professor me ofertou o livro *Alternativas para combater o racismo: um estudo sobre o preconceito racial e o racismo – uma proposta de intervenção científica para eliminá-los* de autoria do Manoel de Almeida Cruz, quando soube que eu estava buscando pistas sobre o patrono da escola, quando à época, 2019, recentemente havia chegado na unidade escolar, através de remoção a pedido.

A Escola Municipal Prof. Manoel de Almeida Cruz foi fundada em 04 de novembro de 2005, quando a Secretária da Educação e Cultura de Salvador, estava sob a administração da Maria Olívia Santana, hoje deputada estadual, cabe dizer que a escolha de Manoel de Almeida como patrono da Unidade Escolar, aconteceu por força do Movimento Negro e outras entidades civis e políticas, bem como da própria Secretaria, como reconhecimento da história do Manoel de Almeida Cruz no combate ao racismo no campo educacional.

Localizada no bairro de Cajazeiras XI, um dos dezesseis bairros que nomeados como Cajazeiras, formam maior região habitacional da América Latina, e que, por isso, fomenta discursos de Cajazeiras⁹ como bairro-cidade. A esse despeito Vitor Santos (2024, p.26) afirma que “Cajazeiras são resistências construídas por mulheres, idosos, crianças e homens que desvirtuaram as segregações racial e de classe”, reinventando-as de forma astuciosa, em prol do pertencimento.

É nessa localidade que passei a trabalhar e posteriormente a residir. Fiquei surpresa e encantada com a significativa e importante produção do Manoel de Almeida Cruz e, contraditoriamente, decepcionada pela constatação das ausências da obra/autor nos processos de formação acadêmica, formação de professores, estive movida a entender os significados dessas ausências.

Paralelamente, o prof. Flávio Márcio, na primeira oportunidade após a conversa inicial, me emprestou o livro, lançando-me o desafio de entender o lugar específico de produção de memórias, conhecimentos, vivências e trajetória de luta antirracista deste intelectual negro. Essas convergências mudaram meus caminhos de pesquisa.

Cabe dizer que esta pesquisa nasceu de um lugar de resistência, fruto de dois principais desafios: um de grande proporção que envolveu lutas em prol da vida e o direito de existir; em prol da ciência e o direito de usufruir de suas aplicações; em prol da Educação e o direito de



⁸ Escola Municipal Professor Manoel de Almeida Cruz; Colégio Estadual Ana Bernardes.

⁹ Em *Cajazeiras Guerreira*, poema de minha autoria publicado na coletânea *Afluentes Poéticos* (2018) organizada por Alessandra Sampaio verso sobre a resistência e feminilidade de Cajazeiras “... és expressão feminina de uma líder. Cajazeiras é Zeferina[...] Menina, moça, mulher que reencontra a fé, aviva o axé”. (Rocha, Cristiane [Cristiane Lima], 2018, p.29)

aprender, foram tempos áridos no campo das políticas públicas nacionais envolto a contexto global da pandemia da doença por coronavírus (COVID-19).

O outro desafio diz da distância que ainda existe entre a realidade acadêmica e a realidade da Educação Básica, melhor dizendo, da realidade de professoras e professores da Educação Básica que buscam dá continuidade a formação acadêmica, com vista ao aprimoramento.

A escassez de recursos, cargas de trabalho excessivas, pressão por resultados e salários defasados, somado a não garantia do direito de licença aprimoramento, ainda que eu tenha obtido pela rede municipal no último ano de doutoramento, e em contrapartida à realidade acadêmica de distribuição das disciplinas, prazos, metas, a professores da Educação Básica como eu, requer muito mais que vontade, é preciso ousadia, enfrentamento, desaforo a toda essa lógica que nos coloca na linha tênue do adoecimento, ou do abandono da formação.

Mas, não posso mal dizer de como tanto aqui (Universidade Tiradentes), quanto lá (prática cotidiana da escola), encontrei no caminho muitos profissionais que seguraram minhas mãos, resistiram e se arriscaram comigo: foram cuidados, foram afeto, foram atenção e apoio.

Diante disso, o que posso assegurar, é meu compromisso com a tarefa de reposicionar as epistemes negras insurgentes, apagadas, silenciadas enquanto potências históricas, desestabilizando categorias hegemônicas, dizendo não apenas dos fatos experienciados, como buscando elucidar as experiências e processos de formação coletiva por posicionamento crítico, antirracista.

Até a qualificação, a tese era intitulada “Entre o intelectual negro e o manifesto insurgente: processos educativos e histórico-educacionais presentes na Pedagogia Interétnica Salvador/Bahia - 1970 a 1990”. Em diversos eventos acadêmicos e em alguns escritos resultantes ou não desses eventos, era evidenciado que a tese estava sob o título supracitado. Agora finalizada, por sugestão de mudança, pela banca da qualificação, é intitulada “Processos educativos interétnicos pelas tecituras de Manoel de Almeida Cruz Salvador-Bahia, 1970-1990”.

O recorte temporal perpassa pela compreensão de que a década de 1970 fornece elementos que permitem dizer que a formação do Núcleo Cultural Afro Brasileiro (NCAB), em 1974, enquanto movimento educador, é parte da ação política do Movimento Negro, que repensando o campo educacional a partir de experiências e experimentos dos quais participam o próprio corpo, suscitou a imbricação saber/poder/educação por conhecimentos e saberes silenciados, especificamente no Núcleo, a elaboração da *Pedagogia Interétnica* (1978).

O que demarca, o caráter das ações circulantes do Manoel de Almeida Cruz junto ao NCAB, ao longo da década de 1980, que envolviam atividades como cursos, seminários, congressos para ampliação do debate político da questão étnico-racial. A *Pedagogia Interétnica* alcança a política educacional da Bahia, em termos macropolítico, com o Conselho Estadual de Educação da Bahia propondo a inserção da disciplina Introdução dos *Estudos Africanos* na parte diversificada da 8ª série do 1º grau (9º ano do ensino fundamental II) das escolas oficiais do estado, em diálogo com a *Pedagogia Interétnica*.

Paralelamente, Manoel de Almeida Cruz, o NCAB, estabelecem junto a entidades políticas movimentos pela implantação da disciplina Pedagogia Interétnica na rede municipal. No final dos anos 80, Manoel de Almeida publica livro autoral *Alternativas para combater o racismo: um estudo sobre o preconceito racial e o racismo – uma proposta de intervenção científica para eliminá-los* (1989) que instrumentaliza em nível teórico, metodológico e prático alternativas para combater o racismo no espaço escolar, versando sobre métodos, aspectos estruturais e procedimentos metodológicos de uma educação interétnica.

Na década de 1990, uma série de ações que balizam a implementação da *Pedagogia Interétnica* nas escolas, desde o compromisso da então prefeita Lídice da Mata com o combate a todas as formas de racismo e discriminação, através da Lei 4741/93 até a experiência pedagógica da Escola Criativa Olodum - ECO, que tomou por base a *Pedagogia Interétnica*. Ao longo dos anos de 1990, Manoel de Almeida Cruz integra, como coordenador, a equipe pedagógica, mantendo-se na equipe até o ano de 1999.

O escrito inicial desta pesquisa, em forma de projeto, apresentado em 2021 à banca de seleção ao doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes, era permeado pelo conceito de insurgência para dizer da *Pedagogia Interétnica* enquanto práxis educativa, insurgente e da trajetória e lugar do intelectual negro Manoel de Almeida Cruz.

Faltava àquelas primeiras páginas a consistência do detalhamento e as bases interpretativas ao conceito, que somente viria a ser alcançada ao longo dos dois primeiros semestres sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Ilka Miglio Mesquita e com participação no Grupo de Pesquisa História, Memória, Educação e Identidade (GPHMEI), as lentes decoloniais das “Pedagogias Decoloniais” em Catherine Walsh (2013), abriram caminhos, suscitaram diálogos insurgentes de (re)existência, por considerar as pluriversalidades, como parte da existência humana, possibilitaram movências e revelaram pluriversos de resistências que permitiram elaborar novas noções como o de *rede de insurgências*, repensar a memória histórica e as subjetividades; reafirmar a *Pedagogia Interétnica* enquanto manifesto insurgente; e publicizar

em eventos através de artigos, comunicações orais e alguns outros escritos a partir de breve análise qualitativa de jornais e estudos bibliográficos¹⁰.

Contudo, ao pensar o recorte espacial da pesquisa deparei-me com um território político em que o Brasil, embora sendo América, apresenta epistemologias outras que permitem pensar que a *Pedagogia Interétnica* não está no lugar teórico da decolonialidade, da epistemologia do sul, da pedagogia decolonial. É uma pedagogia baiana! Tal ênfase, não é para colocá-la apartada dos movimentos insurgentes que demarcam os anos de 1970 a 1990 na América Latina e no Brasil. Pelo contrário, está na margem, como parte do todo, mas com toda autonomia, resistência e possibilidades de se auto representar.

Assim, paulatinamente, sob orientação do prof. Dr. Gregory da Silva Balthazar, fui levada a questionar os caminhos teóricos ligados a realidade decolonial voltada a América Latina, pois, ainda que seja possível identificar nesses estudos a intenção de transformação das condições sociais produtoras de desigualdade social. Os saberes insurgentes que emergem do campo da resistência, entre as décadas de 1970, 1980, não estão eles todos como parte dessas práticas discursivas.

Durante o amadurecimento do projeto inicial e a creditação nas disciplinas, fui elaborando desenho metodológico. Na creditação da disciplina Seminário de Pesquisa II, as contribuições metodológicas da Prof.^a Dr.^a Cristiane de Magalhães Porto, foram significativas para que o desenho metodológico da tese se consolidasse. Foi também o momento em que apresentei escrita e oralmente a “seção 3 Nossas existências no fazer intelectual”.

Através da pré-qualificação, e a leitura atenta, crítica e de grande contribuição da Prof.^a Dr.^a Íris Verena Oliveira neste “trabalho que se faz sobre si mesmo e os sujeitos de pesquisa” fizeram-me conceber, a partir da leitura da tese/livro da Sueli Carneiro juntamente com as materialidades da pesquisa, uma “metodologia inventiva para desvelar experiências que foram objeto de esquecimento”, conforme lembram Momoli e Loponte (2018, p. 233).

E nesse amadurecimento foi importante ter cursado na condição de aluna especial, no semestre 2022.1, a disciplina Educação, História e Memória Social do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia ministrada por meu orientador do mestrado, o Prof. Dr. Gilmário Moreira Brito. Os debates me propiciaram pensar a memória como objeto, fonte ou recurso, bem como embasou problematização da



¹⁰ “Vem, temos História! Vem, seremos: dos aspectos históricos da Pedagogia Interétnica pela história ensinada dos povos africanos”; “Pelos brechas do currículo: a formação do processo educativo interétnico – Salvador/Bahia 1970-1980”.

memória social à formulação da noção de redes de insurgências para pensar o trabalho de intervenção social e política que intelectuais ligados ao movimento negro estabeleceram no âmbito educacional da cidade de Salvador durante o recorte temporal constituído.

Portanto, ao me levar à compreensão da acuidade teórica/ metodológica e possibilidades fundamentais do campo da memória no âmbito da História da Educação, a disciplina ofertou amplo debate para além das fronteiras arquitetônicas e geográficas das universidades, já que estive integrada a professoras, professores, pesquisadoras e pesquisadores da Educação na Bahia.

A participação no Núcleo Diadorim de Estudos de Gênero, levou-me ao entendimento que política de citação possui efeito de circulação, sendo mesmo estratégia de subversão, do ponto de vista intelectual, educacional e sociopolítico, aos discursos que negam, desqualificam e tentam silenciar historicamente as produções intelectuais negras, facultando “não lugar” a pessoas racializadas como também às dissidências sexuais e de gênero. Logo, tendo como objeto de estudo uma Pedagogia baiana, formulada por um intelectual negro baiano, coube enveredar por bases teórica-metodológica de intelectuais negras e negros, baianos, brasileiros.

Sob orientação da Prof.^a Dr^a Simone Silveira Amorim e junto ao Grupo de Pesquisa Educação e Sociedade: sujeitos e práticas educativas (GEPES), liderado por ela, foi possível lançar olhar sobre processos educativos que buscaram valorização interétnica como embasamento ao debate e práticas pedagógicas consistentes da Educação para as relações étnico- raciais. Foi possível ainda, entender que a compreensão de trajetórias de outros sujeitos, requer rompimento com estereotipagens, requer não apenas ação, como afeto, aos significados e ressignificações importantes à compreensão de quem pretende enveredar na narrativa histórica com a memória, com a História Oral.

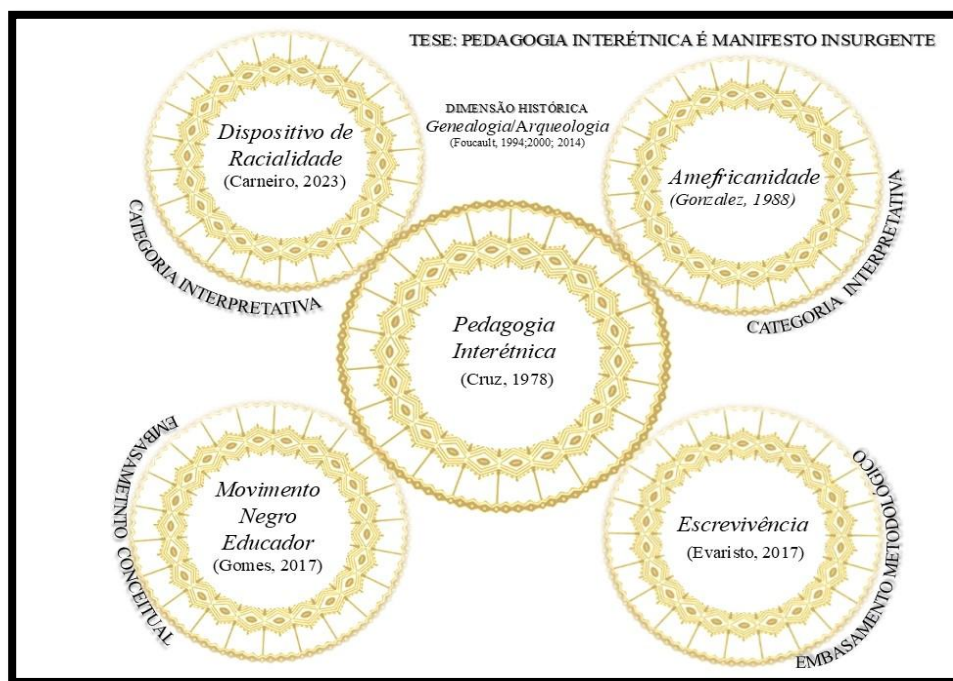
Pois, sendo os entrevistados e entrevistadas, sujeitos que testemunharam, acontecimentos e conjunturas em estudo, as nuances da precaução epistemológica, devem ser direcionadas a um universo de sujeitos atravessados por modos de subjetivação, plurais e que, portanto, como risco e aposta ética, escapam a qualquer tentativa de adequação às concepções teóricas.

Somado a isso, é preciso dizer que a produção de conhecimento imbrica processos de subjetivação e significações, de modo que as pesquisas não mais se fixam num método universal. Sendo, portanto, crucial voltar a atenção às especificidades da experiência cultural local e da estrutura social, pois a abordagem, metodologia, de como entramos em um campo de investigação e as perguntas que fazemos determinam parcialmente o resultado alcançado.

Assim, busco investigar como a *Pedagogia Interétnica* se constituiu como manifesto insurgente, a partir das seguintes questões: Como a *Pedagogia Interétnica* se consolidou enquanto manifesto insurgente? Como Manoel de Almeida Cruz construiu um ethos, uma ética para propor, elaborar e implementar a *Pedagogia Interétnica*? Como Manoel de Almeida Cruz afirmou a *Pedagogia Interétnica* enquanto lastro de alternativas para combater o racismo?

Para tanto, sob a metáfora do crochê, mobilizo linhas das referências mais largas, conforme disposto na Figura 1, presentes na escrita de intelectuais negras, brasileiras através das categorias de *Dispositivo de Racialidade* (Carneiro, 2023), *Movimento Negro Educador* (Gomes, 2017), *Amefricanidade* (Gonzalez, 1988), que numa relação circular, traduzem o sentido próprio dos princípios do combate ao racismo presente na *Pedagogia Interétnica* (Cruz, 1978) e dão operacionalidade a metodologia da movência, que melhor apresento na próxima seção.

Figura 1: Operacionalidade da Metodologia da Movência



Fonte: Elaboração da autora a partir das principais referências.

Sueli Carneiro (2023), problematiza o conceito de epistemicídio, enquanto aprisionamento de ordem colonial, que fez emergir uma nova tríade de poder, saber e subjetividades informadas pela racialidade, colocando “desiguais” (Carneiro, 2023, p. 34) no lugar de “outridade” (Kilomba, 2019).

Através de análise dos aspectos que estruturam o que denomina de *Dispositivo de Racialidade*, Carneiro (2023, p.35) salienta que “o contrato racial firmado entre iguais, instituiu

‘desiguais’ como objetos de subjugação, sob a égide de uma suposta neutralidade que estrutura o dispositivo de racialidade”. Carneiro (2023) demarca que:

O Não-ser assim construído afirma o Ser. Ou seja, o Ser constrói o Não-ser, subtraindo-lhe aquele conjunto de características definidoras do Ser pleno: autocontrole, cultura, desenvolvimento, progresso e civilização. No contexto da relação de dominação e reificação do outro, instalada pelo processo colonial, o estatuto do Outro é o de ‘coisa que fala’ (Carneiro, 2023, p. 91).

De forma que, não apenas “o não reconhecimento de intelectuais negros” como também a tratativa de “militantes negros como objetivação e fonte primária de pesquisas” são práticas de epistemicídios que “opera em estreita consonância com o dispositivo de racialidade”. (Carneiro, 2023, p.49).

Esta tese, como chamam atenção Osmundo Pinho e Ângela Figueiredo (1995), bem como a Sueli Carneiro (2003), foi elaborada com afeto e o cuidado de “não imobilizar intelectuais negros à condição de categoria ou a uma representação alegórica” (Pinho; Figueiredo, 2002, p. 198-206). De não “transformar intelectuais negros insurgentes em meras fontes primárias de pesquisa, abandonando e/ou rejeitando seu estatuto de autoridades do saber sobre si mesmos” (Carneiro, 2023, p.141).

O estudo de relações raciais, faz parte da história das relações de raça no Brasil. Tanto alimenta as interpretações que entram nas disputas efetivas, extrapolando o campo acadêmico propriamente dito, constituindo modelos de leitura legítimos, [...] como oculta o que deveria esclarecer: as relações entre a produção do conhecimento e a estrutura desigual da sociedade brasileira, racialmente marcada (Osmundo Pinho e Ângela Figueiredo, 1995, p.198-206).

Neste sentido, busco crocheter de maneira cuidadosa a linha tênue, para que Manoel de Almeida Cruz, não seja percebido como objeto da pesquisa, e sim como ator político, educador de coletivos e pessoas que destacou as dimensões mais reveladoras do seu ato pedagógico em prol de uma pedagogia emancipatória, interétnica, daí seu caráter insurgente.

Com a categoria *Movimento Negro Educador* da Nilma Lino Gomes (2017), indaga-se as interpretações e saberes produzidos sobre o movimento negro que se formularam “desconectados da intelectualidade negra e de suas reivindicações” (Carneiro, 2023, p.40), para operacionalizar movimento negro não apenas como conceito, mas como educadores, que ao elaborarem e socializarem saberes suscitaram *conhecimentos nascidos nas lutas* (Gomes, 2017).

Já a categoria política- cultural, *Amefricanidade* da Lelia Gonzalez (1988), sem que seja categoria que se restrinja ao Brasil, é tomada como perspectiva interpretativa, para pensar a *Pedagogia Interétnica* como projeto e prática que desafiou e interrogou o constructo da formação histórico-cultural do Brasil, a partir da problematização e inferências a alternativas de combate ao racismo no espaço escolar.

Amefricanidade coloca em diálogo, a presença negra no continente americano e leva à compreensão do tipo específico de racismo desenvolvido na América Latina que se constituiu numa forma eficaz de alienação. O *racismo de denegação* não só estabeleceu o desejo de embranquecer como deixou na solidão as denúncias/análises da intelectualidade negra acerca das formas de opressão racista. (Gonzalez,1988).

São implicações democrática; exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: a América (Gonzalez,1988, p.08).

Amefricanidade permite dizer das compartilhadas resistências às imposições históricas, culturais, políticas e geográficas de América Latina, que ultrapassaram visão idealizada ou mitificada de África, e expressaram conexões insurgentes de sujeitos que transformaram em Améfrica as estruturas coloniais da América Latina, ao colocar em movimento a ladinidade que atuou nas fissuras dos códigos para simular aderências, quando produziam dissidências.

De modo que trata-se de estudo qualitativo, em uma perspectiva descritiva-analítica, que investiga elementos de uma situação educacional específica, que embora tenha pesquisa com foco e contexto semelhante, tem caráter original, porque não apenas diz da força do movimento negro na prática de um currículo ressignificado, como coloca em movimento o *ethos* pedagógico ancestral presente em Manoel de Almeida Cruz, e que, por isso, reflete experiências, vivências e evidências da importância da sua trajetória e da sua rede de insurgências.

A conceituação de *ethos* como marcar de pertencimento presente em Sales (2023, p.18), ao pontuar “os movimentos em torno do *ethos* feminino, *ethos* comunitário, articulados ao pensar ontológico da natureza e cultura”, me permite defender *ethos* pedagógico ancestral como cada vida em movimento, cada corpo com sua própria história, que em determinado tempo e espaço, evoca e localiza a confluência das experiências, buscando manter-se vivo pela elaboração de repertório coletivo comprometimento com a experimentação da liberdade de

criação, em prol de perspectivas da descolonização de corpos racializados, sem o bololô¹¹, das epistemologias hegemônicas ou das identidades homogeneizantes.

No que diz respeito ao método, embora Michel Foucault (1994;2000; 2014) não tenha tido a intencionalidade de elaborar um método, *Genealogia/Arqueologia*, presentes em suas análises históricas oferece modos de problematizar textos, estratégias para desconstruí-los e analisá-los. Permite a partir das leituras das fontes, construir imagens de pensamentos, para interrogar, descrever-analisar os sujeitos da pesquisa; contribuem aos detalhes do sentido das respostas que se pretende erigir para ler o não dito diante a evidências históricas, o que envolve diálogos teóricos e dos saberes, sob a perspectiva interseccional de classe, raça, gênero; e, estabelecem intercâmbio e aproximações entre noções que reconectem experiências negras para dizer dos encontros e atravessamentos presentes nos estudos étnico-raciais.

Diálogos teóricos e dos saberes que suscitem objetivos propulsores às etapas da pesquisa, a partir do objetivo geral de analisar a *Pedagogia Interétnica* enquanto manifesto insurgente que construiu processos educativos de pertencimento étnico em Salvador/Bahia nas décadas de 1970 a 1990. Os objetivos específicos são:

- Compor trajetória de Manoel de Almeida Cruz, com ênfase na memória social do Movimento Negro e das pesquisas em Educação para Relações Étnico Raciais dos últimos vinte anos, no campo da educação no Brasil.
- Situar o protagonismo e lugar de engajamento intelectual do Manoel de Almeida Cruz como parte da memória social do movimento negro educador, na medida em que produziu conhecimento insurgente comprometido em combater o racismo no espaço escolar;
- Enfatizar, a partir de uma sustentação e aposta teórica, a Pedagogia Interétnica enquanto *ethos* pedagógico ancestral, em diálogo com noções como pensamento amefricano, intelectual circulante.

Para apresentar as seções e subseções da tese, apresento movimentos do crocheter no vaivém das mãos que se somam, se movem entre traços, linhas, para dizer e desdizer de cada parte do todo. A intencionalidade é que, ainda que não seja uma tese multipaper, cada seção possa ser lida sem seguir uma ordem de enumeração, pois como pontua Deleuze (1992, p. 47), as linhas de produções de memórias, são “elementos constitutivos das coisas e dos acontecimentos” e por isso, não são retas, nem únicas. Assim, o recurso imagético ao sumário, é para que leitores, tenham linhas de possibilidades, escolhendo iniciar leitura, por qualquer uma das seções da tese.



¹¹ Embarço, nó das linhas de costura, crochê.

As entrevistas semiestruturadas, enquanto instrumento metodológico de coleta de dados e de escrita, viabilizaram narrativas, que fez emergir memórias, sentidos e significados das experiências vividas pelo intelectual, consideradas cruciais na definição de quais alternativas foram acionadas pelo gesto insurgente, a partir do lócus da pesquisa e análise dos dados gravados, que foram transcritos e analisados buscando o que Carvalho (2004), chama de “situações chaves resgatadas”.

Nesta direção, a tese está alinhada por cinco seções. A seção introdutória intitulada “O corpo sensível dessas palavras” apresenta meu encontro e interesse pelos processos educativos e histórico-educacionais da *Pedagogia Interétnica*. Atenta a importância da demarcação dos objetivos e principal argumento de tese, são referendados os caminhos éticos que a pesquisa exige para traduzir a densidade histórica e as rotas metodológicas, apresentando sustentação e aposta teórica, a *Pedagogia Interétnica* (1978) enquanto *ethos* pedagógico ancestral, a partir das noções de pensamento amefricano, intelectual insurgente e rede de insurgências.

“Entrelaçando conhecimentos pela elaboração metodológica da movência”, segunda seção desta escrita, conduz ao contorno dos objetivos e da problematização da tese. Detalha as diferentes linguagens entrelaçadas na escrita: fontes jornalísticas, contexturas escriturais em diários online - blogs, relatórios das reuniões científicas do Grupo de Trabalho 21 - Educação e Relações Étnico Raciais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED GT 21- do período de 2003-2023, poesia, literatura, imagens como articulação de modos de fazer uma pesquisa pela metodologia que denomino de Metodologia da Mouvência.

É também nesta seção que mulheres e homens que fazem parte da rede de insurgências de Manoel de Almeida Cruz, se apresentam, passando a ser sujeitos da escrita que recusa o esquecimento, ocultamento e silenciamento da memória de Manoel de Almeida Cruz.

Com uma tônica mais genealógica, a análise crítica das possibilidades e dos limites do que foi feito em vinte anos de políticas públicas e de pesquisas sobre Educação para Relações Étnico Raciais, a partir dos relatórios das reuniões científicas do Grupo de Trabalho 21-ANPED, se dá através do mapeamento, levantamento e análise de pesquisas científicas apresentadas entre 2003-2023, que dialoguem direta ou diretamente com os descritores Pedagogia Interétnica, Intelectual negro e Ethos ancestral (ancestralidade), como forma de pontuar a dimensão e a importância da pesquisa em Educação para relações étnico-raciais como ato político de reconexões com memória social e as experiências negras.

Na terceira seção, “Nossas existências no fazer intelectual”, problematizo noções, dimensões e conceitos de intelectual para elaborar dimensão intelectual de Manoel de Almeida Cruz (1950-2004), preservo o elemento étnico, é intelectual negro, e, chego à noção de

Intelectual Circulante a partir das narrativas de memórias de mulheres e homens, sujeitos dessa escrita que em diálogos com outras fontes, são fios condutores à elaboração da narrativa do viver de Manoel de Almeida. Aqui, também recorro ao que denomino de contexturas escriturais de diários online – blogs, enquanto repositórios de produção de memórias da experiência cotidiana; ao registro efêmero, descontínuo e ao mesmo tempo potencializador da escrevivência que revela outros sujeitos pertencentes à rede de insurgências do intelectual negro, circulante.

“No fluir de outras perspectivas existenciais lastros do combate ao racismo” é a quarta seção em que há o exercício de perceber, analisar e estudar as publicações jornalísticas do período de 1970 a 1990, em diálogos com outras fontes, para compor sentidos específicos, problematizo diferentes modos de subjetivação, presentes nas narrativas jornalísticas.

Pontualmente indico como o planejamento visual da disposição das notícias em torno da elaboração, circulação e implementação da *Pedagogia Interétnica* e das ações formativas promovidas pelo Núcleo Cultural Afro-Brasileiro (1974), nas páginas dos jornais como *A Tarde*, *Tribuna da Bahia*, *Diário de Notícias*, diziam muito do alinhamento político dos dirigentes desses jornais. Contudo, a despeito dessa constatação, as narrativas presentes nas notícias analisadas, permitem conceber os jornais como plataformas de potencial pedagógico de significativa importância à historicização da atuação cotidiana, permeada por subjetividades, dos movimentos Núcleo Cultural Afro-Brasileiro (NCAB) junto a Manoel de Almeida Cruz.

De onde surge a noção de Pedagogia do Incorrigível diz do corpo atuante, criativo e comprometido com descolonização move redes de insurgências para o fortalecimento de profundas alternativas de combate ao racismo.

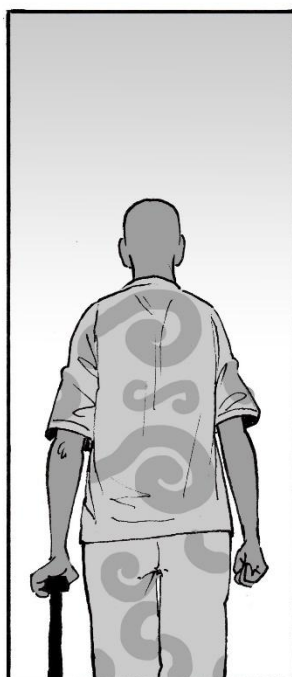
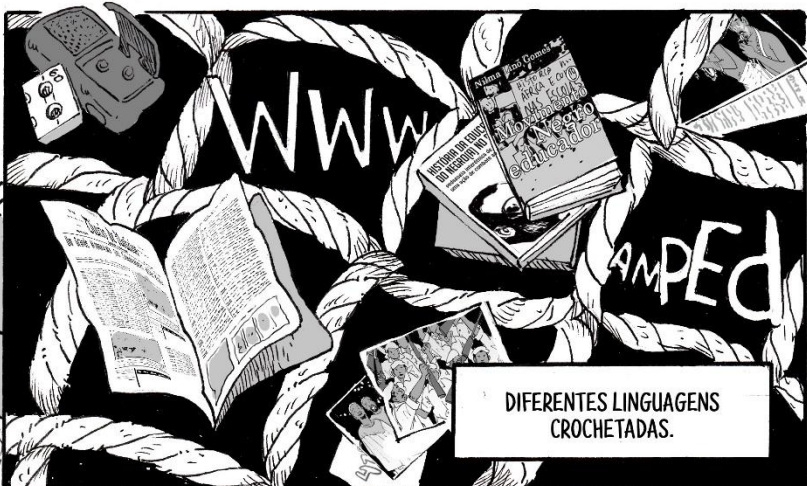
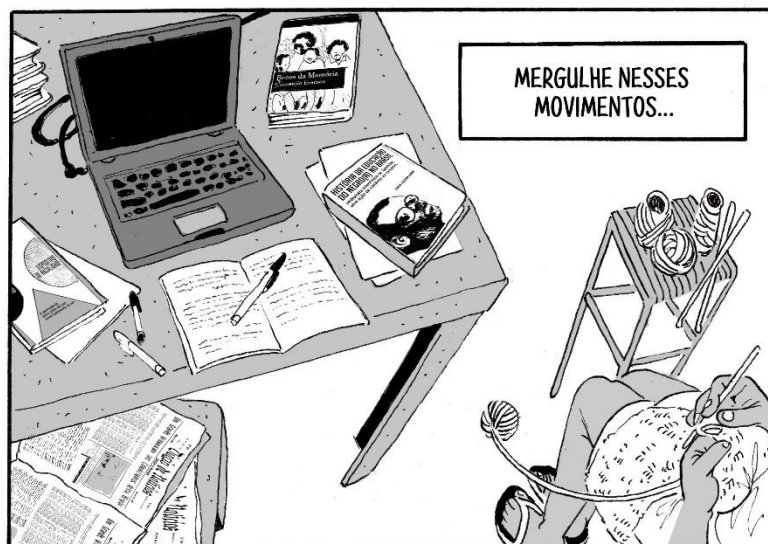
Em “Entre rasuras e enfrentamentos – tecendo considerações” última seção, onde são retomadas as compreensões fundamentadas nos debates, indícios e resultados apresentados ao longo da tese, confirmando ou não o alcance dos objetivos propostos na pesquisa, proporciona a compreensão de que não há um esgotamento de outras possíveis reflexões, acerca da temática, dizem dos limites da pesquisa, de possíveis outros alargamentos, de abertura a outros crochês de saberes e existências possíveis.

ENTRELAÇANDO CONHECIMENTOS



PELA ELABORAÇÃO METODOLÓGICA DA MOVÊNCIA

Seção II





Leia-me
Com olhos
Com língua
Com arrepios na ponta dos dedos.

Leia-me
Me conduza em fluídos, versos, linhas
Me devore as entranhas,
Beba-me!



Para acompanhar a
declamação pela autora
do poema, basta abrir o
app da câmera do
celular e apontá-lo para
o QR Code.

Contudo
Leia-se
Antes de me
Ou de nos traduzir

Anajara Tavares

Uma versão. In: Unguento, 2021, p.32

Ao colocar *Uma versão* em movimento a poeta Anajara Tavares nos assenta no inesgotável fazer-se e refazer-se, um exercício similar ao ato de pesquisar que me colocou em direções inusitadas de organizar e reorganizar a produção dessa escrita, que foram me levando à elaboração de um conceito metodológico, mas, sendo uma versão das muitas que podem se constituir, tem o limite capaz de acentuar o pensamento crítico de quem ler-me, ao ler-se.

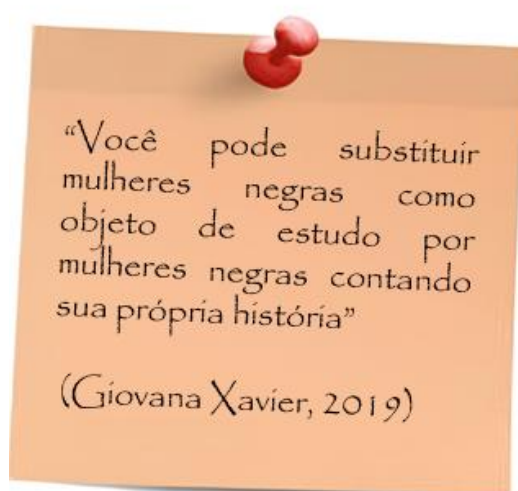
Assim, contornando, aproximando-me, de um lado para outro, pensamentos movimentam-se e me permite traçar caminhos para problematizar, recriar. Ao pensar os modos de pesquisar, rememoro um longo período da adolescência. No final da década de 1980 e ao longo da década de 1990, minha mãe Nice – madrastra que tenho como mãe desde meus sete anos de idade, com a perda da minha mãe biológica aos três – diante à inesperada decisão de Carlinhos, meu pai, de se separar e sair de casa, moveu os sentidos de luta e força para manter toda família financeiramente, foi nesse momento que aprendi crochê, funcionava como terapia, e também a fazer “geladinhos”, “gelados”, “sacolê” uma sobremesa popular, basicamente suco de fruta congelado dentro de um saquinho plástico, cujo nome varia de região para região do Brasil. Todos na casa passaram a ter tarefas específicas na produção de geladinhos, doces e salgados que vendíamos na residência mesmo, para garantir custos com as despesas, paralelamente ela se lançou a costurar, habilidade que já tinha desde sua adolescência.

Não aprendi tão rápido a fazer os geladinhos, principalmente laçar, amarrar o saco para conter e dar forma à sobremesa, era muito escorregadio, até alcançar um próprio modo de fazer. Mas, aqueles momentos da feitura eram regados de muitas histórias, de cantigas, e às vezes de um silêncio ensurdecedor, minha mãe Nice continha suas lágrimas, mas nos dias de silêncio, eu conseguia perfeitamente escutar seu pranto, conseguia ouvir seus questionamentos, principalmente de onde teria errado na construção daquela relação, porque para ela, ainda era inconcebível ser uma mulher separada.

Mas, sua capacidade de se reerguer, fazia-nos estar novamente naquela feitura, às vezes em vinte e quatro horas, outras em quarenta e oito horas, e o que me intrigava mesmo era a estética da disposição dos geladinhos numa grande bandeja, antes de ir ao congelador. Aquela arrumação em que permaneciam firmes sem possibilidade de quedar independentemente da quantidade que estava na bandeja.

Eis que ela partilhou que a arrumação fazia parte das memórias de suas experiências vividas quando trabalhou em uma fábrica de charutos em São Félix, Recôncavo Baiano, quando ainda residia na sua cidade natal, Muritiba, dali em diante teríamos muitos dias de relatos daquela sua constituição subjetiva.

Passamos a falar do cheiro forte do tabaco, da longa caminhada de casa para o trabalho e vice-versa, de relações trabalhistas, de independência financeira, de redes de solidariedade, de obediência velada, de estratégias sutis de resistência e especialmente de como a forma de empilhamento dos charutos, poderiam deixar parecer que as formas dos charutos eram invariáveis, mas nunca eram idênticos, pois naquela feitura por mãos predominantemente femininas, havia muito mais que desenvoltura, talento, havia arte e ciência para lidar com a folha do fumo, o próprio fumo e cada detalhe que se fazia e refazia como metodologia da movência em que a ação humana é lúdica, carregada de símbolos de comunicação porque dispensa separação entre sensível e inteligível.



Nos tempos da escrita da tese para fins de qualificação, essas memórias figuradas e com tantas miragens, que articulam a história da mãe Nice a minha história, tornaram-se pontes ao meu movimento metodológico como “[...] uma forma de exercitar um modo de vida, estudar e viver o próprio presente (Momoli; Loponte, 2018, p. 233).

E inventar um método, conforme procede Sandra Corazza (2020) ao dizer que a invenção do método, o saber de um método, uma *metodosofia*, “faz-se e consolida-se em operações efetivas, que o vão criando à medida que se produzem” (Corazza, 2020, p.15), está conceituado aqui como metodologia da movência. Penso na feitura dos geladinhos, mas especialmente da movência das mãos a crocheter, dedos em zigue-zague que parecem dançar no ar, articulados, firmes, com propósito de coerência e beleza, de ética e estética.

A demarcação da memória enquanto epistemologia ética de provocar fissuras na produção científica hegemônica se dar com a metodologia da movência, tomando por base investigação e produção escrita baseada na escrivências que objetiva o reconhecimento da produção escrita de mulheres e homens negras/os por meio da constituição de outras narrativas,

plurais e diversificadas. Portanto, os percursos metodológicos dizem das escrevivências – orais e escritas – que inscreve nas falas, escritas e corpos vivências e experiências de si, resistências e redes de insurgências.

Metodologia da movência, diz da possibilidade de fraturar uma perspectiva hegemônica, eurocêntrica, para dizer das memórias “banais” (Foucault, 2014), como ato inventivo de uma experiência escrita ética, estética que provoca a experiência de quem lê, pois “o que se deve fazer com os fatos banais é descobrir que problema específico e, talvez, original a eles se liga” (Foucault, 2014, p. 120).

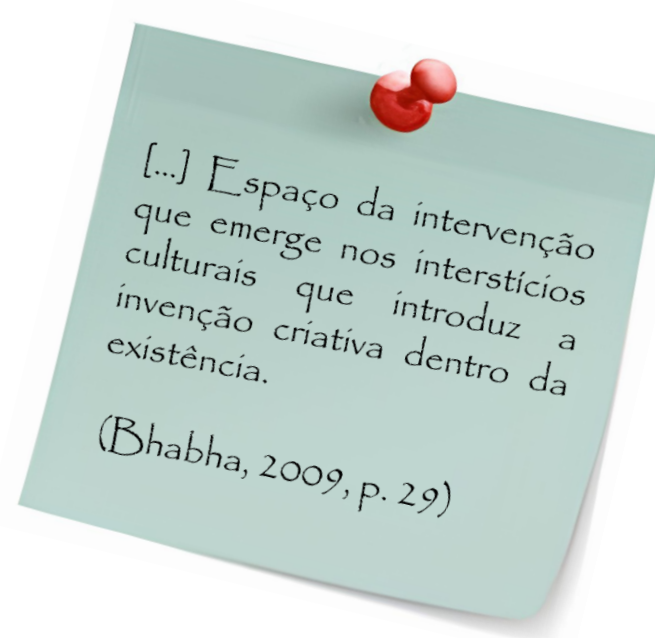
Portanto, uma noção metodológica de escrita em que a experiência de Manoel de Almeida Cruz e a experiência da pesquisadora serão utilizadas para viabilizar narrativas que dizem respeito às experiências coletivas da intelectualidade negra, das redes de insurgências, pois, há atravessamentos, que nesta pesquisa diz da atitude educadora inconformista para romper com as fronteiras das categorias raça, classe, gênero, que em perspectivas fronteiriças “operam sob narrativas da dominação moderna ocidental e colocam o corpo biológico e social numa retroalimentação determinista” (Oyěwùmí, 2021, p.37).

Esse esforço intelectual de crochetar, a partir de pontos de encontros, fios que se entrelaçam para conceber uma escrita ética, estética na “lógica do vaivém” não necessariamente tem a “pretensão conciliatória ou harmônica” (Sodré, 2017, p. 23), de ser uma escrita metodológica fechada, intransponível, pois como questionou Foucault, (2010, p.303) “será que, no fundo, uma ciência não poderia ser analisada ou concebida como uma experiência? Como uma relação tal que o sujeito possa ser modificado por essa experiência?”

Crochetar conceitos, ora afrouxando o ponto, ora apertando o ponto para possibilidades do artefato se abrir, ganhar forma e beleza, diz do corpo disposto a movimentar pressupostos que se entrelaçam em mim, diz de não privilegiar pretensões metodológicas generalizantes, fixas e classificatórias que não permitem experimentar os presságios de noções sendo erigidas a partir de idas e vindas, do fazer-se e refazer-se. Não seria pois o ofício de pesquisador[a], seja qual for a vertente teórica pela qual se tenha afinidade, experimentá-la? (Louro, 2007, p. 239).

Assim, considero coerente à forma como estou tecendo os pontos desse crochê, o uso da ideia noção, que a utilização dos termos conceito e categoria. A intencionalidade não é negar categorias de pensamentos, mas sendo categorias e conceitos termos cravados na modernidade ocidental e ser essa escrita um movimento abaixo da linha do Equador, constitui-se em referência direta ao campo em que me movimento, pesquiso e escrevo, sem deixar de considerar a importância de palavras fixadas, delimitadas e bem explicadas.

Em meio a diversos recursos metodológicos de escrita, a experimentação atravessa as fronteiras disciplinares para historicizar conceitos, teorias e, tecer *escrevivência* (Evaristo, 2017), enquanto movimento criador ético, estético à construção de narrativa singular aliada às experiências coletivizadas, e essa forma de experimentação está relacionada ao ato de pesquisar, rematando os atravessamentos comuns e distintos das vivências e marcadores sociais que compartilhados exercem relação de cumplicidade com outros sujeitos.



Imersa na trajetória de Manoel de Almeida Cruz, compreendo que “o pedagógico adquire razão política, social e existencial” (Walsh, 2013, p. 25), e caráter de proposição teórico/metodológica para subverter a negação, apagamento e o silenciamento da produção intelectual negra concebida como *Pedagogia Interétnica*.

Porém, ao me debruçar sobre uma tese acerca da proposta pedagógica de um intelectual, hoje, com quase vinte anos de políticas afirmativas, uma e mesma questão se apresenta inicialmente: no jogo de luta entre os apagamentos do pensamento abissal e das construções de pedagogias decoloniais, qual o lugar que o campo da educação reservou, em sua memória social, à pedagogia interétnica de Manoel de Almeida Cruz? Mais do que isso, e após a afirmação do *Movimento Negro Educador* - usando um termo de Nilma Gomes - e de políticas como a Lei 10639/03, Almeida Cruz ocupa, hoje, o lugar de intelectual na política da memória do campo da educação no Brasil?

Em busca das possíveis respostas, nesta seção, estabelece-se como critério de inserção de análise os Relatórios de Reunião Anual do GT 21 do período de 2003 a 2023, os Relatórios de atividades do Grupo de Trabalho Educação e Relações Étnico Raciais- GT 21 do mesmo

período, e os Anais das reuniões científicas nacionais, todos estes publicamente disponibilizados e hospedados em banco de dados e na biblioteca virtual do site da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED.

Ao que compoñho levantamento da construção da memória social do movimento negro educador, tendo por foco os monumentos construídos pela memória no Grupo de Trabalho 21 - Educação e Relações Étnico Raciais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED, nos últimos vinte anos de políticas públicas e de pesquisas sobre Educação para Relações Étnico-Raciais.

Tomando por compromisso político e ético as nossas existências no fazer intelectual, estabelece-se diálogos teóricos e dos saberes entre a Amefricanidade de Lelia Gonzalez (1988), o *Movimento Negro Educador* de Nilma Lino Gomes (2017) e a *Pedagogia Interétnica* de Manoel de Almeida Cruz (1978), que dirão da construção teórica para mobilizar análise do conjunto plural de documentos e as noções: Manifesto Insurgente e Redes de Insurgências.

2.1 POR UM REMATE DOS PONTOS – AS IMPLICAÇÕES DO CROCHETAR

O percurso e procedimentos metodológicos aqui realizados, buscam inspiração em diferentes linguagens crochetas pela produção teórica, de base foucaultiana, da Sueli Carneiro (2023), em torno da problemática racial no campo analítico dos conceitos de dispositivo e do biopoder formulados por Foucault, enquanto base teórica-metodológica à problematização do *dispositivo de racialidade* para dimensionar o epistemicídio, na medida em que a modernidade ocidental, estabeleceu “campos ontológico, epistemológico e de poder na conformação dos modos de subjetivação” (Carneiro, 2023, p.44).

Os procedimentos de coleta das informações são tomadas enquanto instrumentos analíticos de ruptura às características da colonialidade na escrita histórica, as articulações de saberes e as *bricolagens* metodológicas apoiadas em diferentes deslocamentos conceituais, teóricos, disciplinares e interseccionais, que juntamente com o procedimento do *multiplicar* amplia os sentidos do texto por multiplicar referências, numa perspectiva plural das significações de todos discursos, linguagens, e materialidades, como as entrevistas semiestruturadas, que permitiram compreender as brechas pelas quais se pode acionar aquilo que nos atravessa e os modos de ser sujeito enquanto potência de afirmação da vida e das múltiplas maneiras de ver e fazer educação pelas relações étnico-raciais. Para tanto, há que se *poetizar*, escrever de modos abalizados, como forma de despertar os sentidos para escutar, dizer, ver e sentir. (Paraíso, 2012)

Contudo, como movência nesta tese, diz do próprio movimento dessa pesquisadora, de um corpo que se movimenta, gesticula e se expressa, no decorrer de certos intervalos de tempo, em relação a um entrelaçar de significados, pretende-se apresentar significância dos resultados dessa pesquisa, sem o tom de conclusiva, prescritiva, mas, como experiência escreviente, da qual outras subjetividades possam atravessá-la, ressignificar por outros movimentos de pensar e fazer pesquisa.

Cabe dizer ainda, que nesse meu deslocamento há tantos outros atravessamentos que me permeiam, por isso a vontade “quando muito, instrumental e sonhador[a].” (Foucault, 2010, p. 290) de conceber uma tese que chegue aos meus mais velhos, aos estudantes da Educação Básica, os quais não estão fora dos conhecimentos constitutivos da minha corporeidade.

O que justifica na materialidade desta pesquisa o uso de fontes jornalísticas, de contexturas escriturais em diários online - blogs, repositórios de produção de memória social do movimento negro e do Grupo de Trabalho 21 - Educação e Relações Étnico Raciais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd, de memórias escapes e das entrevistas aliados ao uso da poesia, da literatura, de imagens como fotografia e tirinhas em quadrinho- HQ.

O uso da arte como articulação de modos de fazer uma pesquisa que registra “forças, limites e possibilidades, de construções metodológicas” (Paraíso, 2012, p. 24-25), na qual a subjetividade da pesquisadora é ato pedagógico e inventivo de uma experiência escrita ética, estética de provoca [ação]. Portanto, uso das franjas que embainham algumas páginas do texto, utilizadas para destacar considerações complementares que, no corpo do texto podem interromper o entendimento ou a lógica da leitura, prestam esclarecimentos importantes, junto as materialidades utilizadas, são dispositivos de partida para crocheter os percursos iniciais da pesquisa, por isso, passo a apresentar as materialidades da pesquisa.

a) Diários online/blogs - denomino como repositórios de produção de memória social do movimento negro, trata-se de contexturas escriturais, memórias coletivas e afetivas permeados por modos de subjetivação que, sem intenção de ater-me ao debate conceitual de biografia, tornaram-se materialidade potencializadora da metodologia escreviente, onde cada memória pessoal é parte da memória coletiva: fio condutor à percepção de uma rede de insurgências, que permeada pela narrativa do viver, da escrita comprometida com a vida, como sugere Conceição Evaristo (2017), torna os escritos das memórias ato de criação.

Além disso, o questionamento ao que esses vestígios memorialísticos cunham de sentido a pesquisa, especialmente no que tange a *multiplicar* os sentidos da materialidade metodológica, fizeram-me colocá-las em observação junto aos aportes teóricos-metodológicos e às demais

materialidades, o que permitiu vislumbrar que tais modos de subjetivação da memória social do movimento negro, enquanto plataforma acessível, manifesta vontade de narrar/memorar própria história em diálogo direto com pessoas; e, direciona as dimensões reveladoras do caráter insurgente, emancipatório da movência da proposta pedagógica interétnica de Manoel de Almeida Cruz.

b) Relatórios de Reunião Anual, de atividades do Grupo de Trabalho Educação e Relações Étnico Raciais/ GT 21 e Anais das reuniões científicas nacionais - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED. 2003 a 2023

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED é espaço de luta e de resistência por e pela Educação, sendo formada por nichos específicos que são os Grupos de Trabalho. Ao fazer levantamento das produções voltadas ao Grupo de Trabalho Educação e Relações Étnico Raciais (GT21), nos Relatórios de Reunião Anual, e nos Anais das reuniões científicas nacionais, no período de 2003 a 2023, coloco em movimento de análise e tensionamento os descritores: Pedagogia Interétnica, Intelectual negro e Insurgências.

Tencionar o campo de produção científica no Grupo de Trabalho Educação e Relações Étnico Raciais/ GT 21, parte da necessidade de compor um levantamento da construção da memória social do movimento negro educador dos últimos vinte anos, enquanto critérios de estabelecimento do lugar de análise crítica, que permite dizer das possibilidades e, sobretudo, dos limites do que foi feito em 20 anos de políticas públicas e de pesquisas sobre Educação para Relações Étnico Raciais, bem como, atentar ao que já foi produzido e que deve ou não ser incorporado. As análises são parte da urgência em pensar qual o lugar que o campo da educação reservou, em sua memória social, à pedagogia interétnica de Manoel de Almeida Cruz?

Para tanto, aciono a *Pedagogia Interétnica* na pesquisa em educação para relações étnico-raciais; operacionalizo a condição de educador do Manoel de Almeida Cruz junto ao Núcleo Cultural Afro-Brasileiro que entre as décadas de 1970 a 1990 já movimentava o uso social da noção de raça para indicar caminhos de enfrentamento ao racismo; e, analiso como a ênfase na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida em Durban, na África do Sul em 2001 e nas elaborações de políticas públicas institucionalizadas por leis a partir dos anos 2000, como marcos de ações afirmativas de enfrentamento ao racismo no campo educacional, requer debates ontoepistemológicos para que mais conceitos e categorias concebidas por intelectuais negros, bem como o conhecimento de suas trajetórias se somem às qualificadas produções de pesquisas publicizadas na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED.

c) Jornais impressos – intencionando analisar os significados das evidências históricas e os sentidos das respostas que se pretende construir à presente tese, a movência das análises-descriptivas perpassa pelo crivo da imprensa, para tanto, foram feitos levantamentos do período em estudo, 1970-1990, em títulos jornalísticos impressos de circulação ampla como o *Diário de Notícias*, *Tribuna da Bahia* e *A Tarde*, disponíveis no Arquivo Público do Estado da Bahia e na seção de periódicos da Biblioteca Central do Estado da Bahia como também o *Quilombo: vida, problema e aspirações do negro*, número 6 e 10 de 1950, disponível no formato digital no site *O jornal quilombo*.¹²

Na análise da fonte jornalística de circulação ampla, atendo-me às múltiplas e complexas questões das formas pelas quais são produzidos sujeitos, ampliando o sentido da “educação em direção ao entendimento dos modos de existência e modos de constituir a si mesmo” (Fischer, 2002, p. 153), identificados na leitura aprofundada de notícias voltadas ao currículo, a escola, a educação, às relações étnico-raciais.

Somado a tal pressuposto, e diante do percurso da escrita, coloco em questionamento como se deu a imersão de Manoel de Almeida Cruz nesse espaço midiático, tal visibilização enunciava como reconhecimento social? Esse reconhecimento seria uma forma de estabelecer dependência ou controle? Esteve Manoel de Almeida Cruz se submetendo ao artifício da produção discursiva das relações de poder saber presentes nos impressos jornalísticos em análise? Ou esteve ele, contrariamente, insurgindo contra as formas de sujeição das subjetividades, para empreender uma luta maior contra o dispositivo de racialidade/poder?

Tais questões colocou-me diante ao desafio de apreender nas dinâmicas de poder e saber das fontes jornalísticas modos de existência de Manoel de Almeida Cruz e sua rede de insurgência, através do crocheter as movências do *ethos* pedagógico interétnico pelas fendas não pensadas pelos saberes e poderes das mídias de ampla circulação.

E por este ensejo a compreensão do cenário social e cultural do recorte espaço-temporal da pesquisa, passa pelo olhar criterioso que remete a ir além das evidências; analisar modos de subjetivação que incentivaram a elaboração dos sentidos em estudo, e, mostrar com quais outros sentidos se articula ou polemiza, pois, se os processos de subjetivação são históricos há que se ampliar a percepção sobre os diversos modos em que são produzidos, levando-se em conta as especificidades sociais e temporais.



12 Em material jornalístico produzido pelo movimento negro, incluindo o título aqui analisado, se constitui matéria de formação nos quais sujeitos atravessados pelas vivências raciais são convocados a reconhecer-se como elaboradores de modos de viver, de ser, de pensar, de conhecer e de se relacionar, enquanto epistemologia ética que demarca memórias, que provoca fissuras com os sujeitos que separa e hierarquiza.

Este procedimento metodológico, levou-me a optar por citações diretas mais longas dos recortes de notícias em análise, por isso a leitora o leitor encontra muitos recortes de texto em recuo, uma escolha metodológica para trazer o texto jornalístico para análise, a fim de identificar o potencial pedagógico da utilização das plataformas jornalísticas para veicular, produzir, movimentar repertórios e significações das subjetividades negras, para balançar as estruturas do silêncio e ocultamento de intelectuais negros e de suas produções de saberes.

Trata-se de desnudar outras vivências de produções de saberes das subjetividades negras, não meramente através do procedimento descritivo, como da problematização, presentes nas narrativas jornalísticas e como essas narrativas permite conceber os jornais como plataformas de potencial pedagógico.

d) Memórias escapes – O que nomeio como “memórias escapes” diz do processo de criação da movência dessa pesquisa, da voz, sentimentos, poéticas e experiências que escapam dos pensamentos e saltam às páginas pelas conexões possíveis a serem estabelecidas e que me colocam numa forma particular de escrever, permitindo procedimento metodológico do qual Meyer e Paraiso (Paraiso, 2012, p.39) chamam de *multiplicar* “os significados daquilo que lemos na luta para mostrar a não fixidez do significado, [...] para que tudo que é enunciado no material de investigação [...] não fique paralisado, fixo, permanente, destacando um ponto de vista, sem considerar “os olhos e os olhares”.

Portanto, a escolha por tornar essas “memórias escapes”, não deve ser vista isoladamente desse processo, muito menos aparecem apenas pela significação estética. As memórias escapes são sintetizadoras do processo e parte do percurso da pesquisa, daí a materialidade dos flagrados momentos de escapes enquanto memórias fotografadas inusitadamente; enquanto outra veemência comunicativa e de ponderação presente no vaivém da movência pesquisadora que leva leitoras e leitores a acompanharem a escrita da tese a partir de sua construção.

e) Imagens/fotografias/HQ – As imagens, fotografias e tirinhas em quadrinho são utilizadas com plural intencionalidade, tanto para pensar a pesquisa qualitativamente, que são também parte do procedimento metodológico para ilustrar e explicar, como para o pensar artístico e dos resultados estéticos, ou seja, são parte das “[...] tensões naquilo que pode ser inscrito nos vãos e espaços do que deixam ininterruptamente algo por mostrar e/ou por dizer.” (Mossi, 2017, p. 19) Assim, as imagens artísticas ou não, auxiliam-nos a pensar que existem outras formas de inventar pesquisas e que, ao criá-las, podemos enxergar de uma outra perspectiva e de um modo diferente (Veloso, 2019, p. 65).

Pensando a própria memória social, como produzida por diferentes textos, vivências e linguagens, o conjunto imagético são entrelaçados para dizer dos atravessamentos históricos presentes nas experiências que impulsionaram a movência da *Pedagogia Interétnica* enquanto movimento pedagógico, e que demarca seu caráter insurgente, mas também, para enunciar procedimentos de apreensão dos modos de ensinar e possibilidades de aprender presentes nessas imagens/fotografias/tirinhas HQ, que articuladas com as demais materialidades, dão indícios das formas pelas quais as práticas vividas constituem memórias sociais.

Além disso, esquemas, enquanto composições imagéticas, auxiliam a estabelecer modos de pesquisa atravessados por subjetivações e, por isso, não deve ser apenas visualizado na importância do levantamento de dados, mas, como produção de imagens que ampliam a movência da pesquisa, vez que “escolhas de palavras, dentro de um documento, representam também certas relações de poder implicadas nelas” (Veloso, 2019, p. 65).

f) Pesquisa de campo – Documentos pessoais. A pesquisa de campo voltada ao contato com documentos pessoais do Manoel de Almeida Cruz, foi realizada na Biblioteca comunitária Betty Coelho, localizado no bairro da Boca do Rio em Salvador- Ba.

A dificuldade para desenvolver a pesquisa com os documentos pessoais tem relação ao tratamento, catalogação e conservação, trata-se de uma biblioteca comunitária que funciona num espaço alugado, atualmente não conta com verbas destinada à manutenção e o mantenedor do acervo, Douglas Almeida, confidenciou que muita documentação pessoal de Manoel de Almeida Cruz, até a finalização dessa escrita, encontra-se em meio a tantos outros documentos, armazenados numa espécie de sótão, aguardando presença de bibliotecários voluntários, na tarefa de organizar e catalogar. Mas, senhor Douglas Almeida foi muito receptivo à intencionalidade da pesquisa, e empreendeu esforços para que eu acessasse alguns dos livros que pertenciam ao Manoel de Almeida, e alguns achados, como o fichamento de uma obra e uma carta endereçada ao Núcleo Cultural Afro-Brasileiro.

O que me colocou na condição de “crítico genético” que no *gesto inacabado* observa índices de referências bibliográficas que deram indícios de contribuição ao repertório do processo de elaboração da *Pedagogia Interétnica* enquanto alternativa de combate ao racismo, como também possíveis rasuras, anotações, rascunhos que longe de serem vinculações lineais, possibilitam a “captação de fragmentos do funcionamento do pensamento criativo e sequências de gestos que se repetem e permitem aproximações, questionamentos ao que aparentemente parece fragmentário” (Salles, 2004, p.78).

g) Pesquisa de campo – Entrevistas. Através de entrevistas semiestruturadas, como instrumento de coleta de dados, aconteceram com o projeto no Comitê de Ética e Pesquisa

(CEP) sob CAAE nº 69581422.6.0000.5371, aprovado através de parecer n. 7.149.824. Foram realizadas num período de quatro meses, com o devido consentimento, as falas dos sujeitos entrevistados foram gravadas, com o auxílio de gravador de áudio e de plataformas de gravação.

A escolha da realização das entrevistas pela concepção metodológica da História Oral é que permite documentar as vozes, as memórias dos sujeitos partícipes dessa escrita na condição de narrativas históricas permeadas de significados e significações que imprimem à memória social nuances performática destes sujeitos que estão também a repensar sobre si, sobre a sociedade e os contextos em que estão inseridos.

São narrativas de subjetividades que metodologicamente estão entrecruzadas com minhas narrativas para que a leitora o leitor não perca os fios que se entrelaçam para elaboração do viver de Manoel de Almeida Cruz, a partir de dimensões apresentadas nos relatos dos sujeitos partícipes, daí ser sinalizado nas franjas que embainham o texto, de quem se trata cada narrativa.

Os participantes das entrevistas tiveram acesso prévio ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), elaborado de acordo as normas do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade Tiradentes, assim todos os procedimentos estiveram de acordo com as diretrizes e normas regulamentadas de pesquisa envolvendo seres humanos atende à Resolução CNS nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério deSaúde - Brasília – DF. Aos participantes foi dado direito à privacidade de sua identidade (nomes e sobrenomes) não ser divulgada, mas todos consentiram a publicização.

A realização das entrevistas aconteceu na Biblioteca Central do Estado da Bahia, localizada na rua General Labatut, 27, Barris. Dados coletados passaram pelos objetivos descritivos-analíticos, na medida em que descreve pessoas, situações, acontecimentos incluindo a transcrição das falas das entrevistas semiestruturadas, na tentativa de capturar, explicar e aprofundar os sentidos que os participantes dão à experiência enquanto estrutura dos modos de subjetivação, ou seja, enquanto formas pelas quais as práticas vividas fundam e intercedem certas afinidades da pessoa consigo mesma e com a coletividade.

Portanto, os pressupostos e materialidades metodológicas apresentados na presente tese, são tensionados, entrelaçados, buscando dizer de outros sentidos dos sujeitos que não estão conformados na noção moderna de sujeitos e que possibilita refletir sobre as marcas da colonialidade nos corpos como também dizer, problematizar sobre as fissuras e transgressões que fazem nascer e renascer outros modos de ser sujeitos, em que a luta por ser sujeitos de direito, não passa pela heteronormatividade que violenta e desumaniza.

No que tais pressupostos e materialidades são elas próprias possibilidades de insurgências em metodologias e procedimentos, “por buscar saídas contra o aprisionamento e a fixidez de sentidos, os essencialismos, o ‘é isso’ ou o ‘deve-se fazer assim’, sendo renovadas aprendizagens de compreender, ver, dizer, sentir e ouvir” (Paraíso, 2012, p.32).

2.2 O COMBATE QUE SE DELINEIA PELA E COM AS REDES DE INSURGÊNCIAS

Logo após a qualificação em dezembro de 2023, passei a “sair em busca do não dito, para ampliar meu campo de interpretação e destrinçar o oculto que se esconde no visível” (Costa, 2014, p.51). Comecei a contactar os possíveis entrevistados, que inicialmente no projeto direcionado ao Comitê de Ética e Pesquisa da UNIT eram 10 participantes, apenas 6 aceitaram. Outros 3 não responderam a nenhuma das inúmeras tentativas de contato e 1 se mostrou muito solicita, sinalizou que gostaria de participar, mas por questões de saúde, precisaria aguardar parecer de médico especialista e me retornaria, o que não aconteceu até a finalização da escrita.

O não dizer, o silêncio no presente sobre um passado, me levou a encontrar formas de dizer, pois o silêncio denuncia possíveis tensões entre público e privado, passado e presente, psiquismo e social. Como sugere Mesquita (2008), o silêncio vem de uma necessidade de camada de proteção, distanciamento de traumas que ferem. O se silenciar terá sido melhor resposta para não enveredar nas incoerências e nas tensões das relações?

O silêncio sobre o passado ao invés de levar a um esquecimento, pode representar também, uma resistência à possibilidade da pesquisadora, pelo dispositivo de racialidade, tornar os sujeitos apenas fontes de pesquisa? Ou terá sido o receio da possibilidade desta pesquisadora em escrita, colocar antagonismo entre discurso militante e discurso acadêmico, desqualificando o pensamento, movimento interétnico como autoridade do saber? São algumas problematizações para pensar o que não pode ser lido por detrás das vozes e gestos, ficam indícios de palavras não transcritas, apenas decifradas no silêncio.

Assim, as vozes que se apresentam agora, são vozes dos que aceitaram entrelaçar-se em suas memórias para as quais alinho letras, como meio disponível à performance das memórias de mulheres e homens que são expressões concretas das insurgências que racharam a lógica da subjugação racial e seus atravessamentos, ecoando própria voz e as vozes de tantos.

Para que eu não torne essas vozes, letras ásperas, perfurantes e admoestadoras, recorro aos repertórios orais, entrevistas semiestruturadas, para transcrever as formas de afetação provocadas pela existência de Manoel de Almeida Cruz e pelos processos educativos interétnicos; recorro, ainda, a *Genealogia/Arqueologia* (Foucault, 1994;2000; 2014), para

transitar por paradigmas ancorados nas realidades locais, construir evidências das trajetórias dos sujeitos e “inspirar escrita inconformada com o conforto do já sabido, colocando o fato histórico em rasura, problematizando a infinitude de uma miríade de acontecimentos como um descontínuo” (Balthazar, 2018, p.69), permeado por ressignificações e modos de subjetivação em que o “refazimento” da História perpassa pela produção de conceitos e categorias afastadas dos paradigmas teóricos universais.

Genealogia/Arqueologia permite evidenciar as relações entre saberes, corpo, memória, história e documentar as memórias vivas do sonho de liberdade, das lutas, experiências e modos de vida. E todas as vozes insurgentes que reúno aqui, sabem-se mobilizadoras de continuidade, ancestralidade e porvir das linhas do combate ao racismo.

O combate que se delineia pavimentado pela insurgência de intelectuais que, em momentos distintos ou paralelos, foram fios do entrelaçamento da rede de insurgências de Manoel de Almeida Cruz e através dos seus testemunhos e recordações, são corpo-memórias de uma coletividade comprometida com a recusa do esquecimento como projeto de ocultamento, silenciamento.

É um espaço para as boas-vindas a mulheres e homens, que comportam o diverso e o imprevisível, e por isso a pluralidade de resistir, lutar, insurgir aos abusos dos silêncios. Indubitavelmente, são narrativas lócus de subjetivação, no qual narrar passagem pela vida no tempo histórico, explicita uma compreensão mais profunda de que a história, pode ser escrita a contrapelo.

As narrativas que nas próximas linhas se desdobram são desses sujeitos que passam a se apresentar, por isso, a formatação não padronizada, para que fique destacado que com suas narrativas junto a essa escrita escrivente, fazem uma “escrita de nós” (Evaristo, 2020), me mobilizando na linha de Beatriz Nascimento (2022, p.96) “a escrever de um coletivo sobre e para essa coletivização”.



Eu sou Ailton dos Santos Ferreira¹³, Ailton Ferreira é o nome que ficou conhecido publicamente. Sou sociólogo, com algumas pós-graduações na área de Políticas Públicas pela UNEB, Gestão Pública também pela UNEB, Gestão de Direitos Humanos também pela UNEB, Gestão de Terceiro Setor com ênfase para o Movimento Negro pela Faculdade Visconde de Cairu e Especialista em Cidadania, Cultura e Mobilização Social pela Universidade de Brasília e convênio com a Universidade Federal da Bahia.

Sou um homem negro, casado, três filhos, tenho origem em escola pública, estudei na Escola Municipal Pirajá da Silva,

na Liberdade e Colégio Estadual Duque de Caxias, também na Liberdade. Iniciei a minha vida na Liberdade, perto ali da Rua do Céu e aos 16 anos, mudamos para a Fazenda Grande do Retiro. Na Fazenda Grande do Retiro, por conta do trabalho, meu pai tinha morrido, deixou um bar, fui trabalhar lá no barzinho. Nesse bar a gente conheceu a Associação de Moradores da Fazenda Grande do Retiro. A minha primeira participação em política comunitária, foi através da Associação de Moradores.

Então, a Fazenda Grande entra na minha vida dessa forma, por conta de ter perdido o pai, teoricamente, empobrecemos, na prática também, porque, você morar na Liberdade e sair para a Fazenda Grande, o preconceito era tão grande que a família toda ficou contra, diziam que estávamos saindo do paraíso para morar no inferno, era o que representava na época sair da Liberdade, um bairro mais conhecido, mais popular, com mais infraestrutura. A Liberdade tinha dois cinemas, um ginásio um colégio grande que era o Duque de Caxias, várias Escolas Públicas, várias linhas de ônibus, farmácias... então, um Bairro mais organizado, para morar na Fazenda Grande do Retiro mais para a periferia, empobrecida e carente de tudo. Com ruas que não eram asfaltadas, só a rua principal. Então, as pessoas diziam para minha mãe que ela não devia fazer aquilo, pegar os filhos dela e levar para a Fazenda Grande do Retiro, mas, não tinha escolha, meu pai morreu, tinha um barzinho pequeno que ficava ali na Praça do Largo da Empresa Gráfica e a gente foi trabalhar para enfrentar a vida.

Paradoxalmente, a Fazenda Grande me projetou no cenário que hoje estou. Então, hoje eu sou uma pessoa pública, reconhecida na cidade, na capital e em vários lugares por ter sido uma liderança reconhecida da Fazenda Grande do Retiro, então, foi com esse trabalho do bar que a gente teve nossa primeira casa própria na Fazenda Grande, até então, a gente vivia de aluguel. A Fazenda Grande nos ensinou algumas coisas e, talvez, a partida da precoce do meu pai, tenha também nos precipitados à vida madura, eu tive que amadurecer para poder enfrentar a vida. Com 16 anos, eu trabalhava num bar, 6 da manhã até 23 horas, não é a vida desejável para quem tem 16 anos.

Depois da experiência do bar, eu fui trabalhar no Polo Petroquímico, que era o sonho de todo jovem trabalhar no Polo Petroquímico para ganhar bem. E fui trabalhar, fui ganhar bem, mas, depois comecei a ler muitas coisas e muitas coisas mais à esquerda que me levaram ao socialismo, às ideias socialistas e, renunciar ao grande salário do Polo Petroquímico para ganhar um salário bem menor não foi fácil para mim, mas, para ter tempo de estudar tive que abrir mão.

Eu trabalhava no Polo, pegava o carro de manhã, o ônibus, que me deixava na fábrica, trabalhava o dia todo, voltava para casa, tinha um salário muito bom, conheci coisas boas, comprei coisas boas para dentro de casa, inclusive minha casa, a casa de minha

¹³ Ferreira, Ailton dos Santos. Entrevista I [abr.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (87 min.).

mãe era de telha, eu tirei a telha, mandei botar laje, troquei os móveis, tudo isso com o dinheiro do Polo, mas, a leitura de revistas, de jornais, Movimento, Em Tempo, Hora do Povo, O Trabalho, a leitura de cadernos do CES, leitura de revista Realidade, das Crônicas de Millôr Fernandes, acesso ao Pasquim, me levaram a querer ser outra pessoa. Parecia ser incompatível com o trabalho na fábrica.

Eu era muito rechaçado pelo meu chefe, que dizia que ali não era lugar de fazer doutor, era lugar de trabalhar, de ser peão. E eu insistia, não pensando em ser doutor, mas, eu gostava de ler. Eu lia as páginas amarelas da Veja, que era uma... uma coisa até elitista, né? Um jovem negro da Fazenda Grande do Retiro, ler as páginas amarelas da Veja, ler a revista Visão, não era usual... Ler editoriais do Jornal A Tarde, não era usual, então, eu me destacava por isso. Aí comecei a conhecer pessoas da Associação de Bairro. Como minha mãe tem esse barzinho, sempre que tinha eventos da comunidade, o pessoal pedia e eu tinha muita vontade de ajudar com bebida, com refrigerante, com água, especialmente na “Festa do Lixo” que foi um momento importante de estreitar relações com os moradores, fui me aproximando. Então, a ideologia entrou pela porta da fábrica, entrou pelas leituras e entrou também pela Associação de Moradores, mas, era uma ideologia mais classista. Eu me percebia como alguém que questionava a riqueza, a pobreza, mas não falava de cor, então, eu era um jovem esquerdista, vamos dizer assim, né? Perdido aí nesses conceitos do que é socialismo e do que era comunismo, atraído, com muita vontade, para leituras do tipo... Ler Fidel Castro, “A Ilha”, “A Mãe” de Gorki.

Até 1985, 1986, talvez, sempre vivi em torno da dicotomia “pobres *versus* ricos” e “capital *versus* trabalho”. Participava da Associação de Moradores, entendia a estética de Manoel, mas ainda entendia muito pouco, não me via naquela militância. Eu ia para as reuniões, porque também, além da Associação de Bairro, os companheiros da Associação me levaram para conhecer outras pessoas, mais lideranças políticas da cidade e diante algumas situações corriqueiras, que poderiam passar despercebidas, Manoel me dizia que isso era racismo, aí eu comecei a entender que além da luta de classes, que não faz a gente mais feliz, só faz a gente ter mais trabalho, de enfrentar a separação entre as classes, havia outra luta, a luta de raça, onde os pobres são quase todos pretos ou os pretos são quase sempre os pobres. Aí Manoel começou a me chamar atenção sobre diversos episódios e situações.

Sou Gerusa Bispo dos Santos¹⁴. Me apresento como Gerusa Bispo, sou uma mulher preta, nasci na Fazenda Grande do Retiro, carinhosamente chamado de FG, fica ali no entorno da Liberdade, de Santa Mônica. Entre a BR 324 e o largo do Retiro, a FG tem início na ladeira do Retiro se estende por toda rua Melo Moraes Filho e finaliza na localidade chamada Geral, que faz limite com o bairro São Caetano.

Sou funcionária pública, professora efetiva da rede municipal de Salvador, atualmente em processo de aposentadoria. Fiz o curso de Pedagogia, terminei em 1991. Posteriormente, fui convidada por Manoel de Almeida Cruz para trabalhar com ele como coordenadora pedagógica na Escola Criativa Olodum.



¹⁴ Santos, Gerusa Bispo dos. Entrevista II [jun.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (41 min.)

Ele foi convidado pelo João Jorge Rodrigues liderança do Olodum, atual presidente da Fundação Palmares. O Olodum tinha um projeto chamado “Rufar dos Tambores”, um projeto exitoso, junto a banda mirim que tinha a frente o grande maestro Neguinho do Samba. Então naquele momento a intenção era colocar o projeto existente em diálogo com a Pedagogia Interétnica, pois investiu-se numa educação integral em que num turno as crianças e adolescentes tinham uma educação formal.

É muito interessante isso, porque, veja bem, tinha-se um projeto consolidado com crianças e com adolescentes onde se trabalhava as questões étnico-raciais, mas, estabeleceu-se uma escolarização formal pautada na educação antirracista. Eu estou chamando aqui de escola formal as escolas de educação regular. Então, em um turno as crianças e adolescentes estavam envolvidas na educação regular pautada na proposta interétnica e antirracista, no outro turno era fortalecido com as atividades do projeto “Rufar dos Tambores”.

Com o tempo a minha relação com Manoel passou a ser para além da referência intelectual que ele era na minha vida. Manoel era amigo, era irmão, era pai e às vezes também era filho, Nós debatíamos, brigava também, brigava e era briga mesmo, de discordância de alguns pontos de vista. Eu, pedagoga e ele, sociólogo, então, as divergências aconteciam, mas, passou a ser uma relação muito próxima, principalmente com a minha família.



Eu sou Douglas de Almeida¹⁵, natural de Itabuna. Tenho dois filhos, uma filha de 40 anos e um, filho de 26 e sou apaixonado pela literatura, pela arte, pela cultura e pela educação. Sou poeta e fundador do Movimento Poetas na Praça, iniciado ali entre o final da década de 1970 para início dos anos 80. Sou também um dos coordenadores da biblioteca infanto-juvenil Bete Coelho e da biblioteca Prometeu Itinerante. São duas bibliotecas que funcionam no mesmo lugar, porém, cada uma ter seu acervo, seu tipo de tombamento. Já são 40 e

poucos anos de trajetória dentro da literatura, escrevo poemas, público. Tenho livros publicados, recito, sou um poeta recitador dentro da tradição da Bahia e me descobri pesquisador há alguns anos atrás, sempre fui curioso e sempre li com atenção e, de certa forma, as coisas ficaram muito em minha mente e eu sempre refletia acerca do meu conhecimento e depois de muito tempo de relação com a literatura, quem escreve e publica, termina mantendo relação com as outras pessoas e você já vai fazendo uma rede de pessoas e tudo, vai ampliando o seu conhecimento, sua informação, sua relação e depois terminei, juntamente com outras pessoas, criando essas bibliotecas comunitárias, que é um compromisso, meu e dos demais coordenadores que atuam comigo.

E o Manoel de Almeida e Lino Almeida fazem parte da minha memória afetiva, eles eram de um gueto, porque nos anos 1980 realmente era um gueto. Era os primeiros momentos da expansão do movimento negro por todo Brasil, e foi luta forte contra o preconceito, participar do movimento negro, naquela época tinha que ter coragem, ter conhecimento para poder dialogar com os adversários. Já, eu fazia parte do movimento de rua, poetas de rua, portanto, eu fazia parte também de um gueto na praça da Piedade

¹⁵ Almeida, Douglas de. Entrevista III [jul.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (60 min.)

e os encontros que a poesia proporcionou foi a relação de amizade que estabeleci com eles. Com Manoel quase sempre nos encontrávamos no bar Mimosa no também no Centro da cidade (Salvador), todos os dias ao meio-dia, no horário do almoço, ele saía da Câmara Municipal onde era assessor e no bar conversávamos sobre poesia, filosofia. Tenho admiração pela história do Manoel, é uma admiração talvez até dupla né? Eu estou aqui pensando, respondendo e refletindo. Aquela pessoa que eu conheci no dia a dia e aquela pessoa que eu passei a conhecer a partir do acervo de leituras e estou conhecendo a partir de biografias, de conversas.

Em 2004, quando ele faleceu a Gerusa Bispo, o irmão dele, não lembro o nome, e, salvo engano, o Ailton Ferreira conversaram comigo se poderia abrigar o acervo de Manoel de Almeida, tanto o acervo de livros como os documentos pessoais, e dali em diante passamos a ter esta responsabilidade e foi uma doação que nos enriqueceu bastante, porque é a nossa responsabilidade de preservar a literatura, a memória.



Sou Lúcia Vieira Leão¹⁶, com vocação para o magistério, desde os 10 anos já sabia o que eu queria ser: quero ser professora. E ao longo do tempo eu tinha certeza de que não seria somente uma professora primária, do infantil, com toda honra, mas que eu queria ir mais a diante. Então, hoje Lúcia Leão com 33 anos de carreira na educação, através de concurso público, com luta, muito esforço, eu me tornei gestora da segunda maior escola na região de Cajazeiras, Colégio Estadual Eduardo Bahiana, e me tornei uma aposentada, mas com toda vitalidade para continuar trabalhando. Hoje eu estou com o cargo de secretaria escolar numa escola menor, chamada Professora Natália Vinhais.

Sai da minha cidade natal Paratinga nos anos de 1970. Paratinga é no Oeste Baiano, perto de Bom Jesus da Lapa, vim a morar em Salvador a convite de meu irmão Nilson Vieira Leão, somos oriundos do sertão. Meu irmão já morava aqui em Salvador e me chamou para que viesse estudar. Eu vim e iniciei meus estudos no Instituto Isaías Alves e com essa formação e com estudo e muito esforço nós fomos morar na Jaqueira do Carneiro ali nas proximidades do Largo do Retiro, atrás da escola SESI Reitor Miguel Calmon. Nós éramos vizinhos do Manoel de Almeida Cruz e pouco a pouco passamos a ser conhecidos.

Ali por volta de 1971, 1972 o Manoel de Almeida Cruz ficou mais próximo a meu irmão que também já falava sobre ideais do movimento negro. Mas, eu, apesar de estar iniciando o primeiro ano de Magistério, eu ainda não tinha essa noção do significado e importância dessa luta. Eu sei que é uma luta que é parte da trajetória do Manoel de Almeida Cruz, ouvindo os diálogos dele com meu irmão, eram bem amigos. Manoel se interessava pelo estudo, pela educação. Ele era muito tranquilo, não costumava se aproximar de muita gente, se aproximava de pessoas que tinha mesmo interesse por estudos. Então ele começou a passar mais vezes na nossa casa e da janela mesmo, num cantinho que morávamos ele conversava sobre pauta da questão racial, ofertava livros, era um bom vizinho.

Ele sempre me chamava para a conversa, me orientava a seguir dos estudos, ele me dizia: olhe, você vai ser uma pessoa importante, de protagonismo na nossa sociedade, estude!”, “você vai ser independente quando você se formar, termine seu

¹⁶ Leão, Lúcia Vieira. Entrevista IV [ago.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (20 min.)

curso, vá fazer uma faculdade”. Mas, não tive a chance de ficar muito amiga dele, por causa do machismo e patriarcalismo da sociedade.

As pessoas não viam com bons olhos aproximação de uma moça e um rapaz, principalmente sendo uma mulher que morava apenas com o irmão. E esse temor existia na minha própria família, então sempre fiquei mais reservada, e observava as conversas sem muita noção da importância. Num dado momento perdemos o contato, pois meu irmão resolve se mudar. E mudamos para o Engenho Velho Federação.

Meu irmão já é falecido, e uma pena que Manoel faleceu cedo, mas sem dúvida, deixou raízes que são base de formação para muitas pessoas. O livro, a escrita dele, só pude alcançar mais tarde, num reencontro, no bairro Dois de Julho, quanto me ofertou o livro de autoria dele. Hoje eu vejo que é bastante importante como tanta gente de luta nessa caminhada.

Sou Walmir França Santos¹⁷, casado com Denise Bandeira França Santos, militante do movimento negro das antigas, começo na militância nos idos de 1973, com o movimento negro aqui em Salvador, inicialmente era um grupo de estudos sobre a questão racial, depois me torno cofundador do MNUCDR, Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial. Já trabalhei em assessorias parlamentares, seguindo trajetória do movimento negro. Já trabalhei em várias organizações culturais como Olodum, Ara Ketu. Sou o fundador do grupo Os negões, e O gueto. Trabalhei na Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil (SECNEB)), são todas essas séries de coisas que remetem a um tempo substancial da minha vida.



Nos últimos oito anos estive junto a Secretaria à Promoção da Igualdade Racial do Governo do Estado da Bahia e agora devidamente aposentado dessas atividades das 8 às 17h. Mas, continuo fazendo coisas, mantenho grupos na internet, Coletivo Nelson Mandela, tem meu Instagram. Tem o “Fala com o Walmir França”, que é pautado na minha história de militância. Eu publico sobre a consolidação da cultura negra e também de combate ao racismo. Porque no meu tempo, o militante podia ser uma entidade ou eu entidade, ou seja, você e a sua mochila. Hoje essa militância se adequa aos meios digitais, mas continuo aqui de guarda e em memória daqueles que já foram, como nosso querido Manoel de Almeida Cruz.

Os primeiros contatos que eu tive com o Manoel de Almeida, foi quando ele fazia parte do Núcleo Cultural Afro-brasileiro que funcionava no Instituto Cultural Brasil Alemanha (ICBA), no Corredor da Vitória, em formato de reuniões, esse período para mim, foi de aprendizado. Naquele momento eu era um jovem do bairro de Cosme de Farias no qual já lutávamos para que o bairro tivesse acesso aos direitos básicos.

E eu era muito interessado na questão racial. Desde muito cedo eu fui tocado pelas Olimpíadas de 1968, quando no pódio os atletas Tommie Smith e John Carlos protestaram contra o racismo nas Olimpíadas fazendo a saudação do *black power* em referência aos Panteras Negras, escancarando para o mundo o preconceito racial no âmbito esportivo.

¹⁷ Santos, Walmir França. Entrevista V [ago.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (66 min.)

E também me toca, um episódio na escola, quando era ainda muito novo, uma professora de inglês ela me chamou atenção, porque eu estava usando uma suástica, aquela coisa de colégio, todo mundo fazia e tudo mais. Então, ela me chamou e perguntou o que era aquele símbolo, não soube dizer, ela então começou a me explicar, e passei a entender um pouquinho da questão racial, me ver naquele lugar.

A escola que eu estava estudando é o Colégio Estadual Severino Vieira, formado na época por estudantes majoritariamente brancos, a escola pública naquele tempo era a escola de melhor qualidade, ao inverso de hoje, então havia muito mais entusiasmo da classe média branca colocar seus filhos naquele colégio. Então a professora me fez entender quem eu era e o espaço que estava ocupando. Que eu deveria estar ocupando sim, mas que a reprodução daquele símbolo ia contra a mim.

Então ela me levou a circular pelo centro de Salvador, e foi dessa circulação pelo espaço do centro urbano de Salvador que conheci o Manoel de Almeida e também o Nelson Mendes e outros companheiros que também falavam sobre a questão racial ainda numa forma de simpósio, ou seja, havia um acúmulo intelectual, já que muitos deles tinham vindo da universidade, tipo o Roberto Santos (sociólogo) que era uma das figuras mais próximas do Manoel de Almeida e fortaleciam muitos encontros que podemos dizer que eram cursos.



Eu sou Maria Doralice Souza¹⁸, mas as pessoas me conhecem como Dora Souza. Sou médica, fotógrafa. Sou mulher negra, no momento aposentada da Auditoria do Sistema Estadual de Saúde, trabalhei como auditora e a minha dedicação em termos profissionais, com vínculo, foi pelo e com o Sistema Único de Saúde (SUS) Eu sempre quis me dedicar a atenção à saúde pública, integral, para todas as pessoas. Nasci no interior a 40 km de Salvador, perto de São Sebastião do Passé, distrito de Candeias, meus pais são

peças falecidas, sou de uma família de nove filhos, oito que são biológicos e um que foi do coração, que é do coração e assim, meus pais são pessoas honradas, trabalhadoras, muito dedicadas e que se dedicaram muito assim, para que eu e meus irmãos pudéssemos estudar, os que quiseram estudar. Porque minha mãe não pôde estudar, meu pai também pouco, aí eles fizeram esforço. Eu vim cedo do interior para morar e estudar em Salvador na casa de com meus tios no Vale das Pedrinhas. Eu cheguei com 11 anos, fiquei com eles até os 18 anos e, sempre quis melhorar minha condição de vida e a da minha família, então, escolhi fazer o curso de medicina.

Minha mãe sempre achou que eu era uma pessoa a quem deveria investir para os estudos. Então, eu fui uma pessoa que tive muita ajuda de meu tio, do meu pai, minha mãe, de todas as pessoas que chegavam e eu sempre tive também uma dedicação especial ao estudo. Agora, por exemplo, eu estou com 67 anos e estou fazendo doutorado. Fiz medicina na Bahiana, consegui o crédito educativo na época, depois fui anistiada, não precisei pagar o curso, que era para mim uma preocupação e, durante, minha trajetória de mulher negra na medicina, eu pude experimentar todo o racismo, a carga do racismo, os problemas, a discriminação, a desqualificação, a falta de espaço,

¹⁸ Souza, Maria Doralice. Entrevista VI [set.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (40 min.)

mas não me limitou, não me impediu de fazer muitas coisas que eu quis fazer e que eu continuo fazendo.

E meu encontro com Manoel de Almeida Cruz foi nesse processo de minha constituição como pessoa, eu sempre tive relacionada com os movimentos populares, e sempre me comoveu a luta das mulheres para conseguir sustentar a família. Sabemos que são as mulheres que são as referências, as bases das famílias. E sempre me incomodava também, as crianças que via nas ruas. Daí morando na suburbana, entrei em contato com movimentos populares ligados a Igreja Católica. Um grupo que desenvolvia trabalho conjunto, tinha padre Oliveira, padre Gaspar, tinha Lázaro do Beira Mangue, pessoas que são referências para movimento popular

Entre 1988 a 1990, salvo engano, um belga que veio desenvolver projetos sociais no Brasil e estava morando na igreja, vendo minha participação na associação e meu trabalho voluntariado em várias unidades de saúde da igreja, me convidou para trabalhar num projeto em Alto de Coutos e eu propus que eu faria o trabalho voltado para as mulheres na área da saúde, se ele me ajudasse num projeto voltado para crianças, e aí a gente começou um trabalho no Dois de Julho, que foi lá onde eu conheci Manoel.

Que é o projeto Sinal Fechado tendo por referência uma música de Chico Buarque, ele canta “No sinal fechado, eles vendem chiclete...”, então, a gente pensou em colocar “Sinal Fechado”, no sentido que, socialmente, existia um sinal que estava fechado para crianças, que estão nas ruas, nas sinaleiras seja vendendo, seja pedindo ajuda. Esse projeto que hoje é uma ONG fica na rua do Sodré, onde também fica o bar Mimosa frequentado por Manoel de Almeida Cruz, por um amigo em comum. Certo dia, saindo de um curso no Centro Administrativo para seguir para o projeto, Gerusa Bispo, que já era muito amiga do Manoel, me pediu uma carona e durante o trajeto ela me sinalizou que Manoel queria falar comigo, conversamos... ficamos amigos eu fiquei amiga de Gerusa e amiga de Manoel.

Manoel era de uma inteligência. Autodidata gostava de ler, gostava de estudar, e tinha um prazer enorme em conhecer os filósofos e ter o domínio sobre essa ciência, o que repercutia nas coisas que ele fazia, ele participava de congressos, seminários, formações. E ele sempre me intrigava morava lá na Fazenda Grande, estava sempre circulando no Centro. Manoel tinha vários amigos populares e tinha uma forma de estar no mundo excepcional, era de uma fidalguia, que era nato nele.

2.3 ENCONTRAR NAS FISSURAS A CONSTRUÇÃO DOS MEUS PRÓPRIOS RASTROS

Os códigos de acesso para deslocar a mirada para outras maneiras de ser, pensar, sentir, existir e viver, “passa pelas fissuras, frinchas e gretas das colonialidades, onde os rastros de pedagogias insurgentes fraturam a modernidade/colonialidade” (Walsh, 2013, p. 27), como o fez Manoel de Almeida Cruz com a proposta de uma *Pedagogia Interétnica*.

A respeito da compreensão das estratégias de existência, produtoras de vida e mantenedoras do sentimento de pertencimento, Lélia Gonzalez (1982) pontua que se o discurso é pedagógico, a resistência se dá nas fissuras. Assim, o sentido pedagógico de resistência diz das intrínsecas práticas de insurgências que fissuram a colonialidade e articulam atos que mobiliza a consciência da experiência acumulada para desconstruções no presente, de estereótipos naturalizados, submissos, marginais, o que se denomina memória social.

É daqui que nasce, para mim, a compreensão de que a década de 1970 fornece elementos que permitem caracterizá-la como a década das mobilizações e emergência para um movimento de reflexão e ação, essencial à maturação dessa análise. Esta implica em reconhecimentos de outras histórias, trajetórias, restituição da dignidade a quem pela imposição do projeto moderno/colonial foram invisibilizados. Como sugere Catherine Walsh, diz de “tornar visível as lutas contra a colonialidade pensando não só a partir de seu paradigma, mas a partir do povo e de suas práticas sociais” (2009, p. 24).

Neste movimento, situo a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd, que na segunda metade da década de 1970 se constituiu a partir de um coletivo de docentes e discentes que procuravam repensar as direções da educação brasileira, sendo uma das mais importantes associações científicas do Brasil, no campo educacional. Ao selecionar esta entidade para compor levantamento da construção da memória social do movimento negro educador, focalizo nas atividades do Grupo de Trabalho Educação e Relações Étnico Raciais- GT 21. Se assim o faço, é pensando a ANPEd como expressão maior da produção científica sobre educação por ser o maior fórum de pesquisadores e pesquisadoras em educação do Brasil.

O Grupo de Estudos 21 - Relações Raciais/Étnicas e Educação foi criado na 24ª Reunião Anual da Associação, em 2001, para alargar o protagonismo das pesquisas e posicionamentos político-acadêmicos relativos às matrizes teóricas e epistemológicas étnico-raciais, dois anos mais tarde passou à categoria de Grupo de Trabalho (GT), recebendo dois novos nomes: Afro-Brasileiros e Educação e Educação e Relações Étnico-Raciais, sendo esta última empenhada em alargar epistemologias étnico-raciais a temática indígena.

A configuração de um grupo que aposta na transversalização da temática étnico-racial para desnaturalizar práticas racistas, e se colocar em resistências e articulações, para fortalece-se enquanto grupo, de pessoas negras e não negras, sai do campo da mera denúncia e apresenta o campo dos saberes e fazeres da educação antirracista.

Com esta emergência, não bastava compreender os mecanismos de apagamento histórico da cultura africana e indígena no currículo escolar e no espaço acadêmico, foi preciso projetar experiências de contraposição, a partir da epistemologia do esperar, uma produção de atos por uma sociedade mais equitativa, lutando contra o epistemicídio à existência intelectual negra, ou seja, tratava-se também da justiça cognitiva aos pesquisadores da área.

No que é possível dizer que uma vontade de memória incidia na vontade de poder, a consciência da experiência e as linhas mal traçadas do passado passava a mobilizar o presente, pois cada vez mais ampliava-se a participação de pesquisadoras e pesquisadores da área de

Relações Étnico-Raciais e Educação dos Afro-brasileiros que estavam, até 2001, dispersos em outros Grupos de Trabalho da ANPED.

O professor Ahyas Siss e a professora Iolanda de Oliveira (2007), em ato de memória, da trajetória do GT 21, em trinta anos de ANPED, analisam a produção científica diretamente relacionada com a área temática das Relações Raciais e Educação de Afro-Brasileiros, bem como produções que abordaram a temática como subsídio a temática mais específica.

O levantamento em base de dados da Associação permitiu aos autores, traçar as experiências de pesquisadores quando dispersos em outros Grupos de Trabalho, passando pela formação do Grupo de Estudo- 21 até se constituir como Grupo de Trabalho.

No referido texto, há um panorama das décadas de 1970 a 1990, enquanto contexto histórico em que “atores sociais, ligados a movimento negro nacional e intelectuais afro-brasileiros potencializaram ações pelo fim das desigualdades raciais e sociais” (SISS, OLIVEIRA, 2007, p. 2), fomentando, paralelamente, significativo crescimento de análises acadêmicas e pesquisas, relativos à educação em geral e à educação étnico racial em particular.

Embora no texto fique evidenciado a intencionalidade de não esquecer qualquer produção e/ou pesquisadores que impulsionaram a produção acadêmica das Relações Raciais/Étnicas e Educação, atos de memória são atos simbólicos que implica na ausência, no esquecimento, na recordação, na emergência, no que certas agendas, e definições ao serem estabelecidas como resultado das lutas de seus participantes estabelecem uma memória social que escapa a transversalidade explicativa, experiências em coexistência, pluralidades de existências.

Para a coleta da produção acadêmica no GT 21 Relações Raciais e Educação Étnico Raciais, foram retomados os descritores desse escrito: Pedagogia Interétnica, Intelectual negro/insurgente, insurgências, ethos ancestral (ancestralidade). As análises se deram da seguinte forma: levantamento no site da ANPED dos relatórios das reuniões, considerando o recorte temporal; leitura dos resumos e palavras-chave; análise qualitativa dos trabalhos; seleção dos trabalhos que dialogam com os descritores desta pesquisa.

Considerando a perspectiva de historicização dos vinte anos de atuação do GT 21, o critério de temporalidade (2003 a 2023) não diz do recorte temporal desta pesquisa, mas das pistas que contribuem ao amadurecimento do questionamento ao presente histórico e a indagação de ausências e silêncios que atravessam e constituem uma política da memória sobre a educação no Brasil.

Mais do que isso, e diante do amplo movimento em educação de inclusão das questões étnico-raciais, desejo compreender, como um caminho a se pavimentar para construir as

proposições mais basilares da presente tese, como o campo da educação repensou seus cânones no jogo do que Nilma Gomes (2017) chamou de *pedagogia das ausências*, como fruto dos epistemicídios do pensamento abissal, e de uma *pedagogia das emergências*, como construções decoloniais de possibilidades plurais da memória pedagógica e também de proposições de outros futuros.

É preciso dizer que as chaves dessas análises não se voltam tão somente às narrativas e debates em torno das relações étnico-raciais no ensino e no currículo educacional, nem somente à imprescindível tarefa ética, política, epistemológica, de abarcar saberes, sujeitos e experiências da população negra e afrodescendentes. Voltam-se, também, aos limites das ausências ou, como se deseja, as possibilidades de emergências e de refundação de sentidos e histórias que contemplem experiências e existências negras, como a do intelectual negro Manoel de Almeida Cruz.

Além disso, cabe registrar que o período de vinte anos, não está totalmente contemplado nos relatórios disponibilizados, no que utilizo, também, a leitura e análise do *Dossiê 20 anos do GT21 da ANPED: produção do conhecimento, educação e relações étnico-raciais*, em comemoração aos vinte anos do Grupo de Trabalho. Publicado pelo Conselho Editorial da Revista Brasileira de Educação, Cultura e Linguagem (RBECL) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, volume 5, n.10 em julho de 2021, o dossiê é organizado pela Profa. Dra. Eugenia Portela de Siqueira Marques, docente Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e a Profa. Dra. Lucimar Rosa Dias, da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Esse exercício reflexivo, sem negligenciar a dimensão educativa e insurgente do GT 21 - Educação e Relações Étnico Raciais, apoia-se na tarefa de reconhecer na memória social do Grupo de Trabalho 21 - ANPED, pelo viés da localização epistêmica, as existências de intelectuais negras e negros historicamente apagados. Estariam ainda à margem do reconhecimento das agências comprometidas com as construções coletivas de experiências que abrem caminhos a horizontes emancipatórios?

Entende-se, aqui, por memória social a produção de atos que instigam a consciência da experiência acumulada e mobilizada no presente para a movência das experiências e existências negras. Esse movimento que o GT 21 faz do presente e do passado para compreender e apresentar o campo dos saberes e fazeres da educação antirracista e enfrentar criticamente as naturalizações de práticas racistas em âmbito educacional, com proposições e práticas insurgentes de teorização, intervenção, ação e criação.

As considerações de Halbwachs (1990) de que memória social comunica compressões sociais próprias de determinado grupo, permite sugerir que a memória social construída pelo

GT 21 ANPED, enquanto sistema de organização e mediação do ato de recordar, implica relação de partilha e tem como função primordial promover laço de pertencimento entre os membros do grupo.

Neste sobrevoo sobre as produções do Grupo de Trabalho Educação e Relações Étnico Raciais- GT 21, indícios permitem inferir que nos dois primeiros anos, enquanto Grupo de Estudo, as produções acadêmicas tiveram como eixo localizar conceitos e processos da educação étnico racial. Durante seus três primeiros anos de existência, enquanto Grupo de Trabalho, construiu referenciais para abordagem da temática étnico-racial fomentando uma memória indissociável às possibilidades práticas de implementação da lei 10.639/2003 na Educação Básica e no Ensino Superior.

É observável nas propostas de trabalhos encomendados e minicursos que a sanção da Lei nº 10.639/2003 e da Resolução CNE/CP1/2004 representava passo significativo à adoção de medidas para corrigir os danos materiais, físicos e psicológicos resultantes do racismo e de formas conexas de discriminação, pouco a pouco foi delineando-se um sentimento de reparação humanitária à população negra e afrodescendente.

Em torno do descritor ancestralidade, encontro nos Anais da 31ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação de 2008, o trabalho de autoria de Sandra Haydée Petit e Norval Batista Cruz intitulado *Arkhé: corpo, simbologia e ancestralidade como canais de ensinamento na Educação*. A referente produção delineia caminhos da ancestralidade africana como forma de apropriação pedagógica dos ensinamentos da cosmovisão africana nas instituições de educação formal.

Durante as 32ª, 33ª e 34ª reuniões anuais científicas, há significativas produções em torno do entrelaçamento da Educação de Jovens e Adultos a educação para relações étnico raciais, com os lugares de composição e as linguagens dos(as) jovens e adultos(as), também encontro trabalhos que abordam projetos pedagógicos, matrizes curriculares a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais nas Instituições de Ensino Superior. A educação quilombola também permeia as produções abrigadas no GT 21, chegando a descortinar alguns campos de ações, sem necessariamente dialogar com os descritores selecionados para escrita dessa tese.

Em 2012, a 35ª Reunião Anual terá caráter especial ao Grupo de Trabalho Educação e Relações Étnico Raciais- GT 21 da ANPED, considerando a comemoração dos dez anos de existência do Grupo de Trabalho, nesta reunião foi lançado o livro *Relações Raciais, Educação e Produção do Conhecimento: 10 anos do GT 21 Anped*, organizado pelas profas. Silvani dos Santos Valentim, Vilma Pinho e Nilma Lino Gomes.

Na sessão especial a temática *A produção do conhecimento pelos movimentos sociais, ações coletivas e sustentabilidade: pedagogias e práticas emancipatórias*, foi debatida sob a coordenação da professora Nilma Lino Gomes, com a presença de Joyce Elaine King, Marina Reidel e Carlos Walter Porto-Gonçalves pedagogias emancipatórias a partir de caráter mais amplo, com alguns pontos de especificidades.

Nesta reunião científica, a primeira debatedora, a Joyce Elaine King (Georgia State University /EUA) apresentou o trabalho encomendado *Black teacher's emancipatory pedagogies (Pedagogias emancipatórias do professor negro)*, (re)significando o cenário de reelaboração dos eixos das pesquisas em Educação e Relações Étnico Raciais para pensar processos pedagógicos em seus múltiplos contextos, que propõem educação crítica, antirracista e especialmente realizadas por educadores negros que discordantes da educação eurocêntrica, destacam-se pelo caráter emancipatório.

A 35ª Reunião Anual da ANPED tem em si conjunto de significações a construção da memória social do Grupo de Trabalho Educação e Relações Étnico Raciais- GT 21, especialmente pelo reconhecimento da ausência de um arcabouço de produções voltadas a pedagogias emancipatórias, e reflete sobre a emergência de produções que colocassem no eixo do debate a noção de educação para além da fixação em pressupostos curriculares, no que o descritor *pedagogia insurgente* da presente tese, aparece tangenciado pela pedagogia emancipatória.

Contudo, quando analiso os Anais daquela reunião científica, maior parte dos trabalhos apresentados se debruçam sobre as relações raciais na escola, em livros didáticos entre jovens e na modalidade da Educação de Jovens e Adultos.

Em 2013, a abordagem geral sobre *Sistema Nacional de Educação e Participação Popular: desafios para as Políticas Educacionais* perpassou pela 36ª Reunião Nacional, nela localizo em trabalho encomendado pelo GT 21, balanço dos avanços, limites e perspectivas à educação indígena apresentado pelo Gersen Baniwa. Naquela edição apenas dois trabalhos propunham pensar a educação indígena no campo da educação para relações étnico-raciais foram eles: *Os circuitos de trabalho indígena: os profissionais indígenas como novos sujeitos da gestão de políticas públicas* de Wagner Roberto do Amaral e *A construção de um diálogo intercultural com indígenas por meio da pesquisa-ação não-convencional* das autoras Ruth Pavan e Maria Cristina Lima Paniago Lopes, o que firma os passos iniciais do Grupo de Trabalho aos horizontes concretos de diálogos com as experiências indígenas.

Na sua 37ª reunião, realizada na Universidade Federal de Santa Catarina entre os dias 04 e 10 de outubro de 2015, com o tema *Plano Nacional da Educação: tensões e perspectivas*

para a educação pública brasileira, o GT 21, abrigou produções científicas em torno das artes e conhecimentos na diáspora africana, formação de professores, educação infantil, relações étnico-raciais e de gênero, no que essas análises em construção permitem sugerir a insipiente produção em torno da estética étnico-racial e a ausência de ação-reflexão-ação sobre as interseccionalidades étnico-raciais e de gênero.

Nos Anais da 39ª Reunião Nacional da ANPEd realizada em outubro de 2019 na Universidade Federal Fluminense, localizo trabalhos que melhor dialogam com descritores Pedagogia Interétnica, Intelectual negro/insurgente, insurgências, ethos ancestral (ancestralidade), quais sejam: *Impasses e possibilidades do pensamento decolonial no Ensino Superior: a experiência de uma universidade Colombiana*, autoria de Denise Gonçalves da Cruz e Ana Cristina Juvenal da Cruz, *Exu e a pedagogia das encruzilhadas: educação, antirracismo e decolonialidade* de Luiz Rufino Rodrigues Júnior e *Intelectuais negros(as) da APNB e do Neab AFROUNEB: produções e trajetórias antirracistas* de Luiz Gustavo Santos da Silva, os dois primeiros apresentados oralmente, o último em forma de pôster.

A Denise Gonçalves da Cruz e Ana Cristina Juvenal da Cruz apresentam dados de pesquisa de mestrado buscando compreender a inserção e desenvolvimento de conteúdos relacionados às contribuições de matrizes africanas e da diáspora negra na estrutura curricular do curso de licenciatura em biologia da Universidade Distrital Francisco José de Caldas, na Colômbia, sob a ótica da teoria/pensamento decolonial.

Em *Exu e a pedagogia das encruzilhadas: educação, antirracismo e decolonialidade*, Luiz Rufino Rodrigues Júnior apresenta problematizações, perspectiva política/epistemológica, conceitos para situar a crítica ao colonialismo, as relações étnico-raciais/antirracismo, analisando a educação e suas imbricações com a vida, arte e numa orientação antirracista/decolonial. No que Rufino Júnior apresenta a Pedagogia das Encruzilhadas como reposicionamento das memórias e justiça cognitiva, frente as ações de violência produzidas pelo colonialismo, à vida encantada e esperançosa, para tanto, aponta que na educação emerge a demanda por uma revisão crítica antirracista/decolonial.

Acerca da produção de Luiz Gustavo Santos da Silva, como se tratou de apresentação em formato de pôster, não tive acesso a proposta textual *Intelectuais negros(as) da APNB e do Neab AFROUNEB: produções e trajetórias antirracistas*.

Na 40ª Reunião Nacional da ANPEd, realizado em 2021, o tema central foi “Educação como prática de Liberdade: cartas da Amazônia para o mundo!” e, em função da continuidade da pandemia, ocorreu de forma virtual, buscando dá visibilidade às lutas, resistências e

produção de conhecimentos em torno do contexto amazônico, temas em prol da vida e da ciência foram fortalecidos.

A análise dos Anais dessa 40ª reunião científica dos cinquenta e um trabalhos apresentados no GT21, que se concentram em torno do debate acerca da identidade, literatura, mulheres, memória, educação quilombola, educação escolar indígena, encontro dois trabalhos que se aproximam em torno dos descritores Intelectual negro/insurgente; ancestralidade são: *A pedagogia da decolonial como ferramenta política para desnaturalizar a história única a partir das (re)existências e escrevivências da etnoeducadora Nilma Lino Gomes* de Júlia Maria de Oliveira Campos da Universidade Federal de Pernambuco e o trabalho de Fabiana de Oliveira Maciel Rocha da Universidade Federal de São Carlos, que tem como título *O Quilombismo: novas perspectivas para educação a partir do pensamento de Abdias Nascimento*.

No primeiro trabalho selecionado Júlia Campos usa as escrevivências da Nilma Lino Gomes como recurso metodológico de escrita, evidenciando as narrativas pessoais e coletivas de sua ancestralidade. Ao discorrer sobre o que denomina de “voz racializada de quem escreve e do sujeito pesquisado”, ela põe, nas entrelinhas, análises acerca da intelectualidade negra. No segundo trabalho, aqui estudado, Fabiana Rocha apresenta a intelectualidade negra de Abdias Nascimento, expressa em uma de suas mais importantes obras: *O Quilombismo*, ela defende que somado a trajetória de ativista e intelectual de Abdias Nascimento, soma-se a perspectiva de ser criador de teoria-social, que transcende abordagem de conflitos como o racismo e discriminação.

A 41ª Reunião Nacional da ANPED, ocorreu em 2023 com a temática Educação e Equidade: Bases para Amar-zonizar o país” trazendo como fio condutor a questão do respeito, da convivência, da diversidade e da equidade e suas apropriações na política e na educação. As análises dos trabalhos publicados pelo GT 21, nos Anais da 41ª Reunião Nacional da ANPED, me levam a quarenta e seis trabalhos, que no tangenciam-se nas abordagens em torno de: práticas pedagógicas para Educação para relações étnico raciais; educação quilombola, educação indígena, prática educativa, currículo. Um lócus de produções em que não encontro nenhum trabalho que tenha diálogo direto ou aproximado em torno dos descritores aqui eleitos.

Ainda que a materialidade dos pressupostos metodológicos se atenha aos Relatórios de Reunião Anual do GT 21 do período de 2003 a 2023, os Relatórios de atividades do Grupo de Trabalho Educação e Relações Étnico Raciais- GT 21/ANPED, ao continuar nessa movência pelas publicações de pesquisas em torno da Educação para Relações Étnico Raciais nesta Associação de pesquisa em educação, a partir dos descritores: Pedagogia Interétnica, Intelectual negro/insurgente, insurgências, ethos ancestral (ancestralidade); e, pela historicização dos vinte

anos de atuação do GT 21, encontro no eixo temático Educação Escolar, da edição Escola, Identidades, Cultura e Políticas Públicas (2003-2005), produto do Concurso Negro e Educação (1999-2007).

O Concurso Negro e Educação (1999-2007) fomentado pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação-ANPED e a Ação Educativa com apoio da Fundação Ford gerou quatro publicações com variados debates voltados para a temática educação e relações étnico-raciais, bem como apoiou seis núcleos de estudos afro-brasileiros presentes no Brasil. (Rocha; Couto, 2007).

No que o Grupo de Trabalho Educação e Relações Étnico Raciais- GT 21 da ANPED também emergiu como ação afirmativa de caráter formativa, ao consolidar formação dos egressos do concurso, destacando intelectuais negros(as) que enquanto produtores de conhecimentos de espaços outros de atuação e articulação acadêmica.

O trabalho do Ivan Costa Lima *Pedagogia interétnica: uma proposta do movimento negro em Salvador (1974-1990)*, esteve sob orientação da professora Vânia Beatriz Monteiro da Silva, da Universidade Federal de Santa Catarina, e foi uma das vinte pesquisas iniciantes que no 3º Concurso Negro e Educação, os pesquisadores estiveram durante dezoito meses em formação na temática educação e relações étnico-raciais, participando de seminários teóricos e metodológicos, das reuniões anuais da ANPED e divulgando resultados de suas investigações em pôsteres. Em 2017 o trabalho foi publicado em formato de livro intitulado: *História da Educação do Negro(a) no Brasil: pedagogia interétnica de Salvador, uma ação de combate ao racismo*.

No estudo Lima (2017) contextualiza a contribuição do movimento negro na construção de propostas educacionais, destacando da *Pedagogia Interétnica* (1978) suas referências, história, e caráter pioneiro de ser uma proposta pedagógica sistematizada, elaborada por uma organização do movimento negro (MN) que foi aplicada em escolas da rede pública e de outros campos.

De certo que a construção social do passado remata, relações de poder, mas deve-se ter em conta a pluralidade de atores e de forças que contribuem para esta construção, esta perspectiva permite ressaltar a dimensão social da memória sem, desconsiderar sua dimensão individual. Em tempos em que a educação tem se engajado ético-politicamente contra o epistemicídio, é uma urgência do meu presente, no sentido foucaultiano.

Endereçar uma pesquisa que dê a ver o trabalho pioneiro de um intelectual e educador negro na construção de uma pedagogia antirracista/decolonial, insurgente no Brasil; sobretudo pensando que, em termos de política pública, o campo da educação toma como marco a

Congresso de Durbin e a Lei n.10639/2003, a construção mnemônica da história de uma educação para relações étnico-raciais se constrói rompendo epistemicídio acerca das vivências e experiências de intelectuais negras, negros.

Assim, reivindico nesse agenciamento coletivo de enunciação da memória social da Educação para Relações Étnico-Raciais, que se constrói enquanto tarefa pedagógica e metodológica, a antibiografia (Deleuze; Guatarri, 2014) das “vidas que foram levadas a desaparecer sem terem sido faladas” (Foucault, 2006, p. 207-208), mas, sendo construídas nas interconexões entre vivências desdobradas no tempo-espaço, deixam seus rastros nas rachaduras dos espaços em que se debatem com o poder que visa sua aniquilação e apagamento.

Como luta por uma emergência contra “a discriminação racial [que] se faz presente como fator de seletividade na instituição escolar [e do pensamento educacional] e o silêncio [enquanto] um dos rituais pedagógicos por meio do qual ela se expressa” (Gomes, 2012, p. 105). Em outros termos, Nilma Gomes mostra como o desaparecimento e exclusão de certas vidas e memórias do campo da educação não pode ser confundida com mero desconhecimento:

Não se pode confundir esse silêncio com o desconhecimento sobre o assunto ou a sua invisibilidade. É preciso colocá-lo no contexto do racismo ambíguo brasileiro e do mito da democracia racial e sua expressão na realidade social e escolar. O silêncio diz de algo que se sabe, mas não se quer falar ou é impedido de falar (Gomes, 2012, 105).

Reivindico, sem as capturas, armadilhas e ficções coloniais de dominação, sem que seja um exercício narcísico, as experiências produzidas como ausentes e torná-las presentes e alternativas (sociologia das ausências- Santos, 2004); as resistências e insurgências das/dos que construíram caminhos de existência enunciativa, com a emergência (sociologia das emergências - Santos, 2004) das expectativas que seguem no Grupo de Trabalho Educação e Relações Étnico Raciais- GT 21, apontando para os novos caminhos.

Diante a construção da memória social do movimento negro educador, com suas possibilidades e limites em políticas públicas e pesquisas sobre a Educação das Relações Étnico- Raciais, onde está o trabalho pioneiro do intelectual e educador negro Manoel de Almeida Cruz na construção de uma *Pedagogia Interétnica*, antirracista, insurgente?

NOSSAS EXISTÊNCIAS NO FAZER INTELECTUAL



Seção III



**NA
CENTRALIDADE
DAS EXPERIÊNCIAS**

**INSCREVEU
SEU
SOBRE(VIVER).**



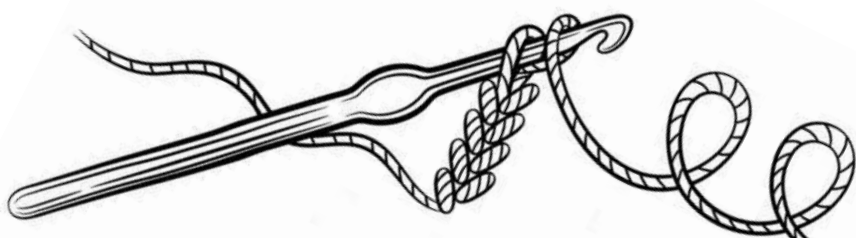
**DIMENSÃO EDUCATIVA
E INSURGENTE.**



DESENHOS: PAULO BRUNO.



TEXTO CRISTIANE LIMA



Quero nutrir minha poesia
Com vivências temperadas por tambores de sabedoria

Quero alimentar minha poesia
Em tributo à raiz com vibrantes energias

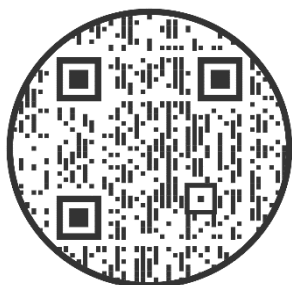
Quero nutrir minha poesia
De beleza preta destemida e sem alegorias

Quero alimentar minha poesia
Dissolver a conspiração da luta de todo dia

Quero alimentar minha poesia
Em homenagem à flor enraizada
Resistência que me guia.

Cristiane Lima

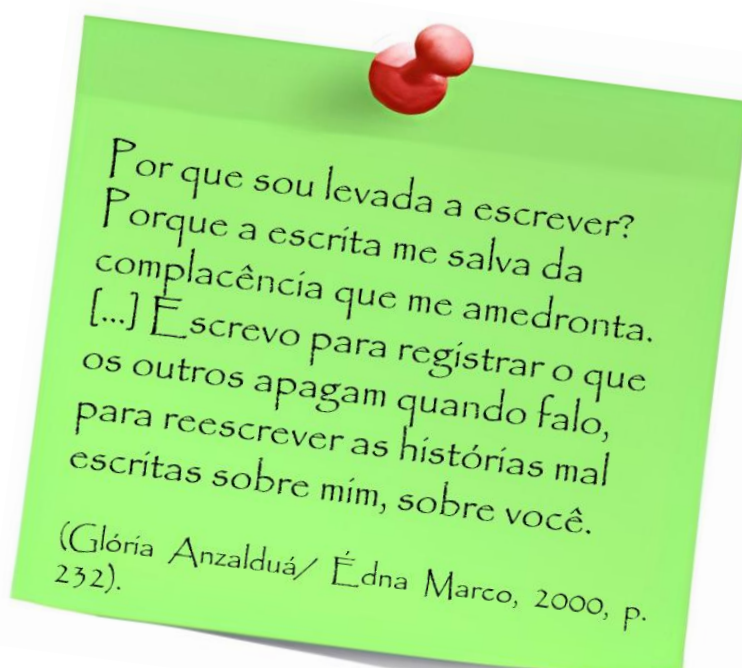
Resistência. In: Escrituras Negras – A mulher
que reluz em mim, 2020, p. 56



Para acompanhar a
declamação pela autora
do poema, basta abrir o
app da câmera do
celular e apontá-lo para
o QR Code.

Movida por esperança e com pés fincados na realidade, resgato a mim mesma para reescrever histórias mal escritas. Afinal, “a história ensina também a rir das solenidades da origem”, para sua genealogia necessita das “rachaduras e resistências”, pois como “análise da proveniência” articula dialogicamente corpo com a história. A “história arruinando o corpo inteiramente marcado pela história” (Foucault, 2008, p.22).

Como bem ensina filósofos como Nietzsche (2011), é somente diante do caos que se pode fazer de nós uma estrela dançarina. Assim, é deste “país negro e racista no coração da América Latina”, como canta Maria Bethânia¹⁹, é diante desses novos tempos, que se criam espaços para ousar, estabelecer movimentos de autonomia teórica e essencial reflexão para fecundar caminhos de ensaios de resistências possíveis – de ser, sentir e viver horizontes.



Na adolescência, montei um caderno de escritos em versos que ora denominava como poemas, ora como composições musicais, movida pelo desejo de compensar tudo que me amedrontava e toda minha ânsia em falar. Não havia a possibilidade de me ver, pensar enquanto escritora, apenas recorria ao caderno para compartilhar as perdas, as separações e manter sentido para vida.

Anos mais tarde, no contato com resistências nas produções poéticas, mergulhando na escrita e leitura de mulheres negras, como Alessandra Sampaio, Anajara Tavares, Jocélia

¹⁹ Maria Bethânia. “2 de junho”. álbum Noturno, 2021.

Fonseca, Jovina Souza, Livia Natália, Cristiane Sobral, Esmeralda Ribeiro fui acolhida pelo autocuidado, autoconhecimento, expressão de emoções, politização das experiências de vida, e me despertei para a possibilidade do exercício da escrita poética. Algo incipiente, mas tirei alguns poucos escritos da condição de “historieta patética” para “antologia de existências” (Foucault, 2006, p. 203), e possibilitei o compartilhamento e acesso a poemas como *Resistência*²⁰, a poesia alimento que diz da capacidade de comer nossos próprios alimentos epistêmicos e trazer a mesa resistência como estética, negra, feminina, insurgente.

E assim, em algumas páginas começava a reescrever sobre mim e sobre a escrita que, no período intermitente entre meu caderno de poemas e encontro com a literatura negra, foi regrada pela pretensa objetividade, neutralidade científica.

Na complexa tarefa de denunciar silenciamentos, é estratégico enunciar uma produção que não segue a lógica da importação de teóricos, teorias e conceitos. Antes, busca traduzir a complexidade das experiências de nós, pessoas racializadas, desde as entranhas da América Latina, sem recorrer ao perigo dos enquadramentos da representação e política identitária. Mais que isso, é preeminente enfrentar politicamente a dominação epistemológica na academia, como um movimento que se constitui, como sugere leitura de Nilma Gomes (2017, p. 60), como “um trabalho arqueológico de escavação nas ruínas da modernidade ocidental em busca de elementos ou tradições suprimidas ou marginalizadas, representações consideradas particularmente incompletas porque menos colonizadas” e, com isso, “possam nos guiar na construção de novos paradigmas da emancipação social”.

No que enegrecer a escrita desta construção implica em globalmente sulear, e nacionalmente nordestear a escrita; implica em dizer de outras experiências em coexistências; e pensar e escrever além da raça, como sugere bell hooks (2022b, p.30), a fim de não apartar o debate. Ao que, não basta apenas citar intelectuais negras e negros, cabem as abordagens teóricas e a aplicabilidade de categorias que se inscrevem como prática de sobrevivência ao “genocídio epistêmico” (Nascimento, 2016), e retira-nos do artifício da identidade e representatividade que sustentam as premissas mais basilares do sujeito moderno-liberal.

Enegrecer a escrita possibilita reinvenção plural, interseccional do pertencimento: “não é, certamente, no sentido de uma [interseccionalidade como] defesa de formas de encontros de



²⁰ Esse poema autoral foi um dos poemas objeto de estudo, em trabalho de conclusão de curso do José Ricardo Miranda Raimundo, intitulado: *Escrevivências Poéticas entre Vozes Femininas na Antologia Escrituras Negras - A Mulher que Reluz em Mim [manuscrito] : Cecília Peixoto, Patrícia Anunciada e Cristiane Lima*, 2023. Nele o autor evidencia como o conceito de escrevivência está plasmado na escrita poética feminina, pontuando os “elementos simbólicos de cunho ancestral”.

identidades tomadas, muitas vezes, como essência do que somos ou do que podemos ser”, mas, “antes disso, a interseccionalidade é tomada aqui como uma possibilidade de dar a ver como o “êthos crítico” possibilita “conceber uma crítica que sustenta a potência de um caminho possível para uma forma de pensamento, de uma atitude política, dissidente das formas instituídas de ser sujeito [herdadas da modernidade colonial-capitalística] (Balthazar; Marcello, 2018, p. 11).

Antes mesmo do pensamento amplamente difundido, na perspectiva geopolítica, sobre a “linha abissal que separa o Norte-global, hegemônico, e o Sul-global subalternizado”, ganhar notoriedade como pressuposto de compreensão da dominação epistemológica, e do assassinato das epistemes. (Santos, 2018, p.528). Abdias Nascimento, no livro *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*, publicado em 1978, já denunciava de modo sistemático as estratégias de silenciamento e neutralização de questões centrais da vida do povo negro, como produção de morte gradativa e contínua, para além do aniquilamento físico (Nascimento, 2016).

Os efeitos de morte da subjetividade da população negra fizeram Abdias Nascimento pensar o corpo racializado enquanto *território político*. Ao reconhecer-se como parte “da matéria investigada”, Nascimento (2016, p. 41) enfatiza a despreensão de “qualquer tipo de ginástica teórica, imparcial e descomprometida”; denunciando, assim, as maquinarias da colonialidade que matam as relações entre os sujeitos e, sobretudo, como estes corpos persistem ao lançar suas resistências para enfrentar e confrontar o poder.

Dessa maneira, Nascimento (2016) possibilita pensar os limites conceituais da dimensão do poder sobre a vida e a morte operacionalizada por uma biopolítica em que o racismo estabelece um corte entre quem deve morrer e quem deve viver. Enquanto um vértice de poder que focaliza na dobra do disciplinamento dos corpos dos indivíduos e no governo do corpo da população, o biopoder é uma ampla gestão da vida que se operacionaliza na máxima foucaultiana de fazer viver e deixar morrer (Foucault, 2002).

No tocante às formas de como o racismo é parte fundamental do biopoder, Foucault entendeu que o “[...] racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros, a função assassina do Estado só pode ser assegurada desde que o Estado funcione, no modo do biopoder, pelo racismo” (Foucault, 2002, p. 306).

O Estado torna social e institucionalmente aceitáveis mortes de vidas negras, são mortes estruturais que produzem o desvalor em que “[...] a matéria punível é a própria racialidade negra” (Carneiro, 2023, p. 126). Neste sentido, Sueli Carneiro aponta que o racismo consolida

hierarquias raciais que impedem a digna existência intelectual negra, sendo fator preponderante no apagamento histórico da cultura africana e indígena no currículo escolar.

Carneiro (2023, p. 88) evidencia que no âmbito educacional o racismo epistêmico estabelece “múltiplos processos de negação e silenciamento de epistemologias do continente africano e diáspora africana”. Portanto, não se trata de acaso, são macros e micros políticas de imposições do embranquecimento cultural a partir de única perspectiva epistemológica, e de exclusões que “aniquilam confiança intelectual e capacidade cognitiva”. A esses processos denomina-se epistemicídio.

Cabe considerar aqui os escritos de Grosfoguel (2007), uma vez que pontua a existência de um “racismo epistêmico” sob o monopólio eurocêntrico, deve-se vislumbrar projetos e experiências renovadoras que sendo produtoras de proposições teórico/metodológicas, de estratégias políticas, de transformações e perspectivas trazem à tona a diversidade epistêmica.

Por outro ângulo, Alex Ratts (Nascimento; Ratts, 2006, p.135), enfatiza que “o corpo negro se constitui e se redefine na experiência da diáspora e na transmigração (por exemplo, da senzala para o quilombo, do campo para a cidade, do Nordeste para o Sudeste)”, pois o corpo não está dissociado de território. São, pois, corpos em resistências. “E as resistências criam condições para reinserção no dispositivo, para a negociação com o poder e disputas sobre a verdade histórica” (Carneiro, 2023, p. 58).

E foi por caminhos em resistências e diante ao horizonte de apagamento histórico da cultura africana e indígena no currículo escolar, que o professor e intelectual Manoel de Almeida Cruz, junto a rede de insurgências no Núcleo Cultural Afro-Brasileiro (1974), Salvador, Bahia, apresentou primeira iniciativa de articular as relações raciais à educação, e a construção de uma proposta de difusão no espaço escolar, com propósito de traçar caminhos próprios, enquanto agregador de trajetórias. Objetivo que o levou a formulação e difusão da *Pedagogia Interétnica* (1978) e das *Alternativas para o combater o racismo: um estudo sobre o preconceito racial e o racismo: uma proposta de intervenção científica para eliminá-los* (1989).

Assim, trago para as páginas desta seção uma compreensão multidimensional de quem foi Manoel de Almeida Cruz a partir das narrativas de algumas mulheres e homens que encarnam, com suas vidas, *ethos ancestral* que transcende a colonialista noção da morte imposta pelo biopoder e mantém Manoel de Almeida Cruz vivo, enquanto ori-presença no combate ao racismo nos espaços escolares.

No que são tomadas as dimensões geopolíticas e corpo políticas do intelectual, para pensar o intelectual negro não apenas como conceito, mas também para contextualizá-lo em

seu significado. As definições do conceito intelectual negro, diz de entendê-lo para além dos regimes de verdade que se destinam ao exercício de poder, diz da condição existencial, do reconhecimento da intelectualidade negra como estratégia das lutas antirracismo.

3.1 NA TECITURA DO INTELECTUAL CIRCULANTE

Historicizar e compreender percursos em que sujeitos se constituem e são reconhecidos como intelectuais diz de enunciar que tais intelectuais não ocupam posições epistêmicas de forma linear. A intelectual negra, o intelectual negro na vasta trama de uma sociedade permeada pelo dispositivo de racialidade, são sujeitos insurgentes que com suas ações, reações e articulações, minam espaços de atuação, produção.

O que me leva a dizer aqui, do inesperado que emerge desse caminhar com Manoel de Almeida Cruz, buscando entre os fios descontínuos, a possibilidade, quem sabe, de tecer cheiros, sabores, sons, crocheter ponto a ponto sobre sua intelectualidade, pontuar a aura da sua singularidade, mas, teu projeto nunca foi pessoal, singular.

Então proponho o entrelaçar do teu exercício diário de “rebeldia contra conceitos assentados”(Santos, 1997), talvez assim encontrar a constituição da tua vida, reúno os fios que te tecem, sendo, pois, importante empreender esforços para a criação de novas formas de conhecimento que não estejam assentadas apenas em olhares eurocêtricos, são novas formas geométricas que embelezam este crochê, eis as agulhas, quem se arrisca nesse vaivém das mãos que rompe com o silenciamento acerca da intelectualidade negra e que não se rende ao viés eurocêntrico de dizer sobre história do intelectual?

Neste sentido, ainda que esteja posto as contribuições da historiografia francesa por autores como Jean-François Sirinelli (1994), a categoria intelectual, e suas associadas funções, trata de uma categorização pelo modelo eurocêntrico.

Em Sirinelli (1994) intelectuais criadores/mediadores são pensados de forma ampla, dizendo dos processos de criação, divulgação e recepção. Outra definição proporcionada pelo autor é o de intelectual engajado, referindo-se à participação do intelectual na coletividade, que busca contribuir nas decisões coletivas, embora nem sempre de interesse comum. (Sirinelli, 1994, p. 9–10).

Cabe dizer que o engajamento, não está desvinculado das formas de produção, circulação e recepção das produções intelectuais, e, sob a lente do percurso histórico, o engajamento, deixa de ser um dado pronto para ser atravessado pela pluralidade de relações que o sujeito estabelece e o constitui intelectual.

Além disso, como sugerem Lima; Amorim; Santos (2019), ao debater alguns apontamentos acerca da noção de intelectual, analisando as inserções e relações de dois intelectuais sergipanos nos seus âmbitos de pertença, é de significativa importância estudar e discutir as inserções e relações dos intelectuais nos seus campos de pertencimento, demonstrando como suas atuações interferem e são interferidas pelos acontecimentos e o campo no qual estão inseridos.

Remetendo à noção de intelectualidade dissidente Cristiane Santos (2022) salienta como o status de intelectual numa escrita e pesquisa históricas, costumeiramente associava intelectual a homem, branco. Com pesquisa voltada a um intelectual negro situado entre o final do século XIX e início do século XX, Santos (2022) observa que intelectuais dissidentes, no recorte temporal estudado, “não têm origem nas truncadas relações familiares e nas posses de bens e terras. São trabalhadores, com escolaridade que tiveram participações ímpares na sociedade”. (Santos, 2022, p.15-16)

Se soma a tais constatações as análises de Assis e Brito (2024), que lastreados na noção de “intelectual periférico” realizam estudo da trajetória de professor negro do ensino primário que além de “autor e intelectual periférico”, exerceu “papel fundamental na luta entre os docentes pela melhoria de infraestrutura e no desenvolvimento do ensino primário na Bahia durante as décadas de 1920 e 1930”. (Assis; Brito, 2024, p.77)

Tais estudos, me fazem repensar o intelectual definido pelo modelo eurocêntrico, colonial, ou seja, me alertam que é preciso repensar a construção e/ou assimilação de conceitos, derivações linguísticas e imagens sobre pessoas que elaboraram epistemes, quadros teóricos, metodológicos. A condição intelectual na modernidade perpassou pela visibilização dos “escolhidos” e a deslegitimação de epistemes constituídas a partir das vivências e experiências cotidianas, que traduziam percepções da realidade (Rocha; Mesquita, 2022).

A esse respeito Angela Maria de Castro Gomes, Patricia Santos Hansen (2016) oferecem grande contribuição analítica e operacional do conceito de intelectual mediador, pois mostra-se aberto à compreensão de uma enorme diversidade de experiências desenvolvidas, sincrônica e diacronicamente, por intelectuais.

Intelectuais mediadores entrelaçam emaranhado de relações que os permite absorver e influenciar diversos espaços. Interessado em transitar por diversos espaços sociais, intelectuais mediadores não ocupam posições, fixam, transitam pelos mais diversos âmbitos sociais. Enquanto, conceito, intelectual mediador formulado por (Gomes e Hansen, 2016) sustenta a multiplicidade de mediações, sem hierarquizações, classificações genéricas e dicotomias, de

intelectuais oriundos das mais diversas formações, contextos históricos, trajetórias, experiências, orientações ideológicas, culturas políticas.

Mas, se as próprias estudiosas salientam que ainda cabem ampliações de abordagens acerca de intelectuais para outras camadas de atuação pouco problematizadas. Que melhor palavra, conceito e função define a intelectualidade em Manoel de Almeida Cruz? Que paradigmas permitem pensar, refletir a partir das realidades de Manoel de Almeida Cruz e sua rede de insurgências o seu próprio modo de ser e compreender a vida?

Nessa direção, Milton Santos (1997, p.20) ao problematizar o ser intelectual, assegura que “o equívoco da sua geração foi acreditar exageradamente nas virtudes do saber de um ou dois continentes. Sem buscar uma interpretação do mundo a partir do nosso lugar, que modificaria, também, a interpretação do nosso lugar”.

Penso na noção de intelectual a partir da especificidade étnico racial para dizer da história intelectual a partir da perspectiva negra, ressaltando as epistemologias, experiências, memórias e as especificidades históricas de mulheres e homens negros. Embora, como salienta Oliveira (2014, p.16) “a utilização da palavra intelectual pareça enveredar por uma visão de mundo eurocentrada, branca, machista e racista”.

É preciso ressignificar a palavra intelectual quando se fala sobre sujeitos negros, negras, indígenas para retirar da égide do contrato social ideal e supostamente neutro de que apenas no contexto ocidental branco, europeu estão enraizados intelectuais criadores, engajados, mediadores.

De forma que Silva (2010), ao traçar as trajetórias de Abdias Nascimento e Milton Santos a partir do conceito de intelectual negro, acrescenta às três especificidades formuladas por Foucault, “especificidade de classe, especificidade de suas condições de vida e de trabalho e especificidade política de verdade” (2007, p.13), a especificidade étnico racial. Para tanto, afirma que, na realidade brasileira, é preciso diferenciar o intelectual público do intelectual negro pois sua especificidade reside na “insurgência”, categoria referenciada em Cornel West (1999).

Para a autora “o intelectual público seria aquele profissional envolvido com as ciências ou com as artes que procura fazer do seu campo de trabalho um ato de intervenção no espaço público”. Enquanto ao intelectual negro as mais diversas razões levam a definir-se como intelectual, mas “suas funções se dão através de uma autoimposição crítica à condição marginal, o que lhe assegura status junto à comunidade negra” (Silva, 2010, p.43).

Com essas prerrogativas, define ainda que o intelectual negro nasce a partir da “experiência negra explícita ou não explícita, colocada como ponto de partida para as formas de intervenção pública que o intelectual escolhe proceder na sociedade” (Silva, 2010, p.43).

Cabe notar, como o fez Pereira (2019), que o uso do termo intelectual, no caso de pessoas negras, envolve implicações e complexidades que lhe couberam reflexões com o objetivo de inventariar as principais contribuições de alguns autores para o debate sobre intelectuais. Especialmente verificar as variações encontradas na literatura consultada: intelectual negro, negro intelectual e negro-intelectual, dizendo da importância dessa distinção ao debate sobre intelectuais.

Tais considerações permite entender que a categoria intelectual, a partir da especificidade étnica, é constituída pela constatação e crítica sobre a ausência de referencial acadêmico intelectual negro. Paralelamente, da proposição de que intelectuais negros diz da intelectualidade atrelada às lutas contra a colonialidade, nas práticas sociais, epistêmicas e políticas estabelecidas nas experiências étnico-raciais.

Pois, como sugere Oliveira (2014), ao compreender processos em que negros e negras tem se constituído intelectuais, identificar as experiências destes e destas intelectuais contribuem para a educação das relações étnico-raciais. A intelectualidade negra se forma “desde a infância e são intelectuais que foram se constituindo com o compromisso com a comunidade negra, com estudos escolarizados e universitários, com o estudo do Movimento Negro, da sociedade, da realidade vivida” (Oliveira, 2014, p. 167). Neste sentido, o autor propõe romper com a lógica de que pessoas negras não possam ser intelectuais, defendendo a descolonização do saber e poder branco, eurocentrado, sendo mesmo uma contraposição ao colonialismo.

Aqui, intelectuais negros diz de mulheres e homens que atravessaram [atravessam] o limiar do pensamento moderno, orbita em torno da colonialidade para: criar os mecanismos de fissuras do e no sistema; estabelecer sentidos de existir do negro desvinculado dos padrões epistemológicos hegemônicos; constituir novos espaços de enunciação epistêmica contrária a rigidez de conceitos tornados verdadeiros.

Intelectuais negros que, como “criadores e propagadores do desassossego” (Milton Santos, 1997, p. 18), se deslocam do racionalismo universal, abstrato sem que sejam substantivo, adjetivo para se contrapor aos padrões subjetivos que pautam a subserviência de um povo, ou seja, se contrapõem as marcas da colonialidade. Portanto, intelectual negro é verbo, notadamente com o dom transformador de (re)existir, resistir, insurgir. Onde reside a intelectualidade de Manoel de Almeida Cruz?

Todas as noções, dimensões e conceitos de intelectual apresentados e analisados aqui, consideravelmente poderiam enunciar a intelectualidade de Manoel de Almeida Cruz, mas poderia, também, denotar apenas transposição para proceder análise. Preservo o elemento étnico, é intelectual negro, mas atendo-me à tentativa de elaborar uma dimensão de sua intelectualidade, que destaque sua importante contribuição ao caráter analítico e operacional do combate ao racismo.

No que recorro às falas de mulheres e homens que ecoando oralmente suas memórias me ajuda a elaborar dimensão intelectual de Manoel de Almeida Cruz. Chego à noção de Intelectual Circulante pela narrativa de Douglas de Almeida e Ailton Ferreira, quando este último destaca que “Manoel não ficava num lugar... a gente via Manoel passar, mas, ele estava em vários lugares: Centro Histórico, Largo Dois de Julho, Jaqueira do Carneiro, José Falcão, Ladeira da Visgueira. Então, ele era um cara que andava, circulava... Depois que eu vim conhecer mais aproximadamente”²¹.

“A minha memória é, o vendo na rua” lembra Douglas de Almeida. “Estou vendo-o andando aí em frente à Câmara Municipal, eu via muito Manoel circulava pelo Centro, entre o Dois de Julho, a Praça da Sé e a Praça Piedade, pois o centro é onde estavam as pessoas que vinham dos bairros para acessar Câmara Municipal, as fundações culturais, teatros, cinemas”²².

Também Lúcia Leão, relembra que o reencontro com seu antigo vizinho, Manoel de Almeida, em 1991, foi por acaso no Largo 2 de Julho, “ele frequentava aqueles bares que eram pontos de encontros para rodas de conversa, foi então que ele me ofereceu o livro autoral dele”²³.

Doralice Souza lembra que “conheceu Manoel Cruz no bairro Dois de Julho, na rua do Sodré em que funcionava o projeto Sinal Fechado e ele era frequentador do bar Mimosa. [...]E ele sempre me intrigava morava lá na Fazenda Grande, estava sempre circulando no Centro.”²⁴

Essas narrativas remetem a dimensão de um intelectual que fazia circular a palavra para ressoar o valor epistemológico intrínseco em todo seu movimento, mobilizando conhecimentos



²¹ Ferreira, Ailton dos Santos. Entrevista I [abr.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (87 min.)

²² Almeida, Douglas de. Entrevista III [jul.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (60 min.)

²³ Leão, Lúcia Vieira. Entrevista IV [ago.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (20 min.)

²⁴ Souza, Maria Doralice. Entrevista VI [set.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (40 min.)

pelo lugar de produção desses conhecimentos: as ruas. As ruas como lócus de agenciamento da insurgência, do tensionamento, do debate de conhecimentos que fissura a dicotomização teoria, prática.

A esse respeito Walmir França diz que Manoel de Almeida Cruz “foi um dos intelectuais que fizeram trabalho de ordem prática, não era intelectual de ficar apenas debruçado para ler e escrever. Ele participava do debate, ele fazia debate em todos os lugares em que estava”²⁵.

Dando continuidade à sua narrativa, Walmir França pontua sua percepção de que “Manoel é um manual, diz o que é racismo o que é raça, que é etnia. Os termos que no geral, naquele momento, anos 70, utilizávamos de uma forma, panfletária, Manoel falava de forma genuína, mas, havia base científica. E me parece que a maneira prática com que ele sempre trabalhou, fez com entendesse era uma questão pedagógica, que tinha que ser com a linguagem da gente, dentro de uma estrutura que a gente conhece”²⁶.

Essa narrativa memorialística do Walmir França, vislumbra o Intelectual Circulante como aquele que elabora textualidade a partir de experiências e experimentos dos quais participam o próprio corpo, e por intermédio dele, movimentos pela preservação e ao mesmo pela produção de memórias se processam.

O Intelectual Circulante é corpo, voz do ethos pedagógico ancestral que defende a legitimidade da memória que se consolida no presente e que se formula para o futuro, e que, portanto, produz conhecimento que circula a favor da tomada de consciência. Como pode ser lido na narrativa do Walmir França “Manoel era um precursor, em todo lugar que ele estava, fazia como o pessoal do movimento negro antigo, da minha geração fazia e ainda faz hoje, gerar incômodo nas pessoas, falando sobre a questão racial. Se vemos um determinado episódio de cunho racista em algum lugar, a gente transforma isso numa grande confusão para chamar a atenção de todos, sejam brancos ou não, para que tomem consciência do que está acontecendo”²⁷.

Estabelecendo debates, rechaçando argumentos racistas com uma elaboração epistêmica mais aprofundada sobre conceitos de raça, etnia, racismo, o intelectual negro circulante Manoel de Almeida Cruz exerceu papel importante na circulação e catalisação dos anseios por alternativas do combate ao racismo, transitando, circulando entre territórios diversos.



²⁵ Santos, Walmir França. Entrevista V [ago.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (66 min.)

²⁶ Santos, Walmir França. Entrevista V [ago.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (66 min.)

²⁷ Idem.

Ao buscar ser “uma sistematização, na área da Educação, sobre a realidade pluriétnica e multicultural, tendo como objetivo ser uma resposta científica a nível teórico e metodológico na luta contra o racismo” (Cruz, 1989, p. 13), foi através de uma base teórico-metodológica de desconstrução da situação de opressão dos negros que o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro (NCAB) promoveu diversos debates, encontros e simpósios como o I Simpósio sobre o Negro Brasileiro (1975), o II Semana de Estudos e Debates sobre a Problemática do Negro Brasileiro e o I Seminário sobre História Política e Social do Negro no Brasil, em setembro de 1978.

De forma que ao longo da década de 1980, as ações públicas que envolviam sua circulação em seminários, congressos para ampliação do debate político da questão étnico-racial, e dos estudos sobre métodos, aspectos estruturais e procedimentos metodológicos, junto a sua rede de insurgências, traçavam continuamente alternativas para combater o racismo no espaço escolar.

3.2 MEMÓRIAS QUE ECOAM POTÊNCIA DE VIDA

Existem muitas formas de silenciar e muitas formas de falar. E nessas texturas em linhas se insere os fios da intencionalidade de formular uma biografia social de Manoel de Almeida Cruz, com suas contradições e incoerências, para apontar indícios de compreensão de suas inteligibilidades, atravessamentos e deslocamentos, retirando do ocultamento sua qualidade de criador de uma pedagogia insurgente e formulador da memória.

A esse respeito, cabem as observações de Amorim (2009) de que aspectos relacionados à biografia, trajetória de vida e a trajetória profissional, em acordo com os objetivos propostos possibilita liberdade metodológica ao pesquisador. Portanto, a memória pode ser fio afetivo condutor percorrido pela corrente dos silêncios e sutilezas, mas à sua volta emerge o campo magnético do afrente aos escritos cristalizados e orquestrados pela colonialidade e seus atravessamentos opressivos de controle e subordinação. Campo magnético que expurga a negação.

Pois como salienta Le Goff (1990) “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais pode-se atualizar impressões ou informações passadas, ou que se representam como passadas” (Le Goff, 1990, p. 423), no que a relação com a memória sobrevive do passado chegando ao presente por meio das escolhas feitas.

O mergulho no diálogo com Manoel de Almeida Cruz (1989) me conferiu um *ethos* de comunicação entre o manifesto insurgente e a validade das experiências enquanto

conhecimento para performar a memória como uma espécie de processo de reconstrução. Uma reconstrução sem a repetição cronológica, linear dos acontecimentos e vivências no contexto de interesses atuais; sem diferenciação dos acontecimentos e vivências, mas que evoca e localiza, em um determinado tempo e espaço, a confluência das experiências. (Halbwachs, 1990)

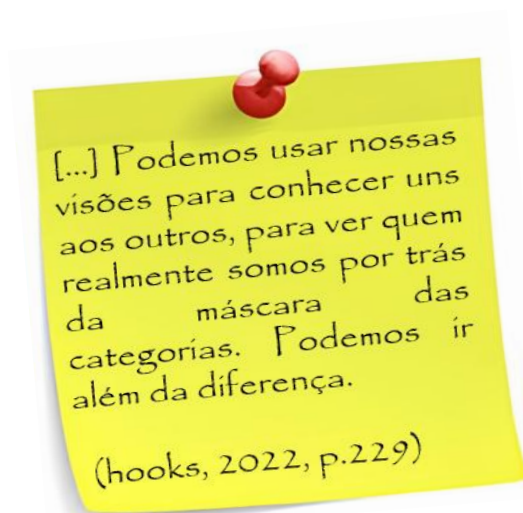
Para Foucault (1994, p.45), é pelo domínio da memória que os “enunciados se sucedem, ordenam-se e determinam jogos de invisibilidades”. Segundo Mesquita (2008), memória é “recriação da experiência” ainda que “plena de esquecimentos”, intencionais e não intencionais, traz as experiências traumáticas que separa, fere corta.

O que requer pensar, também, a racialização pela colonialidade, em suas várias manifestações de poder, saber e ser (Mignolo, 2003), mas, principalmente as relações étnico-raciais hoje, em que “rechaços, esquecimentos e construções de monumentos” pautados na identidade racial, na negritude homogeneiza, “silencia vozes, oblitera alguns nomes, desvalorizando tantos outros” (Foucault, 1994, p. 45).

E me permite perceber, por exemplo, que a escrita comprometida com o combate ao racismo, numa perspectiva interétnica, é um empenho da vida de Manoel de Almeida Cruz para formas de ser/estar no mundo, em coletividade, o que amplia a noção de biografia, para a subversão metodológica da “antibiografia” em Foucault (2006), para a insubordinação metodológica do “escrever” presente em Conceição Evaristo (2020).

A esse respeito, Iris Verena de Oliveira (2017) salienta que narrar o que usualmente não é dito, perpassa pela imersão nas experiências e na consciência de si que vai se fabricando e reconstruindo, somando-se aos vários desdobramentos que comportam dimensão de estratégia pedagógica e espaço formativo, um espaço formativo estruturado a partir das “experiências de si”.

De onde fragmentos de vidas, nomes resistentes, insurgem-se enquanto redes, enquanto ethos de pertencimento, que “subsistindo aos canteiros de escavações, não permanecem inertes” (Foucault, 2006, p. 203). Vez que evidencia a importância do diálogo entre a experiência negra vivida e o pensamento crítico de forma a transgredir fronteiras discursivas do colonialismo.



3.2.1 “O que venho antes e permanece em nós”.²⁸

Se uma memória me arrebatava e tomo consciência do que sinto, é uma experiência, pois memórias não se esgotam nas sensações e percepções das emoções, na linha de Foucault (2010, p.295), “uma experiência é alguma coisa que fazemos inteiramente sós, mas só podemos fazê-la na medida em que escapa à pura subjetividade, em que outras pessoas podem [...] cruzá-la e atravessá-la de novo”, e durante meu palmilhar pelos caminhos do arquivo, da biblioteca, das ruas, da cidade, da escola pelo encontro dos indícios, e, especialmente, indo ao encontro das mulheres e homens, que na condição de sujeitos dessa pesquisa, passaram a caminhar comigo, estive atravessada pelas minhas memórias.

A canção de Luedji Luna me lembra que “eu sou um corpo, um ser, tem cor, tem corte e a história do meu lugar”²⁹, todas as vezes que Ailton Ferreira, Gerusa Bispo, Douglas de Almeida, Lúcia Leão, Doralice Souza, Waldir França associavam o bairro da Fazenda Grande do Retiro à intelectualidade circulante de Manoel de Almeida Cruz, com tanta veemência, a ponto de verbalizar, conseguir vê-lo, naqueles instantes de visita às suas memórias, eu também conseguia vê-lo, como em flash fotográficos da rua seus becos, caminhos e vielas, que formam o bairro.

Como antiga moradora do bairro, residi por vinte e quatro anos na travessa Pio Duarte Mendes, não há como não levantar a hipótese de que em algum momento nossos caminhos tenham se entrelaçado, também, penso que não seja um trajeto que se encerra aqui, porque a Fazenda Grande do Retiro mais do que representar resistência à ordem em razão da

²⁸ Fazendo referência a vivência de Manoel de Almeida Cruz em comunidade, às relações estabelecidas junto a família e amigos próximos, trago essas noções a partir da frase da Lúcia Vieira Leão. Leão, Lúcia Vieira. Entrevista IV [ago.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (20 min.).

²⁹ Luedji Luna, álbum Um corpo no mundo, 2017

impossibilidade de reconhecimento jurídico e social da organização do espaço urbano (Moura, 1990), tem memória de luta do “lixo que não apenas falou”³⁰, como denunciou, protestou no auge do período da ditadura civil-militar, a Festa do Lixo remonta ao dia 2 de julho de 1975, data em que os moradores locais denunciavam o descaso do Poder Executivo Municipal em relação à coleta de lixo e reivindicam o direito a um ambiente saudável (Santos, 2018). O ato era permeado por recital de poesias, coleta de lixo que era deixado diante da Empresa Gráfica da Bahia (EGBA), empresa pública voltada para serviços gráficos, logística de materiais/equipamentos, certificação digital, produção de diários oficiais, microfilmagem, digitalização, arquivo de segurança, guarda de documentos e soluções de gestão da informação, localizada no mesmo bairro, a Festa do Lixo durou entre 1975 e 1985 e sempre na data de comemoração da Independência do Brasil, Bahia, para lembrar a força da resistência popular.

É nesse espaço de resistências que, penso o lugar de insurgência do Intelectual Circulante Manoel de Almeida Cruz, que através da própria experiência negra, estabeleceu pensamento crítico, que reconhecia o sentido de uma ação política questionadora. Ailton Ferreira relata que “Manoel, nas suas passagens pelas ruas da Fazenda Grande, chamava atenção, num bairro popular, empobrecido, periférico, um homem de óculos, barba, negro, de batatas coloridas, chamava atenção, não era usual”.

Remetendo ao contexto em que passou a observar Manoel de Almeida até a aproximação e estabelecimento da amizade, salienta que “no final década de 1970, a roupa mais usada pelos negros nos bairros periféricos era o cabelo Black Power, calça boca de sino com cós elevado apara o umbigo, camisas curtas, que eram as roupas usadas nas danças, nas festas Black dos clubes, então, eram essas as referências de roupas e lugares a negritude que se desenhava como Black Power. Então, quando o Manoel passava, para lá e para cá, chamava atenção, as pessoas entre si se perguntavam de quem se tratava, só via passar”.

Quem foi Manoel de Almeida Cruz? Naquele momento moradores da Fazenda Grande do Retiro, ao vê-lo circular pelas ruas do bairro, também se perguntavam. Sobre os primeiros dezenove anos de vida, encontro apenas relatos memorialísticos em ambientes digitais, falando sobre o nascimento no bairro da Liberdade, a evasão escolar aos seus 14 anos, a falta de indícios



³⁰ Uma analogia ao artigo de Lélia Gonzalez que explicita, a partir da leitura epistemológica de Freud e Lacan, a situação da mulher negra na sociedade brasileira como objeto de estudo dos intelectuais, que até naquele então não as consideravam também como um sujeito, mas como uma categoria infantil, incapaz, influenciável e sem convicção própria, e com isso proferiu em citação direta: “A partir de agora o Lixo vai falar, e numa boa!” evocando a figura da mulher negra em primeira pessoa de forma inédita nas reflexões acadêmicas das Ciências Sociais.

em arquivo pessoal, me permitem traçar um percurso básico desses anos, como o fiz na seção introdutória.

As memórias que trago a partir das entrevistas semiestruturadas, me fez localizá-lo aos 20 anos, na década de 1970, como morador inicialmente do bairro da Jaqueira do Carneiro, adjacente a Fazenda Grande, conforme narrativa da Lúcia Leão³¹ que em 1972, perde contato com o então vizinho. Ali, Manoel de Almeida já ofertava significativo debate sobre a questão racial, com seu vizinho Nilson Vieira Leão, também afeito às pautas dessa conversa, indícios de que naquele momento já era um voraz leitor, militante e autodidata.

Embora, apenas Douglas de Almeida narra que “Manoel de Almeida, tinha muito conhecimento, embora não tivesse completado o ginásio...” ao menos era a informação que chegava até ele, de que Manoel de Almeida não tinha essa formação ginasial, não sabendo exatamente o porquê. Mas, salienta “se tornou sociólogo pelo notório saber é o que eu sei realmente. E não ter formação escolar de forma regular não o fez menos intelectual. Prossegue dizendo, conheço histórias de pessoas, como a da Myriam Fraga, poeta da academia militar, baiana gigantesca, dirigiu a Fundação Cultural da Academia e não tinha o ginásio. Porque por qualquer outro motivo a Myriam Fraga uma mulher branca, de classe média alta, então talvez tenha casado cedo, vinda de bairro da classe média é considerada uma intelectual, por que ele não pode ser?”³²

Volto a Fazenda Grande do Retiro, na Travessa Irmãos Vieira, próximo da Empresa Gráfica da Bahia, na esquina do Bar da Luzia, sr. Milton, mais conhecido como Lior, e dona Maria residem com seus filhos Manoel e Carlos na casa de n. 6, sendo um casal de idosos, “pessoas simples, austeras e de poucas conversas”. Seu vizinho Ailton Ferreira, residente na casa de n.10, pouco os ver transitar na rua. “Sr. Lior saía pouquíssimo para tratar de coisas domésticas, como comprar temperos, Dona Maria quase sempre em casa. O primeiro cômodo visível da residência era os aposentos de Manoel de Almeida Cruz, onde ao longo dos anos se tornou ambiente com muitos livros”³³.

Das poucas saídas de sr. Lior, nasceu o irmão mais novo do Manoel, fruto do relacionamento extraconjugal de seu pai com uma vizinha que morava numa rua próxima, ainda assim, “Manoel não perdeu o respeito reverencial que tinha pelos pais, ele matinha relação

³¹ Leão, Lúcia Vieira. Entrevista IV [ago.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (20 min.)

³² Almeida, Douglas de. Entrevista III [jul.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (60 min.)

³³ Ferreira, Ailton dos Santos. Entrevista I [abr.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (87 min.)

muito próxima com a família”. Em dado momento, passou a residir apenas Manoel e os pais, seu irmão Carlos Cruz ingressou na Marinha do Brasil, indo morar no Rio de Janeiro, e passou a aparecer de tempos em tempos, época de Natal, Ano Novo.

Nos anos de 1990 ao conhecer e se aproximar da amiga Gersa Bispo, também moradora da Fazenda Grande do Retiro, no Beco da Providência, a casa de Gersa dava para o fundo da casa de Manoel separadas apenas por um grande buraco que tinha algumas árvores de mangueira, Manoel lhe confia o amor pela família, naquele momento formada pelo pai e irmão não residente em Salvador, pois sua mãe já havia falecido.

Ele também relata que as diferenças na atuação profissional, fazia com que não fosse muito próximo ao irmão Carlos. “Manoel na militância, Carlos na Marinha”³⁴. Seu amadurecimento na militância, o faz falar pouco da família. À Doralice Souza, uma amizade estabelecida pelos encontros que se dão no bairro Dois de Julho, ele demonstrava admiração ao irmão Carlos Cruz, mas “havia um tom irônico, até mesmo quando poucas vezes fez referência ao irmão mais novo, que tinha por parte do pai, a essa altura evitava falar de forma objetiva da família”³⁵.

Para o Ailton Ferreira a base familiar lhe foi importante, a base comunitária, como referência territorial também, mas, acredita que Manoel de Almeida Cruz não precisava de nenhuma das duas, por “ele era ele e se bastava com ele. Não era um homem que andasse em grupo de muitas pessoas”. E continua a lembrar “Manoel não era da turma do futebol, Manoel não jogava baralho, sinuca, Manoel não era capoeirista, Manoel não era de porrada, não dava murro em ninguém, Manoel não tinha turma, num bairro periférico eram os atributos necessários para sobreviver no bairro periférico. Manoel não tinha nada e era Manoel, era só ele”³⁶.

Solitário, de poucos amigos, contudo, fiéis, foi construindo relação de amizade com o vizinho Ailton Ferreira, no bar que este último administrava sempre que chegava ainda no início da tarde, tomava uma ou duas doses de cachaça, por vezes um pedacinho de queijo. Em meio a conversa restrita, dava um leve sorriso, e a todos se dirigia chamando de professor, logo seguia para casa.



³⁴ Santos, Gersa Bispo dos. Entrevista II [jun.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (41 min.)

³⁵ Souza, Maria Doralice. Entrevista VI [set.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (40 min.)

³⁶ Ferreira, Ailton dos Santos. Entrevista I [abr.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (87 min.)

“Manoel costumava dormir cedo, não era chegado a cantorias assim de rua, mas, gostava de músicas de carnaval antigo, ele tinha uma predileção por artistas negros, por cantores negros, como Gilberto Gil. No bar que eu administrava, tinha um grupo que dia de sexta e sábado, ficávamos até meia-noite, bebendo, tocando violão e aí, cantávamos Milton Nascimento, Chico Buarque, Gilberto Gil, Vinícius de Moraes. Quando algum desses artistas, cantores morria, fazíamos tributo e passávamos a noite toda tomando cerveja e cantando. Manoel não era dessa pegada não, de permanecer por longas horas no bar. Ele tomava uma ou duas doses de cachaça e descia para casa, cedo, não era de chegar tarde não. Já o grupo e ia até mais tarde, mas todos o chamavam de Professor Manoel”³⁷.

Uma outra amizade estabelecida no ambiente do bar, entre o final dos anos de 1980, idos dos anos 1990 foi com Douglas de Almeida. Manoel, então funcionário da Câmara Municipal de Salvador, Centro Histórico, assessor do então vereador Valdenor Cardoso³⁸ (Legislatura 1997-2001), Manoel de Almeida no horário do almoço costumava ir ao bar Mimosa, no bairro Dois de Julho, frequentado por intelectuais de esquerda, e uma parte de jornalistas que eram poetas, políticos. Manoel já militante do movimento negro, mas para Douglas de Almeida era o Manoel poeta.

No Mimosa, Manoel tomava sua dose de cachaça e juntava-se aos mais próximos para conversas sobre política, sobre literatura, filosofia, metafísica, lembra Douglas de Almeida, o conhecendo ali, passa a encontrá-lo mais vezes circulando pelo centro da cidade de Salvador, se tornaram amigos, como também se tornou amigo de Lino Almeida. No final da tarde poetas se reuniam na Praça da Piedade para conversar, recitar. Então, passaram a “fortalecer amizade nesses encontros de poetas na praça da Piedade, que juntava outros intelectuais como Camacã, Jorge Maquível, os poetas como Antônio Jorge, Carlos Anísio Melhor”³⁹.

Paralelamente, no âmbito da comunidade que morava, cada vez mais Manoel de Almeida passou a ser uma referência ao Ailton Ferreira que relembra que “gostava de ficar perto dele, aprendendo, crescendo, dia a dia. E fomos ficando cada vez mais próximos a ponto de frequentarmos um a casa do outro para almoço em família, conversas sobre política, sobre as leituras que fazíamos e ali sim facilmente poderia ouvi-lo cantando: ‘*O Jardineira porque está tão triste, mas o que foi que te aconteceu, foi a Camélia que caiu do galho, deu dois suspiros e depois morreu*’, ou então ‘*Allah-la ô ô ô ô ô ô, ai que calor atravessamos...*’, e até

³⁷ Idem. Ibidem.

³⁸ Em conversa informal o sr. Valdenor Cardoso confirmou que Manoel de Almeida Cruz foi seu assessor, contudo no período de realização das entrevistas não obtive êxito nas tentativas de contato.

³⁹ Almeida, Douglas de. Entrevista III [jul.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (60 min.)

músicas que hoje não convém como: ‘*Olha a cabeleira do Zezé...*’, ele gostava das músicas antigas de carnavais passados, ele era mais velho do que eu, eu conhecia as músicas, porque a minha mãe ouvia no rádio e eu aprendi, Rádio Excelsior, Rádio Sociedade. Também, gostava de Gilberto Gil, principalmente de ‘*Toda menina baiana*’ e outros artistas negros”, me vejo chorando todas as vezes que lembro... Manoel me ensinou que, para além da luta contra o capitalismo, você tem uma luta antirracista, ele me apresentou Abdias Nascimento, Frantz Fanon, que foram textos que mudaram a minha vida”⁴⁰.

Amizade que foi fortalecida por um amigo em comum, o Lino Almeida, “contrariava o *modus operandi* da cidade porque ele tinha uns dreads, de uma influência norte-americana estadunidense, era um rapaz viajado e mantinha um programa de rádio, chamado ‘Rasta Reggae’, pioneiro, porque não havia nenhum programa de reggae, apenas ele na rádio Itaparica FM”⁴¹.

Figura 2: Lino de Almeida, Manoel de Almeida, Milson Santos



Fonte: Publicação em rede social online de compartilhamento de fotos e vídeos do Walmir França em 09/05/2023. Publicação foi intitulada “Históricos do Movimento Negro”. Foto de arquivo pessoal

⁴⁰ Ferreira, Ailton dos Santos. Entrevista I [abr.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (87 min.)

⁴¹ Ferreira, Ailton dos Santos. Entrevista I [abr.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (87 min.)

Interétnica, não apenas como paradigma científico, mas, como manifesto insurgente, por justiça social, por justiça cognitiva.

Manoel de Almeida Cruz passa a fortalecer suas redes de insurgências dando à proposta forma e ação ao enfrentamento e combate ao racismo. Para a concreta transformação houve que enveredar nas brechas da complexidade presente no currículo e encontrar maneiras de combater, nas estruturas político e sociais, o modo de atuação do racismo (Rocha; Mesquita, 2022, p. 11087).

Entre 1997 e 1999, já atuando na Escola Criativa do Olodum, a convite do Douglas de Almeida que mantinha uma biblioteca comunitária na Galeria 13 no Pelourinho, realiza uma série de palestras sobre poesia e lógica matemática, e assim fortalecia e ampliava suas redes de insurgência, cabe ressaltar que foi a Biblioteca Prometeu Itinerante mantida por Douglas de Almeida que recebeu o acervo pessoal do Manoel de Almeida.

A esse respeito, Douglas de Almeida relata que tem a sensação de que “Manoel de Almeida era uma pessoa solitária mesmo que rodeado de amigos, de adeptos, tinha as pessoas que o viam como um mestre, ele realmente era um mestre, ou talvez tenha sido o fato de não ter descendentes, o entristeceu ver que o acervo que deixou estava na casa da amiga Gerusa Bispo, que não podia acomodar, porque eram muitos livros, que para não descentralizar as obras entre os departamentos da Universidade Federal da Bahia, essa foi a proposta da instituição, a Gerusa, o irmão Carlos e o próprio Douglas de Almeida concordaram que a biblioteca passava a manter esse acervo”⁴⁵.

Dentre os amigos a que se refere Douglas de Almeida, estão Gilberto Leal, Manoel de Zulu, de João Jorge, então Manoel, estabelecendo tantos outros trânsitos, no período de 1988 junto com Lino Almeida levaram Gilberto Gil na casa do Ailton Ferreira, porque, Gilberto Gil pretendia ser candidato a prefeito de Salvador, e para fortalecer a candidatura queriam uma liderança que fosse de bairro.

Ailton Ferreira relata, com leve ar de riso que “Manoel e Lino levaram o Gilberto Gil à sua casa e a rua encheu de crianças, adultos também. E acrescenta, “até a baiana do acarajé nunca tinha me dado um acarajé, nesse dia mandou lá para casa um bocado de acarajé, vatapá, abará para poder agradar o nosso Gilberto Gil, mas, infelizmente a candidatura de Gilberto Gil não foi aprovada por força das lideranças partidárias do MDB, por Waldir Pires, Mario Kertész, então ele retira candidatura.”



⁴⁵ Almeida, Douglas de. Entrevista III [jul.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (60 min.)

É preciso dizer que as redes de insurgência do Manoel de Almeida eram bem mais amplas, a intelectualidade circulante nele, permite a interpretação do trânsito sistêmico e epistêmico, pois consciente ou inconscientemente, Manoel via na força feminina a propulsão da insurgência que habita corpos, não se limita à negatividade, à denúncia, antes rompe a insegurança da travessia.

Da força de insurgências, gestações criadoras aos abortos dos assujeitamentos, tudo nela tem demonstrações de coragem. A coragem que mantém vivo os múltiplos nós (enlaço), corpos mais tangíveis dos sujeitos epistêmicos, complexos e plurais, e que me permite, atenta ao lugar de memória, a indagação da experiência vivida.

E uma das suas referências feminina é a Gerusa Bispo que de vizinha se tornou uma grande amiga. Que através da troca de leituras, passa a ouvir as vozes que emanam dos corpos, exige o revide político aos sistemas de opressão, o revide que reorienta significados subjetivos desses corpos, sem que passe pelas marcas da colonialidade que ora hierarquiza, racializa, ora soma identidades na armadura da representação colonial. Como ela mesma, rememora foi “através do Manoel que conheci uma literatura, um conteúdo, um conhecimento que até então eu não conhecia, que não me foi apresentado nem na educação, que hoje a gente chama de Educação Básica e tão pouco na universidade, no curso de pedagogia”⁴⁶.

Também com a Doralice Souza, Manoel de Almeida se sentia à vontade para falar dos amigos, de ter conversas corriqueiras como a do episódio em que ele encontra uma amiga deles em comum, no transporte público e a convida para o sorvete, o que não imaginava, a garota aceitou o convite. Ele com pouco dinheiro, teve que retornar andando para casa, pois nem o dinheiro do transporte havia lhe restado, algo que rendeu muito risos entre os dois.

Mas, a grande marca que Manoel, deixou na memória de Doralice Souza é que “ele era um homem para conversar sobre filosofia, qualquer tema que se quisesse conversar com ele, ele nos colocava em reflexão, questionava, problematizava. Manoel não se preocupava com as questões do dia a dia, não lhe preocupava ida ao mercado ou a garantia de um salário”⁴⁷.

Por sua vez, Douglas de Almeida salienta, “Manoel trouxe à tona reflexões importantes, e só vim descobrir suas bases de pensamento a partir do seu acervo pessoal, a biblioteca de Manoel de Almeida é riquíssima, que vai desde os estudos africanos e afro brasileiros à poesia

⁴⁶ Santos, Gerusa Bispo dos. Entrevista II [jun.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (41 min.)

⁴⁷ Souza, Maria Doralice. Entrevista VI [set.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (40 min.)

de vanguarda. E são obras atuais, ainda hoje há, pessoas que vem, tomam de empréstimos alguns dos livros dele e o mais importante devolvem”⁴⁸.

“Manoel fez parte do meu crescimento político, acrescenta Ailton Ferreira, foi se tornando meu companheiro para palestras, fizemos palestras juntos, seminários, encontros, reuniões, juntos, durante toda parte da vida dele, até o adoecimento e depois a morte dele. Lino morre poucos anos depois”⁴⁹.

3.2.2 “Você vê demais.”⁵⁰

[..] Um grupo de onze jovens acaba de criar o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, com sede provisória no Instituto Cultural Brasil-Alemanha. A curto prazo, pretende a entidade implantar um curso de Yorubá – língua ainda falada em alguns Terreiros de Candomblé da cidade. A longo prazo, estudos do processo de integração do negro na sociedade brasileira” (Surge [...], Diário de Notícias, Salvador 01 ago.1974).

Dentre esses jovens estavam Lino Almeida, Roberto Santos, Manoelito dos Anjos, Gilberto Leal, Atolenildo Ferreira de Santana, Jorge Milton Conceição, Djalma Costa Santos, Clyde Morgan, Mário Gusmão, o próprio Manoel de Almeida Cruz, posteriormente Nelson Mendes, enquanto Núcleo mais que “integração do negro na sociedade brasileira”, buscavam “estudar, pesquisar e difundir a cultura afro-brasileira, de maneira menos acadêmica e sem vínculos religiosos” (Surge [...] Diário de Notícias, Salvador, 1 ago. 1974).

É importante ressaltar que na mesma notícia há informações que parecem se contradizer, ao fazer referência da implantação do “curso de Yorubá, língua falada em terreiros de candomblé” e de que o Núcleo “não tinha vínculos religiosos”. A proposta do estudo da língua Yorubá, esteve relacionado à proposta de “revisão crítica da historiografia do negro brasileiro” (Cruz, 1989, p.58)

Consolidado no que Manoel de Almeida conceituou como: Aspecto Histórico da *Pedagogia Interétnica*. A proposta era problematizar como o colonialismo e o sistema

⁴⁸ Almeida, Douglas de. Entrevista III [jul.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (60 min.)

⁴⁹ Ferreira, Ailton dos Santos. Entrevista I [abr.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (87 min.)

⁵⁰ Trago referências à circularidade de Manoel de Almeida Cruz por entre os grupos do Movimento Negro em Salvador até a formação do Núcleo Cultural Afro-Brasileiro (1974), a partir da frase do sr. Walmir França. Em: Santos, Walmir França. Entrevista V [ago.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (66 min.)

escravocrata apagou todo grau de desenvolvimento existente em África, no que destaca o Estado Yorubá de Oyó suas produções sociais, intelectuais, artísticas. (Cruz, 1989, p.58-59).

Além disso, Douglas de Almeida, relembra que ao levar a *Pedagogia Interétnica* como fundamento da Escola Criativa do Olodum, Manoel de Almeida salientou que as crianças e adolescentes: “tem que aprender inglês, porque é a língua universal onde você pode se comunicar com todo mundo, e aprender o yorubá, porque língua das suas ancestralidades”. Para Douglas de Almeida, “foi de uma grandeza imensa a perspectiva, porque a aprender inglês não entrava apenas no campo do consumismo, e, ao mesmo tempo, não radicalizava propondo apenas o estudo do yorubá, com uma proposta de mitificação de África como única. Coadunava ancestralidade e o contemporâneo, em diálogo com o mundo”⁵¹.

Embora não tenha participado da formação do NCAB, Gersa Bispo, lembra que “também o Carlos Anísio Melhor, e posteriormente, durante o processo de formulação da Pedagogia Interétnica o Nelson Mendes também fizera parte do Núcleo”⁵².

Para o Ailton Ferreira, não desconsiderando a importância de todos os integrantes que formaram o Núcleo, ele narra que “Lino Almeida foi uma liderança, companheiro importante a Manoel de Almeida na criação do Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, nos anos 70. Porque era difícil fazer movimento negro em Salvador, curiosamente, o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro se organiza e se reúne no espaço branco europeu, que era o Instituto Cultural Brasil Alemanha, no corredor da Vitória, onde morava a aristocracia branca e rica da Bahia. Então, nesse lugar, o Núcleo se organiza”⁵³.

A formação do Núcleo Cultural Afro-Brasileiro NCAB, redimensionava a militância numa perspectiva de ação política voltada para o questionamento da democracia racial, num espaço de intervenção diferenciado, por exemplo, do Ilê Aiyê, que foi fundando três meses depois, como pontuou o próprio Manoel de Almeida, em entrevista ao Ivan Costa Lima (2017).

O que mobilizou foi justamente essa informação que nós tínhamos através das nossas leituras e a própria discriminação que nos sofriamos na sociedade, a partir de nossas verificações empíricas e existenciais, isso que nos mobilizou a criar um Núcleo Cultural Afro-Brasileiro (Cruz, Manoel de Almeida. Entrevista- janeiro, 2003. Entrevistador: Ivan Costa Lima, 2017, p.86).

⁵¹ Almeida, Douglas de. Entrevista III [jul.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (60 min.)

⁵² Santos, Gersa Bispo dos. Entrevista II [jun.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (41 min.)

⁵³ Ferreira, Ailton dos Santos. Entrevista I [abr.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (87 min.)

Manoel de Almeida Cruz expõe como as experiências de negações e anulações das existências negras se davam sob lacuna de interpretação crítica sobre a realidade racial brasileira, por isso, o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro (NCAB), buscou no decorrer da sua fundação (1974) e ao longo dos anos de 1980 estabelecer cientificidade às ações empreendidas pela população negra em prol da superação do racismo e coordenar debates, formações que levaram, em 1978, à formulação da *Pedagogia Interétnica*, com objetivo de implementar práticas pedagógicas e curriculares de importância da diversidade étnico-racial.

[...] surgiu a ideia de uma intervenção no processo educacional, a partir de nossos estudos e pesquisas nós detectamos que o preconceito racial e o racismo eram transmitidos pelo processo educacional, e só uma intervenção sistemática poderia dar uma resposta mais científica e positiva com relação a este fenômeno [...] veja bem, a escola é um dos fatores, há a família, a própria comunidade, os meios de comunicação social que integram todo este complexo, que formam fatores transmissores de preconceito racial e estereótipos (Cruz, Manoel de Almeida. Entrevista- janeiro, 2003. Entrevistador: Ivan Costa Lima, 2017, p.97).

Atento, como esteve, de que as experiências de negação constituem subjetividades marcadas por “preconceito racial e estereótipos”, Cruz (2003) sinaliza ao entrevistador que houve de movimentar junto ao Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, ingerência no processo educacional, de “resposta mais científica” (Lima, 2017, p.97). Um regime de cientificidade potencializado na insurgência de uma intelectualidade negra, circulante, que na Bahia movimentou ações vivas de conhecimentos nascidos na luta, como força ética e estética legitimadora de combate ao racismo.

Ao me aproximar deste debate, destaco alguns aspectos presentes nas memórias, narrativas dessa rede de insurgências que contribuem na reflexão sobre a atuação de Manoel de Almeida Cruz como Intelectual Circulante. Começo pela narrativa de Ailton Ferreira⁵⁴ que relembra que Manoel sempre o convidava para as reuniões do NCAB, que passou a ir a algumas reuniões, porque era oportunidade de aprender, conversar, e, no retorno para casa, já na Fazenda Grande, era oportunidade de estender a conversa, beber cerveja, ele na cachaça.

Relembra também de quando participava de reuniões Partido Democrático Trabalhista (PDT) que acabavam tarde, entre 21h00 e 23h, e Manoel Almeida, quando o via chegando em casa tarde, sempre ficava brincando ou talvez falando sério, mas ele problematizava ‘cadê seus

⁵⁴ Ferreira, Ailton dos Santos. Entrevista I [abr.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (87 min.).

companheiros que não trazem você, porque você só chega agora de ônibus?’ Que achava uma fala chata porque sempre falava a mesma coisa.

O Manoel dizia o seguinte, que “os negros, mesmo de esquerda, tinham um problema para resolver que era a questão do racismo, naquele momento, eu não conseguia enxergar. Depois que vim entender, as pessoas de classe média, intelectuais de esquerda, socialistas, até tinham boa vontade, mas elas moravam em outros lugares, então, havia classe média alta da esquerda que morava na Pituba, no Rio Vermelho, na Federação, que poderia até ser solidária, pensar na luta do pobre, mas pensar na questão racial, nunca foi uma pauta levantada... ao término das reuniões continuavam vivendo suas vidas privilegiadas, seguiam para casa em seus Fusquinhas, Chevettes, Brasília e iam embora. muito menos a questão racial”⁵⁵.

“Quando se falava em luta pelo fim da ditadura civil-militar, todos os socialistas, trostkistas, maoístas, esquerdistas, marxistas, democratas cristãos, católicos, uniam forças contra a Ditadura. Mas, o combate ao racismo, nem se tocava no assunto, então o movimento negro enfrenta dificuldades imensas que a luta contra a ditadura civil-militar. Dessas reuniões eu e o Manoel voltávamos de ônibus, nem carona conseguia, porque não tinha ninguém daquelas lideranças que morasse no São Caetano, Fazenda Grande, Retiro, Bom Juá... ninguém passava... do Largo do Tanque era difícil, no máximo até o Barbalho, Lapinha encontrássemos vez ou outra carona”⁵⁶.

Nas memórias de Walmir França fica evidenciado que a própria circularidade de Manoel de Almeida por entre os grupos, “problematizava coisas que não se prestava atenção”, era o próprio ato pedagógico interétnico. França recorda que do NCAB, “Manoel de Almeida foi o mais próximo aos demais grupos ligados ao Movimento Negro dos anos de 1970, ele circulava por entre os grupos e tinha o cuidado de ser pedagógico, de fazer essa pedagogia que ele chamou de interétnica”⁵⁷.

“Manoel de Almeida teve sempre uma percepção mais aguçada das questões raciais na sociedade, até era dito para ele, em tom de brincadeira, num trocadilho, porque ele usava óculos de grau altíssimo, fundo de garrafa (lentes grossas), daí era dito: ‘Você vê demais’, onde é que tem racismo nisso? O questionamento era para provocá-lo a dizer mais e ele ir ensinando. Sempre ele chegava como propostas de novas formações, Manoel era um cara com base acadêmica muito interessante, porque era um academicismo prático.” Ele “colocava as

⁵⁵ Ferreira, Ailton dos Santos. Entrevista I [abr.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (87 min.)

⁵⁶ Idem. Ibidem.

⁵⁷ Santos, Walmir França. Entrevista V [ago.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (66 min.)

referências numa roda de conversa, e numa mesa todos ensinavam, aprendiam, debatiam sentados no mesmo nível, horizontalização”⁵⁸.

Ainda sobre as experiências de convivência e aprendizagens, Walmir França diz que “nos primeiros anos de 1970 uma parte da militância, a parte não intelectualizada do movimento negro, realizava debates sobre algumas bandeiras como mito da democracia racial, mas, com pouco conhecimento sobre a questão racial. Outra pauta era o 13 de maio, embora não fosse, nem é, uma data importante à população negra, especialmente dentro movimento. Era a oportunidade de lançar problematizações.

Esses “colégios de brancos como o Sartre (1969), achavam que o processo de formação era importante, e dependendo da direção, do rumo da direção, isso ficava cada vez mais feito, aceito, mas aceito de que forma? Chamava-nos para palestrar no 13 de maio, e o movimento negro combatia datas como essa, então íamos e deixávamos nosso recado”. Nesse sentido, Manoel sempre gostava de ir para esses grupos, esses colégios. Mesmo porque, o Manoel de Almeida como outros professores, estabeleciam honorários, então havia o reconhecimento, de alguma forma, da importância da formação⁵⁹.

Figura 3: Palestra sobre Racismo no Colégio Sartre de Salvador em 27/maio/1980 – Nelson Mendes, Abdias Nascimento, Manoel de Almeida



Fonte: Cruz, Manoel de Almeida. Alternativas para combater o racismo: um estudo sobre o preconceito racial e o racismo - uma proposta de intervenção científica para eliminá-los, 1989, p.15

⁵⁸ Santos, Walmir França. Entrevista V [ago.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (66 min.)

⁵⁹ Santos, Walmir França. Entrevista V [ago.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (66 min.)

Como foi dito pelo Walmir França as palestras em espaços como o Colégio Sartre, majoritariamente de estudantes brancos da classe média alta, era oportunidade de fazer com que as pautas das questões étnico-raciais circulassem por outros espaços, não apenas nos grupos ligados ao movimento negro.

Na Figura 3 há registro fotográfico do momento de fala do Abdias Nascimento. Cabe dizer ainda, que nos 80 Abdias Nascimento publica a obra *Quilombismo* que é um apanhado de documentos elaborados durante meados da década de 1970, que tratam do problema da mestiçagem no Brasil como: embranquecimento forçado, genocídio das populações negras e a exploração sexual e econômica da mulher negra pelo colonialismo. A principal proposta política do Quilombismo é de integrar a cidadania das populações de cor à redemocratização do país, questionando o modo como estão inseridas no sistema capitalista. Proposto como conceito científico emergente do processo histórico-cultural das massas afro-brasileira, Abdias Nascimento defendeu que o “Quilombismo ensina que precisamos construir nossas próprias instituições independentes e progressistas, [...] fortalecendo a nossa comunidade para podermos sobreviver numa sociedade racista”. (Nascimento, 1982, p.32)

Era oportunidade, por exemplo, de eu⁶⁰ poder conversar sobre um grupo cultural, um pouco sobre a história dos blocos afros, um pouco da história ligada à crença da religião do candomblé e pelos outros caminhos com relação a gastronomia e etc.. Com um pouco que conhecia de casa, das relações familiares e de amizades, lançava para debate a essas pessoas que não tinham conhecimento, então a tentativa era o processo de conscientização para nossa população. O interesse era a gente fazer o caos. O caos em que sentido? Levantar dentro daqueles estudantes, 30, 40 alunos que fosse, se a gente conseguisse dali três ou quatro lembrar da gente daqui uns quatro anos, o trabalho teria sido feito.

Tais narrativas do Walmir França permite levantar indícios de que os primeiros processos de formulação da *Pedagogia Interétnica* já estavam sendo postos em prática, anteriormente à formação do Núcleo Cultural Afro-Brasileiro (NCAB), a partir da apreensão das estratégias que eram utilizadas para desmistificar estereótipos e preconceitos que fomentavam o racismo, mesmo, sendo um contexto de censura e outros silenciamentos impostos pela ditadura civil-militar que se somavam ao silenciamento acerca da população negra e indígena.

A esse respeito também o Walmir França lembra que “como primeiros grupos de militantes na Salvador dos anos 70, que chamam de ‘pré-histórico’, corremos da polícia, foi

⁶⁰ Santos, Walmir França. Entrevista V [ago.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (66 min.)

bomba de gás lacrimogêneo, ali se sabia exatamente o choro e agonia do outro⁶¹. Neste sentido, que Ailton Ferreira diz que “a aliança do NCAB com o ICBA foi muito estratégica. Primeiro, fazer enfrentamento racial no Brasil não é fácil, imagine que 1974, 1980 era muito mais difícil, então o Instituto Cultural Brasil Alemanha era independente do poder público, um território alemão com estrutura, auditório, sala para reunião, segurança, onde se tinha certeza de que não seria invadido, que ninguém seria espancado. Se o Núcleo fosse na Liberdade, numa casa na Rua do Céu ou no Pero Vaz, na Avenida Peixe, provavelmente, haveria invasão, corte de água, de energia elétrica, problemas com a polícia.”

E prossegue, “segundo, foi aliança estratégica porque ampliou o raio do debate, o alcance para outros setores, não era apenas falar de negros para negros, cumpria o papel, do combate ao racismo. Além disso, eram caras grandes, eloquentes de magnanimidade. Lino gostava de coisas grandes, Manoel também gostava de coisas grandes. Eles não gostavam muito de coisa pequena, acanhada”⁶². Uma ressalva que Walmir França também faz ao salientar que “o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro era uma outra coisa bem diferente das demais organizações, que se sobressai porque vira um projeto sobre o combate ao racismo pelo viés a Educação”⁶³.

Ao que o Ailton Ferreira diz, “o funcionamento do Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, no Corredor da Vitória foi um recado bem dado para a branquitude do fortalecimento do movimento, negro, embora sem representação no Parlamento, na política institucional, nem Lei de combate ao racismo, nenhuma proteção, nem Estatuto Nacional, nem o Estatuto Estadual, não tinha nada, não tinha a Fundação Palmares. É importante contextualizar onde reside a magnitude do NCAB”⁶⁴.

Dos registros de memórias aqui transcritos em diálogo com as narrativas de Manoel de Almeida seja em entrevista ao Ivan Costa Lima (2004), seja nas páginas de jornais, é possível dizer que o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro foi espaço à ato insurgente, capaz de reinscrever existências e atuar no combate ao racismo em âmbito educacional.

Via procedimentos pedagógicos, para dar forma à ação pela adoção da circularidade intelectual negra, seus integrantes inquietaram mentes por ânimos e experiências, entrelaçaram

⁶¹ Santos, Walmir França. Entrevista V [ago.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (66 min.)

⁶² Ferreira, Ailton dos Santos. Entrevista I [abr.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (87 min.)

⁶³ Santos, Walmir França. Entrevista V [ago.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (66 min.)

⁶⁴ Ferreira, Ailton dos Santos. Entrevista I [abr.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (87 min.)

sujeitos formando a grande rede de insurgência, constituíram assim, resistências frente ao dispositivo de racialidade, e todas as complexidades do biopoder.

Ainda assim, o pioneirismo do Núcleo Cultural Afro-Brasileiro não estava exatamente nessas ações, pois como escreve Hanayana Lima (2019, p.13), junto ao Núcleo outros grupos juntaram-se a ele na utilização do espaço do ICBA, como um grande reduto, alguns deles como “Coperarte, Teatro de Cooperativa do Goethe (TCOOP), o Baiafro, o grupo de Teatro Opinião, Intercena, o Grupo Odundê, o Interarte e o primeiro grupo de teatro étnico baiano - Palmares Yñaron”⁶⁵, tornaram o Instituto Cultural Brasil Alemanha, espaço de iniciativas articuladas, criativas e coletivas.

Os indícios sugerem que o papel precursor do NCAB, localiza-se na imbricação saber/poder/educação em que aqueles jovens fundadores do Núcleo tornaram-se sujeitos de conhecimento acessando leituras e saberes silenciados, seja por ser conhecimentos produzidos por intelectuais negros, seja por ser, consideradas subversivas.

Pois, como revelou o Gilberto Leal em entrevista a equipe de documentação da Fundação Getúlio Vargas, “o pensamento formou-se muito em referências de lideranças americanas e de países da linha de frente nos processos de libertação africana”, e na sequência discorre no ICBA, liam Clóvis Moura, Frantz Fanon, Amílcar Cabral, Samora Machel”... vez que “a biblioteca era rica em livros de concepções filosóficas, políticas sobre África... Acessava-se músicas africanas, haviam cabines para que escutássemos”⁶⁶.

O Gilberto Leal lembrou também, que “a galera fazia a leitura e depois socializava”, inclusive levando essas leituras para outros espaços do movimento negro, “xerocadas ou mimeografadas, os artigos iam de lá para cá, circulando para socializar com a galera”⁶⁷. São pois, nessas subjetividades crochetas que nasce a Pedagogia preta, baiana, soteropolitana. E dos diálogos entre os grupos que circulavam no ICBA, surgem as perspectivas, ancoradas na cosmologia afro-brasileira, que deram as bases dos métodos e aspectos da *Pedagogia Interétnica*.



⁶⁵ Victor Kizza Paiva dos Santos em sua dissertação de mestrado: *A pedagogia do teatro negro como movimento político, emancipatório e educador sob o prisma do Iñaron* (2023), enfatiza os processos pedagógicos de movimentos negros e de manifestações estéticas e cênicas tendo como referência a trajetória e ações do histórico Grupo de Teatro Palmares Iñaron, criado por Antônio Godi, Lia Spósito, Kal Santos e Ana Sacramento artistas e estudantes negros e negras da Escola de Teatro da UFBA, em 1976.

⁶⁶ Leal, Gilberto Roque Nunes. Entrevista [set,2006]. Entrevistador: CPDOC/FGV. Salvador, 2006. 1 arquivo. mp3 (120 min.)

⁶⁷ Idem. Ibidem.

3.2.3 “Ele não queria meia vida, ele queria a vida toda”.⁶⁸

Há essa altura estou diante acúmulos de camadas do tempo, ouvindo, aprendendo, levantando indícios, transcrevendo. Rever as narrativas das memórias me colocam em pontos de interseções e conexões, me permitem encontros reflexivos com meu passado. Consigo transitar em cada rua da Fazenda Grande do Retiro que é verbalizada. E lembro que o bar, especialmente o bar da Luzia naquele bairro, também é um lugar que poderia facilmente encontrar meu pai, bebendo a cerveja das sextas-feiras, algo tão previsível que eu e meus irmãos sempre o aguardava chegar em casa, para o momento de brincar da Galinha Gorda⁶⁹, ele atirava cédulas de dinheiro de uma certa altura, enquanto disputávamos quem conseguia pegar mais notas.

Nunca pude de fato conhecer meu pai. Em estado sóbrio, era meio caladão, embora muito carinhoso, quando minha mãe biológica faleceu ele, homem do Recôncavo, se viu na Capital com três crianças pequenas, eu estava com quase 3 anos, meu irmão com quase 2 anos e uma bebê de 2 meses de vida, fomos morar com nossa avó paterna em Muritiba, sua terra natal. Ele sempre vinha de Salvador às sextas-feiras, ficávamos todos na porta de casa aguardando sua chegada, que se dava com ele tombando de bêbado.

Nos demais dias do fim de semana, colocava um vinil de Roberto Carlos para tocar, nos levava numa praça próxima em que brincávamos livremente, mas, para saídas mais longas, fora das adjacências, preferia ir acompanhado de meu irmão, alegando não saber pentear cabelo de menina, logo dei um jeito de convencer minha avó a cortar meu cabelo bem curto, para que pudesse ter essa oportunidade.

Voltamos todos a morar em Salvador com ele, quando se casou com minha mãe Nice, minha madrasta que tenho como mãe. E trabalhando praticamente todos os dias da semana, a oportunidade que eu tinha de estar mais próxima dele era às sextas-feiras. Quando alguns anos depois resolve sair de casa, ficou vazio, incógnita, já não sabia mais de quem realmente se tratava, embora, quando passamos a ter uma linha telefônica, não houvesse um 15 de agosto de cada ano, que ele não ligasse para me desejar feliz aniversário.



⁶⁸ Trago a frase da Doralice Souza para dizer sobre vida, estética, masculinidade, morte. Em: Souza, Maria Doralice. Entrevista VI [set.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (40 min.)

⁶⁹ Brincadeira infantil em que as crianças disputam alguma coisa (ex.: uma moeda em uma piscina) depois de travarem um diálogo tradicional. (Michaelis - Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa).

Lembro de todas as vezes que eu saia na rua, quaisquer trejeitos que lembrasse ele, olhava fixamente, como se naquele instante pudesse ter a oportunidade de vê-lo novamente, e isso se estendeu por alguns anos, passei a estar mais vezes no centro da cidade para cursar o Magistério (Ensino Médio), até que realmente o encontrei.

Conseguir dizer as “verdades” que eram minhas. Por um período, até que ele sumisse novamente, eu passei a ser pessoa que cobrava diretamente a ele, todo mês, a pensão alimentícia, e naqueles tempos estive diante de um pai que me olhava com respeito, que se permitia conversar sobre seus sentimentos, suas frustrações.

Ali, eu ainda não tinha uma leitura, uma visão de mundo que me desse conta, que já não lhe parecia tão confortável performar a masculinidade patriarcal do homem mulherengo, trabalhador e “responsável” para com suas famílias. Hoje, vejo que possivelmente sr. José Carlos tenha vivido a meia vida. Porque sua vida toda foi permeada por estratégias de sobrevivência.

Senti a negligência emocional e financeira do pai que o abandonou juntamente com seu irmão, ao tempo que ainda crianças passaram a andar quilômetros com trouxas de roupas na cabeça, ajudando minha avó que se tornou lavadeira de ganho. Aos vinte e poucos anos vai estudar em Salvador, com perspectiva de melhorar suas condições de vida. A oportunidade do primeiro emprego é com venda de livros, batendo de porta em porta ofertando livros para compra, oportunidade em que lia alguns deles também.

Aos vinte e cinco inicia relacionamento amoroso com minha mãe, Rosemary, vinda de Ilhéus, também para estudar, eram mundos diferentes, e só se deu conta realmente disso, quando minha avó materna não aceitou o relacionamento por ser ele um homem negro, e, renegou os netos, dizendo não querer conhecer os netos pretos. E realmente não a conheci.

E nessas idas e vindas desses tempos de entrevista, tive oportunidade de conhecer um pai que desconhecia. O José Carlos poeta, que tinha até um caderno com poemas em homenagem a sua terra natal, Muritiba, ao poeta Castro Alves, que nos momentos de embriaguez, entre amigos, retirava seu caderno da pasta e passava a declamar seus poemas.

Eis porque coloco aqui José Carlos diante de Manoel de Almeida, Manoel diante de José Carlos dos Santos, são homens de um mesmo tempo, que acreditaram na possibilidade de serem intelectuais, leitores críticos e que, em busca da liberdade para si mesmo, foram pegos pelas fragilidades dos vícios da bebida alcoólica ou de fermentação, mas que lembravam da vida como algo além do dinheiro. E por essa razão, nessas linhas honro e mantenho viva a memória da vida dos que querem a vida toda.

Para além das sensações e sentimentos com os quais comecei aqui, essa memória compartilhada diz algo sobre as relações raciais e de gênero que são reproduzidas em diversos espaços. Mas, cabe ressalva, não pretendo focar nas maneiras pelas quais o racismo fere a masculinidade negra, pois, ainda que homens negros, indígenas, dissidentes também façam parte e até colaborem para configurações de gênero que oprimem mulheres, eles vivem ou acessam a masculinidade de maneira desigual.

Coloco em análise alguns pontos situacionais que emergiram nas narrativas das mulheres e homens que com suas memórias me fazem reler des-ler para mobilizar as masculinidades, a partir da estrutura relacional de gênero da qual fazem parte.

Meu pai não rejeitou estereótipos machistas racistas e, prosseguiu no modelo de sexualidade masculina negra pelo viés do roteiro patriarcal racializado, quando se viu sozinho e bem doente, retornou para casa, alguns meses depois, a descoberta do câncer de pulmão, e vê-lo definhar pouco a pouco foi adoecedor para toda família. Morreu aos seus cinquenta e nove anos de idade.

Manoel de Almeida Cruz confrontou o cientificismo eurocêntrico e branco, mantendo seu corpo negro fora do cativeiro patriarcal, “o que as pessoas achavam que ele era, ele gostava de perguntar se era mesmo assim”, lembra Doralice Souza. Com a saúde debilitada pouco a pouco, pela diabetes, problemas cardíacos e no intestino, ainda assim não teve medo de enfrentar a verdade de sua vida.

Elegante, distinto, é assim que Doralice Souza caracteriza Manoel de Almeida, sempre andava arrumado, gostava de vestir *blazers* com a manga dobrada, usava chapéu, quem olhava para ele, pensava ser ele uma pessoa pública, um político, uma pessoa influente de outro país. Em qualquer momento que você encontrasse ele se destacava pela forma de se vestir e também de falar⁷⁰.

“Manoel não chegou a casar, mas era namorador, paquerador, muito respeitoso, gostava muito de mulheres intelectualizadas, era educadíssimo. Sempre muito vaidoso, muito seguro, tranquilo, andava todo arrumado com camisa por dentro e também gostava muito de usar batas, em particular, da Cha Cha Dum Dum⁷¹, também gostava muito de usar adereços na cabeça”⁷².



⁷⁰ Souza, Maria Doralice. Entrevista VI [set.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (40 min.)

⁷¹ Loja de vestuário que possuía estilo próprio, no auge década de 1990 os tecidos, estampas e modelos utilizados para confecção das roupas inspiravam-se nas raízes africanas e ocidentais. Atualmente, tenta através dos tecidos de estampas fortes, com traços muitas vezes artísticos, preservar a proposta original com as tendências de moda na contemporaneidade.

⁷² Santos, Gerusa Bispo dos. Entrevista II [jun.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (41 min.)

“Ele era um cara bonito, uma figura linda, uma figura maravilhosa do movimento”⁷³, recorda Walmir França. Por sua vez, Doralice Souza diz o considerar “vanguardista, uma pessoa que tinha amor pela vida. Manoel gostava de viver, queria viver, queria prazer, queria saber.

“Manoel era um poeta e extremamente afetivo e se tornou parte da minha família”, afirma Gerusa Bispo, ela relata que Manoel de Almeida acompanhou toda sua gravidez, porque a aproximação não ficou apenas no trabalho junto a Escola Criativa do Olodum. Ela ainda enfatiza que: “quando Péricles nasceu, meu filho mais velho, ele estava ao lado do meu marido e até fez um poema dedicado a meu filho. Ele gostava de escrever poemas que chamava de ciberpoemas”⁷⁴.

Figura 4: Lagoa do Abaeté -1997
Manoel de Almeida Cruz em passeio com Péricles filho de Gerusa Bispo



Fonte: Arquivo pessoal de Gerusa Bispo dos Santos -registro fotográfico

⁷³ Santos, Walmir França. Entrevista V [ago.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (66 min.)

⁷⁴ Santos, Gerusa Bispo dos. Entrevista II [jun.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (41 min.)

Segundo essas narrativas, Manoel de Almeida a beleza, a afetividade eram parte da vontade intensa de viver, que o fazia carregar o sorriso largo que comunica emoção, afeto e a sensibilidade que o fazia também um poeta, nas próximas linhas será possível entender de onde vinha essa vontade de poetizar, de versar palavras.

O fato é que a atuação de Manoel de Almeida na perspectiva Intelectual Circulante, significou não apenas desenvolver processos pedagógicos interétnicos a partir da sua relação com uma rede de insurgências; como, adotar subjetividade diaspórica, insurgente para desenvolver ações da perspectiva do corpo negro que reivindica a condição de sujeito, sem ser um modelo centrado na pele” e fixado pelo olhar branco. (Vigoya, 2018, p. 126).

Uma crítica presente no seu livro ao analisar a manifestação do racismo na Literatura, problematizando a estereotipação do corpo negro masculino como “bestial, lascivo, imoral, sórdido, homossexual” ou relação sexual com mulher branca, uma sexualidade de “animalidade”. E para o corpo negro feminino os estereótipos são de “sensualidade violenta, promiscua, preocupadas exclusivamente com o sexo”. (Cruz, 1989, p.23-24)

Manoel de Almeida Cruz “mantinha a vida privada de forma muito, muito discreta, recorda Walmir França, prosseguindo, sinaliza que ele não era um cara de farra, de algazarra. Embora circulasse entre os grupos ligados ao Movimento Negro, ele não era de ir para casa de alguém para beber, para festejar. Tinham as pessoas que eram mais próximas a ele o Nelson Mendes e o Roberto Santos (sociólogo), eles tinham mais fechamento entre eles. No caso de Gerusa Bispo e Ailton Ferreira são mais novos no Movimento Negro e estabeleciam amizade próxima porque eram vizinhos na Fazenda Grande do Retiro”⁷⁵.

“Devido a essa discrição da vida privada, ali nos primórdios do movimento, muito se especulava se Manoel era gay, ele tinha sempre uma questão de viver sozinho, uma independência, embora nunca deixássemos de manter contato uns com os outros, como estávamos na Ditadura quando um militante sumia dois ou três dias, sempre buscávamos descobrir o paradeiro”⁷⁶.

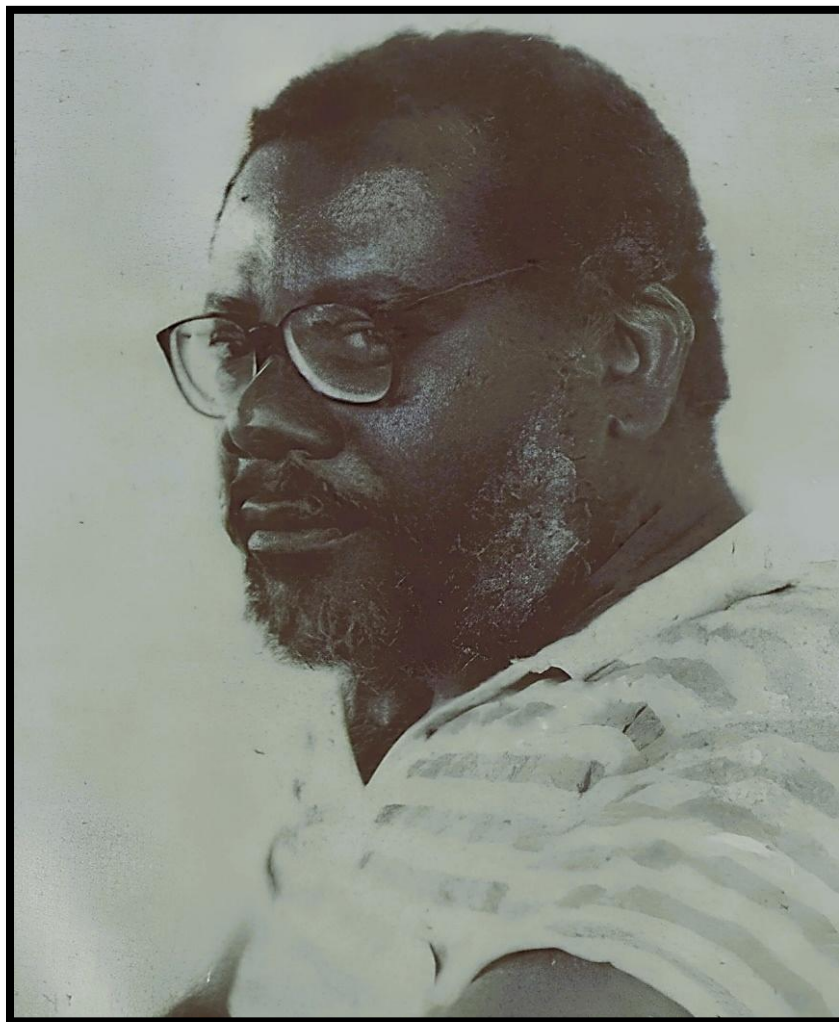
A especulação acerca da sexualidade de Manoel de Almeida, se dava em função da sua discrição ao passo que para Manoel os rótulos pouco importavam, não os aprisionava, retomo à fala de Doralice Souza, Manoel não fazia questão de dizer quem era ele, ao contrário, problematizava se que o que as pessoas achavam dele era definitivamente o que ele era. Em

⁷⁵ Santos, Walmir França. Entrevista V [ago.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (66 min.)

⁷⁶ Santos, Walmir França. Entrevista V [ago.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (66 min.)

registros fotográficos é possível ler a postura ativa e segura, até mesmo questionadora de Manoel de Almeida, como podemos ver na Figura 5.

Figura 5: Manoel de Almeida Cruz, foto da matéria Racismo tem novo curso



Fonte: Tribuna da Bahia, Salvador, p.3, 11.04.1988.

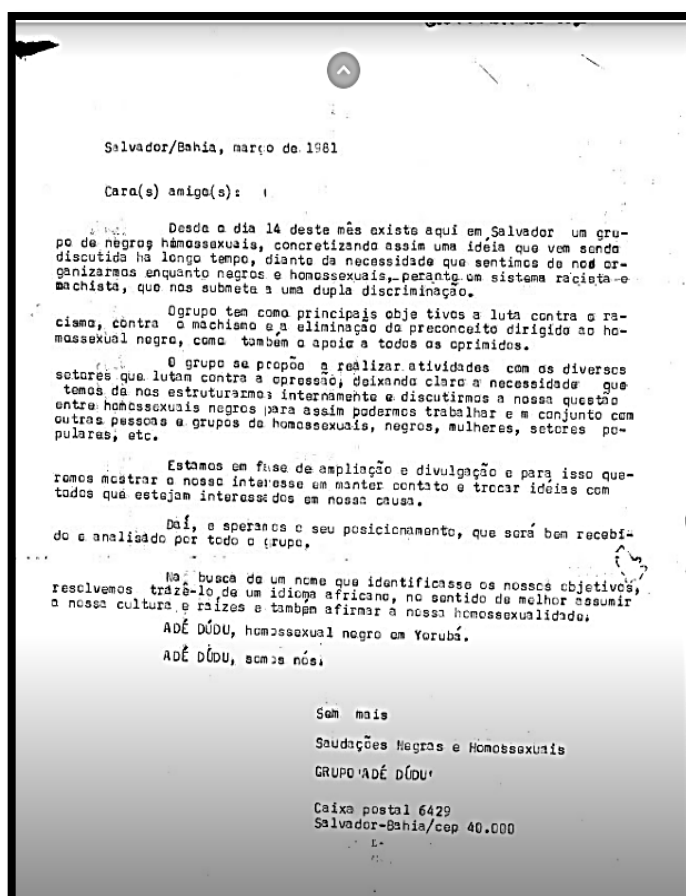
No registro fotográfico se tem uma visão oblíqua, de Manoel que olha de forma compenetrada à pessoa que o fotografa, uma postura austera que de alguma forma ilustra a perspectiva de Doralice Souza de que Manoel de Almeida tinha sempre postura, prática questionadora.

Acerca da narrativa do sr. Walmir França compete notar em nenhum momento tem tom preconceituoso, depreciativo, até porque nas memórias verbalizadas pelo próprio Walmir França “o movimento negro só tem um, mas dentro do movimento, tem tudo: negros e mulheres,

negros e os gays negros e os ciganos, ou seja, o movimento negro como ponte para politizar não apenas a questão racial como a questão identitária”⁷⁷.

Cabe registrar ainda, que no auge das articulações do Movimento Negro enquanto ator político dos anos de 1970, as formas particulares de discriminação contra o negro homossexual, foi pauta levantada por Edson Santos Tosta, conhecido como Tosta Passarinho, durante o ciclo de palestras que Lelia Gonzalez realizou em Salvador, em maio de 1978, com o título “Noventa anos de abolição: uma reflexão crítica” que formou o grupo Nêgo, de onde surgiu o MNU-Bahia. Além disso, a imprensa negra, através de alguns jornais específicos⁷⁸ foi espaço de abertura à abordagem da comunidade LGBT+ diálogos com o movimento negro. Demarco ainda a formação do grupo de homens negros homossexuais que fundaram em março de 1981 o Adé Dúdu, conforme carta na Figura 6.

Figura 6: Carta de Fundação do Adé Dúdu, 14 de março de 1981



Fonte: Acervo do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL/Unicamp)

⁷⁷ Santos, Walmir França. Entrevista V [ago.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (66 min.)

⁷⁸ Jornal Lampião da Esquina (1978-1981) embora tenha sido fundamental a nacionalização da abordagem da comunidade LGBT+ sob os atravessamentos da questão racial, as experiências negra e homossexual tinham abordagens isoladas. Destaque para o jornal baiano de orientação anarquista, O Inimigo do Rei com matéria intitulada “Além de preto, Bicha” de autoria de Hamilton Vieira, militante, negro, homossexual e na época estudante de jornalismo da UFBA, Vieira através de diversos depoimentos problematiza o racismo e a homofobia. (Vieira, Hamilton. O Inimigo do Rei, Salvador, p.17-18, fev. a mar. 1979)

O grupo aponta que diante a necessidade de se “organizarem enquanto negros e homossexuais”, houve necessidade daquela articulação para lutar contra o racismo, machismo e pela eliminação da homofobia. A nomeação do grupo como Adé Dúdu também é apresentada, de origem yorubá significa “homossexual negro”.

Neste sentido, apenas solidão, independência e discrição de Manoel, eram motivação da especulação da sexualidade de Manoel de Almeida Cruz? Tal questionamento, me leva a ocupar-me aqui sobre alguns pontos, e trazer outras duas problematizações: Que arranjos situacionais, considerando fatores como raça, classe, gênero, território, criam um lugar ilegítimo da sexualidade que não é performada pela masculinidade hegemônica branca, pelo lugar da exibição e predação sexual? Como homens comprometidos com a superação do racismo e constituindo-se enquanto movimento negro no seu papel combativo, educativo articulavam discursos sobre seus próprios corpos?

Os questionamentos não tratam da pretensão de analisar as maneiras pelas quais o racismo fere a masculinidade, particularmente a masculinidade negra, nem tão pouco aprofundar nas respostas, será preciso outra tese. O melhor caminho às muitas respostas diz de análise interseccional que permita percepções interessantes sobre questões de masculinidades. Mas, fico com as linhas de bell hooks (2022a) ao dizer que “‘A gente é da hora’ e que homens negros que rejeitam estereótipos machistas racistas precisam lidar com a imposição de qualidades que não tem relação com sua experiência de vida”. (hooks, 2022a, p.110)

Discursos, constituídos na e pela masculinidade hegemônica branca de que homens são fortes, de que homens não precisam de avaliações médicas, ancorados no dispositivo de racialidade sob a égide do biopoder de “deixar viver ou deixar morrer” (Foucault, 2002), leva homens negros ao que Sueli Carneiro (2023) categoriza como as mortes preveníveis e evitáveis.

A esse respeito Ailton Ferreira diz “Manoel tinha diabetes, mas eu soube depois que se agravou e ele passou a ter problemas no intestino. Infelizmente, uma boa parte da militância negra ou bebe muito, ou fuma muito, se alimenta mal, não costumam ir a consultas médicas, maior parte das nossas referências morreram de problemas no intestino ou de câncer. Luiz Orlando, intestino, câncer; Jônatas Conceição, intestino; Lino de Almeida, intestino; Manoel de Almeida, intestino. Então, estão tão envolvidos com o movimento que adotam estilo de vida negligente”⁷⁹.

Quando Manoel adoeceu, recorda Doralice Souza, “eu mesma tentei e encontrei um cardiologista que o acompanhasse, e acompanhamos várias vezes, mas, ele não conseguia

⁷⁹ Ferreira, Ailton dos Santos. Entrevista I [abr.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (87 min.)

cumprir as orientações médica. Não era uma pessoa de ficar tomando as medicações no horário certo, de seguir exatamente a prescrição médica para estender a vida”⁸⁰.

Gerusa Bispo, lembra que “Manoel bebia muito e não tinha regularidade de atividade física, no campo da atividade física, havia sedentarismo. E eu acabo concordando com o Ailton quando percebe que militantes negros, principalmente daquela geração, estavam tão envolvidos na luta, numa entrega tão total, que no caso de Manoel o levou, inclusive, a abdicar de construir família e também abdicou do autocuidado”⁸¹.

E de forma reflexiva, prossegue dizendo que “naquele momento que estive em convívio com ele, não ficou tão atenta a isso, não tinha essa leitura da realidade. Manoel faleceu muito novo, além da diabetes, estava com problemas cardíacos. O último suspiro de Manoel, eu estava ao lado dele. Foi algo assim, que me entristeceu muito, até hoje tento lidar com essa partida dele”⁸².

São narrativas que pontuam como ainda se carece de desnudar o racismo na desatenção à saúde, na recusa do auto cuidado que junto a tantas “mortes preveníveis e evitáveis”, legalizadas pelo Estado, contribuem para mortalidade precoce da população negra. O fato é que Manoel de Almeida Cruz afirmou a vida, mantendo uma sexualidade que ninguém pode dar e ninguém pode tirar. E viveu, mas, “ele não queria uma meia vida, ele queria a vida toda”⁸³.

3.2.4 “*Vou ressuscitar e vou reencarnar, para ter certeza da minha permanência.*”⁸⁴

“Uma pasta executiva de couro, relógio, anel de pedra azul, uma bengala e óculos, era tudo que Manoel de Almeida Cruz tinha de luxo”⁸⁵. Essa frase como a frase que intitula esse quarto item dessa subseção, foram narradas pelo insurgente Ailton Ferreira, me fizeram pensar um Manoel de Almeida que na arte de viver, fomentou uma existência corpórea fora de prisões criadas pelo biopoder, o que me levou a questionar: qual era a expressão do divino para Manoel de Almeida Cruz ou deve ser: Qual a expressão do divino em Manoel de Almeida Cruz?

⁸⁰ Souza, Maria Doralice. Entrevista VI [set.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (40 min.)

⁸¹ Santos, Gerusa Bispo dos. Entrevista II [jun.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (41 min.)

⁸² Santos, Gerusa Bispo dos. Entrevista II [jun.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (41 min.)

⁸³ Souza, Maria Doralice. Entrevista VI [set.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (40 min.).

⁸⁴ A partir da frase de Ailton Ferreira, faço referência a aspectos como espiritualidades e materialidades ancestrais em Manoel de Almeida Cruz e na Bahia. Ferreira, Ailton dos Santos. Entrevista I [abr.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (87 min.)

⁸⁵ Ferreira, Ailton dos Santos. Entrevista I [abr.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (87 min.)

As circularidades, as interações, gestos, o corpo vivo em movimentos não somente resultou ponto a ponto em instrumentos a elaboração, divulgação e implementação da PI como resultaram em rastros de memórias.

Na voz de Gerusa Bispo ecoa memória de que “Manoel de Almeida transitava nas religiões, lembra inclusive de que como sua família é candomblecista, ele até participava dos eventos, participava de outros eventos de outras religiosidades também. Maior parte de seus amigos, a exemplo do Lino de Almeida eram candomblecistas. Manoel transitava tranquilamente, mas, não tinha uma religião específica”⁸⁶.

Também o Ailton Ferreira memora que “Manoel nunca manifestou fé, ele conversava, debatia até se mostrava interessado, mas, sempre na perspectiva do respeito à diversidade religiosa. Ele respeitava, mas, ele era agnóstico.”⁸⁷.

O fato é que exercer uma fé poderia não lhe parecer ser tão livre. Além disso, a um intelectual negro, circulante, defensor e praticante do combate ao racismo, cabia o respeito para com as diferentes vivências religiosas. E nas especificidades das religiões de matriz africana o silenciamento, marginalização das práticas sagradas de origem feminina, negra e ancestral, e, a estigmatização, vão além de desqualificar a crença, diz de violentar o que tem de mais sagrado numa escolha de fé.

E no combate ao racismo por intervenção científica, Manoel de Almeida Cruz, e o NCAB, eram vistos e respeitados, enquanto porta-vozes de valor diplomático, capazes de reivindicar, junto a amplos setores da sociedade, o asseguramento de direitos à livre vivência religiosa. Como podemos ver na Figura 7.

⁸⁶ Santos, Gerusa Bispo dos. Entrevista II [jun.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (41 min.)

⁸⁷ Ferreira, Ailton dos Santos. Entrevista I [abr.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (87 min.)

solicitação de fiscalização partisse de entidade da Bahia, suponho que como tentativa de validar os relatos de intolerância e racismo religioso presentes na carta.

Cabe dizer que o terreiro Casa Branca do Engenho Velho (Ilê Axé Iyá Nassô Oká), é um dos templo de candomblé, mais antigo na capital baiana e também no Brasil, sendo o primeiro monumento da cultura negra que, anteriormene a esta carta, já havia sido tombado como Patrimônio da Cidade do Salvador 1ª Capital do Brasil (1982); foi considerado Axé Especial de preservação Cultural do Município de Salvador (1985) e Patrimônio Histórico do Brasil desde o dia 31 de maio de 1984. Em 14 de junho de 1986, um mês antes, da carta elaborada pelo Memorial Zumbi, o Ministério da Cultura, a Prefeitura Municipal de Salvador e o Ministério da Relações Exteriores, em conjunto lançaram oito postais sobre a Ilê Axé Iyá Nassô Oká e a revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional publicou.⁸⁹

O fato é que as tentativas governamentais à preservação histórica e cultural do terreiro foram insuficientes frente a invasão de seu terreno pelo posto de gasolina Esso Principe, que se instalou próximo à fonte de Oxum. (Oliveira, 2005)

Não há indícios documentais no acervo pessoal de Manoel de Almeida, de quais medidas foram adotadas, quais foram os resultados desse pedido, mas há relatos de que a comunidade da Casa Branca começou uma grande mobilização o que catalisou, de forma inédita, o asseguramento da proteção do patrimônio do terreiro através de tombamento em 14 de agosto de 1986⁹⁰.

Assim, como narrou o Ailton Ferreira, embora “Manoel de Almeida fosse um intelectual, que, na dimensão da sua existência, não cabia no limite da religião”⁹¹. Ser um intelectual circulante por entre grupos, fronteiras e dogmas, o tornou, testemunho vivo da expressão das espiritualidades e materialidades ancestrais, preservando os saberes, insurgindo ao vigiar, punir, silenciar, ocultar, fazendo do seu próprio movimento ato pedagógico.

Não tinha religião, mas entendia que a folclorização, demonização às vivências religiosas, às crenças aos “grupos étnicos”, negros e indígenas, era a evidência do que conceituou como “racismo cultural, aquele que se manifesta na discriminação com a música, a religião, a filosofia, as crenças e valores de grupos étnicos[...] e a religião afro-brasileira se ver controlada pelo aparato policial”. (Cruz, 1989, p.21).

⁸⁹ Portal Geledés. Casa Branca do Engenho Velho. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/casa-branca-do-engenho-velho/> Acesso: 02/out/2024.

⁹⁰ Revista do IPHAN escreve sobre os terreiros tombados. Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico Inscrição:093. Livro Histórico, Inscrição:504, Nº Processo:1067-T-82

⁹¹ Ferreira, Ailton dos Santos. Entrevista I [abr.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (87 min.)

Daí a proposta da estética diaspórica como potencial lugar do *Aspecto Axiológico* da *Pedagogia Interétnica* de sincronizar ancestralidade e lugar de criação, o respeito ao sagrado que se mostra no corpo que manifesta ensinamentos passados. E nesse sentido que Ailton Ferreira lembra com riqueza de detalhes a participação de Manoel de Almeida na II Conferência Mundial da Tradição dos Orixás e Cultura, realizada em Salvador em 1983. “Ele estava com uma bonita, uma bata azul turquesa, quando ele chegou com sua pasta executiva de couro, não deixou de chamar atenção”⁹².

Sobre o evento Ferreira diz que possível que “Manoel de Almeida participou do evento porque além de ser uma homenagem a Ialorixá Mãe Stella de Oxóssi, do Ilê Axé Opô Afonjá, o evento trouxe expressivos líderes religiosos e intelectuais ligados ao culto dos orixás no mundo, mas, de uma perspectiva histórica de defesa da diversidade, da cultura”⁹³.

Figura 8: Mesa de abertura da II COMTOC em Salvador, 17 a 23/07/1983



Fonte: Acervo M. A. Luz. Foto Arthur Ikissima.

Foi por ocasião da II COMTOC, realizada durante o período de 17 a 23 de Julho de 1983, que as Iyás e Babalorixás da Bahia apoiaram a proposta de mãe Stella de Oxóssi,

⁹² Ferreira, Ailton dos Santos. Entrevista I [abr.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (87 min.)

⁹³ Ferreira, Ailton dos Santos. Entrevista I [abr.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (87 min.)

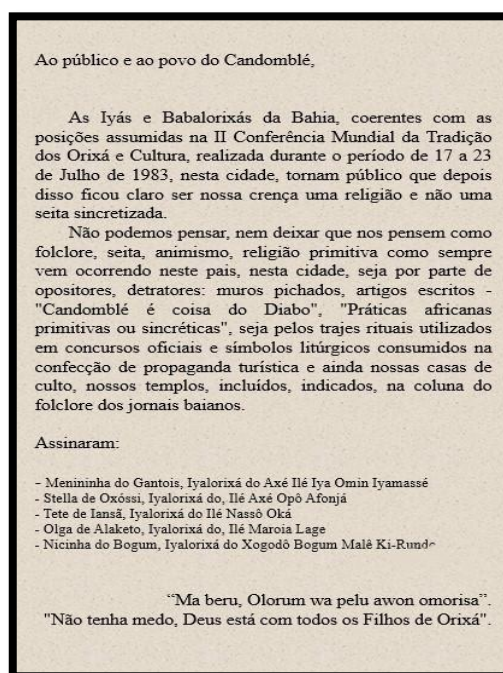
formalizada em documento, de tornam público que a crença religiosa baseada no candomblé não é seita sincretizada, iniciava-se movimento contra o sincretismo, segundo o qual, “se o catolicismo foi útil aos escravos, hoje os praticantes da religião dos orixás, que têm liturgia e doutrina próprias, não necessitam mais desse disfarce”.(Iyalorixás assumem [...], Jornal da Bahia, Salvador, 29 jul.1983), e segue defendendo que:

Os Santos e imagens católicos têm seus valores. Nós não estamos a fim de deixar de acreditar, por exemplo, em Santa Bárbara. Um espírito elevado, sem dúvida. Mas sabemos que Iansã é uma outra energia, não é Santa Bárbara. Religião não se impõe, depende da consciência de cada um. Mas queremos respeito com o Candomblé. Daqui para a frente, os filhos de gente de Santo rompem, decididamente, com quase cinco séculos de silêncio, imposto desde a chegada das masmorras e dos pelourinhos, para fazer uma só voz com Mãe Stella: - Já passamos do tempo de ter de esconder nossa religião. (Iyalorixás assumem [...], Jornal da Bahia, Salvador, 29 jul.1983),

Cabe dizer que mãe Stella de Oxóssi não apenas como líder espiritual, como, também, líder política da comunidade, desencadeou uma série de ações pelo abandono dos folclorismos e os estereótipos da cultura afro-brasileira-baiana na vivência das religiões de matriz africana, sendo a carta da Figura 9, um marco dessa trajetória.

Não sem razão ao longo da década de 1990 abriu as portas do do Ilê Axé Opô Afonjá para abrigar seminários preparatórios da Conferência Mundial contra o Racismo da Organização das Nações Unidas (Durban, 2001), como participou de congressos, seminários, reuniões internacionais em torno da temática cultura e religiosidade afros.

Figura 9: Manifesto “Iansã não é Santa Bárbara”. Primeiro pronunciamento público de Mãe Stella - II Conferência Mundial de Tradição dos Orixá e Cultura



Fonte: Jornal da Bahia, Salvador, 29 jul.1983

Aqui um recorte da insurgência negra não-nuclear de mães, iyalorixás que rasuram padrões de toda ordem de opressões, ao conseguirem respeito da força masculina, mantendo uma maternidade em que todos seus filhos e filhas não necessariamente sanguíneos, preservam epistemologias africanas e diaspóricas pelos laços da ancestralidade. Na palavra de Douglas de Almeida “quando se fala em ancestralidade, há de se reconhecer a Bahia com a forte ligação às religiões de matriz africana”⁹⁴.

Um recorte de uma Bahia⁹⁵ que entrelaça ancestralidade, história, arte, pedagogia como um belo crochê, tecido por mulheres negras que contrariam a lógica de categorias universais, como sexo e gênero, que tomam por referência modelos europeus. É um belo crochê de mulheres negras que empreendem código da vida que faz com que o futuro, não seja apenas um sonho de viver, frente as mortes operadas pelo que Manoel de Almeida chama de “biologização arbitrária” (Cruz, 1989, p.22).

Por esses crochetedos insurgentes do código da vida, que se reconhece o *ethos pedagógico ancestral* em Manoel de Almeida Cruz, da vida que combate o que transforma sujeitos em mortos vivos, e que, por isso, transforma sua caminhada, insurgência em rede, coletiva. É a postura crítica, combativa perante o dispositivo de racialidade, sendo pois, transcendência à religião.

A Manoel de Almeida importava-lhe a possibilidade de viver, materializar-se, não exatamente nos princípios dogmáticos da ressurreição ou da reencarnação, não exatamente na exibição de religião, mas, na manifestação da ética que não estabelece culpa, medo ou condenação do que é religiosamente diferente, uma ética pedagógica porque, igualmente desconstrói os parâmetros de cristandade que promovem racismo religioso. Essa é verdadeira expressão do divino em Manoel de Almeida, testemunho da vida que permanece nas memórias, na ancestralidade.

E no crochetar das memórias de mulheres e homens redes de insurgências de Manoel de Almeida, Doralice Souza recorda que a história e a religião de Manoel de Almeida era viver o aqui e o agora, era uma religiosidade de prazer. Manoel queria viver o aqui, ele queria viver o agora, ele queria viver.



⁹⁴ Almeida, Douglas de. Entrevista III [jul.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (60 min.)

⁹⁵ A Bahia possui uma tradição de acolher eventos que reúne a cultura diaspórica da África: Conferência dos Intelectuais da África e da Diáspora (2006); em 2013, a Bienal de Jovens Criadores da CPLP [Comunidade de Países de Língua Portuguesa] (2013); 2023, Colóquio Conexão Bahia-África (2023); Conferência da Diáspora Africana nas Américas em Salvador (2024). Neste mais recente foi elaborado documento em torno da problematização da ordem insustentável de exploração de países dos continentes americanos e africanos para financiar a riqueza dos países desenvolvidos, do G20, dos milionários, bilionários do mundo.

Um viver expresso na sabedoria da conduta, natureza e caráter, compromissado com a história, a cultura e os saberes. Por efeito a frase que sempre citava ao amigo Ailton Ferreira de que: *Vou ressuscitar e vou reencarnar, para ter certeza da minha permanência*, me lembra Djonga no seu discurso rítmico de “que [se pode ser] dono do agora, mas o antes é mais importante”. E Manoel de Almeida Cruz ao buscar a certeza da sua permanência, como quem pede a benção para não “esquecer de onde reside sua força”. (Djonga, 2019)⁹⁶, tecia expressão de que toda a aprendizagem está no passado que se faz presente de maneira contínua pelo movimento dos que resistem, pavimentam e consolidam caminhos.

E aqui fico com Djonga (2019) “Vai, anda esse mundo sem olhar pra trás [...] só não esquece de voltar, [...] onde mãos fortes e generosas se criaram [...] que não é em blog de hippie boy que se aprende sobre ancestralidade”.

3.2.5 “Manoel de Almeida vive!”⁹⁷

Em janeiro de 2023, com a proximidade do período da qualificação de tese fiz primeira visita ao espaço que abriga a Biblioteca Betty Coelho e a Biblioteca Prometeu Itinerante, o objetivo era estabelecer os primeiros diálogos com o mantedor do acervo pessoal de Manoel de Almeida Cruz, o sr. Douglas de Almeida e; acessar levantamento do acervo.

Foi o momento mais esperado da pesquisa de campo, pois projetava encontrar a porosa vida cotidiana do Manoel de Almeida Cruz, a vida que me colocasse diante de seus desejos, aventuras, escolhas, dos momentos mais banais, mais íntimos que o confrontasse em seus projetos. Ou seja, eu esperava uma multiplicidade de registros da incoerência perfeita em fio único de sua trajetória, por isso, naquele primeiro instante subestimei o acervo que foi possível estar diante de mim: algumas obras bibliográficas que pertenciam ao Manoel de Almeida.

Passados alguns dias, refletindo sobre primeira impressão recordei de algumas leituras uma da Carla Pinsk quando discorre sobre a perspectiva de que “documentos que dormem silenciosos querem se fazer ouvir” (Pinsk, 2008, p.7) e outra, mais recente, da Cecília Salles (2004) quando reflete que “fronteiras materiais dos documentos não implicam delimitação do processo”, e que “entre limites materiais e limites do processo conexões, experimentações revelam a natureza indutiva da [pesquisa]” (Salles, 2004, p.18-20).

⁹⁶ Djonga “Bença”. álbum Ladrão, 2019.

⁹⁷ Pautada em indícios de documentação pesquisa em acervo pessoal do Manoel de Almeida Cruz, aqui verso sobre a prática leitora insurgente, circulante na constituição de sua trajetória como autor, a partir da frase do sr. Douglas de Almeida. Em: Almeida, Douglas de. Entrevista III [jul.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (60 min.)

Naquela primeira conversa com algumas outras regadas a café e relatos de sua vida na poesia de rua, o coordenador da biblioteca comunitária, sr. Douglas Almeida, relatou como “pouco se investe nas bibliotecas de um modo geral e como tem dificuldade de recurso humano”. Uma conversa que foi retomada durante realização da entrevista em que ele lança a reflexão, em tom de indignação, de como, por exemplo, “a primeira biblioteca Pública do Brasil na América Latina, não tem concurso para bibliotecário há 39 anos, a Biblioteca Central dos Barris fecha às 19h00, porque não tem funcionário, é desrespeito total. Descaso. Para bibliotecas comunitárias a configuração é ainda mais triste”⁹⁸.

Com muito cuidado e afinho sr. Douglas de Almeida fez uma reorganização das prateleiras com parte dos livros catalogados e em bom estado de manuseio que pertenceram ao Manoel de Almeida, para que eu fizesse o acesso propriamente dito a esses materiais, o que se deu no período de maio a agosto de 2023, o que não me oportunizou apresentar indícios, durante a qualificação em dezembro do mesmo ano.

Sr. Douglas de Almeida pontua que a catalogação dos livros, não foi técnica, ou seja, realizada por um bibliotecário, mas buscou dividi-los nas prateleiras em: Estudos Afro-brasileiros; Estudos Africano subdivididos em jurídico, literatura e religiões de matriz africana; Literatura; Filosofia; Sociologia. Nas Figuras 10 e 11, há cópia digitalizada do inventário de uma parte de livros catalogados que fazem parte do acervo.

Figura 10: Inventário dos livros catalogados e em bom estado de manuseio – páginas 1

INVENTÁRIO: ACERVO MANOEL DE ALMEIDA CRUZ						
TÍTULO	ATOR	EDITORA	ANO	LOCAL	ORS	
001 As culturas negras no novo mundo	Artur Ramos	Nacional	1979	SP		
002 Cosmovisão africana no Brasil	Eduardo Oliveira	Ibexa	2003			
003 O quilombismo	Abdias do Nascimento	Vozes	1980	SP		
004 Candombles da Bahia	Edison Carneiro	Civilização Brasileira	1977	RJ		
005 O candomblé da Bahia	Roger Bastide	Editora Nacional	1978	SP		
006 Os condenados da terra	Frantz Fanon	Civilização Brasileira	1979	RJ		
007 Etnias e cultura no Brasil	Manuel Didgués Júnior	Civilização Brasileira		RJ		
008 Schwarze Poesie	Norma Parente Augel (org)	Diá	1998		Alemanha	
009 Ficção Africana de Ilóje	Manuel de Seabra (org)	Futura	1974		Portugal	
010 O terreno e a cidade	Muniz Sodré	Vozes	1988	RJ		
011 O pan-africanismo	Philippe Occriane	Diffusão Européia	1968			
012 Reflexões sobre o racismo	Jean Paul Sartre	Diffusão Européia	1962			
013 Brasil: as raízes do protesto negro	Clevis Moura					
014 Sankofa: resgate da cultura afro-brasileira	Elisa Larkin Nascimento (org)	SEAFRO		RJ		
015 A discriminação do negro no livro didático	Ana Célia da Silva	CEAO	1995			
016 A África na escola brasileira	Elisa Larkin Nascimento	SEAFRO		RJ		
017 Nigéria: história costumes	Michael Ademola Adesoti					
018 O negro como arlequim	Flora Sussekind					
019 Pele negra, máscaras brancas	Frantz Fanon	Fator	1983	RJ		
020 Crime e escravidão	Maria Helena	Brasiliense		SP		
021 A história de um afoxé	Anísio Félix	Gráfica Central		BA		
022 Encontro de nações de candomblé	Vivaldo da Costa Lima	Ianará	1981	BA		
023 A questão do negro na sala de aula	Joel Rufino dos Santos	Atica	1990	SP		
024 Caxinguê	Leopoldo Dantas da Silva	Massangana	1993	PE		
025 A imprensa e a abolição	Antonio Maria Almeida e...	FGM	2001	BA		
026 Gramática Yorubá	Decio Freitas	UCSFST	1977			
027 Escravos e senhores-de-escravos	Julio José Chiavenato	Brasiliense	1980	SP		
028 O negro no Brasil	Eduardo de Oliveira (org)	Ministério da justiça	1998			
029 Quem é quem na negritude brasileira	Jorge Emilio Gallardo	HUR	1998	Buenos Aires	Argentina	
030 Presença africana na cultura de america latina	Valdecir Melo (org)	MNU	1998	BA		
031 1978-1988: 10 anos de luta contra o racismo	Miriam Nicolau Ferrara	FFLCH/USP	1986	SP		
032 A imprensa negra paulista (1915-1963)	Bernardo Bernardi	Edições 70	1982	Lisboa	Portugal	
033 Introdução aos estudos etno-antropológicos						

Fonte: Registro da autora. Acervo pessoal Manoel de Almeida Biblioteca Betty Coelho

⁹⁸ Almeida, Douglas de. Entrevista III [jul.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (60 min.)

Figura 11: Inventário dos livros catalogados e em bom estado de manuseio – páginas 2

INVENTARIO: ACERVO MANOEL DE ALMEIDA CRUZ						
	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ANO	LOCAL	OBS
34	Los cuadernos azul y marron	Wittgenstein	Tecnos	1989		
35	Tractatus logico-philosophicus	Wittgenstein	Nacional	1968		
36	Dicionário Wittgenstein	Hans Johann	Zahar	1998		
37	Wittgenstein, linguagem e filosofia	Warren Shibleo	Cultrix	1969		
38	O racional e o místico em Wittgenstein	Urbano Zilles	Edipucro	1994		
39	Apocalípticos e integrados	Umberto Eco	Perspectiva			
40	Pensamento e linguagem	Wygotsky	Martins Fontes	1991		
41	Linguagem e poder	Paolo Semana	Universidade Brasília	1981		
42	Filosofia, linguagem e comunicação	Daniilo M. de Souza	Cortes	1983		
43	Linguagem total	Francisco Gutierrez	Summus	1978		
44	Filosofia da linguagem	P. W. Alston	Zahar	1977		
45	Introdução a Semântica	Adam Schaft	Civilização Brasileira	1968		
46	Projeto de Semiótica	Emílio Garrone	Martins Fontes	1972		
47	Fundamentos da Semântica	Jayne Paviani	UCL-EST	1976		
48	Linguística e comunicação	Roman Jakobson	Cultrix			
49	Mitologias	Roland Barthes	Difel	1987		
50	Semiótica e filosofia	Charles Sanders Peirce	Cultrix			
51	Linguagem escrita e poder	Maurizio Gnerre	Martins Fontes	1987		
52	Gramatologia	Jacques Derrida	Perspectiva	1973		
53	A linguagem	Edward Sapir	Perspectiva			
54	A condição pós moderna	Jean François Lyotard	Gradiva			
55	Jogo, teatro e pensamento	Richard Courtney	Perspectiva			
56	O sentido e a máscara	Gerd A. Bornheim	Perspectiva			
57	Linguagem e cinema	Christian Metz	Perspectiva			
58	O sistema dos objetos	Jean Baudrillard	Perspectiva			
59	Filosofia em Nova Chave	Susanne K. Langer	Perspectiva			
60	O cartaz	Abraham Moles	Perspectiva			

Fonte: Registro da autora. Acervo pessoal Manoel de Almeida Biblioteca Betty Coelho

Ao ser perguntado como passou a mantedor do acervo do Manoel de Almeida Cruz, sr. Douglas revela que foi o poeta Valter César, que conhecia a biblioteca, instalada em outro espaço que recomendou a Gerusa Bispo, amiga do Manoel, que doasse o acervo à biblioteca. A esse respeito, o mantedor, diz que “Manoel de Almeida tinha um certo prestígio, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) levantou a possibilidade de abrigar o acervo, contudo os materiais seriam divididos por departamentos, Gerusa, não aceitou, pois aprovava a ideia de que ficasse tudo junto para preservar a memória dele, separados em departamentos não seriam mais os livros de Manoel de Almeida Cruz”⁹⁹.

Sobre o momento triste e difícil, que requeria tomada de decisão, Gerusa Bispo, lembra, emocionada, que “quando o Manoel partiu desse plano, o irmão dele o Carlos, que mora no Rio de Janeiro, a perguntou ‘Gerusa, o que nós vamos fazer com todo esse acervo?’ Manoel tinha um acervo literário muito grande, ele lia muito. A princípio, ela levou todos os livros para sua casa, para dentro do seu quarto, por não ter outro espaço para colocar”¹⁰⁰.

Gerusa Bispo recorda ainda, que era impossível manter todos aqueles livros, precisava encontrar um local que acolhesse o acervo de Manoel de forma adequada e que também não se perdesse, tiveram algumas propostas, mas, as que apareceram, iria pulverizar os livros. Daí a

⁹⁹ Almeida, Douglas de. Entrevista III [jul.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (60 min.)

¹⁰⁰ Santos, Gerusa Bispo dos. Entrevista II [jun.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (41 min.)

Maria Aparecida Monteiro e Nailton de Paula, muito amigos do Manoel, através de outro contato, chegam a Douglas de Almeida que se propôs a catalogar e criar, dentro da biblioteca, um espaço, para que os livros ficassem acomodados e fossem referência”¹⁰¹.

Sobre esse momento o sr. Douglas voltou a narrar, no período da entrevista, que na biblioteca há uma significativa parte do acervo, que inclui acervo pessoal do Manoel de Almeida Cruz que “precisa de restauração de cunho mais técnico, no caso de livros por exemplo, tem capas bem deteriorada e hoje tem mecanismos de restauração e também classificação que exige recurso humano especializado, na falta de pessoas voluntárias e/ou com técnica, a classificação que se faz requer mais tempo, porque numa biblioteca comunitária há outras demandas, que aparecem, por vezes, com mais urgência. E, salienta, “documentos tem que ter uma tranquilidade para separar, restaurar, classificar não apenas por conteúdos como pelo próprio documento, é preciso apoio mas, diz não perder esperança de que esse apoio chegue em algum momento, com a biblioteca sendo extinta ou não, pois, acredita que são conteúdos imortais”¹⁰².

Durante a entrevista intrigou-me a narrativa do sr. Douglas de Almeida de que havia em meios a documentos a serem restaurados e catalogados outros tipos de documentos do Manoel de Almeida Cruz como “manuscritos autorais da poesia concreta, uma caixa com alguns documentos, pretensamente triviais, desde uma conta de luz algumas cartas que ele recebia, alguns recortes de jornais, e também uma peça do vestuário, uma bata” ¹⁰³.

A Gerusa Bispo, já havia narrado em entrevista que o acervo de Manoel de Almeida Cruz “não era apenas de livros, havia muitos manuscritos porque ele não digitava, ele gostava de escrever. Daí tinha rabiscos de poemas, de pesquisas, tudo foi entregue a Douglas de Almeida para que ele fizesse catalogação da maneira adequada que precisa ser. E uma das batas dele foi junto, Manoel gostava de usar as batas, a estética era também referência do enfrentamento ao racismo a partir da corporeidade”¹⁰⁴.



¹⁰¹ Santos, Gerusa Bispo dos. Entrevista II [jun.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (41 min.)

¹⁰² Almeida, Douglas de. Entrevista III [jul.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (60 min.)

¹⁰³ Almeida, Douglas de. Entrevista III [jul.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (60 min.). Bata, peça de vestuário com comprimento até a cintura ou até os pés, comuns em diversas culturas e etnias. A bata africana carrega memórias e legados, pois no vestuário são contadas histórias nos seus desenhos e cores. Além disso, a presença de técnicas de tecelagem, estamparia remetem a força da ancestralidade, por meio da linguagem visual não verbal.

¹⁰⁴ Santos, Gerusa Bispo dos. Entrevista II [jun.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (41 min.)

Acerca do ato pedagógico a partir da estética do próprio corpo, o Ailton Ferreira narra que “Manoel tinha uma estética própria sempre de barba, usava óculos, cabelo bem cortado e as vezes usava um quipá¹⁰⁵, às vezes usava um eketé¹⁰⁶ ou um filá¹⁰⁷, gostava de usar batas compridas. Então quem o via de longe, pensava que ele era africano, ou que era candomblecista, mas ele não era do candomblé.”¹⁰⁸.

“Mas, se hoje a intolerância religiosa é parte da realidade, naquele período anos 70, anos 80 as pessoas não queriam aproximação, salvo os mais próximos ou que se aproximavam porque se reconheciam nele, e o chamavam de professor”¹⁰⁹.

E sendo o professor que educa transitando, circulando pelas ruas, Manoel de Almeida em suas vestes estava a apresentar que existem outros princípios explicativos de compreensão de mundo, dos seres e suas formas de saber, que não apenas os princípios da racionalidade moderna ocidental, impostos na Améfrica e que aparta ancestralidade da realidade social afro-brasileira, seriam os fundamentos exclusivos de conhecimentos.

Não se tratava de performar vivência religiosa, como foi pontuado anteriormente, Manoel de Almeida não tinha religião, tratava-se de confrontar o estigma e como salienta Sidnei Nogueira (2020, p.19) “estigmatizar é um exercício de poder sobre o outro. Estigmatiza-se para excluir, segregar, apagar, silenciar e apartar do grupo considerado normal e de prestígio.”

Como encontrar esses e outros vestígios? As dificuldades técnicas à garantia de acesso público ao acervo pessoal de Manoel de Almeida, me colocaram diante da triagem do que pode ser visto, me impossibilitando arguir e perceber em tantos outros documentos os possíveis atravessamentos da estética, maneiras de compor escritos, de compor sua intelectualidade circulante. Estariam encerradas em caixas de papelão, as possibilidades de questionar sensivelmente o Manoel de Almeida e seus ritmos próprios que basearam e traduziram suas práticas insurgentes?

De modo algum. Foi preciso crocheter as linhas descontínuas, como indícios dos modos de fazer e compreender o conjunto de significados atribuídos a Manoel de Almeida Cruz, por mulheres e homens que narram aqui suas memórias e fabulam perspectivas à compreensão da

¹⁰⁵ Chapéu, boina, touca ou outra peça de vestuário utilizada pelos judeus tanto como símbolo da religião como símbolo de temor a Deus.

¹⁰⁶ Gorro litúrgico utilizado por homens que seguem algumas religiões de matriz africana no Brasil como Umbanda e Candomblé, é um elemento de proteção.

¹⁰⁷ Elemento de proteção, filá é uma espécie de chapéu. Cobre a cabeça como um camaleuco, mas costuma ser bem mais baixo.

¹⁰⁸ Ferreira, Ailton dos Santos. Entrevista I [abr.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (87 min.)

¹⁰⁹ Ferreira, Ailton dos Santos. Entrevista I [abr.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (87 min.)

motivação que o impulsionou a apresentar alternativas de combate ao racismo por vias da *Pedagogia Interétnica*. O que me fez lançar as seguintes perguntas aos documentos acessíveis.

Como a prática leitora se constituiu em prática insurgente, circulante? Como a prática insurgente, circulante se constituiu em processos educativos a elaboração da *Pedagogia Interétnica*? E quais as implicações da prática insurgente, circulante na constituição da sua trajetória como autor?

O Ailton Ferreira lembra que “Manoel era disciplinado, estudava para caramba, ele passava uma manhã na biblioteca, no clube Gabinete Português de Leitura”¹¹⁰. Manoel tinha livros que eu quis a vida toda e não pude comprar, diz sr. Douglas, tem livros da história da filosofia ocidental, e também livros da chamada vanguarda ¹¹¹.

E foi devido a seus estudos, seus escritos relembra o Ailton Ferreira que “ele obteve junto a UFBA o diploma de sociólogo. Assim... quando foi regulamentada a profissão de sociólogo, deu-se um prazo, não me lembro exatamente quando foi, mas deu-se um prazo para que pesquisadores, pessoas que trabalhavam no campo, com artigos escritos, com produções literárias intelectuais na área da pesquisa, pudessem solicitar o registro de sociólogo ao Tribunal do Trabalho, Manoel requereu e eu soube que foi aprovado e o Ministério do Trabalho aprovava o registro de sociólogo, ou seja, não foi nada ilegal. Se foi moral, pode-se discutir, mas, legal, foi. Por conta disso, algumas pessoas da academia reagiram, diziam que não era legítimo, mas, a lei abriu e a pessoa quis fazer”¹¹².

Sobre evasão à escola no primário, o Ailton Ferreira diz não lembrar mas, “especulou, que sim, existe a possibilidade da evasão porque Manoel de Almeida era muito grande para ficar numa escola normal, era um autodidata, um cara que falava muito bem, escrevia muito bem, sabia de coisas que eu vim saber muito tempo depois, então, certamente Manoel de Almeida, além de sofrer racismo, ele ia ser tratado como algo estranho porque ele era um cara muito inteligente”¹¹³.

Logo que passou a ter acesso ao acervo de Manoel de Almeida, o sr. Douglas, lembra de ter debruçado por horas e horas nos livros que lhes possibilitou ver marcações, anotações do início ao fim, o que lhe faz concluir que todas aquelas obras foram lidas por completo, o que,

¹¹⁰ Ferreira, Ailton dos Santos. Entrevista I [abr.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (87 min.)

¹¹¹ Almeida, Douglas de. Entrevista III [jul.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (60 min.)

¹¹² Ferreira, Ailton dos Santos. Entrevista I [abr.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (87 min.)

¹¹³ Ferreira, Ailton dos Santos. Entrevista I [abr.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (87 min.)

segundo o sr. Douglas, o fez ver Manoel de Almeida como pesquisador nato. E explica o que entende por pesquisador nato. “Digo nato porque como todo mundo sabe, ele não teve a instrução formal completa, foi autodidata, então de fato um pesquisador, um intelectual a ser o primeiro a falar com mais profundidade de que o combate ao racismo passava por uma reeducação social¹¹⁴”.

Constatação que o fez refletir “como não dei conta de que aquele homem que estava ali, no bar Mimosa, tomando uma cachaça ao meio-dia, conversando sobre poesia e com todo esse conhecimento, até recorde de que nas conversas no bar ele falava bastante de um filósofo Ludwig Wittgenstein¹¹⁵, que é um filósofo que trabalha a filosofia da linguagem, que trabalha a lógica. Um filósofo até difícil, mas, ele insistia em conversar sobre, me marcou de forma que não esqueço, talvez fosse o filósofo naquele momento que ele estava conhecendo, então me marcou aquilo ali, ficou gravado esse nome, eu também gosto de filosofia”¹¹⁶.

Esses reflexos da leitura de *Tractatus Logico-Philosophicus* do filósofo Ludwig Wittgenstein, que fez com que de forma entusiasmada Manoel de Almeida socializasse suas análises da obra ao sr. Douglas, era uma informação que eu já tinha através das despretensiosas conversas, e ele retoma essa narrativa durante a entrevista. Informação que, quando iniciei acesso aos livros, me fez buscar as obras de Ludwig Wittgenstein, como primeiro acesso, eis que me deparei com um manuscrito que estava dentro do livro.

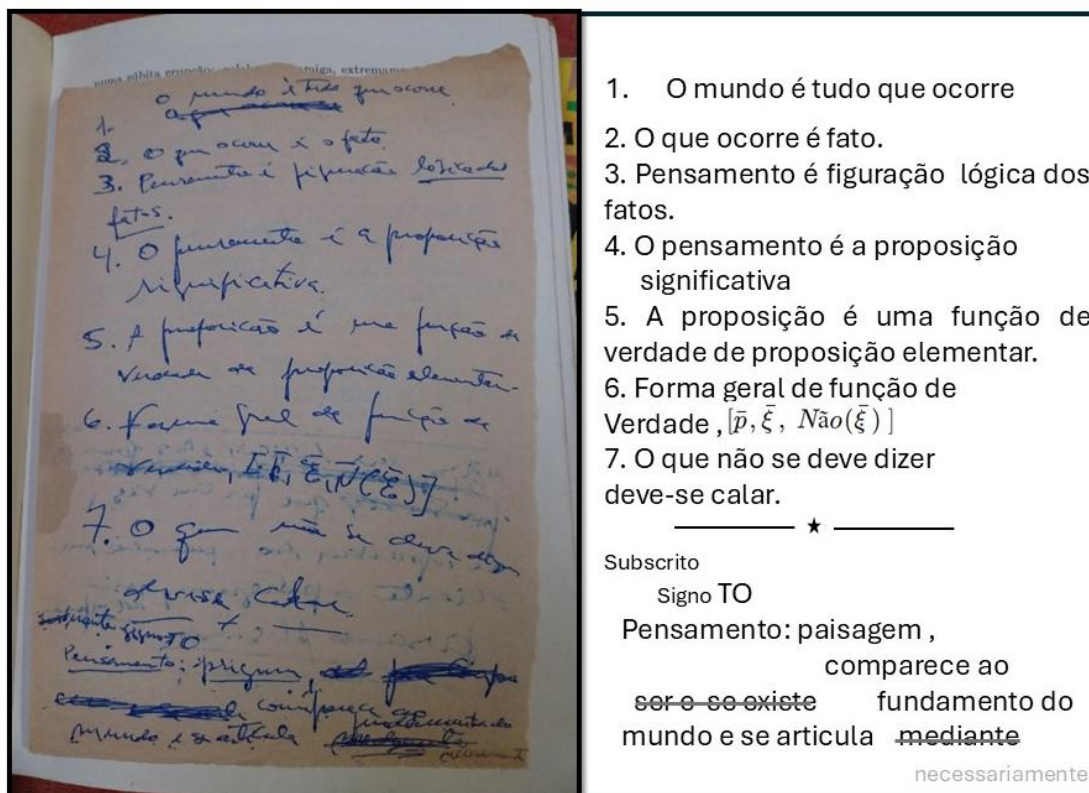


¹¹⁴ Almeida, Douglas de. Entrevista III [jul.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (60 min.)

¹¹⁵ Ludwig Wittgenstein (1889-1951) foi um dos filósofos mais influentes do século 20 e o principal responsável pela chamada virada linguística da filosofia, movimento que colocou a linguagem no centro da reflexão filosófica, deixando de figurar apenas como um meio para nomear as coisas ou transmitir pensamentos. Em Wittgenstein, como em Sócrates, vemos um filósofo que procura viver coerentemente com suas crenças filosóficas. Ele recusou a fortuna de sua família e trabalhou em funções humildes, como ajudante de jardineiro em um mosteiro e porteiro em um hospital. Em sua trajetória intelectual, Wittgenstein foi capaz de realizar uma profunda revisão de sua própria teoria.

¹¹⁶ Almeida, Douglas de. Entrevista III [jul.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (60 min.)

Figura 12: Anotação manuscrita de Manoel de Almeida Cruz- FRENTE
Essência interna do “Tractatus Logico-Philosophicus” de Ludwig Wittgenstein (1889-1951)
em sete proposições básicas com transcrição

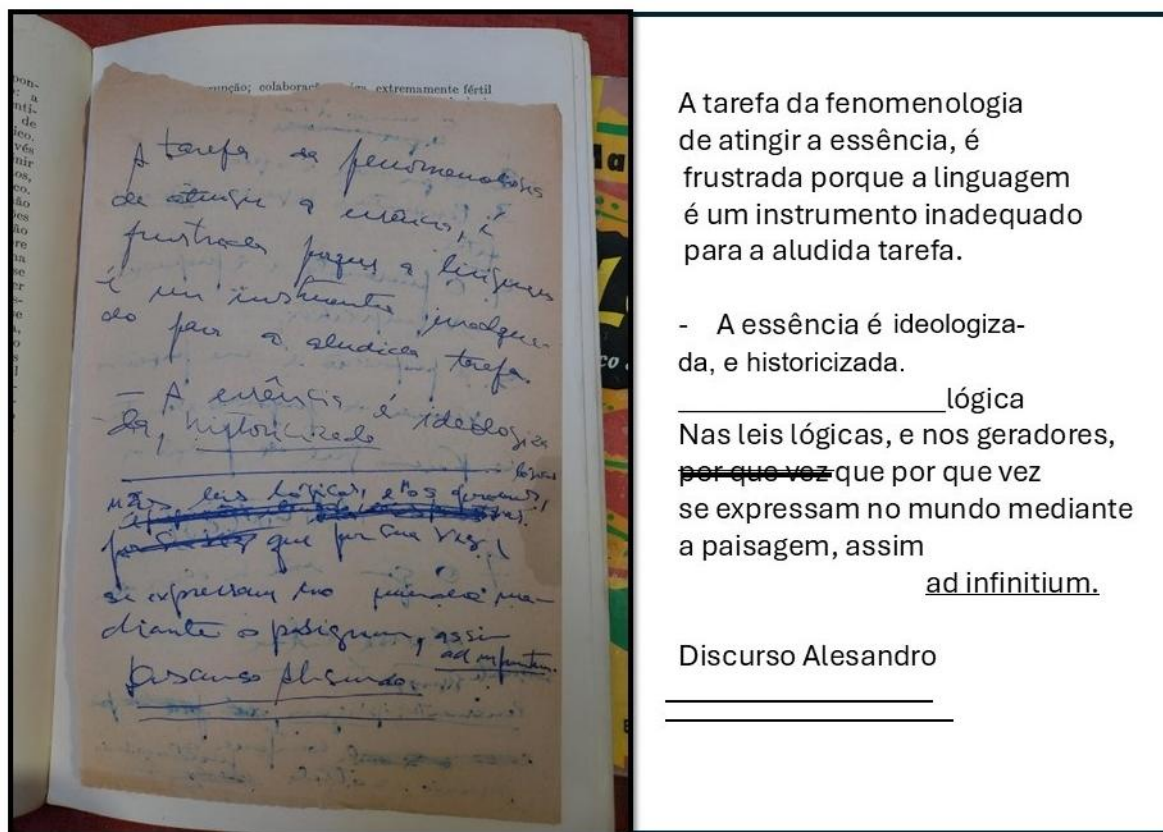


Fonte: Acervo Pessoal Manoel de Almeida Cruz – Biblioteca Bethe Coelho

Na obra *Tractatus Logico-Philosophicus* há uma sequência de sete proposições básicas, numeradas pelos números naturais de 1 a 7, com todos os outros parágrafos no texto numerados por expansões decimais, de modo que, por exemplo, o parágrafo 1.1 é (supostamente) uma elaboração adicional da proposição 1, 1.22 é uma elaboração de 1.2, e assim por diante.

A ideia geral presente no livro é que da mesma forma como não é possível pensar em algo fora do espaço e do tempo, também não há possibilidade de pensar em nenhum objeto fora da probabilidade de sua ligação com outros objetos. No manuscrito é perceptível que as anotações de Manoel de Almeida dialogam com a proposta da obra, quando aplica a análise mundo-pensamento-linguagem para escrever própria proposição, criando ainda, uma tentativa de estrutura das palavras à lógica da imagem, o que está reforçado nas anotações do verso da folha.

Figura 13: Anotação manuscrita de Manoel de Almeida Cruz- VERSO
Essência interna do “Tractatus Logico-Philosophicus” de Ludwig Wittgenstein (1889-1951) em sete proposições básicas com transcrição



Fonte: Acervo Pessoal Manoel de Almeida Cruz – Biblioteca Bethe Coelho

As anotações de Manoel de Almeida nas Figuras 12 e 13 sugerem que a linguagem possui forma lógica, reflete estrutura do mundo, “o que não se deve dizer, deve-se calar”, mas, pode ser explicitado por meio de linguagem, pode ser escrito como uma imagem que alcance a realidade. Dito isso, como esse saber pode ser reconhecido na intelectualidade circulante do Manoel de Almeida Cruz? O que significou a mudança do imperativo da lógica para o da linguagem em Wittgenstein para os escritos de Manoel de Almeida?

No transcorrer da entrevista, sr. Douglas de Almeida coloca em evidência as implicações do poder/ saber/ resistência aos processos de assujeitamentos produzidos pela racialidade, ressaltando a interdição de negros enquanto intelectual, enquanto sujeito cognoscente, uma interdição estabelecida pelo dispositivo de racialidade. Assim ele reflete: “fico admirado com o conhecimento que Manoel de Almeida tinha, porque geralmente esse repertório de conhecimento, de leituras, é associado ao mundo branco, classe média. De quem tem doutorado, de quem está em São Paulo, na Europa, e essa discussão é fantástica porque dá

uma dignidade a quem supostamente, perante o olhar dessa sociedade, não merece... Estou aqui pensando, respondendo e refletindo”¹¹⁷.

É possível ainda, analisar nesse relato, que Manoel de Almeida reunia as condições de reconhecimento de produção conhecimento, mas, sendo um homem negro, nordestino, desfaz, desconstrói as imagens de controle e estigma ao corpo negro.

O sr. Douglas segue narrativa pontuando que “uma grandeza dele era justamente, não ser como alguns intelectuais que “ah eu vou ler a cultura africana, afro-brasileira” e entrar naquele mundo sem se abrir para outras possibilidades de leituras, interpretações. Imagine um cara que está falando de cultura afro, yorubá cultura afro-brasileira, militante e ao mesmo tempo ler filosofia, a metafísica. No acervo há obras de filósofos da vanguarda como Anti- Édipo¹¹⁸ de Félix Guattari e Gilles Deleuze. Ele enquanto poeta tinha livros da vanguarda da literatura, de escritores brasileiros como Jorge Lima Pessoa, que tem origem na poesia concreta, então uma grande figura que merece ser lembrado”¹¹⁹.

Aqui outro ponto para alargar o crochettato de significados construídos por Manoel de Almeida Cruz, e que o faz expandir dentro da sua própria ótica. Trago novamente uma fala pontual do Ailton Ferreira, de que “Manoel não tinha uma bandeira colada nele, ele era ele”, terá sido o Anti- Édipo as primeiras linhas que formaram o combate ao racismo em Manoel de Almeida Cruz?

Sendo Anti- Édipo um livro que dentre suas consideráveis linhas de combate, tem como traço mais insurgente o combate à lógica fascista e necropolítica do capitalismo, uma necropolítica que controla e mata tudo que atravessa as subjetividades, onde pessoas passam a ser objetos formatados para alimentar o consumo, é plausível os indícios de leitura.

Em Anti- Édipo, ainda, cabe dizer que Gilles Deleuze e Félix Guattari desenvolve interessante compreensão dos livros como uma maquinaria literária, onde estão postos o livro-árvore e o livro-rizoma. O livro rizomático diz da compreensão do múltiplo, o que em Foucault, ao tecer prefácio dessa obra, deixa nas entrelinhas o que posso denominar de princípios do estilo Ante Édipo, colocando em análise a noção de que a utilização da prática política deve ser como

¹¹⁷ Almeida, Douglas de. Entrevista III [jul.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (60 min.)

¹¹⁸ Escrito sob o calor de Maio de 1968, O Anti- Édipo almeja entender e liberar a potência do desejo, colocando em xeque o modo como psiquiatria e psicanálise trabalham o tema. Se para Freud o inconsciente é tido como teatro, como representação, para Deleuze e Guattari trata-se antes de “usina” impulsionada por máquinas desejantes. O mito de Édipo, por sua vez, é tido pelos autores como um grande erro que freia as forças produtivas do inconsciente. O livro combina elementos de vários campos do conhecimento, tais como filosofia, literatura, política e antropologia da arte. O resultado é uma crítica contumaz à cultura, trabalho que trouxe novas forças ao pensamento contemporâneo.

¹¹⁹ Almeida, Douglas de. Entrevista III [jul.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (60 min.)

um intensificador do pensamento, e a “análise como um multiplicador das formas e dos domínios de intervenção da ação política”¹²⁰.

De forma que o combate no âmbito da racialidade, em Manoel de Almeida Cruz, também se configura como expropriação da lógica corrosiva do capitalismo, no cerne das bases que lastrearam a *Pedagogia Interétnica* por uma elaboração em redes de insurgências, materializada por ações dos que perseveram, insurgem com as forças presentes em seus próprios corpos.

Pois como relembra Ailton Ferreira, “Manoel de Almeida Cruz não fazia o tipo galã para que as pessoas estivessem com ele, então a solidude dele não era ruim, para dizer a verdade, eu nunca o vi triste, eu não lembro ter visto. Eu nunca o vi... Eu nunca ouvi, nem presenciei Manoel reclamar da vida”¹²¹.

Mesmo em meio as dificuldades financeiras, ressalta o Ailton Ferreira, “às vezes, ele passava até dificuldade financeira, mas, de boa, ficava na dele. Os mais próximos sabiam, porque quem conhece quem vive, mora perto da pessoa, percebe, sabe da realidade da pessoa, que não tem nada para ostentar”¹²².

“Ele era muito desprendido, lembro de sempre aparecer alguém lhe pedindo para escrever projetos, principalmente vereadores. Certa vez mesmo, um vereador pediu para ele fazer um projeto para construção de uma praça na Liberdade, ele escreveu. E em outra oportunidade, vi, vereador amigo, pedir: ‘Manoel, eu fiz uma proposta projeto pedindo para implantar não sei o que na escola, você me ajuda?’¹²³.

Ele era uma pessoa conhecida, ele ajudava, daí o cara às vezes dava uma grana, eu dizia ‘Manoel, é muito pouco isso’ aí ele ‘Ah, não ligo pra isso não’. Então, supondo, hoje uma pessoa que trabalha com consultoria para elaboração de projetos cobre em torno de cinco mil reais, vereadores recorriam a ele, que cobrava valor simbólico de duzentos reais. Então, “Manoel, por exemplo, não ambicionava adquirir bens, não planejava o futuro, não falava em carro, casa, plano de saúde, nunca vi ele pensar em ‘quero comprar um apartamento de dois



¹²⁰ Em poucas edições do livro *O Anti- Édipo*, de Gilles Deleuze e Félix Guattari, o prefácio é assinado por Michel Foucault, é um prefácio, porém pontual no sentido de fazer refletir e dizer a leitores sobre o estilo *Anti- Édipo* de Ser.

¹²¹ Ferreira, Ailton dos Santos. Entrevista I [abr.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (87 min.)

¹²² Ferreira, Ailton dos Santos. Entrevista I [abr.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (87 min.)

¹²³ Ferreira, Ailton dos Santos. Entrevista I [abr.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (87 min.)

quartos, três quartos, com garagem’. Manoel só pensava em ler, estudar, escrever e fazer circular todo seu conhecimento. Era incrível... Era um outro tipo de gente”¹²⁴.

Ao que acrescento, um tipo de gente que em suas práticas cotidianas e micropolíticas potencializou *ethos pedagógico ancestral*, para combater o racismo com construção de consciência crítica coletiva, com processos educativos, de onde reside sua intelectualidade circulante para desmistificar a democracia racial e operacionalizar positivamente a afirmação do ser negro.

Não exatamente um Anti- Édipo, mas um intelectual negro, circulante que entendia que alternativas científicas de combate ao racismo como pretendeu, dependia de uma ruptura coletiva, insurgente e que para esse desejo de transformação haveria de habituar-se simultaneamente ao seu maior processo de transformação, permanecer vivo nas memórias.

3.2.6 “Pedagogia interétnica vive em cada prática que se somam por uma educação antirracista”¹²⁵

A proposta interétnica é de uma profundidade teórica muito importante, afirma Lúcia Leão ao pontuar que Manoel de Almeida Cruz em seu livro autoral *Alternativas de combate ao racismo, um estudo sobre o preconceito racial – uma proposta de intervenção científica para eliminá-los* (1989), aprofundou muito nos teóricos, nos métodos de pesquisa sobre preconceito racial no Brasil. Além disso, diz considerar uma pedagogia fundamental aos nossos tempos, pois percebe ainda a necessidade de que se promovam debates acerca do etnocentrismo, preconceito racial, racismo, porque são transmitidos nas primeiras instituições de socialização dos indivíduos que são família e comunidade”¹²⁶.

Nesse interim, também Gerusa Bispo, salienta que “Manoel apresentou uma proposta pedagógica e metodológica de combate ao racismo, que hoje, com nova LDB, nova formação da educação, requereria adequação, mas, a essência, os pressupostos teóricos e metodológicos são atualíssimos. Manoel, fala de racismo a partir do entendimento, do conceito; problematiza as ideias raciais do conde de Gobineau, de Lombroso, analisando o que chamou de

¹²⁴ Ferreira, Ailton dos Santos. Entrevista I [abr.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (87 min.)

¹²⁵ Trato do livro autoral apresentando-o mais detalhadamente, como da implementação da Pedagogia Interétnica, a partir da frase de Gerusa Bispo em: Santos, Gerusa Bispo dos. Entrevista II [jun.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (41 min.).

¹²⁶ Leão, Lúcia Vieira. Entrevista IV [ago.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (20 min.).

“pseudoteorias da supremacia racial” e como estas impactam na construção do racismo brasileiro e do ser negro”. E eu gosto de falar “ser negro”, porque, era isso que ele falava, o “ser negro”¹²⁷.

Todos os pontos elencados por Lúcia Leão e Gerusa Bispo sobre conceituação do racismo, problematização das teorias raciais, estão presentes no livro de autoria do Manoel de Almeida Cruz. A obra possui oito seções que podem ser divididos em três partes. A primeira parte que engloba a *Introdução, Preconceito, Racismo e Manifestação do Racismo e Raça à Luz da Ciência*, é uma parte que trabalha no campo das definições, o que é racismo, raça, cultura e etnia, problematizando e abordando as raízes históricas do racismo, e, como este permanece e se retroalimenta na sociedade, ao mesmo tempo apresentando referências teóricas que descontroem e pautam o combate ao racismo.

A segunda parte, formada pelas seções *Pedagogia Interétnica, A Questão da Educação do Negro e do [Indígena]* e *Sugestões Práticas para uma Didática Interétnica para Professores de 1º e 2º graus e Alfabetizadores*, apresenta os métodos, aspectos e procedimentos metodológicos da *Pedagogia Interétnica*, a problematização em torno das ausências dos valores históricos, culturais e filosóficos de negros e indígenas no currículo escolar e na sequência proporciona um compilado do que é chamado de Didática Interétnica que materializa e orienta práticas curriculares, sugerindo, por disciplinas, aprendizagens esperadas e estratégias de intervenção, tendo como referência a *Pedagogia Interétnica*.

E, a terceira e última parte formada pela *Conclusão e Apêndice* coloca em evidência, principais avanços no campo das legislações, regulamentações, acordos e propostas no Brasil e no Mundo que versam sobre criminalização do racismo, da discriminação racial e que versam sobre educação das populações indígenas.



¹²⁷ Santos, Gerusa Bispo dos. Entrevista II [jun.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (41 min.).

Figura 14: Livro autoral de Manoel de Almeida Cruz

ALTERNATIVAS PARA COMBATER O RACISMO Um estudo sobre o preconceito racial e o racismo. Uma proposta de intervenção científica para eliminá-los. MANOEL DE ALMEIDA CRUZ SELO CULTURAL AFRO-BRASILEIRO	SUMÁRIO Introdução 11 Preconceito, Racismo e Manifestação do Racismo 17 Definição do Preconceito Racial 17 Raízes Históricas do Preconceito e do Racismo 19 Racismo 19 Formas e Causas do Racismo 20 Manifestação do Racismo 21 Raça à Luz da Ciência 36 Origem das Raças Humanas 37 Raça e Mentalidade 38 Raça, Língua e Cultura 38 Consciência Racial 39 Conceito de Cultura 39 Conceito de Etnia 40 Conceito de Etnocentrismo 40 Crítica ao Conceito Vulgar de Raça 41 Conceito de Raça à Luz da Genética Contemporânea 43 Moderno Conceito Geográfico de Raça 44 O Mito do Sangue 45 Eminentíssimos Antropólogos Afirnam 46 Pedagogia Interétnica 49 Métodos de Pesquisas sobre o Preconceito e sobre Racismo 51 Métodos Operacionais de Combate ao Racismo Recomendados pela Pedagogia Interétnica 53 Aspectos Estruturais da Pedagogia Interétnica 56 Procedimento Metodológico da Pedagogia Interétnica 56 A Questão da Educação do Negro e do Índio 79 A Questão da Educação do Negro 81 A Questão da Educação Indígena 88 Sugestões Práticas para uma Didática Interétnica para Professores de 1º e 2º Graus e Alfabetizadores 95 Conteúdos para uma Didática do Negro 97 Conteúdos para uma Didática do Índio 100 Didática Interétnica e a Alfabetização de Adultos 101	Conclusão 105 Apêndice 109 Lei Afonso Arinos 111 Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial 112 Declaração de 1961 sobre as Raças Humanas 116 Propostas para uma Educação Voltada às Populações Indígenas Brasileiras Apresentadas pela UNI na Quarta Sessão do Grupo de Trabalho sobre Populações Indígenas em Genebra, em 1965 120 Emenda Constitucional que Considera o Racismo Crime Inafiançável 122 Notas 123 Bibliografia Consultada e Recomendada 125
---	---	--

Fonte: Cruz, Manoel de Almeida. Alternativas para combater o racismo: um estudo sobre o preconceito racial e o racismo - uma proposta de intervenção científica para eliminá-los, 1989 – capa (Beto Cerqueira) e sumário

O livro autoral de Manoel de Almeida Cruz é a compilação da trajetória do Núcleo Cultural Afro-Brasileiro (NCAB) pela elaboração e circulação e inserção da *Pedagogia Interétnica* na Educação, e lançou ênfase a característica que distinguiu o NCAB dos demais grupos ligados ao Movimento Negro em Salvador, ser um grupo de estudos científicos em prol do combate ao racismo.

É na quarta seção do livro que se encontra os *Aspectos estruturais da Pedagogia Interétnica* (Aspecto Psicológico, Aspecto Histórico, Aspecto Sociológico, Aspecto Axiológico, Aspecto Antropobiológico), de um modo geral Manoel de Almeida Cruz (1989, p.56-65) apresenta como o preconceito racial se instaurou na estrutura psíquica, social, histórico e cultural da população negra, para isso, analisa dados do IBGE de 1980, problematiza a historiografia geral e nacional que inviabiliza, oculta produções intelectuais, culturais e econômicas de África, com recorte para o Egito, Etiópia e o Reino Yorubá, e, dos povos negros em diáspora.

Ao apresentar o *Aspecto Axiológico*, Manoel pontua que “a predominância dos valores estéticos oriundos da realidade europeia, condiciona o homem negro a aderir este padrão estético ocidental em detrimento da sua própria realidade psicobiológica e cultural” (Cruz,

1989, p.62). E prossegue analisando a origem das ideias, que em conformidade com a categoria axiológica europeia, sustentam que o “ser negro sempre será considerado feio e mal”, (Cruz, 1989, p.62)

Neste sentido que analisa as teorias pseudocientíficas da superioridade racial presente não apenas em Arthur Gobineau, Conde Gobineau, como em Lapouge e Ammon, com o objetivo de, como bem enfatizou, desmistificá-las tendo por base referências, como o antropólogo soviético Miklouho-Maclay (1887) e a psiquiatra baiana Neusa Santos Sousa (1983).

Durante toda a escrita do livro fica evidenciado o comprometimento com o que Manoel de Almeida, já denominava ali no final dos anos 1980 de “filosofia anti-racista constituída por reflexão e ação coletiva a permitir consciência emancipadora” (Cruz, 1989, p.87)

É importante observar que a “filosofia anti-racista” presente na *Pedagogia Interétnica*, não atua apenas no campo existencial, ou seja, de negar a “ideologia do embranquecimento que se coloca como ideal” e que leva a população negra afrodiaspórica a “auto rejeição buscando ideal estético de brancura” (Cruz, 1989, p.57); atua, também, na afirmação positiva das ancestralidades, africana e indígenas.

É neste sentido, que Walmir França, tomando por base a interpretação mais atualizada do antirracismo, discorda que a *Pedagogia Interétnica* fosse antirracista, pois para ele se “fala muito essa questão antirracista, nós não éramos antirracistas. O antirracista é aquele que é racista e que acordado pela bomba atômica jogada por algum militante do Movimento Negro, aí passa a não ser ou então não sabia nem que existia racismo. A esse movimento chamo de Consciência Negra, uma consciência que inclusive faz surgir novas lideranças, entre homens e mulheres, que dão continuidade na luta contra o racismo, através de tantos outros instrumentos como livro, peça teatral, uma conversa, um simpósio, um congresso”¹²⁸.

Gerusa Bispo, recorda que “a primeira vez que ouviu a palavra interétnica, foi através do Manoel de Almeida e ele já usava o termo antirracista”. Para ela, a “denominação interétnica e anti-racista estão na proposta pedagógica, formulada por Manoel de Almeida Cruz, junto ao NCAB, porque já pensava na perspectiva de que o diálogo não poderia ser isolado de negros para negros, mas ele falava em diálogo a partir da pedagogia dialógica de Paulo Freire, de que se há a supremacia branca, era preciso trazer os não pretos para o debate, porque precisavam

¹²⁸ Santos, Walmir França. Entrevista V [ago.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (66 min.).

conversar, dialogar, aprender entender e tentar da sua condição de não racializado junta-se à proposta de combate científico ao racismo”¹²⁹.

Portanto, na narrativa de Gerusa Bispo fica evidenciado que o combate científico ao racismo contava com a participação de pessoas não negras, que precisam “aprender, entender e dialogar”, ou seja, na sua condição de não racializadas, juntarem-se ao combate, não como tutelares ou autoridades e especialistas das questões raciais, mas como aprendentes.

Para Gerusa Bispo esse foi um dos pontos de discordância entre os grupos que participavam do Movimento Negro na Bahia, ela acredita que o Movimento Negro “não ‘abraçou bem apertado’ a proposta interétnica, porque naquele contexto, anos 70, anos 80 era preciso, ser mais identitário mesmo, era preciso a afirmação da identidade negra”¹³⁰.

É interessante notar a observação de Gerusa Bispo de que a *Pedagogia Interétnica* tem nas suas bases de referência a “pedagogia dialógica de Paulo Freire”, no livro do Manoel é perceptível referência de leitura da obra *Pedagogia do Oprimido* (1983), especialmente quando trata do *Procedimento Metodológico da PI* a partir do método dialético, dentre referências como Henri Lefévre (1983), recorre a já citada obra de Paulo Freire (1983) para dizer que “a reflexão crítica da realidade implica em uma ação transformadora [...] uma educação libertadora que desmoralize a opressão [...] e conceba processo de libertação em que a Pedagogia Interétnica estar plenamente comprometida com esse processo”. (Cruz, 1989, p75-76)

Nessa passagem não há referência direta a Paulo Freire, mas é possível perceber o diálogo, o que me permite dizer dos indícios do reconhecimento da subjetividade em Freire. Tanto em Freire quanto em Cruz fica evidenciado que uma pedagogia libertadora, insurgente diz de oferecer não apenas teorias, como experiências para movimentar uma educação comprometida com a liberdade, que possibilite criar próprias teorias a partir do da luta, dos modos de subjetivação.

Pedagogia do Oprimido, livro de Paulo Freire referenciado na obra de Manoel de Almeida Cruz, desenvolve uma pedagogia voltada a emancipação da classe oprimida pelo viés do pensamento crítico que a leve a entender sua real condição na sociedade e lutar por melhores condições sociais.

O que me permite dizer que embora Freire em sua proposta de educação libertadora, emancipadora que atravessa suas obras, não coloque em pauta questões concernentes a

¹²⁹ Santos, Gerusa Bispo dos. Entrevista II [jun.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (41 min.).

¹³⁰ Santos, Gerusa Bispo dos. Entrevista II [jun.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (41 min.).

educação para relações étnico-raciais, o próprio modelo de pedagogia crítica em Freire acolhe a proposta interétnica, sem rejeitá-la.

Assim, Manoel de Almeida Cruz referencia diretamente Paulo Freire ao discorrer sobre a *Didática Interétnica e a Alfabetização de Adultos*, segundo, ele é uma didática “inspirada no método de alfabetização de Paulo Freire” e na aplicabilidade do “método de palavras geradoras”, com a recomendação e adoção de “conteúdos relacionados a situação existencial e valores culturais dos grupos étnicos”, quais sejam, “negros e indígenas”. (Cruz, 1989, p.101)

Portanto, a leitura de Paulo Freire permitiu Manoel de Almeida Cruz experienciar sua condição de sujeito, e como sujeito circulante, insurgente que era, ele pode definir sua realidade, pode se situar nas engrenagens do racismo no Brasil, e encontrar o reconhecimento da subjetividade dos que vivem a imposição de carregar a maior parte do peso das forças opressoras.

Um outro ponto levantado por Gerusa Bispo em torno dos desafios de institucionalização da *Pedagogia Interétnica*, diz do contexto histórico, político, ela ressalva que “embora não estivesse inserida no processo de formulação da *Pedagogia Interétnica*, o país não estava em um processo democrático. Manoel sempre relatou as dificuldades, por conta do processo político da época”.

Sobre esse ponto de análise, Ailton Ferreira reflete que a dificuldade de implementação institucional da *Pedagogia Interétnica* em todas as escolas de Salvador diz de enfrentamentos que a Lei 10.639 de 2003 ainda hoje enfrenta. No que passa a narrar, que “recentemente, teve acesso a um estudo que apontava que hoje apenas 10% das escolas do Brasil efetivamente tratam da Lei 10.639, e tem a tarja, legitimidade do Estado Federativo”¹³¹.

E conclui “se uma lei que é para ser cumprida em toda extensão curricular da educação básica, vinte e um ano depois, não chega a mais que 10% das cidades brasileiras, é normal entender que embora não fosse uma lei, a *Pedagogia Interétnica* não tivesse consenso, aceitação, porque o Brasil naturalizou a desigualdade entre brancos e negros, se é normal, acreditavam que não teriam que tratar da *Pedagogia Interétnica* ou da Lei que obriga o debate da história da cultura afro brasileira nas escolas”¹³².

E prossegue com exemplo prático que lhe aconteceu, “para você ter ideia, já teve professor que chegou para mim e falou: ‘Agora tem que ensinar macumba?’ Foi tão recorrente

¹³¹ Ferreira, Ailton dos Santos. Entrevista I [abr.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (87 min.).

¹³² Ferreira, Ailton dos Santos. Entrevista I [abr.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (87 min.).

que em 2011, chegou ao ponto de na condição de Secretário da Reparação de Salvador, convidar alguns amigos professores evangélicos, conscientes, negros, para palestrar e analisar a Lei 10.639 com professores da rede pública, para que ficasse óbvio que não era candomblé. Fiz questão de que fossem professores evangélicos, mas conscientes da realidade étnico-racial do Brasil, para mudar a mentalidade de professores que resumiram a Lei 10.639, de forma intolerante, racista, preconceituosa de que era para acender vela, fumar charuto e botar a macumba em sala de aula”¹³³.

Nessa linha de raciocínio Ailton Ferreira, relembra que na época de estudante a “geração dele e várias gerações aprenderam que Dionísio é o rei das festas, é o deus do vinho, que Baco é o rei dos festejos. A gente aprendeu por várias gerações que Vênus é rainha da beleza, que Afrodite é rainha da fecundidade. Nós aprendemos a vida toda sobre reis gregos e reis romanos e nunca aprendemos sobre reis, nem rainhas, nem deuses, nem deusas africanas. Mas, fala em Iemanjá, em Oxum ah é um pecado! Mas, convém falar de Afrodite ou de Vênus a um menino negro da favela da Liberdade? Não serve para nada, mas a gente estudava. Mas quando você fala em Oxum, é pecado” ¹³⁴.

Cabe acrescentar à reflexão do entrevistado que a interpretação equivocada da aplicabilidade da Lei 10.639/2003, coloca em evidência o que Nogueira (2020) chama de racismo religioso que diz da condenação da origem, existência, relação entre uma crença e uma origem preta, que “incide não somente sobre a população negra e afrodescentes praticantes das religiões de matriz africana, mas sobre as origens da religião, sobre as práticas e sobre as crenças”. (Nogueira, 2020, p.47)

Para além das dificuldades enfrentadas por Manoel de Almeida Cruz para implementar institucionalmente a PI em todas as escolas de Salvador, o Ailton Ferreira diz que “por conta da circulação dele nos grupos, das relações pessoais, Manoel é convidado a implementar a *Pedagogia Interétnica* na Escola Criativa do Olodum e com a professora Gersa Bispo desenvolve o projeto lá”¹³⁵.

Gersa Bispo, ressalva que “a grande conquista, foi implantação da Lei Municipal n. 4.741/1993 no governo Lídice da Mata, prefeita de Salvador. Beth Vargas era secretária de Educação; e, a experiência na Escola Criativa do Olodum, inclusive foi a experiência exitosa

¹³³ Ferreira, Ailton dos Santos. Entrevista I [abr.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (87 min.)

¹³⁴ Ferreira, Ailton dos Santos. Entrevista I [abr.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (87 min.).

¹³⁵ Ferreira, Ailton dos Santos. Entrevista I [abr.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (87 min.).

da Escola Criativa Olodum, que avançou proposta para a rede municipal”¹³⁶. Como se lê no trecho da matéria “Salvador assume com orgulho a sua cor e a sua raça”, do jornal A Tarde de 20/11/1993:

A Prefeitura de Salvador vem realizando um eficiente e silencioso trabalho de promoção da cultura negra. Comprometida com o combate firme a todas as formas de racismo e discriminação política, econômica ou cultural, a Prefeita de Salvador sancionou a Lei n. 4741/93, que institui a *Pedagogia Interétnica* com assessoria do Grupo Cultural Olodum no currículo escolar da rede pública municipal de ensino, já no ano letivo de 1994, para valorizar a cultura e a história do negro no Brasil. Reconhecendo, na prática, a tradição afro-baiana, a Prefeitura apoiou os terreiros da Casa Branca do Bogu, do Gantois, do Bate-Folha, Neive Brana e o Axé Opô Afonjá. Empenhada na preservação do Parque São Bartolomeu, a Prefeitura está começando a cercar a área e a proteger seu verde, suas pedras e cachoeiras sagradas. No coração da Liberdade, o busto de Nelson Mandela está restaurado e protegido. (Salvador assume[...], A Tarde, Salvador, p.2. 20 nov. 1993).

A matéria elenca uma série de ações que demarcam o compromisso da então prefeita Lídice da Mata com o combate a todas as formas de racismo e discriminação, então não apenas a Lei 4741/93 era o marco do mandato antirracista da prefeita, como outros atos sociais de posituação da representação negra em Salvador, então o educar pelo combate ao racismo não se restringia às salas de aulas.

Direcionando sua narrativa à lei implementada em 1993, Ailton Ferreira, enfatiza que “as pessoas não conseguem entender, que a *Pedagogia Interétnica* é pai, mãe, da Lei 10.639/2003, e acredito que não teve o alcance que deveria ter, porque não tinha logomarca do Estado, era uma iniciativa isolada de um intelectual ousado, que na gestão da prefeita Lídice da Mata, até consegue, através de Lei municipal implementar formação de professores com base na *Pedagogia Interétnica*, nessa época os livros de Manoel de Almeida foram adquiridos e implementados nas escolas de Salvador”¹³⁷.



¹³⁶ Santos, Gersa Bispo dos. Entrevista II [jun.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (41 min.).

¹³⁷ Ferreira, Ailton dos Santos. Entrevista I [abr.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (87 min.).

Embora não tenha passado de projeto piloto como sinaliza Gersa Bispo que “o projeto piloto da lei aconteceu na Escola Municipal Alexandrina dos Santos Pita, em Campinas de Pirajá. Mas, a mudança de governo, mudou o rumo do projeto”¹³⁸.

Não há como negar que no campo das relações étnico-raciais todo processo de elaboração, debate, formação que Manoel de Almeida Cruz estabeleceu junto ao Núcleo Cultural Afro- Brasileiro, dezenove anos após seus primeiros esboços em 1974, alcançava uma conquista histórica que foi parte de uma conquista coletiva, e no governo de uma mulher, primeira e única prefeita de Salvador até então, que se mostrou contundente a estabelecer processos de reparação histórica à população negra e indígena pelo direito a conhecer suas histórias, preservar memória e potencializar suas existências.

Além disso, a Lei Municipal 4.741 de 21 de junho de 1993, na dianteira da Lei n.10.639 de 9 de janeiro de 2003, é precursora, por vários indícios. Primeiro, as entrelinhas permitem dizer que se reconhece que estruturalmente o racismo permeia o cotidiano escolar em que o racismo, a discriminação, o não pertencimento, ou seja, a negação a negros e indígenas da condição de sujeitos de conhecimento, produzem rebaixamento da autoestima, fracasso e evasão escolar. Segundo, bem perceptível, o combate ao racismo só poderia ser possível com consciência crítica coletiva, e essa construção perpassava inicialmente pela preparação, formação dos sujeitos da ação educativa, ou seja, dos docentes.

Não haveria como implementar a *Pedagogia Interétnica* em todas as escolas da rede municipal de Salvador sem que professoras, professores estivessem formados, preparados a desenvolver o currículo interétnico, sem as estereotipações acerca da história e da cultura negra e indígena.

Neste sentido, que conforme estudo do Ivan Costa Lima (2017, p.132), o processo de implementação do projeto piloto na Escola Municipal Alexandrina dos Santos Pita iniciou-se com a “preocupação em subsidiar os educadores com os pressupostos que constituíam a *Pedagogia Interétnica*, a partir de cursos que, buscavam sensibilizá-los sobre a temática e possibilitar estabelecer procedimentos didáticos a cada disciplina”. Nas palavras de Manoel de Almeida Cruz, em entrevista ao Ivan Lima (2017) “havia a formação e acompanhamento da aplicabilidade em sala de aula, mas a falta de material ocasionava grande desgaste, pois os materiais por disciplinas tinham que ser reproduzidos [xerocopiados]”¹³⁹.

¹³⁸ Santos, Gersa Bispo dos. Entrevista II [jun.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (41 min.).

¹³⁹ Cruz, Manoel de Almeida. Entrevista- janeiro, 2003. Entrevistador: Ivan Costa Lima, 2017, p. 135.

Somado a tal situação, Gerusa Bispo acrescenta que “o projeto não foi adiante nem na Escola Municipal Alexandrina dos Santos Pita, nem outras escolas da rede municipal porque as perspectivas se chocaram porque o discurso da escola formal na maioria das vezes, vai contramão do conhecimento elaborado no Movimento Negro que é voltado ao fortalecimento da autoestima, de construção de identidade. Além disso a falta de apoio com recursos materiais”¹⁴⁰.

E reforça que a *Pedagogia Interétnica* fez parte do processo da Escola Criativa do Olodum, que “começou com o Rufar dos Tambores, mas, que levou a formatação pedagógica tendo como referencial o livro de Manoel *Alternativas para combater o racismo*”.

Saliento aqui que a proposta tomou por base as diretrizes da Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien - Tailândia, ocorrida em 1990¹⁴¹, portanto, colocava-se a frente do compromisso de promover meios para a permanência de crianças e adolescentes negros na educação básica, com vistas a reduzir o analfabetismo e promover uma vida mais digna.

Gerusa Bispo, argumenta que na Escola Criativa do Olodum o projeto foi exitoso, as crianças e adolescentes em um turno, participavam de oficinas de percussão e outras oficinas, no turno oposto era a educação formal, construímos um currículo, baseado na proposta da *Pedagogia Interétnica*. Então, os conteúdos e as disciplinas, dialogavam, havia interdisciplinaridade. Os estudantes tinham aulas de língua estrangeira, que era o inglês, aula de tupi, aula corpórea: a dança, além das disciplinas comuns. Mas, todas as disciplinas voltadas a questão étnico-racial do negro e também dos povos indígenas”¹⁴².

No programa do “Projeto Olodum - Escola da Vida. Escola Criativa do Olodum” a necessidade de tornar a questão Criança X Pedagogia (Paulo Freire) X Pedagogia Interétnica (Manoel de Almeida Cruz) X Aprendizagem X Responsabilidade”, permite ação efetiva para solução da fuga escolar das crianças, e do baixo aproveitamento das mesmas nas chamadas

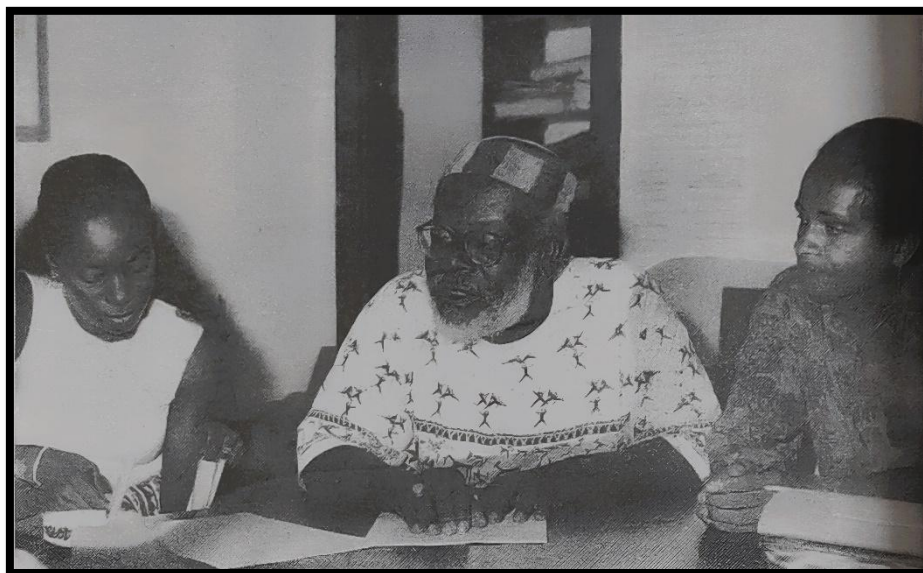
¹⁴⁰ Santos, Gerusa Bispo dos. Entrevista II [jun.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (41 min.).

¹⁴¹ O objetivo da Conferência Mundial sobre Educação para Todos foi estabelecer compromissos mundiais para garantir a todas as pessoas os conhecimentos básicos necessários a uma vida digna, condição insubstituível para o advento de uma sociedade mais humana e mais justa. Resultou na elaboração de documentos mundialmente mais significativos em educação, lançados a partir de sua realização, pois incluiu definições e novas abordagens sobre as necessidades básicas de aprendizagem, as metas a serem atingidas relativamente à educação básica e os compromissos dos Governos e outras entidades participantes. No Brasil, foi elaborado o Plano Decenal de Educação para Todos, cuja meta principal era assegurar, em dez anos (1993 a 2003), às crianças, jovens e adultos, os conteúdos mínimos em matéria de aprendizagem que respondessem à universalização da educação fundamental e erradicação do analfabetismo.

¹⁴² Santos, Gerusa Bispo dos. Entrevista II [jun.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (41 min.).

escolas ‘normais’ uma escola livre onde as crianças sintam-se à vontade para aprender e vejam a necessidade de “tornarem-se bons instrumentistas, bons artesões, agentes públicos da sociedade, formar cidadãos é o objetivo principal da Escola”. Cidadãos capazes de “vencer as armadilhas da vida, cidadãos que tenham senso crítico e a consciência de futuros líderes”.¹⁴³

Figura 16: Dirigentes da escola do Olodum destacaram Pedagogia Interétnica
Gerusa Bispo, Manoel de Almeida, Piter Leão



Fonte: Jornal A Tarde- 21/dez/1995 – Foto: Valdir Argolo

Nesta perspectiva trago relato da Gerusa Bispo sobre uma das experiências de práticas pedagógicas, pautadas na PI que se recorda com bastante carinho, “por exemplo, estudo da água, havia um projeto “H₂O e todas suas propriedades - o cuidado da água” era apresentado e debatido, o significado da água para os nossos antepassados, nossos ancestrais africanos e na perspectiva indígena. Então, a água ia para sala de aula a partir da cosmopercepção ancestral”¹⁴⁴.

Sobre a proposta original, desde a criação do Núcleo Cultural Afro-Brasileiro se pautava nos estudos da língua Yorubá, Ailton Ferreira sinaliza que de alguma forma havia uma resistência acerca da proposta, quando diz “todo mundo estudou francês, inglês e alguns mais velhos estudaram latim nas Escolas Normais, mas, se você solicitar um semestre para aprender a língua Yorubá ou a língua Congo Angola, cria-se diversos obstáculos, com verbalizações de

¹⁴³ Programa do Projeto. 1. Olodum - Escola da Vida. Escola Criativa Olodum. Datilografado, 1993.

¹⁴⁴ Santos, Gerusa Bispo dos. Entrevista II [jun.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (41 min.).

palavras, frases racistas. Dizem que é coisa do demônio, do diabo, que vai transformar as pessoas. Eu alcancei inglês e francês e quando você olha para mim você não vê um homem inglês e nem me chama de *Monsieur*, mas, as pessoas acham que se estudar Iorubá vão sair de lá pai de santo”¹⁴⁵.

Aqui o entrevistado me leva a refletir acerca de como o enraizamento ontológico do dispositivo de racialidade institui a dimensão mais profunda da hegemonia branca na subjetividade do Outro, o dispositivo se manifesta nas práticas discursivas para destituir a condição de humanidade a pessoas negras que tem suas crenças e vivências religiosas pautadas nas religiões de matriz africana.

“Manoel de Almeida Cruz não era de um lugar só, era um circulante. Não há uma corrente de opinião o defendendo, por relações histórico e afetivas, no Instituto Reparação¹⁴⁶ mantenho a memória, inclusive, recentemente foi colocada a foto dele no painel de personalidades negras¹⁴⁷, ver na Figura 17, para manter viva essa memória. E, em 2009, então Secretário Municipal, algumas salas da secretaria foram nomeadas com o nome dele, de Milton Santos, Zumbi dos Palmares, Mãe Menininha, Anísio Félix e tinha Lino de Almeida”¹⁴⁸.



¹⁴⁵ Ferreira, Ailton dos Santos. Entrevista I [abr.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (87 min.).

¹⁴⁶ O Instituto Reparação é uma instituição não - governamental, sem fins lucrativos, de estudos e pesquisas para o desenvolvimento humano. Seu objetivo principal é a valorização das pessoas, o combate ao racismo e o enfrentamento às desigualdades e discriminações. Além disso, promove cursos de formação, palestras, seminários, rodas de conversa e oficinas perspectiva antirracista, inclusiva, antimachista e de defesa dos direitos humanos.

¹⁴⁷ Ao painel existente que contava com personalidades como Nelson Mandela, Milton Santos, Jaime Sodré, Luiza Bairros, Lélia Gonzalez, Makota Valdina, Carolina Maria de Jesus, Paulo Freire e Abdias Nascimento. Em abril de 2024 foram incluídas as fotos de Maria Lúcia Pereira, Riachão, Maria de São Pedro e Manoel de Almeida Cruz, às escolas públicas e privadas é aberto a visitação com agendamento, oportunidade em que estudantes mergulham nas histórias contadas sobre as personalidades.

¹⁴⁸ Ferreira, Ailton dos Santos. Entrevista I [abr.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (87 min.).

Figura 17: Painel do salão do Instituto Reparação – personalidades negras



Fonte: Publicação em rede social online de compartilhamento de fotos e vídeos do Instituto Reparação em 19/04/2024

“Hoje, fico muito feliz, de ter feito parte dessa história, desses processos de implementação, diz Gerusa Bispo, ao tempo que também fico lamentosa, da maioria das pessoas não entenderem, não conhecerem que Manoel de Almeida Cruz foi no seu contexto histórico, na Bahia, um dos percussores da educação antirracista, pelo viés interétnico, ele sistematizou a trajetória de estudos realizados no Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, ele buscou, estudou bases teóricas para implementar condições objetivas de intervenção ao racismo por meio da Educação. Então não há como negar, a *Pedagogia Interétnica* está presente. Percebo que a P.I, permanece presente não só na Escola Criativa do Olodum, como no fazer das minhas colegas da rede municipal, Eu vejo, a *Pedagogia Interétnica* viver em cada prática que se somam por uma educação antirracista.”¹⁴⁹.

Aqui Gerusa Bispo, também professora da rede municipal de Salvador, revela das muitas práticas pedagógicas de professoras e professores, pautadas na educação antirracista e no compromisso histórico de atuar, por meio da dimensão pedagógica, pela equidade racial. Mas, quais são as particularidades, perspectivas que podem dizer das nuances da *Pedagogia Interétnica* e dos caminhos enunciativos de Manoel de Almeida Cruz?



¹⁴⁹ Santos, Gerusa Bispo dos. Entrevista II [jun.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (41 min.).

3.3 CAMINHOS DA EXISTÊNCIA ENUNCIATIVA¹⁵⁰

Para situar Manoel de Almeida Cruz em seu tempo e espaço é preciso dizer das similitudes entre este intelectual na herança de outros intelectuais negros que tiveram trajetórias participes e importantes no âmbito da educação escolar, a perspectiva é de não incorrer em um delineamento de uma trajetória individualista e principalmente diferi do pensamento colonial de apropriação.

Recorro a operadores teóricos e críticos das contexturas escriturais de diários online - blogs, repositórios de produção de memória social do movimento negro, enquanto plataforma acessível de memorar própria história. Mover-me por esses materiais, que assume materialidade também de produção visual. foram movimentos encontrados para também problematizar as ausências (Veloso, 2019), pois observou-se que:

Discutir as ausências, evidenciando-as por imagem [...] faz da imagem também uma produção de saber e, assim, uma forma outra de legitimar o que se quer ‘dizer/mostrar’. As imagens artísticas ou não, auxiliam a pensar que existem outras formas de inventar pesquisas e que, ao criá-las, pode-se enxergar de uma outra perspectiva (Veloso, 2019, p. 65).

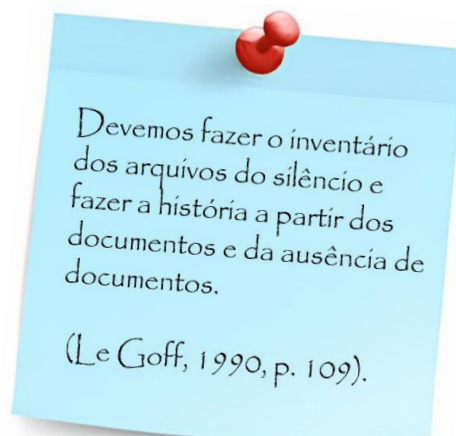
Outra perspectiva que pode ser encontrada nas nuances do pensamento coletivo que atravessa o corpo e elabora saberes como epistemes negras permeadas de subjetividades. O pensamento ancestral que incorpora experiências éticas, estéticas, acumula experimentações, constroem repertórios de resistência que ginga e produz inquietações, não meramente para intelectualizar, mas incorporar saberes que nos afetam na América que nos habita, das experiências afrodescentes nas Américas, impulsionando territorialização das memórias que se constituíram nas subjetividades da intelectualidade negra em toda América Latina.

Do profundo respeito à biografia de Manoel de Almeida Cruz que emerge nas memórias coletivas e afetivas encharcadas de subjetividades, cabe considerar como fez Sueli Carneiro (2023, p.140), que estas foram produzidas por entre a “dinâmica poder/saber e resistência, como



¹⁵⁰ Parte dessa subseção foi aprofundada em artigo intitulado “Nas Insurgências, os caminhos de acesso: narrativas midiáticas sobre o lugar de memória do Prof. Manoel de Almeida Cruz”, em autoria com o Prof. Dr. Ronaldo Linhares, submetido avaliação dos organizadores do dossiê História Digital e História Digital da Educação da revista eletrônica Estudos Ibero-Americanos, em caso de aprovação, será publicado em 2025. Debate-se no texto como as condições de produção e compartilhamento do conhecimento histórico frente às mudanças ocasionadas pelo desenvolvimento tecnológico, tem suscitado crescente registros do passado em ambientes eletrônicos, paralelamente, alavancado novas práticas de experiências sensoriais, estéticas, éticas, que em interface com a tecnologia legitimam análises de novas dinâmicas e relações subjetivas.

processo e desafio permanente, a uma ética por meio da qual se afirmam simultaneamente ao ser-consigo e o cuidado-de-si e dos seus.”



Sem me prender ao debate conceitual de biografia, recorro a texturas escriturais de diários online – blogs, repositórios de produção de memórias da experiência cotidiana; ao registro efêmero, descontínuo e ao mesmo tempo potencializador da escrevivência através dos signos gráficos, do valor da escrita onde cada memória pessoal é parte da memória coletiva: fio condutor à construção da narrativa do viver, de uma rede de insurgências.

Essa junção de fragmentos, vestígios e indícios leva-me ao desafio de interligar elementos aparentemente dispersos como fontes legítimas a este *gesto inacabado* (Salles, 2004) e a uma “educação ética do olhar a potência das imagens como apreensão das possíveis resistências às redes de saber-poder” (Balthazar, 2018, p. 26), cuja natureza reside no trajeto de Manoel de Almeida Cruz em direção às dimensões reveladoras do caráter insurgente, emancipatório da movência de sua proposta pedagógica interétnica.

No recorte em análise, do blog *Blocos afros e consciência negra*, Kim D. Butler, a historiadora e professora norte-americana, com especialidade na cultura e política da diáspora africana, com um enfoque no Brasil, autora de texto biográfico postado em agosto de 2014, descreve Manoel de Almeida Cruz como “mente brilhante dedicado ao movimento negro”, sendo “pioneiro de filosofia revolucionária que considera a educação uma via crítica para vencer a discriminação”, o que lhe levou a participar da articulação da pedagogia inicial da Escola Criativa do Olodum.

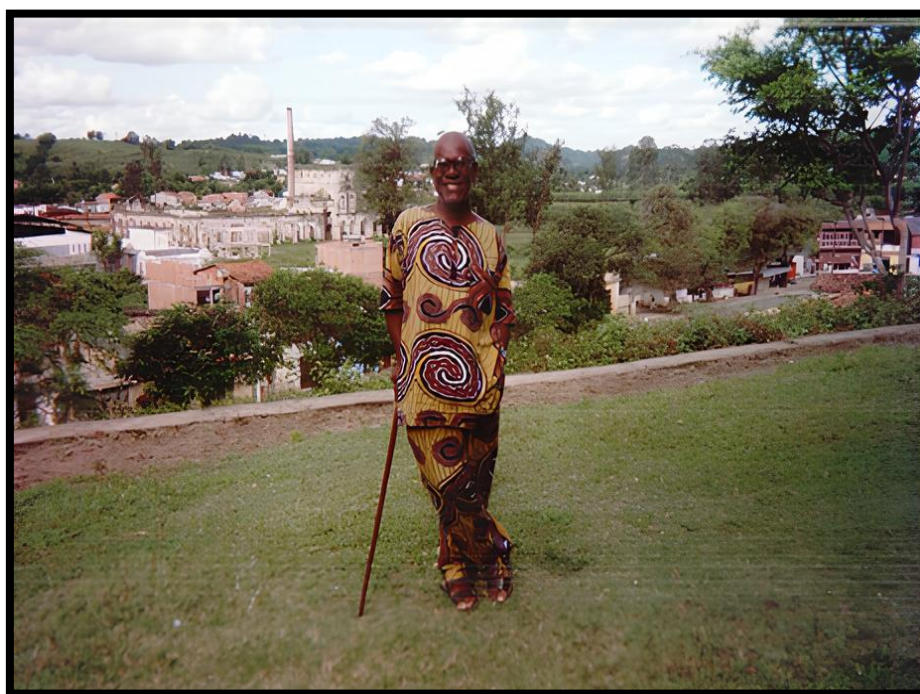
É interessante dizer que Kim D. Butler conheceu integrantes do movimento negro na Bahia em 1987, período em que “documentou momento histórico do movimento negro no Brasil”, ficando impressionada com a “semelhança das lutas negras nas Américas” e como no

Brasil, na Bahia “a energia do movimento vem do sentimento profundo de valorização da ancestralidade”. (Ramos; Gomes, 2021)

A continuidade do texto revela a memória afetiva e a auscultação do Manoel de Almeida Cruz na intimidade, passava o “dia na sua casa no bairro da Fazenda Grande do Retiro (Salvador, Bahia) na companhia dos seus milhares de livros queridos”, onde escrevia e lia com voracidade, e ao final do dia juntava-se a amigos com alegria.

E para ilustrar o respeito ao potencial transformador de Almeida Cruz, Kim D Butler publica junto ao texto uma fotografia em que Manoel de Almeida Cruz aparece numa pose descontraída e sorridente, tem vestimenta em moldes e tecido africano, usa sandália de couro e segura um cajado, em meio aos elementos culturais e naturais da paisagem, não há legenda que diga ao certo de que lugar se trata, parece-me paisagem familiar do bairro da Fazenda Grande do Retiro, localidade que residir por vinte e seis anos. Importa-me aqui a análise da imagem.

Figura 18: Manoel de Almeida Cruz



Fonte: blog Blocos afros e consciência negra. s/d

Penso neste registro de Manoel de Almeida Cruz como cena que expressa modelo estético e comportamental na operacionalização de um dos aspectos estruturais da *Pedagogia Interétnica* que é o aspecto axiológico (Cruz, 1989, p. 62) para o qual considerou como prerrogativa que “categorias éticas, estéticas, filosóficas devem refletir a realidade étnica” que mantenha a “autenticidade e integridade” apreendidas pelos sujeitos no seu contexto socio

cultural, sem que seja enquadramento a uma identidade negra e muito menos reproduzibilidade de corpos dominados por valores estéticos coloniais, no que o aspecto axiológico diz sobre posicionamentos éticos das estéticas não apenas como fruição ou catarse, mas como produção epistemológica e promoção de ontologias interétnicas.

Seguindo na colheita da vida do intelectual negro Manoel de Almeida Cruz, enquanto escrevivência que cria e amplia saberes e histórias em torno da sua existência, encontro publicação, de status público, em rede social online de compartilhamento de fotos e vídeos, do também sociólogo Ailton Ferreira, amigo próximo de Almeida Cruz, postada em 2 de abril de 2021, que confere aos leitores, sua condição de interlocutor, que inscreve esforço pela vida como oposição à morte, evocando as memórias que compõem-se na tessitura do corpo memória que vive, resiste, persiste.

Na figura 19, que ilustra a publicação de Ferreira, Manoel de Almeida Cruz aparece em pé em rua provavelmente do Centro Histórico de Salvador, carregando em mãos uma pasta e um guarda-chuva, com um sorriso discreto, a vestimenta permeada pela estética da “autenticidade e integridade”, de sua existência étnica e na cintura porta um celular. No conjunto da publicação há a presença ética-estética do professor Almeida Cruz em movência pelas ruas.

Figura 19: Manoel de Almeida Cruz



Fonte: Publicação em rede social online de compartilhamento de fotos e vídeos do sociólogo Ailton Ferreira em 02/04/2021. Foto de arquivo pessoal da Ellen Stokland, não há referência da data do registro fotográfico.

O caminhar pedagógico que enuncia a existência do Manoel de Almeida Cruz, dialoga com o texto legenda e produz sentidos e inteligibilidades. A foto é um registro da pesquisadora sueca Ellen Stokland que esteve no Brasil durante o final dos 1990, realizando trabalho de pesquisa sobre o grupo Olodum que resultou na tese “A Revolta dos Tambores. Um estudo de caso da comunicação estratégias do Olodum da Bahia, Brasil” (2004), nela Stokland analisa as estratégias de comunicação do Grupo Cultural Olodum, a autora conheceu o trabalho de Manoel

de Almeida Cruz e Gersa Bispo junto a Escola Criativa do Olodum, bem como outras atividades destinadas a combater o racismo e a promover a justiça social.

É preciso acrescentar, conforme fez Mara Sueli Felipe (2023), que desde a formação inicial com o projeto Rufar dos Tambores a experiência pedagógica que se construía, tomava por base a *Pedagogia Interétnica*, mas é em 1993 que Manoel de Almeida Cruz para integrar a equipe pedagógica da Escola Criativa Olodum - ECO, com Nelson Mendes – professor de inglês e também diretor de educação e cultura do Olodum, momento em que a orientação pedagógica interétnica junta-se ao Rufar dos Tambores para “promover formação profissional, étnica, política e cultural” (Felipe, 2023, p. 171).

De 1994 a 1998, (Felipe, 2023, p.148) a Escola Criativa Olodum funcionou como “escola formal particular, em processo para ser vinculada à rede municipal de ensino de Salvador e em parceria com o Instituto de Pedagogia Interétnica¹⁵¹, criado em 1994, pelo professor Manuel de Almeida Cruz”.

A partir de 1999 a ECO passa a estimular inclusão digital, aliada à arte e educação partir da utilização de novas tecnologias, como forma de preparo à empregabilidade no mercado de trabalho artístico-cultural, bem como estimular o empreendedorismo. No período que vai de 1999 a 2005 a educadora Simone Magalhães Santos, passa a ser a coordenadora da Escola, em uma gestão compartilhada com Nelson Mendes, que se manteve na direção de cultura da instituição (Felipe, 2023).

Esse adendo cronológico da influência da Pedagogia Interétnica na Escola Criativa do Olodum, ajuda a compor a informação em legenda da publicação de Ailton Ferreira, não é apenas um texto homenagem ao diplomático, justo e inteligente intelectual, mas, uma reafirmação da contribuição de seus escritos contribuição Educação através da sociologia pela qual se interessava e o aproximou, nos idos da década de 1970, a Alberto Guerreiro Ramos, sociólogo do Instituto Sociológico de Estudos Brasileiros.

O reinventado Guerreiro Ramos, então ciente de que a democracia racial era invocação de silenciamento a qualquer tentativa de ação coletiva baseada nas subjetividades da raça, e, portanto, mito danoso a esconder o racismo presente no Brasil. E que inspirou Manoel Almeida



¹⁵¹ Em entrevista a Gersa Bispo faz referência a intenção de reativa o Instituto de Pedagogia Interétnica para fundar memorial a Manoel de Almeida Cruz e retomar as ações que no contexto dos anos de 1990, através de uma equipe multidisciplinar, estabeleceu convênio com a Defensoria Pública do Estado para encaminhar casos de denúncia de discriminação racial; capacitou professores da rede municipal em ensino étnico-raciais, por meio de seminários, visitas técnicas às suas atividades, palestras e rodas de conversas. Santos, Gersa Bispo dos. Entrevista II [jun.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (41 min.)

Cruz, a pauta-se numa sociologia transgressora que lhe rendeu o reconhecimento como sociólogo em 1985 com a regulamentação da profissão no Brasil.

A mesma sociologia transgressora que permeia o escrito de Ailton Ferreira, a romper a produção da não existência de Manoel de Almeida Cruz, para dizer da existência e (re)existência, através da memória do cuidado, da esperança. Que como ato mental de recordar, organiza e media a elaboração da memória enquanto relação de partilha dos processos, diálogos e práticas do reexistir e reviver da memória social da rede de insurgências que fez movência, ginga, episteme e luta em prol de práticas pedagógicas mais consistentes sobre as relações raciais e o combate ao racismo nas escolas.

Ainda auscultando os ritmados gingados memorialísticos, deparo-me com a escrita desague de afetos de Hamilton Vieira (1955-2012) em texto biográfico publicado em maio de 2009 no blog Educação em Destaque da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, na ocasião da realização do IV Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (IV COPENE) pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em Salvador.

Cabe dizer que Hamilton Vieira foi voz e escrita expressiva da agenda do movimento negro na imprensa baiana na fase inicial da carreira dizendo das experiências negra e homossexual como pauta do movimento negro e ao longo da sua vida escrevendo sobre a cultura afro-brasileira na Bahia¹⁵².

Hamilton Vieira destaca da fala do conferencista Ivan Costa Lima, com o trabalho intitulado *Uma proposta pedagógica do Movimento Negro do Brasil: Pedagogia Interétnica – uma ação de combate ao racismo*, o pioneirismo, atuação e exemplo de Manoel de Almeida Cruz “para educadores e educadoras que veem na educação possibilidades de combater o racismo”. Acentuando como proposição de encorajamento e esperança a fala do Ivan Costa Lima (IV COPENE, 2009) que sinaliza que “o trabalho de Manoel de Almeida Cruz deveria ser mais divulgado, considerando que três décadas antes da implementação da Lei 10.639/2003, Almeida Cruz já se preocupava implementar nas escolas formas de combate ao racismo” (apud Vieira, 2009, s/n).

Escrevendo enquanto parte de um coletivo sobre e para rede de insurgências, Walter Passos no blog Bayah se auto inscreve no texto intitulado *Pedagogia Afrocentrada* e publicado



¹⁵² Em 1981, passados três anos desde que o Movimento Negro Unificado (MNU) intensificou a nacionalização do Movimento Negro, um grupo ligado às lutas por melhores condições de vida da comunidade LGBTQ+ fundaram em Salvador, Bahia, o Adé Dudu - Grupo de Negros Homossexuais, o qual manteve intensa atividade de denúncia ao racismo enquanto estruturante da sociedade brasileira e do “duplo preconceito” vivido por negros LGBTQ+. (GELEDÉS – INSTITUTO DA MULHER NEGRA, REDE DE HISTORIADORES NEGROS, ACERVO CULTNE. Disponível em: <https://g.co/arts/Pn3EXKYgTAH6hvCr8>)

em setembro de 2008, colocando em movimento trajetórias ancestrais, apontando como “a história da pedagogia e suas práticas nunca contemplaram os africanos no Brasil” (Passos, 2008, s/n).

Passos, tece narrativa sobre principais “contribuições e propostas de intelectuais negros baianos, para a formação de uma educação crítica, discordante da educação privilegiada aos valores eurocêntricos”. Ao escrever a si próprio, amplia histórias em torno da constatação de que desde a década de 1980 ele e intelectuais como Ana Célia, Valdina Pinto, Arany Santana, Jorge Conceição, Manoel Almeida e entre outros, voltaram-se suas preocupações para um ensino direcionado a África. E saúda Maria Beatriz do Nascimento e Lélia Gonzalez como formadoras e mentoras de sua militância e luta contra discriminação racial.

Segue textualmente salientando que as atuais propostas educacionais são resultado dos feitos de mulheres e homens pretos que enfrentaram a “academia de valores europeus”, apontando o quanto a educação era excludente e racista, no que destaca a trajetória de Manoel de Almeida Cruz e de Ana Célia Silva. Sobre Almeida Cruz que descreve como amigo, diz:

[...] Ousou discutir uma nova fórmula pedagógica, proposta revolucionária para a época, apesar de falhar em não ter uma dinâmica afrocentrada. [...] Não foi compreendido por diversos setores do Movimento Negro [...] e faltou-lhe o apoio necessário dos setores acadêmicos em maior divulgação. A lembrança de Manoel Almeida nos mostra a capacidade que temos de gerir os nossos caminhos, foi ela um marco advindo de um sociólogo preto sem mídia, poder e dinheiro (Passos, 2008, s/n).

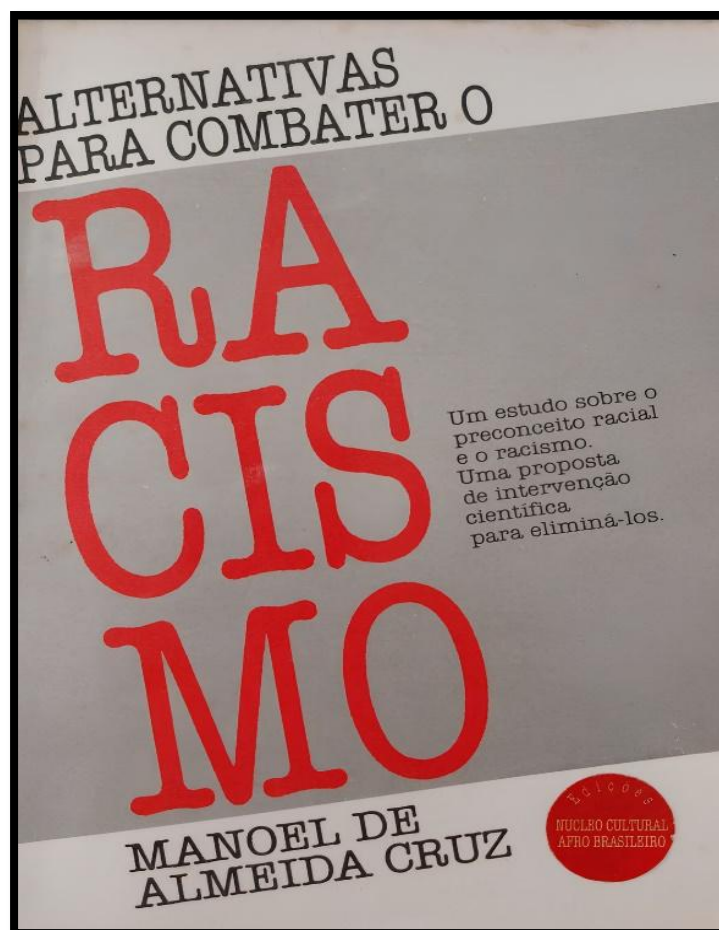
Ao que Passos considera como falha, considero aqui, como análise viva que atravessa o tempo, pois tem o ato audacioso de apreender a dinâmica, mobilidade, conflito e contradições que historicamente permeiam o racismo. A *Pedagogia Interétnica* em Manoel de Almeida Cruz considera experiências em coexistências que revelam pluriversos da existência humana; personifica a resistência e existência das raízes interétnicas na América.

Paralelamente, Passos reconhece que não apenas as propostas educacionais presentes em *Alternativas para combater o racismo*, segundo a *Pedagogia Interétnica* como o próprio Manoel de Almeida Cruz devem ser lembrados, especialmente, por ser ele, profundamente atento aos complexos efeitos do racismo no espaço escolar, sendo também um corpo negro afetado pelas questões de acesso e permanência da população negra, e indígena, no sistema educacional brasileiro.

Para memorar tal importância, Walter Passos utiliza duas fotografias. Figura 20, capa do livro *Alternativas para o combater o racismo: um estudo sobre o preconceito racial e o racismo: uma proposta de intervenção científica para eliminá-los*. Figura 21, um registro de

Tomaz Neto, nela Manoel de Almeida Cruz aparece falando a público participante do Curso de Combate ao Racismo na Escola Padre Torrend, no ano de 1988.

Figura 20: Capa do livro Alternativas para o combater o racismo



Fonte: Capa digitalizada do livro físico – Beto Cerqueira, 1989

Editado pelo Núcleo Cultural Afro-brasileiro (NCAB) e pela Secretaria do governo do estado da Bahia, o livro é resultado dos diversos cursos que Manoel de Almeida Cruz desenvolveu ao longo de onze anos, reúne todos os textos produzidos para as formações de professores, sendo mesmo produto da episteme nascida da luta. Já que toda movência para retirar das práticas pedagógicas e curriculares as lacunas dos saberes das populações negras e indígenas se deu com recursos próprios e em articulações com instituições privadas, poder público, escolas, no que a *Pedagogia Interétnica* se constituiu enquanto manifesto insurgente à inserção dos saberes emancipatórios e tratamento digno às questões étnico-raciais no cotidiano escolar.

O conjunto da obra se constitui em memórias tradutoras das lutas do movimento negro em prol da superação do racismo; memórias criadoras de práticas educativas que pela força da coletividade, apresentam-se como caminhos possíveis a uma educação emancipatória.

Figura 21: Manoel de Almeida Cruz ministrando Curso de Combate ao Racismo na Escola Padre Torrend



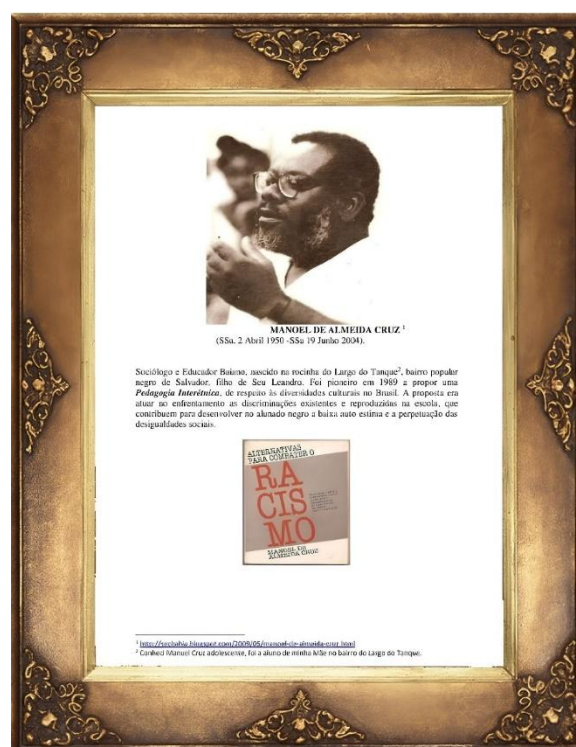
Fonte: Tomaz Neto, Dias D'Ávila-Ba, setembro de 1988

A trajetória de Manoel de Almeida Cruz tem provocativa de ato pedagógico, educador sempre lembrado pelo senso de responsabilidade e liderança, nas palavras contidas estava a elegância do dom de comunicar e dialogar. Entendia sua luta e movência como missão a ser cumprida e na centralidade das experiências inscrevia seu sobre(viver) enquanto (re)existência da qual Mirianne Santos de Almeida (2019, p. 16), imbrica ao sentido de resistência, não apenas por ser negação das desumanizações, mas principalmente por “resistir ser o (re)inventar modos de existência da vida que fissura o terreno (in)fertilizado pela padronização do ser que hierarquiza, desumaniza, (in)visibiliza sujeitos”.

Um legado que também foi lembrado em exposição virtual do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) organizada pelas professoras Ione Celeste de Sousa e Daiane Silva Oliveira sob o título “Outro Olhar sobre o 13 de maio: professores(as) negro(as) baianos(as) - 1860/1960”, com objetivo de apresentar professores negros e professoras negras baianos/as, que atuaram na Instrução Primária e Secundária, em aulas públicas e/ou privadas, na Bahia ou em outras províncias/estado do Brasil.

Manoel de Almeida aparece entre as dezenove personalidades em destaque, na foto memorial há um recorte textual baseado na publicação de Hamilton Vieira em blog, aqui já analisado e a Prof.^a Dr^a Ione Celeste de Sousa, em nota explicativa, informa que conheceu o Manoel de Almeida ainda na adolescência, e que ele foi aluno de sua mãe no bairro do Largo do Tanque.

Figura 22: Professores negros e professoras negras baianos/as, que atuaram na Instrução Primária e Secundária – Manoel de Almeida Cruz



Fonte: Exposição virtual do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB). Fevereiro, 2022

Os detalhes dessa informação coincidentemente vim a saber quando em 2022, estive participando do XI Encontro Estadual de História, apresentando o trabalho “No fluir de outras perspectivas existenciais: memórias e experiências de (re) existências presentes no processo educativo interétnico em Salvador, Bahia, 1970-1980”, no simpósio temático: História(s) da Educação: sujeitos, instituições, memórias, coordenado pela Prof.^a Dr^a Ione Celeste de Sousa.

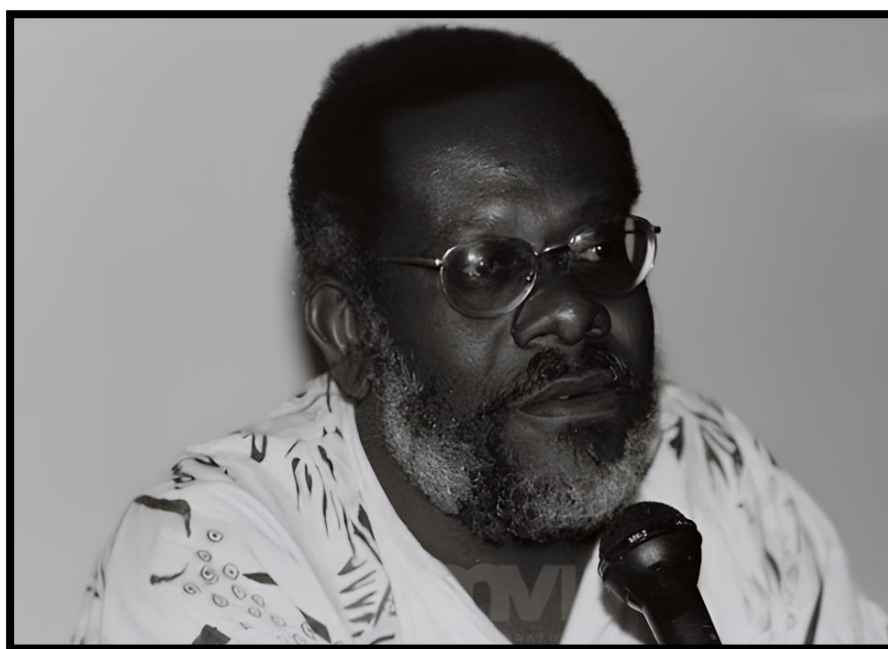
No momento das problematizações, perguntas e debates, a referida professora me contou que conheceu Manoel de Almeida Cruz no ICBA, onde costumava fazer suas pesquisas

escolares e certa feita estando nesse ambiente, o Manoel se aproximou, conversaram sobre leituras, ele a aconselhou a sempre prosseguir nos estudos, em dado momento ele passa a relatar sobre sua vida escolar e narra sobre uma professora que muito lhe marcou por chamá-lo de incorrigível. Quando ele foi descrevendo a escola, a localidade da escola e a professora ela constatou que se tratava de sua mãe.

A professora Ione Celeste de Sousa não prosseguiu com mais detalhes dessa história, mas dois pontos me chamaram atenção. Primeiro, como esse encontro ficou na sua memória a ponto de colocar essa vontade de memória em exposição que teve início em período anterior a esse encontro acadêmico. Segundo, o que era considerado “incorrigível” a uma professora. Problematizo na quarta seção a partir da noção “Pedagogia do Incorrigível”

A memória de Manoel de Almeida Cruz também é honrada pelo Coletivo de fotógrafos negros do arquivo afro fotográfico Zumvi, idealizado nos anos 1990 e ainda atuante, através de exposição virtual intitulada *Militantes Falecidos do MNU – memórias de resistências negras*, em galeria aparecem registros fotográficos de catorze militantes do movimento negro na Bahia já falecidos. O fotógrafo e arte-educador Lázaro Roberto, mais conhecido como Lente Negra, vocaliza, no tecido de sua fala, em áudio de um pouco mais de 8 minutos, o entrelaçamento de trajetórias de militantes baianos do movimento negro, dentre os quais Luiza Bairros, Makota Valdina, Jaime Sodré. A abertura da exposição é com o registro de fotográfico de Manoel de Almeida Cruz, conforme se ver abaixo na figura 23

Figura 23: Manoel de Almeida Cruz



Fonte: Arquivo afro fotográfico Zumvi. exposição virtual- *Militantes Falecidos do MNU*. s/d.

Lente Negra salienta que Manoel de Almeida Manoel de Almeida foi sociólogo e criador da Pedagogia Interétnica, o qual considera “um dos militantes pioneiros do movimento negro na Bahia ao fundar, juntamente, com outros militantes do período (1970), o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro NCAB (1974), núcleo que antecedeu o Grupo Negro” e articular estratégias de funcionamento promovendo reuniões e seminários nas instalações do ICBA.

Na exposição virtual *Militantes Falecidos do MNU – memórias de resistências negras* Lázaro Roberto, Lente Negra, compartilha narrativa ética, estética de trajetórias conhecidas, outras esquecidas, mas que tem o intento de dizer sobre complexidade das experiências do movimento negro e de seus encontros afetivos, colocando a memória em ação. Pois, como enfatiza Salles (2004, p.100), “memória é ação. No que imaginação não opera sobre o vazio, mas com a sustentação da memória.”

Assim, apreender operadores teóricos e críticos das contexturas escriturais de diários online - blogs, colocou-me diante da memória social do movimento negro, enquanto plataforma acessível que manifesta vontade de narrar/memorar própria história em diálogo direto com pessoas, que “como relatos retrospectivos, admite possibilidades alternativas à uma escrita estética que caminha lado a lado com o propósito ético do movimento inspirador dessa escritura” (Salles, 2004).

De onde reside a potência e o sentido dos diários online – blogs, analisados, enquanto fonte digital à memória que mobiliza trajetórias, tendo por base os conhecimentos nascidos na luta, experimentos e acervos que emaranham vozes à memória social pela força da palavra e faz-me encontrar nas fissuras, a construção de muitos rastros de memórias escrevíveis que insurgem atravessadas por subjetividades.

Neste sentido, meu posicionamento acadêmico, teórico, crítico, conceitual tem a provocativa e desafiadora política estética da resistência, por ser posicionamento impregnado de experiências, memórias ainda sussurram aos ouvidos, como intenso preparo da escritura do desejo: reestruturar caminhos, pelas fendas, da justiça cognitiva.

Na insurgência Manoel de Almeida Cruz e outras intelectuais negras e negros reconectam experiências de pertencimento ancestral pela enunciação e compromisso, em subverter a dominação, e (re)existir. No que dois desafios estiveram colocados: Como dar forma à ação? Embora a *Pedagogia Interétnica* fosse base epistemológica consistente à proposta disciplinar, havia que se pensar numa proposição crítica que pluralizasse e problematizasse conhecimentos únicos e universais presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 5.692/1971 que organizava os currículos de ensino de 1º e 2º graus.

Os diferentes tipos de resposta a essa questão, e a muitas outras, remete as vozes de intelectuais ligados ao movimento negro que criaram epistemes para crítica do sistema educacional brasileiro, que no cerne trazia a reprodução ideológica de embranquecimento da população negra. A exemplo da Lélia Gonzalez, não foram poucas as vezes que Gonzalez denunciava como a organização dos “currículos implementados nas instituições educacionais contribuiu para que afrodescendentes acreditassem na possibilidade de integração social através do esforço pessoal”. (Gonzalez; Hasenbalg, 1982, p. 19)

Falando de sonho, de esperança, Manoel de Almeida Cruz também tocou na ferida: “O Brasil desenvolve no Mito da Democracia Racial [...] uma técnica maquiavélica para a manutenção do preconceito racial, dando a entender lá fora que não existe racismo por aqui”. (Cruz, Tribuna da Bahia, 1985, p.13), sinalizava assim, o quanto o mito da democracia racial camufla o racismo de forma a teoricamente ser possível uma convivência harmoniosa, quando na prática os vários estereótipos construídos a partir das características fenotípicas negras, passavam a ser indicadores dos critérios de seleção e de exclusão da população negra do Brasil.

O resultado dessa negação ultrapassa o caráter da formulação teórica do mito da democracia racial, submerge implicações profundas aos grupos étnicos não-brancos, proporcionando às elites a dissimulação das desigualdades e, conseqüentemente, favorecendo a falta de consciência dos sutis mecanismos de exclusão (Gnaccarini; Queiroz, 1992).

Todas as mobilizações que ocorreram na Bahia na década de 1970 buscavam transformar os resultados decorrentes do debate em práticas efetivas de combate ao racismo nos espaços educacionais. Não são poucas as referências que trazem à tona o papel do Movimento Negro e seu protagonismo na implantação de políticas afirmativas de inclusão de negros nos mais variados setores do Brasil. Não sem razão que Nilma Lino Gomes salienta que:

Movimento Negro é um ‘produtor de saberes emancipatórios e um sistematizador de conhecimentos sobre a questão racial no Brasil. Saberes transformados em reivindicações, das quais várias se tornaram políticas de Estado nas primeiras décadas do século XXI’ (Gomes, 2017, p. 14).

Dito isto, retomo a 1985, a essa altura, a *Pedagogia Interétnica*, enquanto conjunto de saberes que se colocaram como resistência à dominação epistemológica já se constituía proposta política educacional que objetivava “fornecer instrumentos teóricos e metodológicos, que assegurassem um comprometimento com uma filosofia anti-racista, anti-etnocentrista e progressista [...] à formação de uma consciência emancipadora”. (Cruz, 1989, p. 87)

Para Manoel de Almeida Cruz na esperança residia tomada de consciência, à “forja da identidade étnica única para o país” (Munanga, 2004, p. 55) presente nos âmbitos educacionais, especialmente nas “escolas enquanto aparelho ideológico do Estado a transmitir ideologia global da estrutura capitalista, racista, machista e eurocêntrica” (Cruz, Tribuna da Bahia, 1985, p. 13).

Haveria de ser otimista que o fenômeno seria revertido a partir de intervenção crítica e produção de conhecimentos fortalecidos no reconhecimento dos grupos interétnicos como caminho de construção democrática.

No que cabe considerar a memória e a história como importantes dimensões a abordagem da memória social desse intelectual negro, em relação consigo e com sua rede de insurgências que, narradas e renarradas, possibilita compreender como a *Pedagogia Interétnica* tornou-se o que é: Manifesto Insurgente.

Quantas e quais linhas podemos crocheter nesse desafio epistemológico, político, pedagógico e ético? É essa movência do vaivém das linhas, metodologia escreviente no campo das subjetividades, que são tradutoras de outras perspectivas existenciais que dão lastros do combate ao racismo.

NO FLUIR DE OUTRAS PERSPECTIVAS EXISTENCIAIS



LASTROS DO COMBATE AO RACISMO

Seção IV

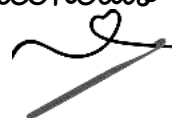




Para acompanhar a declamação pela autora do poema, basta abrir o app da câmera do celular e apontá-lo para o QR Code.



[...] As palavras escorrendo,
pulando das páginas
entrando no texto da vida
palavras tocadas, cheiradas
lambidas, arrepiadas
palavras trêmulas
diante do ápice da leitura
e em repouso
após o texto que finda em reticências



Alessandra Sampaio

Entrelinhas. In: Transbordando segredos à lua,
2021, p.59

Entrelinhas, de Alessandra Sampaio, bem como toda sua obra literária *Transbordando Segredos à lua*, localiza-se na zona de interstício entre a elaboração da terceira seção para esta quarta. Durante esse período estive à margem das condições mínimas para dar continuidade à escrita, e precisei mergulhar nas águas da maré cheia de vida, que segue forte e iluminada pela lua em suas fases, esses arquivos da memória do alívio são tecnologias sobre/vivência que atravessam essa seção – que é, eminentemente, descritiva-analítica.

A escrita das entrelinhas reticentes em Alessandra Sampaio provoca ação epistêmica de palavras que transbordam ecos vivos da memória, sendo, pois, pertinente ativar o conceito de escrevivência, de Conceição Evaristo (2017) enquanto categoria metodológica da escrita.

As águas equilibraram as lágrimas dos últimos meses do ano de 2023 em que me vi em caminhos embaraçados de questões mal resolvidas e mágoas acumuladas entre parentes que gerou sofrimento, ruídos e dor. Em meio a esse turbilhão a aproximação do período da qualificação, gerou angústia e ansiedade, questionava-me se não seria necessário a prorrogação desta etapa.

Mas, entre a raiz e a flor há o tempo. E respeitar meu limite foi respeitar o tempo da conexão comigo mesma, afastando-me das telas, retomando leituras independentes da tese e aos poucos fui cuidando do meu eu. Foi no tempo que o tempo desejou. No dizer de provérbio africano: “o tempo dá, o tempo tira, o tempo passa e a folha vira”. E a folha virou no adormecer do dia 26 de maio de 2023.

Enquanto me inquietavam os pensamentos do constructo desta seção, adormeci e de repente estava seguindo em direção a uma casa que ficava logo na entrada de um caminho, que me lembrava muito o bairro da Fazenda Grande do Retiro, local onde morei por alguns longos anos com minha família.

Adentrei como se já fosse costumeira aquela visita, na residência, diante de alguns jovens que arrumavam papeis, embalavam livros, estive com Conceição Evaristo, já com o celular em mãos, lhe confidenciava o quanto importante foi o equívoco no envio da mensagem via aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz (WhatsApp) em que eu lançava duas perguntas. O que faz a história? Como você se percebe nesse diálogo? Para as quais ela respondia, sem saber do endereçamento equivocado, solicitando-me que lhe fizesse uma visita para conversamos.

Foi uma conversa breve em que me falava muitas coisas, das quais esqueci ao acordar, o que ficou foi ela me perguntando se à noite estaria presente no evento do Bloco Afro Ilê Aiyê, que naquela noite lançava carnê do bloco para o carnaval 2024, ano em que se comemorou cinquenta anos de fundação do bloco, pois seria o momento em que continuaríamos a conversa.

Sinalizei positivamente, e já fazendo menção de me retirar, Evaristo pegou, em meio a papeladas, um exemplar de jornal, mostrava-me como caminho a seguir, mas deixava-me a curiosidade de acessar informação presente na primeira página do jornal pois incisivamente escondia sob seus dedos.

O despertar foi permeado por um misto de emoções e reflexões, por um instante, toda a cena parecia bem real. Foi consideravelmente esperado sonhar com Conceição Evaristo (2017), pois estava muito envolvida na leitura dos seus escritos, vez que já havia elegido a escrevivência como direcionamento metodológico e suas palavras estavam a “pular das páginas e entrando no texto da vida” (Sampaio, 2021).

Também a amostra do jornal, em sonho, por fazer parte da pesquisa as fontes jornalísticas presentes no Arquivo Público da Bahia, há alguns meses, pareceu-me compreensível aparecer em sonho.

A esse exercício junto a Foucault (1999), de perceber, analisar e estudar as publicações jornalísticas do período de 1970 a 1990 como discursos que mobilizam grupos, movendo e sendo movido por contradições inerentes às estruturas da sociedade e que, por isso, perpassam pela intolerância e interdições, tem sido possível problematizá-los enquanto vestígios carregados interesses, objetivos de cunho pedagógico, “em termos de percepção da realidade como de demonstração metodológica de novas formas de se compreender a educação através da utilização de jornais impressos”. (Carvalho, 2010, p. 103)

Mas, os questionamentos que lhes foram encaminhados, a princípio pareciam não fazer sentido, não são diretamente as problematizações que perpassam a tese, por longos instantes aquelas perguntas: O que faz a história? Como você se percebe nesse diálogo? Levaram-me a refletir.

O suspense quanto à informação da primeira página do jornal, cena do sonho que ficou na memória do despertar, fez sentido enquanto ato político – provocador. Esses escritos que se pretendem enquanto inscrição de memória social, ao estabelecer diálogo acerca da vida e do viver de Manoel de Almeida Cruz, elegendo a escrevivência (Evaristo, 2017) enquanto operador metodológico, realiza-se como exercício crítico de contraposição a “história única” e “seus perigos” (Adichie, 2019) centrados na lógica hegemônica colonizadora, masculina, branca e heteronormativa, em que estereótipos elegem o que são desprovidos de identidade, humanidade e dignidade. Pois se,

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada (Adichie, 2019, p. 32).

Localizar as experiências subjetivas enuncia uma história que alarga as percepções sobre representações concretas de algumas realidades, lançando enfoque no registro de vivências como espaço de reelaboração de experiências plurais, de modo orgânico, produtivo e político.

Eis aqui o exercício de manter-me viva sob os atravessamentos do meu existir, que enquanto metodologia inventiva, trinca sistemas explicativos universais, e esse modo de colocar-me no texto, possibilita como enfatiza Sueli Carneiro (2023) a transformação da minha existência enquanto mulher, negra, mãe, professora, pesquisadora e autora do conhecimento que toma a experiência como propulsora do fazer científico, sem perder a percepção de que a existência da coletividade sobrevive enquanto *ethos* pedagógico de saberes plurais que perpassam pelo autocuidado e que coloca em movência o que vivemos, sentimos e o que narramos.

4.1 DOS RASTROS DE INSURGÊNCIAS - CONTEXTOS EDUCACIONAIS PRESENTES EM SALVADOR-BAHIA DAS DÉCADAS DE 1970 A 1990

Para compor sentidos específicos desse crocheter, a movência estabelecida aqui, enseja na compreensão do cenário social e cultural do recorte espaço-temporal não meramente através do procedimento descritivo, como da problematização, dos diferentes modos de subjetivação, presentes nas narrativas jornalísticas e como essas narrativas permite conceber os jornais como plataformas de potencial pedagógico.

Embora o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro (NCAB) e seus coordenadores Manoel de Almeida Cruz e Lino Almeida tivessem certo trânsito em veículos de comunicação impressa dos jornais de ampla circulação como *A Tarde*, *Tribuna da Bahia* e *Diário de Notícias*. Há que se discorrer de como lhes foram possíveis alcançar esses espaços.

A esse respeito, Simone Borges (2022) ao tomar o jornal *A Tarde* como fonte e objeto de pesquisa no estudo da conjuntura histórica do panorama político, social e educacional, que afetou a educação escolar primária e secundária durante a implementação da LDBEN na Bahia, lembra que o fundador, “Ernesto Simões Filho ingressa na vida política através do jornalismo”. O citado jornal apregoando ao longo da década de 1960 e início dos anos de 1970, tinha como política “transformar a mentalidade do povo, na mesma proporção que as mudanças físicas urbanísticas e industriais eram trazidas a nova realidade”. (Borges, 2022, p. 133-134).

É preciso dizer ainda que ao mesmo tempo que o jornal *A Tarde* pauta-se nas inovações gráficas, técnicas, mercadológicas; na inserção, pioneira, de uma mulher assinando uma seção

e, o fato de ser forte oposição ao governo, era um grupo de comunicação jornalística que representava os diversos setores da elite baiana.

Acerca do *Tribuna da Bahia*, Danilo Patez (2024) ao realizar estudo discursivo-crítico a partir de elementos linguísticos presentes em textos dos jornais *A Tarde*, *Correio* e *Tribuna da Bahia*, aponta que o *Tribuna da Bahia*, o terceiro mais antigo jornal, tem uma atuação de respeito aos leitores e ao mesmo tempo um tom mais combativo.

No que diz respeito ao *Diário de Notícias* em Salvador, data de 13 de março de 1875, fundado pelas mãos do português Manuel da Silva Lopes Cardoso, de caráter política partidária passou, em 1940, a característica conservadora, sendo jornal que preserva o tom da manutenção da elite no poder, incluindo o apoio ao golpe civil-militar. Posteriormente, a partir de 1965 se destaca com incentivo ao âmbito cultural. Em 1979 o *Diário de Notícias* acabou fechando, embora a tentativa de reformulação editorial e gráfica, fechou as portas definitivamente em 1980.

Embora, não haja aqui preocupação central com a diagramação das notícias, mas sim com as problematizações dos conteúdos que integram essas notícias, tive que considerar, durante a análise das notícias veiculadas nesses jornais, o planejamento visual dado às comunicações impressas acerca do NCAB, dos cursos e formações ofertadas, e o próprio espaço de fala dado a Manoel de Almeida Cruz, apresenta uma distribuição, de acordo ao projeto político de cada jornal e também de acordo o contexto histórico e outras nuances.

O que justifica, a partir de uma análise geral da diagramação, que as notícias sobre o NCAB e a *Pedagogia Interétnica*, nos três jornais, fazem parte do chamado *Caderno Cultural* que tem o tom mais informativo na forma de programação ou de serviços de orientação ao leitor.

A visibilidade e consistência da notícia ainda varia de acordo ao dia da semana, publicações que se dão no domingo, por exemplo, abre mais espaço às notícias dos cursos, formações, matérias sobre a *Pedagogia Interétnica*, e afins como peças teatrais, publicações de livros que tratam das questões raciais. Durante a semana há uma perspectiva mais restrita de levar essas notícias e informações as leitoras e leitores. A variação se dá, inclusive de acordo a datas comemorativas.

É perceptível que o jornal *Tribuna da Bahia* é o que mais abre espaço para as notícias relacionadas ao NCAB, a *Pedagogia Interétnica* e questões raciais. No *Diário de Notícias*, o mais conservador entre os três jornais proporcionou uma projeção visual destaque à notícia do surgimento do Núcleo, há que se considerar que foi num período em que este jornal tinha como objetivo o incentivo à cultura.

No jornal *A Tarde* nos últimos anos da década de 1980 ao período de 1990, é que possível perceber diagramação mais visível e em destaque das notícias que são o mote das minhas análises aqui. Pertinente considerar que essas estruturas dos cadernos culturais não podem ser compreendidas de modo estanque ou isolado, matérias apresentadas em *Caderno Cultural* tem a possibilidade de ganhar desdobramentos de análises críticas, legitimando a experiência leitora, estabelecendo alcances importantes.

Este sim, meu maior ponto de interesse nesta escrita, porque me apresenta indícios de que o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro alcançou esses espaços dos jornais de grande circulação através da rede de insurgências que mantinha. A exemplo do importante atuação de Hamilton Vieira na imprensa, pois trabalhou no *A Tarde*, *Tribuna da Bahia* e *Correio da Bahia* levando de forma pioneira para esses jornais, o debate das questões raciais¹⁵³. Além dele, o próprio Lino Almeida, atuante na comunicação em rádio, consegue estabelecer contatos para ocupar esses espaços.

Assim, começo de um ponto alto do entrelaçamento dessa tecitura, o transbordamento e reconexão profunda que atravessa o tempo, Salvador é a memória ancestral de africanos na diáspora e de povos originários a qual se conecta através de seus lugares e relevos, seus alimentos, seus hábitos e seus modos de comunicar, em “pretoguês”, sendo ela mesma corpo amefricano.

Amefricanidade, mais que indicar a experiência comum com a escravidão, a dominação e a exploração, tem na resistência sua centralidade, é categoria histórica e geográfica que permeia a elaboração de outras noções para repensar a memória social (Gonzalez, 1988), a geografia, as subjetividades, as epistemes e o próprio poder, que ao tensionar o colonialismo, abre possibilidades de resistências aos processos de “representações produzidas antes e posteriormente ao período colonial sobre a população negra”, das quais o *dispositivo de racialidade* se beneficia para promover a ausência do negro nas práticas discursivas, ou seja, intelectuais negros deixam de ser qualificados como *autoridades dos saberes* sobre os negros e passam a ser apenas *fontes de saber* (Carneiro, 2023, p.138).

No que *Amefricanidade* permite “reafirmar a particularidade das experiências na América”, como também “ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico”, para perspectivas de entendimento aprofundado da América (Gonzalez, 2018, p. 332).



¹⁵³ Morre o jornalista Hamilton Vieira, defensor dos temas negros na imprensa baiana. In: **Redação Correio Nagô**. Disponível em: <https://correionago.com.br/portal/morre-o-jornalista-hamilton-vieira-defensor-dos-temas-negros-na-imprensa-baiana/>. Acesso em 04/out.2024

É assumindo a *Amefricanidade*, que se ultrapassa a visão mitificada da África, para dizer da realidade de amefricanos que nos fios descontínuos, identificam na diáspora, a autonomia para práticas e pensamentos que rejeitam os modos de subjetivação impostos pelo *dispositivo de racialidade*, mobilizando mecanismos coletivos de insurgências e rompimento com a “condição de reféns de discursos de dominação racial” (Carneiro, 2023).

Insurgências construídas a partir dos rastros de sujeitos que deixaram suas marcas, enquanto testemunhos, vozes insurgentes ao movimentarem-se por caminhos de saberes, epistemologias, encarnando com suas vidas o “caráter emancipatório, e reivindicativo, que caracteriza o Movimento Negro como importante ator político e educador de pessoas, coletivos, e instituições sociais ao longo da história” (Gomes, 2017, p.23).

Assim, nas dimensões mais reveladoras do Movimento Negro que jovens intelectuais negros e negras, durante a década de 1970 colocaram-se em movimento nas ruas, nas universidades e nos grupos de estudos, em consonância com a movência que se dava por todo Atlântico. Seja nas lutas pela descolonização, particularmente nas ex-colônias portuguesas Angola e Moçambique, seja no movimento beat, de Fela Kuti, ou na voz de Miriam Makeba. Seja na figura inspiradora de Bob Marley a insurgir-se através do reggae e do rastafarianismo (Albuquerque; Fraga Filho, 2006).

Nacionalmente a liberalização do regime militar durante os anos de 1970, a princípio denominada de distensão, seguia marcada por pequenos avanços e recuos, transparecendo mesmo a tentativa de instaurar uma democracia conservadora. Como sugere Boris Fausto (2009, p.490) “a democracia relativa era uma meta buscada por grupos castelistas desde 1964”. Na metade da década de 1970, essa relatividade dizia de “evitar que a oposição chegasse muito cedo ao poder e, ao mesmo tempo, evitar ameaça contínua de retrocesso diante as pressões da linha-dura” (Fausto, 2009, p.490).

Neste cenário nacional, o ressurgimento gradual de movimentos políticos e sociais, levou intelectuais negros e negras, juntamente com uma nova geração com formação superior, a movimentar atuação política, cultural por interpretação histórica que levasse à compreensão da realidade da população negra e sua relação com a diáspora africana. Conforme salienta Paulina Alberto (2017) “a democracia racial deixava de ser caminho para a inclusão”, e revelava-se como “miragem insidiosa que disfarça uma paisagem sombria e violenta de racismo” (Alberto, 2017, p.338).

Embora, diferentemente do contexto nacional em que o Movimento Democrático Brasileiro - MDB, partido de oposição ao governo, gradativamente se tornava expressão de representação política, especialmente no Senado, em 1974. No poder executivo estadual e

municipal de Salvador, a Aliança Renovadora Nacional - Arena se constituía força majoritária, mantendo seus aliados nos cargos de governador e prefeito através de voto indireto.

O que de modo algum foi impeditivo à composição epistemológica do Movimento Negro, que naquele contexto histórico, rasurava o contrato social que hierarquiza sujeitos negros e não negros no país (Carneiro, 2023) para “reeducar e emancipar a sociedade, a si próprio e ao Estado, produzindo novos conhecimentos e entendimentos sobre as relações étnico-raciais e o racismo no Brasil” (Gomes, 2017, p. 38).

Cabe dizer que no decorrer da década de 1970, a Educação aparece como uma das grandes preocupações dos setores sociais, considerando que pela Lei de Diretrizes e Bases nº 5.692, de 11 de agosto de 1971¹⁵⁴, a educação passa a ser pensada preponderantemente, a partir do ensino de 1º e 2º graus como necessária ao “desenvolvimento de potencialidades dos estudantes, autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania” (Lei n.º 5.692/71, Art. 1.º).

“A implantação na Bahia da Lei nº 5.692/1971, deu-se através do agrupamento das escolas primárias e ginásios em complexos de ensino de 1º grau” (Nunes, 2008, p.221). O secretário de Educação e Cultura até 1974, Rômulo Galvão, tomando por base as normas para implantação do sistema instituído pela Lei n. 5692/1971, publicado em Diário Oficial da União em 22 de janeiro de 1974, e em acordo com a lei Federal do ministro Jarbas Gonçalves Passarinho, Lei nº 3.095, de 26 de dezembro de 1972, publicizou no jornal *A Tarde* no último ano do seu secretariado, as Diretrizes educacionais na Bahia.

Tais Diretrizes estiveram no escopo da reforma e reorganização da Secretaria da Educação e Cultura, que buscava dentre outras medidas descentralizar a administração educacional, ao criar as Coordenadorias Regionais de Educação e instituir o Centro de Educação Técnica da Bahia – CETEBA – em Salvador e faculdades nas cidades interioranas para formação de professores (Cartilha Histórica da Bahia, 1971, p. 93).

Há que se considerar que o texto lei (Lei n. 5692/1971) colocou nas entrelinhas o objetivo do desenvolvimento econômico sem carregar em seu bojo o anseio por educação emancipatória, antes, ao ordenar as etapas de ensino por uma horizontalidade em graus, colocou em evidência a inabilidade da aplicabilidade, demarcou desigualdades nas políticas de acesso e



¹⁵⁴ Iure Barros (2023) ao estudar a história da educação do Colégio Central da Bahia, a partir da materialidade e da cultura escolar, em sua dissertação intitulada *Colégio Central da Bahia: conflitos e resistências na história da educação (1964-1985)*, salienta que em 1971, a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, foi pautada em estratégias de controle, o autor defende que mais que projeto educacional, pretendia-se ser controle ideológico da nação

oportunidades educacionais e, assegurou “privilégios a uma estrutura social hierarquizada segundo parâmetros raciais e de classe” (Carneiro, 2023, p.106).

Os indícios para estas considerações partem das análises das publicações presentes no jornal *A Tarde*, atravessa todo o período dos anos de 1970, deixando evidenciado uma sistemática propagação, através da *Coluna Educação*, das medidas, reorganizações, formações, e diversas outras ações adotadas pela Secretaria da Educação e Cultura, com vista a difundir a ideia de que a reforma do sistema educacional estava ali amplamente discutida.

Como se pode observar no trecho jornalístico do final da década de 1970, publicada na *Coluna Educação* intitulada “Atualização dos Currículos”, uma das pautas mais recorrentes pela aplicabilidade da Lei n.5692/1971 na Bahia, vez que dentre as modificações estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases, seu Art. 3º dizia justamente das “flexibilidades dos currículos”.

A atualização dos currículos é uma providência que faz urgente e necessária, sobretudo para corrigir a ‘cultura inútil’ que se incorporou nos programas das disciplinas ou áreas de estudos que integram os currículos. Os alunos precisam aprender um mínimo indispensável, caso as nossas escolas continuem pretendendo ‘prepará-los para a vida’. [...] É preciso, pois que os especialistas e técnicos meditem sobre a necessidade de reformular o currículo das nossas escolas (Gouveia, Rômulo. *A Tarde*, Salvador, p.12, 24 set. 1979).

Sobre a flexibilização dos currículos o colunista Hermano Gouveia, expõe uma preocupação com o “preparo para a vida”, que para ele dizia de “saber ler e escrever a língua Pátria” como discorre ao longo do texto publicado.

O que fica nas entrelinhas das colocações do colunista é que ainda no final da década de 1970, a prática das diretrizes educacionais estabelecidas na Lei nº 5.692/1971, estavam por ser fomentadas. No que o “preparo para a vida”, ou seja, o preparo para a vida no mercado de trabalho, urgia, pois, um currículo voltado para o que denominou de “cultura inútil”, não se alinhava ao “redesenhamento”, marcado por processos de industrialização, que Salvador e Região Metropolitana estavam passando, através de “implantações do Centro Industrial de Aratu, – CIA -, e do Complexo Petroquímico de Camaçari, - COPEC” (Silva, 2008, p.96).

Tal perspectiva de preparo para o mercado de trabalho não era proposta estanque à década de 1970, pois, como aponta Barbosa (2021, p.53) a essência da educação para o trabalho, na realidade da Educação brasileira sempre esteve em voga, e, exemplifica pontuando como os projetos de ginásios “polivalentes”, no início dos anos 1960 teve como objetivo principal, para com os discentes, a educação para o trabalho.

Mas, cabe pontuar que, durante o período de 1970, transcorrendo até a década de 1980, o “redesenhamo de Salvador” e Região Metropolitana de Salvador – RMS, via industrialização, gerou um aceleração do crescimento demográfico, pelo contingente populacional que movido por expectativas de melhores oportunidades de trabalho deslocam-se para Salvador e Região Metropolitana, o que em uma década transformou a paisagem urbana da capital baiana tanto espacial, quanto socialmente (Silva, 2008), especialmente em âmbito educacional.

Essas mudanças desembocaram no desordenamento da oferta de ensino de 1º e 2º grau, conforme foi possível acompanhar a partir da análise do contexto educacional da Bahia pelas publicações presentes na *Coluna Educação* do jornal *A Tarde*, durante todo o período da década de 1980, notícias sobre excedente de estudantes matriculados frente a insuficiente quantidade de unidades escolares, sobre falta de professores, sobre defasagem salarial dos professores, este último fator teve consequentes deflagrações de greves, que marcam todo o ano de 1984, fato que gerou uma notícia intitulada “Greves repetidas prejudicam ensino nas escolas baianas”, publicada no jornal *A Tarde* em maio de 1984. “O ensino na Bahia está sendo prejudicado por uma série de greves de estudantes e professores, a exemplo da que será iniciada hoje pelos que ensinam nas escolas da rede particular”. (O ensino [...] A tarde, Salvador, 03 mai. 1984)

Esse sobrevoo preliminar do contexto educacional das décadas de 1970 a 1980 revela que na prática, a exigência de um sistema educacional que mantivesse na escola todos os indivíduos da faixa etária dos 7 aos 14 anos, ainda não era realidade, pois havia que se elaborar currículos com duração de oito anos; construir, em caráter de urgência, ambientes escolares, e, estabelecer ações para formação de professores.

Além disso, está posto que as políticas de acesso à distribuição das oportunidades educacionais, carregava a violenta marca do passado colonial e escravocrata, e, por isso, buscavam assegurar o enraizamento do *dispositivo de racialidade*, ao destituir a dimensão ontológica humana, apegando-se a dimensão ôntica do Ser pessoas negras. (Carneiro, 2023)

Aqui revela-se uma Améfrica permeada pelo “racismo epistêmico em que o branco é definido como sinônimo de humanidade completa” (Gonzalez, 2018, p.27) e que, por isso, performa as dimensões das marcas colonialistas presentes na cidade. A esse respeito, esteve atenta a colonista Angelina Nascimento, que em retrospectiva dos vinte anos de fundação do *Jornal da Bahia* reuniu, em agosto de 1978, uma série de reportagens a partir de dois questionamentos: *Onde está o preconceito? Na cor ou na posição social?* Tensionando, a partir de uma perspectiva interseccional, já na chamada do conjunto de reportagens, são considerados:

Pode parecer paradoxal que uma das populações mais mestiças do país com a de Salvador manifeste ao mesmo tempo, um grau tão elevado de preconceito de cor. Negá-lo é impossível. O preconceito e suas várias manifestações, já não estão apenas nas senzalas. Alcançaram os clubes sociais, os cinemas, as escolas e até as ruas. [...] Nestas reportagens retrospectivas há depoimentos chocantes com a de um operário que só se sente preto na casa de branco rico. E de uma professora que sonha em abrir um colégio particular, mas teme que as mães não confiem na competência de uma diretora escura. E ainda o depoimento de uma colunista social contando passagens racistas nos clubes sociais de Salvador (Nascimento, Angelina. *Jornal da Bahia*, Salvador, Reportagem 9, 06 ago. 1978).

Para discorrer respostas aos questionamentos que intitulam a matéria, Nascimento recorreu a profissionais de diversas formações professores, psiquiatra, antropólogo e advogada, mas o destaque da matéria é a reportagem intitulada “Criança negra não entra em escola de branco”, a notícia dá conta de que “a alta roda” da sociedade soteropolitana estava “mudando seus pontos de encontro” por conta da presença de pessoas negras em clubes de Salvador. Na sequência passa a discorrer:

Há poucos dias, uma das diretoras do Colégio Girassol, Rosa Silvany, matriculou uma garota que havia sido recusada por várias escolas da cidade. Motivo, exercia a função de babá. Sua patroa querendo lhe oferecer instrução equivalente à de seus filhos, no turno em que estes estudam esbarrou com vários ‘sinto muito’. Estes fatos recentes, somados ao badalado episódio ocorrido num edifício da Barra, resultante da proibição do uso do elevador social a pessoas de cor, são suficientes para demonstrar que a discriminação de raça ou classe ainda é problema insolucionado. (Nascimento, Angelina. *Jornal da Bahia*, Salvador, Reportagem 9, 06 ago. 1978).

A matéria prossegue com análises do sociólogo Joviniano Neto situando as mobilizações de caráter político em São Paulo, paralelamente ao caráter cultural dos movimentos ‘black power’, ‘black soul’, ‘black is beautiful’ que aconteciam no Rio de Janeiro, como movimentos de denúncias ao racismo, que se faziam importantes. E salienta, “o racismo continua, quando se acelera o processo de democratização”, a “elite brasileira não confia no seu povo [...] por não descender de ingleses, nem holandeses preferem antes acreditar que seu povo “não poderia se governar porque seria irresponsável, atrasado, preguiçoso, malandro” (Joviniano Neto, *Jornal da Bahia*, Salvador, Reportagem 9, 06 ago. 1978)

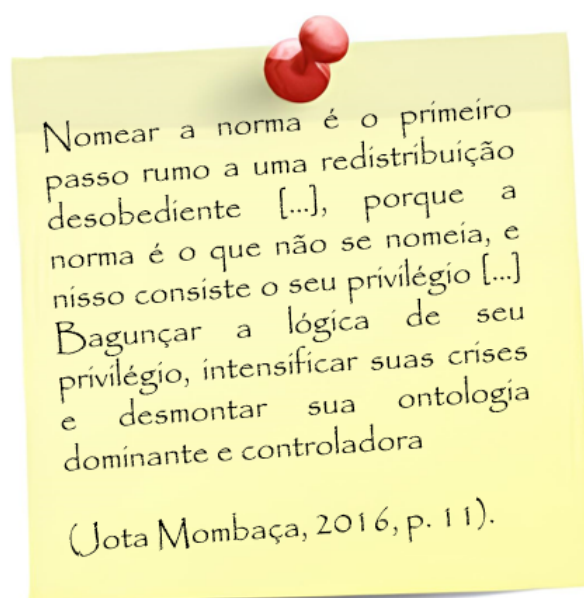
Curiosamente, ou estrategicamente, para manter lugar de neutralidade aos episódios da presença negra nos mais diversos espaços de sociabilidade, Joviniano Neto não cita movimentos de denúncia ao racismo que no período estavam florescendo em Salvador a exemplo do bloco afro Ilê Aiyê, a exemplo do Núcleo Cultural Afro-Brasileiro e do próprio

Movimento Negro Unificado, dando conta que em Salvador o cultural era político, o político era cultural.

Contudo, há que se destacar que o entrevistado deixa nas entrelinhas de suas falas que a “hierarquização, pautada no cada um no seu lugar”, em Salvador não estava mais sob o controle da “alta roda”, ainda que a vértice do que seria inferior e do que seria superior provocasse profundas marcas nas subjetividades de pessoas negras como do “operário Pedro dos Santos que declarou que “minha pequena é branca, e gosta de mim [...] em casa de branco rico é que eu me sinto preto”, e da doméstica, Luzia Cortes que disse “meus patrões me tratam bem, mas eu conheço meu lugar” (Onde [...] Depoimentos, Jornal da Bahia, Salvador, Reportagem 9, 06 ago. 1978).

Qual seria o lugar da criança negra rejeitada em várias escolas? Uma garota que trabalhava como babá, possivelmente tão criança quanto as crianças que cuidava, que morando na casa da patroa, possivelmente internalizava o branqueamento, ao ser tratada como quase uma filha, já que teve a oportunidade de “instrução equivalente aos filhos da patroa”, mas estudar no mesmo turno, lhe conferiu no espaço escolar, a mesma tratativa dada aos filhos da patroa? Ou esteve ali objetificada como a “babá de estimação” (Gonzalez, 2018, p.197).

Em uma estrutura social hierarquizada por atravessamentos raciais, de classe e gênero, os “sinto muito”, tinha dentre outros significados o de que cada um no seu lugar, e para uma criança negra que trabalhava como babá o lugar que lhes apresentavam era o lugar feito em silêncio, implicado no processo de negação ao acesso à educação, produção de inferiorização intelectual e rebaixamento da sua capacidade cognitiva” (Carneiro, 2023, p. 88).



Mas, parafraseando Sueli Carneiro (2023, p. 139) onde existe poder, existe insurgência, pois existe a vida que excede a lei e o Estado e que se materializa em rupturas nos campos da produção do saber, propondo o reconhecimento da multiplicidade epistemológica. É neste sentido que a Educação ganha força na pauta dos movimentos sociais, e especialmente no Movimento Negro tem seu marco já na década de 1970. A esse respeito, Ivan Costa Lima (2017) pontua que “o ressurgimento das organizações do Movimento Negro no Brasil, nos anos de 1970”, traz à tona “a educação como uma das políticas públicas indispensáveis para a organização dos setores marginalizados” (Lima, 2017, p.46).

Para tanto, houve que destacar a especificidade da luta contra o racismo pautado no “contrato racialmente homogêneo, em que os instituídos como desiguais, sob a égide de um contrato social ideal e supostamente neutro, estavam expostos as mais diferentes violências raciais” (Carneiro, 2023, p.35), o que em Gomes (2017) fica enfatizado ao dizer:

Ao emergir no cenário nacional e político destacando a especificidade da luta política contra o racismo, o Movimento Negro buscou na história a chave para compreender a realidade do povo negro brasileiro. Essa nova interpretação da trajetória dos negros no Brasil são aspectos que distinguem o Movimento Negro dos demais movimentos sociais e populares da década de 1970. (Gomes, 2017, p.48).

Foi sob as lacunas de interpretações históricas em diretrizes educacionais em voga, que diversas organizações ligadas ao Movimento Negro, lançaram críticas a realidade racial presente na Educação. Neste contexto que, como foi debatido na seção anterior, surgiu em 1º de agosto de 1974 o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro,

O NCAB atuava nas brechas da convicção, que nos idos de 1970 ainda era compartilhada, de que não havia racismo no Brasil. E na Bahia não era diferente, a crença na harmonia racial, gerou uma matéria no jornal *A tarde* em 12 de fevereiro de 1975, logo após a primeira apresentação nas ruas, no carnaval de 1975, do Bloco Afro Ilê Aiyê.

Conduzindo cartazes onde se liam inscrições tais como: Mundo Negro, Black Power, Negros para Você etc., o bloco Ilê Aiyê apelidado de Bloco do Racismo proporcionou um feio espetáculo neste Carnaval. Além da imprópria exploração do tema e da imitação norte-americana [...] os integrantes do Ilê Aiyê – todos de cor – chegaram até à gozação dos brancos e das demais pessoas que os observava do palanque oficial. Pela própria proibição existente no País, contra o racismo é de esperar que os integrantes do Ilê voltem de outra maneira próximo ano e usem outra forma natural liberação de instinto característico do Carnaval. (Bloco [...], *A Tarde*, Salvador, 12 fev. 1975).

A Lei de Segurança Nacional, de 29 de setembro de 1969, ainda vigente, criminalizava não necessariamente o racismo, mas qualquer tentativa de debate público sobre o racismo e qualquer reivindicação da existência negra. O que veio a ser incomodo ao colunista não identificado é que, exatamente no Carnaval, sempre apresentado como maior exemplo da harmonia racial no país, o bloco Ilê Aiyê atravessou a avenida carnavalesca de Salvador, manifestando reconhecimento da ancestralidade, pertencimento racial, cantando: “*Que Bloco é esse? Ilê Aiyê. Eu quero saber... Ilê Aiyê. É o mundo negro, que viemos cantar para você...*”.

Eis que a Coluna intitula como “Bloco racista, nota destoante”, afirmando que: “não temos felizmente, problema racial. Esta é uma das grandes felicidades do povo brasileiro”. (Bloco [...], A Tarde, Salvador, 12 fev. 1975). Na narrativa da harmonia étnico-racial, aparecem muitos adjetivos como: “todos de cor”, “liberação de instinto”, “agentes de irritação”, “põem o rabo de fora”, escancarando a nota entoante do racismo que visava desqualificar a atuação do bloco Ilê Aiyê naquele carnaval de 1975, por rasurar publicamente o contrato racial em que “os instituídos como desiguais” (Carneiro, 2023), teciam ali a reapropriação da força vital da cultura negra, retirando-a da subjugação que sustentava a dita harmonia racial, ao colocarem no espaço público um agrupamento “[...] formado exclusivamente por negros, com um estilo africano, com músicas próprias e portando cartazes alusivos à questão racial” (Bacelar, 2003, p. 232).

No que a demarcação do viés intelectual defendido pelo Núcleo Cultural Afro-Brasileiro NCAB, ou a “resposta mais científica” a que Cruz (Entrevista- janeiro, 2003. Entrevistador: Ivan Costa Lima. Salvador, 2017, p.97) se referia, foi a de enfatizar a crítica à democracia racial, mobilizando a tematização das relações étnico raciais não como mera reflexão, mas como produção de saber e tecnologia amefricana de insurgência.

A problemática do negro brasileiro, como raça atingida pelos preconceitos raciais e econômicos, vem sendo estudada e discutida por um grupo pioneiro na Bahia, formado em sua maioria por elementos negros, o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, com sede provisória no ICBA, vem promovendo seminários, debates, cursos visando ‘trazer ao negro brasileiro a consciência de sua negritude’. [...] Não assumir a negritude, baseado numa pseudo-assimilação da raça branca. [...] tem raízes históricas bastante profundas, ainda na cultura colonialista, que trouxe uma alienação ética e estética. Por exemplo, já está convencionalizado que tudo que é feio é preto (Núcleo [...], Tribuna da Bahia, Salvador, p. 3, 15 dez 1975).

No corpo textual da matéria publicada com o título “Núcleo Cultural deseja conscientizar o negro”, é possível ler declarações na primeira pessoa do plural, dando conta que um ou mais membros do NCAB foram entrevistados para a elaboração da matéria. Ainda que

não tenha sido possível identificar os possíveis membros entrevistados, coube ali a ênfase em três pontos: o primeiro, “[...] não somos um grupo racista. Nosso núcleo está aberto a qualquer um independente da raça ou formação cultural”. Segundo ponto, destaca que a não conscientização leva à própria negação da condição de sujeito, “se acostuma aos padrões de beleza e bondade [...] para assim branquear-se, conduzindo-o a uma situação de pária social”. Por último, não menos importante, pontua “o núcleo nunca, recebeu nenhuma ajuda oficial e se mantém através dos recursos que parte dos seminários e cursos” (Núcleo [...], Tribuna da Bahia, Salvador, p.3, 15 dez. 1975).

Neste sentido, que tecnologia amefricana de insurgência é entendida aqui como ato de resistência contra hegemônica a partir de corpo político em movimento e transformação, que ao manusear os algoritmos da redução/ negação presentes no *dispositivo da racialidade*, produz insurgências.

A apresentação da proposta do Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, em destaque na matéria “Núcleo Cultural deseja conscientizar o negro” de 15 de dezembro de 1975, colocou em xeque como “a redução empreendida pela racialidade transforma a negritude do negro em essência do ‘sujeito negro’, como sugere Carneiro (2023, p.129) um sujeito entre aspas, pois redundando na própria negação da condição de sujeito”.

Ao pautar situações-limite da perda de humanidade e de autoflagelo a que o racismo conduz o negro “a sua auto rejeição”, a ponto de “frequentar salões de beleza a fim de espichar o cabelo para assim branquear-se” (Núcleo [...], Tribuna da Bahia, Salvador, p. 3, 15 dez. 1975). Fica subjacente a denúncia dos efeitos persistentes da racialidade sobre a força vital da corporeidade e a reivindicação de uma consciência estético-corpórea como estratégia de resistência que não está dissociada das experiências vividas por dois dos fundadores do Núcleo Cultural Afro-Brasileiro- NCAB, como relataram ao Ivan Costa Lima em janeiro de 2003.

Primeiro, que a gente viu o seguinte, somos negros, somos discriminados, mas ao lado do negro tem outros grupos étnicos que também são discriminados, por exemplo, o índio, o próprio cigano, então a nossa pedagogia não ficou centrada somente na raça negra, não é uma pedagogia a exemplo, como prega Maulana Karenga lá nos Estados Unidos, afrocentrada ou afrocentrista, a nossa pedagogia é interétnica (Cruz, Manoel de Almeida. Entrevista- janeiro, 2003. Entrevistador: Ivan Costa Lima, 2017, p.99)

[...] A minha descoberta de ser negro, no meu caso, meu, do meu grupo especificamente, que foi o primeiro grupo negro na Bahia a reivindicar politicamente espaço da comunidade negra, a lutar politicamente contra o racismo, a definir claramente qual é a cara desse país e a cara desse Estado, se deu inicialmente a partir do corpo (Almeida, Lino. Entrevista- janeiro, 2003. Entrevistador: Ivan Costa Lima, 2017, p.72)

Entre a consciência da negritude e a descoberta de ser negro, as falas de Manoel de Almeida Cruz e de Lino Almeida nos permite dizer que nos idos dos anos de 1970, ao formarem o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, reinscreviam suas existências propondo, em termos de tecnologia amefricana, “luta política contra o racismo” (Almeida, Lino. Entrevista- janeiro, 2003. In: Lima, 2017, p.72), através de insurgência cultural, ou seja, a cultura compreendida enquanto campo de insurgência política, operacionalizou a formulação do manifesto insurgente: “a nossa pedagogia é interétnica”. (Cruz, Manoel de Almeida. Salvador, Entrevista- janeiro, 2003. In: Lima, 2017, p.99)

Mas, até chegar à noção de *Pedagogia Interétnica* (1978) houve que se estabelecer os caminhos e alianças possíveis ao reconhecimento de epistemologias produzidas por subjetividades que colocavam em xeque a função estratégica, sobretudo apaziguadora da democracia racial às tensões étnico-raciais.

O racismo à brasileira, permeado em modos de subjetivação disponibilizado pelo *dispositivo de racialidade*, pautava-se em “estereótipos amplamente conhecidos: pai Tomás e a mãe preta; o malandro e a mulata; o menor e o marginal; o negro *entertainment*; os negros estilizados; o intelectual subalterno; o ativista” (Carneiro, 2023, p.337), ou seja, seguia fixando identidades para manter o disfarce da harmonia racial. Como é possível acompanhar em matéria de 14 de maio de 1975 do jornal *A Tarde*, com anúncio de concurso cultural intitulado Folclore do Negro.

Foi lançado ontem, Dia da Abolição, pela Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, o concurso Folclore do Negro, para alunos do primeiro grau de todo o País. Sob patrocínio do Programa de Ação Cultural, o concurso concederá prêmios no valor de Cr\$ 5 mil, Cr\$ 3 mil e Cr\$ 2 mil, ao primeiro, segundo e terceiro colocados (Folclore [...], *A Tarde*, Salvador, p.5, 14 mai. 1975).

Um dia após as comemorações dos oitenta e sete anos da abolição, naquele contexto, ainda era data referência, é perceptível e evidenciado pelo próprio título da matéria que a cultura afro-brasileira é vista segundo a perspectiva do folclore, como pontuou Gonzalez (2020, p. 247) “seja como produção menor ou produção artesanal”, a intencionalidade é reproduzir simultâneo movimento do reforço de controle da História, em acordo com táticas de manutenção de poder e saber.

Uma história falada pelos racialmente hegemônicos, é uma “história única” (Adichie, 2019). Como dão indícios o próprio jornal *A Tarde* que na edição do dia anterior, 13/05/1975,

publicou matéria das principais atividades que marcariam as comemorações da data, com título “‘13 de maio’ deve ser lembrado para novas conquistas”.

Dentre as atividades, palestra do psiquiatra George Alakija sobre “A Terceira Emancipação do Negro” promovida pelo Centro de Estudos Afro-Orientais, e palestra com professor Elísio Brasileiro, promovida pelo Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, com a temática “O negro na estrutura atual da sociedade brasileira” (13 de maio [...], *A Tarde*, Salvador, p.3, 13 mai. 1975).

As duas edições dialogam entre si, no sentido de manter o bom andamento da dita harmonia racial. Na edição do dia 13 de maio, a matéria deixa de focar nas propostas das palestras, trazendo entrevista com o Thales Azevedo que declara à época: “a Abolição da Escravatura em 13 de maio de 1888 deve ser sempre tomada como ponto de partida para novos progressos na emancipação de todos os brasileiros”. E prossegue: “[...] ainda que os brasileiros nunca alimentassem preconceitos raciais veementes, o processo que se pode denominar de emancipação tem sido lento e dificultoso, com as condições de educação, de renda baixa, e de falta de habilitação profissional desse grupo” (Azevedo. Thales, *A Tarde*, Salvador, p.3, 13 mai. 1975).

Ao analisar o “preconceito” e “o negro de hoje” Thales de Azevedo coloca a educação e a “promoção social das camadas desfavorecidas, [...] particularmente o negro” (Azevedo, Thales, *A Tarde*, Salvador, p.3, 13 mai. 1975) como fatores que garantiriam as novas conquistas que se somariam ao ponto de partida: a abolição da escravatura.

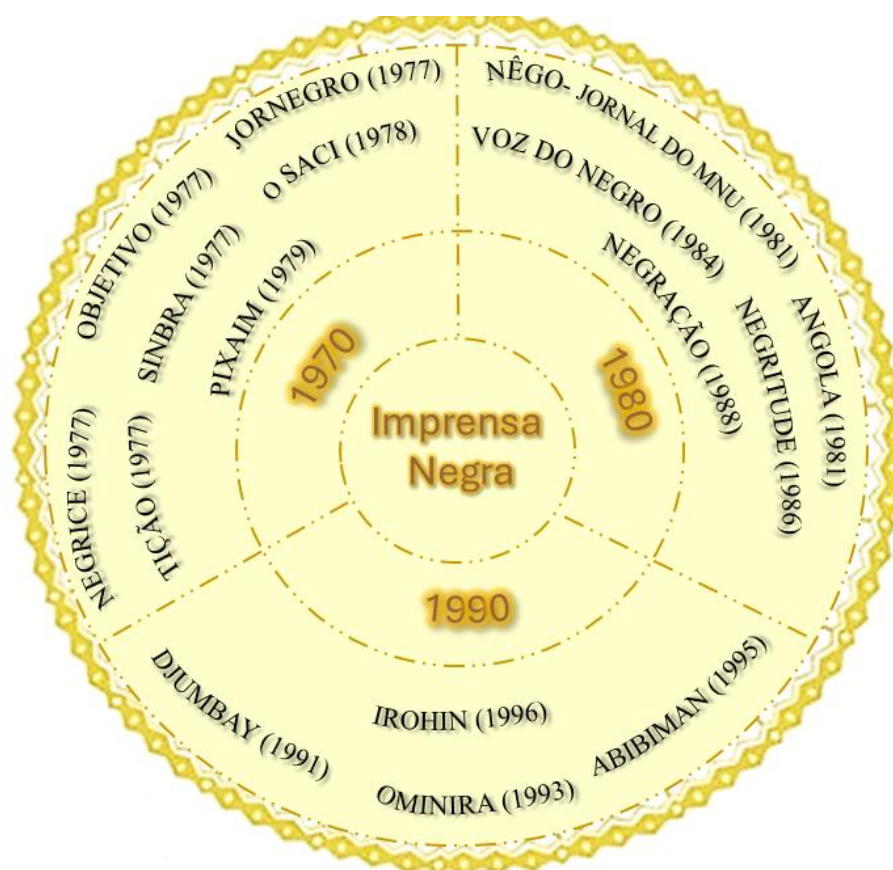
Deixando explícito os indícios de como “o dispositivo de racialidade em suas articulações estratégicas com o epistemicídio”, (Carneiro, 2023, p. 309) encontra na imprensa a especificidade do contrato racial, em que os racialmente hegemônicos engendram representações construídas sobre os racialmente diferentes, numa lógica em que a “falta de habilidade profissional” só seria superada com as “condições de educação”. Ao tempo que, as novas conquistas à população negra se dariam sob tutela de uma sociedade da qual “todos brasileiros se consideram um só povo que convive tranquilamente”, portanto, a superação de certas dificuldades aconteceria, se mantidas na negação da racialidade enquanto fator de subordinação e exclusão social (13 de maio [...], *A Tarde*, Salvador, p.3, 13 mai. 1975).

Demarcando bem “a esperança branca à brasileira”, a qual se referia Lélia Gonzalez, a esperança que “considera o Brasil como modelo de harmonia racial” (Gonzalez, 2020, p.213). Uma “esperança” de que no jornal *A Tarde*, davam indícios do entrelaçamento de um projeto que operava a tática de dominação através do silêncio e silenciamento da existência da

discriminação racial no Brasil; e, de produção da farsa da harmonia racial através de imagens, significações para formar sujeitos e subjetividades estereotipados.

Não sem razão Manoel de Almeida Cruz junto ao Núcleo Cultural Afro-Brasileiro adota estratégia de resistência conhecida pelo Movimento Negro: a comunicação jornalística como um lugar especial de produzir conhecimento, fazer circular e educar. Não são poucas as referências de impressos que podemos chamar de Imprensa Negra, que adotava estratégia pedagógica de ampliação do repertório de representações de sujeitos negros, a partir da crítica/denúncia dos estereótipos racistas presentes na sociedade e que na década de 1970, tomam como pautas centrais a desmitificação da democracia racial e a denúncia do racismo estrutural. Alguns exemplos.¹⁵⁵

Figura 24: Representação circular de alguns impressos 1970-1990



Fonte: Elaboração da autora.

São periódicos em que “o esforço coletivo de controlar os códigos da dominação e subvertê-los” era característica dos jornais da Imprensa Negra no século XIX, que atravessa o



155 É possível acessar alguns desses jornais, a exemplo do Nêgo-boletim informativo do MNU/Bahia, em formato digital disponibilizado no acervo digital Negritos. <https://negritos.com.br/>

século visando “formular fala própria e pública, ainda que não alcançassem simultaneamente todo território nacional” (Pinto, 2008).

Contudo, o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro ao não criar um periódico próprio, estabeleceu atuação educadora pública, pelas fendas não pensadas de saberes e poderes que beneficiam o *dispositivo de racialidade*, em jornais de ampla circulação como o próprio jornal *A Tarde*, e com mais frequência nos jornais *Diário de Notícias*, *Jornal da Bahia* e *Tribuna da Bahia*. Pois, se a compreensão da farsa da democracia racial, deveria ser buscada na história (Gomes, 2017), os modos de existências, os processos de subjetivação passavam a ser aprendidos nas mais diferentes dinâmicas de poder e saber.

Um entendimento que alguns anos depois, seria postulado como um dos métodos de pesquisas da *Pedagogia Interétnica*, denominado como método da comunicação total, que segundo Manoel de Almeida Cruz diz da “comunicação compartilhada, autêntica e comprometida com a liberdade” (Cruz, 1989, p. 55). Ao que acrescentou:

O método da comunicação total não compartilha da essência anti-dialogical chamada de comunicação de massa. [...] O método da comunicação total lança mão de uma linguagem total (cinema, rádio, história em quadrinhos, posters, TV, vídeo, slides, debates, palestras e textos), objetivando o combate ao racismo através de potencialidade criativa, ação transformadora, reflexão crítica da realidade, alcançando todas as comunidades, escolas, centros comunitários, igrejas e praças. (Cruz, 1989, p. 56).

Assim, coletivamente produziam conhecimento insurgente “reapropriando-se da força vital da potência criadora presente na linguagem” - verbal, visual, gestual, existencial. [...] o que “implicou em habitar a linguagem nos dois planos que a compõem: a expressão do sujeito e a do fora-do-sujeito” para movimentar rede de insurgência em prol de alternativas do combate ao racismo (Rolnik, 2018 p.132).

E nesta direção que Manoel de Almeida Cruz, Lino Almeida e demais jovens que compunham o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, aliou-se a instituições como o Instituto Cultural Brasil– Alemanha ICBA, que à época estava sob a direção de Roland Schaffner, como o próprio Cruz (2003), sinalizou ao Ivan Costa Lima:

Em agosto de 1974, nós procuramos nesta época, era época da ditadura, e o único espaço aberto aqui na Bahia que nós tínhamos era justamente o Instituto Goethe, também conhecido como Instituto Cultural Brasil Alemanha.... Intelectuais progressistas afluíam para este ponto, e de repente surgiu esta ideia de se criar uma instituição mútua cultural para refletir sobre a cultura negra, o negro na sociedade brasileira. [...] daí a gente começou a fazer uma série de reuniões e formalizamos legalmente o Núcleo Cultural Afro-

Brasileiro (Cruz, Manoel de Almeida. Entrevista- janeiro, 2003. Entrevistador: Ivan Costa Lima, 2017, p.86).

Ao aliar-se ao ICBA o Núcleo passava a ter além da estrutura, acesso e diálogo com diversos intelectuais, estabelecendo-se parcerias importantes às palestras e seminários desenvolvidos pelo Núcleo Cultural Afro-Brasileiro que quatro após resultou na proposta curricular interétnica.

Na defesa de uma *Pedagogia Interétnica*, o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro elaborou enunciados emancipatórios das populações afrodiaspóricas e originárias com vistas a reapropriar aspectos da educação a partir de múltiplos escapes às normatividades de uma educação que controla e anula o sujeito político da população negra e indígena; e, demarcar produção de conhecimento própria que manifesta a existência da intelectualidade negra, onde a insurgência vibra para elaborar e apontar práticas teóricas-pedagógicas de contestação à legitimidade de único conhecimento válido.

O que permite considera que de forma alguma a atuação do NCAB destoava à atuação do Ilê Aiyê, fundado em novembro de 1974, a associação carnavalesca idealizada por Antônio Carlos dos Santos -Vovô do Ilê -e Apolônio de Jesus, para além da grandiosa inserção da dimensão cultural do povo negro nas ruas e cenários carnavalesco de Salvador, estabeleceu movência ao combate ao racismo fortalecendo, ao longo dos anos de sua existência, pedagogia de valorização étnico-racial através de ações educativas direcionadas à valorização da cultura africana e afro-brasileira.

Tais ações do Bloco Ilê Aiyê estiveram presentes, por exemplo, na Escola Mãe Hilda. Hilda Dias dos Santos, Mãe Hilda, Ialorixá do Terreiro Ilê Axé Jitolu. Que especialmente nos anos de 1990, através do Projeto de Extensão Pedagógica do Ilê Aiyê passa a atuar não apenas no âmbito educativo do bloco, como nas escolas públicas do bairro da Liberdade em Salvador, conforme defende Aurelielza Santos (2020).

O Núcleo Cultural Afro-Brasileiro – NCAB (1974), o Bloco Ilê Aiyê (1974) e tantas outras entidades como a Sociedade Cultural Negra no Brasil- SECNEB (1974), a Sociedade Malê Cultura e Arte Negra (1975), o grupo de teatro Palmares Inaron (1976) e o surgimento do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (1978) fomentaram repertórios, narrativas, composições, gingados que demarcam as pluriépistemologia da movência de pontos que crocheteram criações coletivas assentadas em valores ético-políticos e ancestrais.

Constituindo assim, tecitura de saberes, plurais singularidades em insurgência cuja textualidades e tecnologias de conhecimento produzido na práxis insurgente, instala dinâmica

educacional a partir das vozes e lugares daqueles que deslocavam a epistemologia ocidental da negação e controle do conhecimento da população negra da condição de indesejável, invisibilizado e inexistente para “desnudar a farsa hipócrita da sociedade baiana e brasileira”, conforme argumentou Lino Almeida em entrevista concedida ao Ivan Costa Lima (Almeida, Lino. Entrevista- janeiro, 2003. Entrevistador: Ivan Costa Lima., 2017, p. 99).

Neste sentido, o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro haveria de seguir estabelecendo laços insurgentes para que a forma-ação da proposta interétnica tivesse força, ao enfrentamento e combate ao racismo? Para formular algumas respostas e muitas outras perguntas, convido a enveredar nas brechas da complexidade presente no currículo e nos contornos, coletivos e organizados, de combater, nas estruturas político e sociais, o modo de atuação do racismo.

4.2 NA FORMA-AÇÃO DO PROCESSO EDUCATIVO INTERÉTNICO O PERTENCIMENTO AMEFRICANO

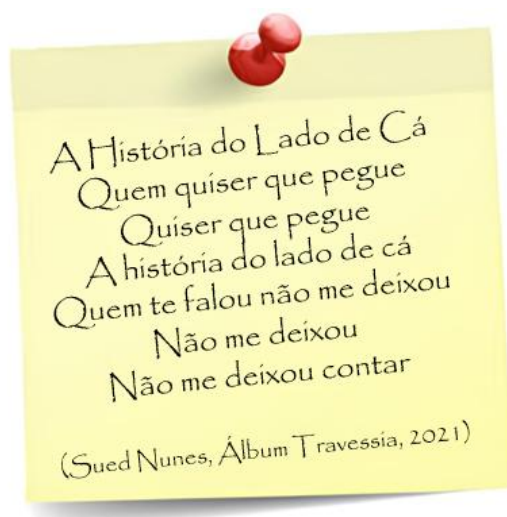
Carta Aberta a população baiana

São quase 500 anos de ‘civilização’ desde que os homens brancos aportaram nas praias baianas, sedentos de tudo e cheios de prepotência, a ponto de se considerarem superiores a todos as outras raças. Desde aí iniciou-se [...] de forma arbitrária e violenta, ignorando os povos que por aqui viviam e determinando a sua destruição e morte. [...] Há 90 anos ‘1988’ eles disseram que nos tinham dado a liberdade, mas o fato é que a escravidão já não era viável aos seus interesses, [...] impuseram-nos as ‘qualidades’ de incapazes, feios, subservientes e improdutivos, tentando esconder todo nosso passado de lutas, que tem o seu marco principal nos quilombos [...]. Era luta coletiva e organizada (Entidades [...], Diário de Notícias, Salvador, p.3, 17 ago. 1978).

O recorte acima é de documento elaborado por grupos negros da Bahia no ano de 1978, e publicado no jornal Diário de Notícias de 17/08/1978, numa matéria intitulada “Entidades negras lançam documento reivindicatório” apontando dentre os principais pontos “a discriminação racial existente no país”, na Carta Aberta assinada pelo Grupo Nêgo, Malês, Palmares Iñaron, Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, além de artistas e profissionais liberais, tem-se uma elaboração cronológica das formas de luta da população negra ao longo do processo histórico, e por último, situa “hoje, sofremos toda ação policialesca de um aparelho repressivo que nos impede de assumirmos até nossos valores culturais”. E continua “afinal de contas constituímos mais de 60 por cento da população brasileira” (Entidades [...], Diário de Notícias, Salvador, p.3, 17 ago. 1978).

Reivindicando a existência de uma coletividade que se organiza através de “espetáculos teatrais, shows e debates sobre a situação do negro na sociedade brasileira e baiana”, o manifesto também adverte para a força da coletividade que reexiste e constitui-se por um contingente majoritariamente de negros em território atravessado por muitas subjetividades.

A demarcação da luta coletiva e organizada que questiona a organização estrutural da sociedade e que convoca a uma *práxis insurgente* (West, 1999) são as referências mais largas do Movimento Negro enquanto coletivo que busca nas relações territoriais, construir uma História das suas existências, através da provoca – ação de bases epistemológicas que desconstruam mecanismos do *dispositivo de racialidade* que tende estereotipar como socialmente inexistentes.



E nessa direção que o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, como forma de insurgir a negação e isolamento, articula, simultaneamente, seu lugar de entidade do Movimento Negro a uma “forma específica de insurgência intelectual” (West, 1999) que de modo algum significava abandonar sua autodenominação como proposta “menos acadêmica” (Surge [...], Diário de Notícias, Salvador 01 ago.1974). Mas, naquele momento, também não colocava seus fundadores em isolamento acadêmico, até porque muitos deles já ocupavam os espaços universitários, seja como profissionais, seja como estudantes.

Ao construir, com próprios recursos a partir de seminários e cursos, proposta de intervenção científica para combater o racismo, o Núcleo Brasileiro Afro-Brasileiro – NCAB, estabeleceu articulações com diversos intelectuais, em sua maioria ligados a ambientes acadêmicos, a intencionalidade foi estabelecer uma rede de insurgências com ações públicas que ampliavam o debate político da questão racial em consonância com principais grupos do Movimento Negro. No que foram criados departamentos dentro do próprio NCAB:

O Núcleo conta com os seguintes departamentos: Departamento de Sociologia, sob orientação direta do professor Hélio Rocha, Antropologia, sob orientação de Manoel de Almeida Cruz, Arte, com Jorge Milton da Conceição, História, com Roberto Santos (não confundir com o governador) e Relações Públicas, com Djalma Costa Santos, vinculado ao Departamento de arte Clyde Morgan e Mário Gusmão (Núcleo [...], Tribuna da Bahia, Salvador, p. 3, 15 dez. 1975).

Neste sentido, houve que estabelecer forma-ação para fortalecer as linhas do entrelaçamento de redes insurgentes de enfrentamento e combate ao racismo. Para a concreta movência houve que enveredar nas brechas da complexidade presente no currículo e encontrar maneiras de combater nas estruturas político e sociais o modo de atuação do *dispositivo de racialidade*.

Cabe notar que os primeiros movimentos que incluíram semanas de estudo, palestras, encontros e seminários, em sua maioria abrigadas no Instituto Cultural Brasil-Alemanha – ICBA, foram basilares à operacionalidade dos métodos da *Pedagogia Interétnica* (sociológico, de análise da linguagem ordinária, semiológico, curricular, etnodramático, comunicação total), publicados por Manoel de Almeida Cruz em 1987, com artigo intitulado “Pedagogia Interétnica”, nos Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas e em 1989 em livro autoral “Alternativas para combater o racismo: um estudo sobre o preconceito racial e o racismo – uma proposta de intervenção científica para eliminá-los”.

Nos primeiros movimentos de estudos, encontros e seminários, dar forma à ação interétnica, passou pelo debate do conceito de cultura afro-brasileira, conforme notícia presente no Diário de Notícias, do dia 26 de setembro de 1974, com título “Thales de Azevedo define conceito de Afro-brasileira, o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro promoveu a palestra que foi proferida em dia anterior na biblioteca do Instituto Cultural Brasil-Alemanha (ICBA). Para o Thales de Azevedo, naquele período, afro-brasileiro era de difícil conceituação, pois:

Não existe nenhum cientista social brasileiro que tenha visitado a África com a finalidade de realizar estudos intensivos. [...] Desta forma, o que conhecemos de africano e afro-brasileiro em nossa cultura é baseado em escritores ingleses e americanos. [...] Dentre muitas teorias existe uma tradicional de que ‘há uma cultura africana que não foi trazida para o continente, mas sim fragmentos dela, alguma coisa de morfologia da língua, mas que não é propriamente africano’. Como afirmamos tem-se determinadas expressões de linguagem, atividades, organizações de pessoas de cor em relação com sua situação de classe na sociedade brasileira (Thales [...], Diário de Notícias, Salvador, p.2, 26 set. 1974).

A partir do recorte publicado no jornal Diário de Notícias, é perceptível que Thales de Azevedo apresentou alguns pontos à reflexão do que seria Afro-Brasileiro no Brasil, adotando esquema analítico em que a maior dificuldade à definição do conceito dizia de nenhuma referência de cientistas sociais brasileiros que tivessem realizado intercâmbios com a África.

Ironicamente, Azevedo terminava por invalidar a própria existência intelectual e diaspórica do Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, tomando por referência seu círculo social e o diálogo com seus pares, deixou de referenciar, por exemplo, Abdias Nascimento que largamente dentro e fora do território nacional, já levava o legado cultural do diálogo Brasil/África ao palco da história africana mundial, estabelecendo diálogos insurgentes pelo combate ao racismo.

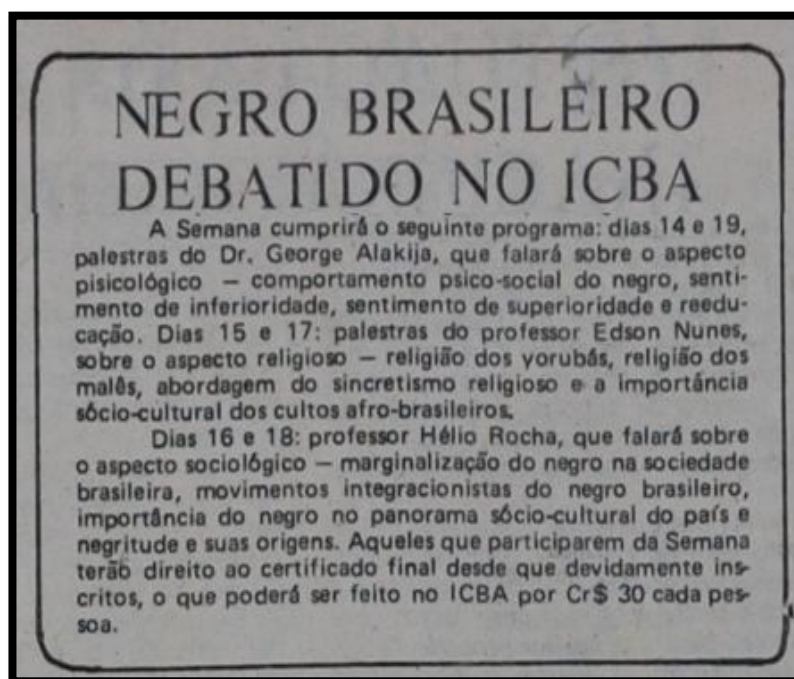
O fato é que, em termos práticos, o tal obstáculo epistemológico à conceituação de Afro-Brasileiro produziu discursividade em que a diferenciação social segundo a racialidade, no interior de relações racializadas de poder, demarcou mais distâncias que aproximações (Carneiro, 2023, p. 38) entre Brasil e África.

No que as movências seguintes pela forma à ação interétnica, se estabeleceram pelo que posteriormente foi sistematizado como “método semiológico”, segundo Manoel de Almeida Cruz (1989), diz de:

[...] Uma leitura mais abrangente do preconceito racial, à medida em que investiga a ideologia racista projetada nos objetos culturais e nos sistemas visuais-verbais. [...] a partir do envolvimento ativo da comunidade no processo de investigação social, possibilitando a formação de consciência crítica e ação transformadora da realidade (Cruz, 1989, p. 51).

A primeira atividade neste sentido, que encontrei referência foi no jornal Tribuna da Bahia na edição de 14/04/1975, a notícia intitulada “Negro brasileiro debatido no ICBA”, divulga a Semana de Estudos e Debates sobre a Problemática do Negro Brasileiro, que teve início no dia 14 de abril de 1975 e se estendeu até o dia 18, ressaltando que as atividades aconteceu no “Instituto Cultural Brasil-Alemanha – ICBA sob a coordenação de Manoel de Almeida e de Roberto Santos, membros do Núcleo Cultural Afro-Brasileiro.”(Negro [...], Tribuna da Bahia, Salvador, p. 5, 14 abr.1975) a notícia apresenta uma breve programação:

Figura 25: Programação da Semana de Estudos e Debates sobre a Problemática do Negro Brasileiro - 1975



Fonte: (Negro [...], Tribuna da Bahia, Salvador, p. 5, 14 abr.1975).

Na programação, tem-se as referências de três dos cinco aspectos (psicológico, histórico, axiológico, sociológico, antropobiológico) que em 1978, foram estruturais à elaboração da “aplicação dos métodos operacionais da Pedagogia Interétnica” (Cruz, 1989, p.56). Em 1989, em obra autoral, Manoel de Almeida discorreu sobre os aspectos psicológico, axiológico e sociológico, o seguinte:

[...] Estudamos os complexos de inferioridade dos brasileiros negros e processo de auto rejeição, e o de superioridade do homem branco, além de indicar medidas teóricas e práticas de caráter psicoterapêuticos. [...] O preconceito racial é introjetado na estrutura mental da criança antes dos 5 anos. [...] A ausência de uma consciência étnica é consideravelmente escamoteada pelos negros nascidos no Brasil, às custas da sua auto rejeição e busca de identificação com ideal estético de brancura (Cruz, 1989, p.57).

As ideias desenvolvidas no aspecto axiológico da Pedagogia Interétnica, fornecem subsídios para corrigir as distorções provocada pela dominação dos valores ocidentais sobre demais grupos étnicos [...] dentro de um processo antidialógico em que valores éticos, estéticos, filosóficos e religiosos, a partir de mecanismos institucionais, vem da imposição da cultura ocidental, resultando até mesmo na destruição e desvalorização de culturas não-europeias (Cruz, 1989, p.62-63).

Aqui estudamos a situação socioeconômica do negro em nossa sociedade. [...] Percebe-se os efeitos degradantes da escravidão, bem como uma falsa integração que acarretou o isolamento sociocultural da população negra na

estrutura global da sociedade brasileira. [...] A falsa abolição relegou a população negra a um estado de abandono e de intranquilidade social. (Cruz, 1989, p.60-61).

Os estudos desenvolvidos ao longo das décadas de 1970 e 1980, que estabeleceram os aspectos estruturais à operacionalização da *Pedagogia Interétnica*, implicou destituir o lugar de anulação das subjetividades negras a qual o mito da democracia racial perpetuava a omissão, silenciamento e de “indigência material e cultural” da população racializada enquanto sujeito político (Carneiro, 2023, p. 313).

Cabe salientar que, nos períodos iniciais de existência do NCAB, eram quatro os aspectos que vieram a embasar a Pedagogia Interétnica: “o histórico desenvolvido por João Reis; o culturoológico por Yeda Castro, o sociológico sob a coordenação de Maria Brandão e o aspecto psicológico desenvolvido por Jane Bernadete e Dalva Macedo” (Lima, 2017, p.98).

Dando continuidade às ações educativas de combate ao racismo, o NCAB ofertou curso “O negro no folclore nacional”, o qual o jornal Diário de Notícias de 23/07/1975 através de nota intitulada “Curso sobre os negros no ICBA”, noticiou: “no período de 28 a 31 de julho de 1975 o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro em colaboração com Instituto Cultural Brasil-Alemanha – ICBA” promoveria o curso, analisando “aspectos sobre música, dança, culinária através de projeções de filmes e slides” (Curso [...], Diário de Notícias, Salvador, p.2, 23 jul. 1975).

Nesta matéria não há detalhes da programação do curso, contudo, considerando a proposta em título e como esses estudos interétnicos vinham se delineando no Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, há indícios de dois movimentos com a proposta: primeiro, sendo ministrado por Hildegardes Vianna, uma folclorista já conhecida à época, que com suas crônicas apresentava o universo da população negra, com narrativas atravessadas entre a subalternidade e os enfrentamentos dos preconceitos impostos às mulheres negras (Matos, 2008), era uma mulher branca, da “alta roda” que embasada em “classificações eurocêtricas” (Gonzalez, 2020, p. 128), colocava as músicas, danças, sistemas de crenças, alimentos sob a denominação de folclore.

Um segundo movimento, que parece estar presente, é o que Lélia Gonzalez (2020, p.78) chamou de “o risco do ato de falar com todas as implicações”, ou seja, o olhar mais aguçado à cultura brasileira, retira do silêncio “as marcas da africanidade que a constituem” o que perpassa por duas noções, segundo Gonzalez (2020):

Consciência **para entender** o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. E memória, **para considerar** lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui. [...] A consciência se expressa como verdade. [...], mas a memória tem suas astúcias, e fala através das mancadas do discurso da consciência. O que a gente vai tentar é sacar esse jogo aí das duas, também chamado de dialética (Gonzalez, 2020, p. 78-79, grifo próprio).

Assim, fica nas entrelinhas da proposta do curso, que Hildegardes Vianna, foi levada a se aperceber o quanto do seu discurso, atravessado pelo racismo cultural, sustentava a farsa da harmonia racial. Permeado pelos movimentos de consciência/memória, o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro utilizava da estratégia de colocar em evidência, as implicações entre poder, saber, resistência a partir do que Manoel de Almeida Cruz caracterizou como “resposta mais científica”, esses movimentos sustentaram, no processo de sistematização da *Pedagogia Interétnica*, as bases do chamado “método antropobiológico”, pois como pontuou Cruz (1989):

No método antropobiológico analisamos as teorias pseudocientífica da superioridade racial, social e cultural, desmitificando a mais-valia cultural e ideológica a partir de referências hegemônicas ocidentalizadas e que no aspecto cultural da dominação e da subversão, sob a denominação de folclore nacional, estabelece visibilidade segregada ao negro (Cruz, 1989, p.63).

Em março de 1976, o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro promove o II Semana de Estudos e Debates sobre a Problemática do Negro Brasileiro, para esse momento o debate toma como pauta o “Racismo” e o “Problema de Rejeição”, segundo Manoel de Almeida Cruz o principal objetivo do evento era “pensar medidas práticas para a reeducação de adultos no sentido de que não existe raça superior nem inferior, boa ou má, bonita ou feia” (II Semana [...], Diário de Notícias, Salvador, 24 mar. 1976). E continua:

[...] Muitas pessoas afirmam que o negro está ascendendo de uma maneira coletiva, isso não constitui uma verdade pois o que está acontecendo são casos particulares continuando o negro no Brasil, praticamente marginalizado. Para outras pessoas, o problema da população negra é de caráter econômico classista e isso também não condiz [...] o negro brasileiro foi educado através de padrões de cultura ocidental, completamente alheios à sua condição psicobiológica e que não podem ser explicados no processo econômico (II Semana [...], Diário de Notícias, Salvador, 24 mar. 1976).

Localizo aqui o ponto crucial do pensamento de Manoel de Almeida Cruz, ao refletir as experiências vividas estabelece uma trajetória permeada por ações coletivas de “reeducação”

(Cruz, 1976), que visa devolver “o ser de pessoas negras”, para isso, problematiza “a produção e reprodução da racialidade”. (Carneiro, 2023).

Ao revelar como diagnósticos de grupos hegemônicos, constroem falácias sobre a realidade da população negra, por “não constituir verdade que a ascensão social do negro é de maneira coletiva, não constituir verdade que o problema da população negra é de caráter econômico classista” (II Semana [...], Diário de Notícias, Salvador, 24 mar. 1976), Cruz promove movências insurgentes para uma ética reeducadora, que também é política, por não ficar aprisionado a particularidades que não lhes fizesse estabelecer instrumentos de lutas e combates aos meandros “antiuniversalistas do racismo” (Carneiro, 2023).

Reflexões importantes que fizeram o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro estabelecer deslocamentos pelo entendimento de Educação Interétnica, para isso basearam-se em referências teóricas mais largas que ia da história à filosofia, passando pela psicologia, antropologia e sociologia, para mobilizar conhecimentos sobre aspectos educacionais da população negra e indígena na sociedade baiana, brasileira.

Em 2003, Manoel de Almeida Cruz, ao ser entrevistado pelo Ivan Costa Lima, pontuou alguns dos principais fundamentos teóricos que o influenciaram durante processo de elaboração da *Pedagogia Interétnica*.

Dentro do ponto de vista técnico e científico nos fundamentamos muito nas teorias de um psicólogo norte-americano, psicólogo social, chamado Allport, nos fundamentamos muito nas ideias dele, nas pesquisas que ele realizou nos Estados Unidos. [...] Paulo Freire, pelo ponto de vista da concepção crítica da educação, influenciou também, muito embora Paulo Freire não tenha explorado a diversidade étnica, mas, dentro do ponto de vista, da consciência crítica, nos influenciou também. O próprio Guerreiro Ramos nos influenciou, Abdias do Nascimento. Tive influências de Franz Fanon, um conjunto de teorias que ajudaram e subsidiaram [...] A fenomenologia de Husserl, a Filosofia da Linguagem, uma série de teorias (Cruz, Manoel de Almeida. Entrevista- janeiro, 2003. Entrevistador: Ivan Costa Lima, 2017, p.108).

Sobre sua tomada de consciência negra, lhe influenciou Guerreiro Ramos. Os escritos/denúncias sobre diversidade etnocultural e a existências do racismo presentes nos escritos de Guerreiro Ramos foram o despertar de Manoel de Almeida à compreensão do mito da democracia racial.

Guerreiro Ramos era uma das estrelas deste instituto. A primeira obra dele que entrei em contato foi Introdução Crítica da sociedade brasileira, onde ele levava em consideração a diversidade etnocultural e já denunciava o racismo. Então neste livro, ele já faz uma leitura crítica tendo como ponto de partida Nina Rodrigues e seu discípulo Artur Ramos, estudos que foram feitos do

ponto de vista da antropologia do negro no Brasil. Ele despertou do ponto de vista intelectual a minha consciência negra no Brasil. Uma outra pessoa que foi fundamental, Abdias do Nascimento (Cruz, Manoel de Almeida. Entrevista- janeiro, 2003. Entrevistador: Ivan Costa Lima, 2017, p.68).

Também Abdias Nascimento lhe foi consistente referência à formulação da *Pedagogia Interétnica* (1978), ao propor como um dos seus métodos. O método etnodramático. Ao fundamentar a função educativa e política do teatro, Cruz (1989) faz referência à contribuição do Teatro Experimental do Negro (TEN), proposto por Abdias do Nascimento no Rio de Janeiro nos idos da década de 1940, à perspectiva emancipatória do negro através do “desenvolvimento de atividades técnicas no campo da educação”, através do ato de libertação política, negando a suposta inferioridade atribuída ao corpo negro.

Para Manoel de Almeida Cruz o método etnodramático pensa “o teatro como instrumento de libertação, transformação, ação e recriação crítica ao estudo da experiência vivida”, capturando a força viva dos fazeres, saberes ancestrais; “promovendo uma educação/libertação estética, moral e política para a formação da sociedade mais justa, humana e antirracista” (Cruz, 1989, p.54).

Portanto, o método etnodramático diz do compromisso do ensino escolar com uma visão crítica da situação do negro na sociedade brasileira que questionasse as estruturas opressoras que desencadeavam os efeitos e causas da discriminação racial. Assim, Cruz (1989, p. 54) justificou: “teatro é um experimento da vida [...] base de uma educação para a criatividade e liberdade [...] que leva à consciência da realidade, exige reavaliação crítica da educação, a partir de currículos, métodos e pressupostos filosóficos”.

Com o método etnodramático evocou a ética, estética, política, dos fazeres que envolve outras lógicas de saberes, outros canais interpretativos pela demarcação das vozes dos sujeitos que através deste método, estão suscetíveis a experienciar seus lugares e vivências, individual e coletiva, a partir da partilha de experiências, através do espaço performático educativo sensível, afetivo, negociado em códigos que não estão estritamente privilegiados na escrita.

Mas, esse compromisso com uma educação emancipatória e criativa começou a ser delineado a partir do que denomino de segunda etapa do manifesto insurgente, quando os estudos, palestras e encontros que predominaram até um pouco mais da década de 1970, desvelando *dispositivos de racialidade*, com vista a “romper com percepções distorcidas, negativa e naturalizadas sobre os negros, sua história, cultura, práticas e conhecimentos” (Gomes, 2017, p. 22), dão espaço aos seminários de Educação Interétnica.

Cabe observar que entre o final da década de 1970 e início dos anos 1980, as instituições governamentais ligadas a pasta da Educação na Bahia, voltavam-se a pensar diretrizes da política educacional e cultural, conforme o então secretário de educação e cultura da Bahia, Edivaldo Boaventura, publicizou no Jornal A Tarde em 01/09/1984 o Plano Estadual de Educação e Cultura da Bahia- 1984/1987 a partir de cinco princípios: “1- formação integral do homem; 2 volta ao básico; 3 democratização da educação e cultura; 4- valorização da identidade cultural; e 5- racionalização administrativa.” (Boaventura, Edivaldo. A Tarde, Salvador, p. 3, 01 set. 1984).

A elaboração do Plano Estadual a partir desses princípios, se dava, segundo o secretário, “em face dos déficits educacionais na Bahia” (Boaventura, Edivaldo. A Tarde, Salvador, p. 3, 01 set. 1984). No que alertava para o seguinte:

Para que a educação possa atingir, no espaço e no tempo, os resultados em termos de formação do homem, do cidadão e do produtor de bens e serviços, em as habilidades básicas de ler, escrever e contar, é preciso que esteja perfeitamente assentada no background cultural. Daí a busca contínua da identidade cultural em todas as manifestações se torna uma contingência. A identidade cultural legitima os conteúdos expressos em currículos (Boaventura, Edivaldo. A Tarde, Salvador, P. 3, 01 set. 1984).

Assim, o princípio da identidade cultural ao qual Edivaldo Boaventura conclamou era aprisionador e imbricado ao papel de controle do saber/poder presente numa Educação que elege suas verdades históricas a serem distribuídas. Contudo, como as atuações do Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, se delinearam pautadas no que Suely Rolnik (2018, p.134) caracteriza como “bússola ética”, ou seja, no movimento que aponta sempre em favor da “vida como força de criação”.

É nas fendas do Plano Estadual de Educação e Cultura da Bahia- 1984/1987, bem como da Lei de Diretrizes e Bases nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, modificada pela Lei nº 7.044 de 18 de outubro de 1982, em seu Art. 4º, estabelece que a parte diversificada do currículo destinava-se a atender peculiaridades locais, que o coletivo tratou de estabelecer compreensões das práticas educacionais em Salvador, desvelando estereótipos e preconceitos enraizados na sociedade, paralelamente, fomentando práticas educacionais sob a perspectiva interétnica.

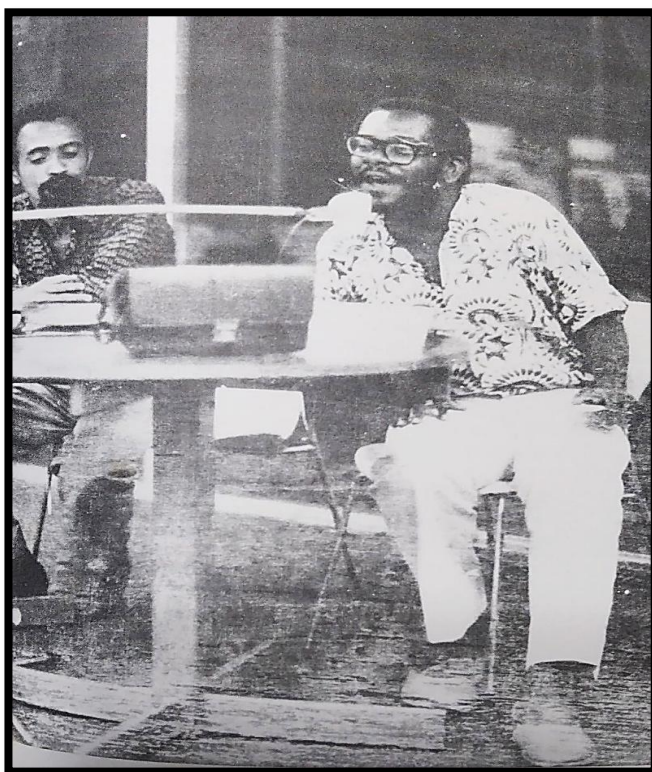
“Seminários sobre o negro e a educação e outras propostas” (Cruz, 1989, p.85) é com esse título que Manoel de Almeida Cruz apresenta os principais encontros e seminários que passavam a vislumbrar a proposta interétnica. O primeiro com tal viés, ocorreu em novembro de 1979, sob a organização do NCAB e no espaço do ICBA. Em levantamento de fontes não encontrei jornais fazendo referência ao evento.

Mas, cabe dizer, a partir da programação do seminário, analisada pelo Ivan Costa Lima (2017), que o I Seminário Experimental de Educação Interétnica desestabilizou as maneiras pelas quais o *dispositivo de racialidade* beneficia-se, ao trazer para os debates propostas de ações, currículos, práticas pedagógicas, que tivesse como potencialização, a compreensão da realidade social, de forma a levar o currículo a potencialização da vida e do pensamento, em suas infinitas condições de diferença. Nesta direção Lima (2017) salienta:

Via realização do primeiro seminário, o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro justificava a necessidade de elaboração e debate de um sistema de educação interétnica, pensada primeiramente como uma disciplina que ‘deve, sobretudo estar integralmente calcada, inspirada para a nossa realidade sociocultural, política e econômica, e dentro de uma concepção científica, dialética e conjuntural, que permita a compreensão do nosso mundo, sem perder de vista as estruturas que oprimem o homem’ (Lima, 2017, p.97-98).

Em setembro de 1980, aconteceu o II Seminário de Educação Interétnica, que proporcionou uma reavaliação da proposta. Segundo, Cruz (1989, p.85) daquele seminário “resultou a formação de uma comissão, integrada por Lino Almeida, Nelson Mendes e Eduardo Batista, que ficou encarregada de elaborar um currículo escolar fundamentado na cultura negra, esse currículo foi adotado em escola primária no Vale das Pedrinhas mantida pelo Núcleo Cultural Afro-Brasileiro.”

Figura 26: Nelson Mendes e Manoel de Almeida Cruz palestrando no II Seminário de Educação Interétnica - ICBA



Fonte: Cruz, Manoel de Almeida. Alternativas para combater o racismo: um estudo sobre o preconceito racial e o racismo - uma proposta de intervenção científica para eliminá-los, 1989, p.33

Se corpo é documento e corpo não se dissocia de território, como sugere Alex Ratts (2006), o registro fotográfico da Figura 26, permite vislumbrar a perspectiva de que no II Seminário de Educação Interétnica, Manoel de Almeida estava radiante frente a construção crítica e autônoma das ações que estavam sendo debatidas e fomentavam o pensamento interétnico.

A potencialização dessa leitura se dá pelo largo sorriso e corpo descontraído com que Manoel Almeida foi registrado, e por isso, transmite energia vital da insurgência diaspórica, que desde seus primeiros anos de enfrentamentos a discriminação e ao racismo, mesmo se vendo diante de múltiplos sistemas imbricados de racialidade, reagiu com a tecnologia da coletividade, com a força de rede insurgente, estabelecendo movências dinamizadoras por relações formativas entre lugar, pensamento político e ação.

Uma imagem relevante a propositura de uma educação que se propunha descolonizar, emancipar e que segundo Cruz, (1989) foi bem-sucedida no pré-primário da escola no Vale das Pedrinhas, pois teve em seu programa: “música afro-brasileira, dança afro-brasileira, teatro, modelagem e contos afro-brasileiros” (Cruz, 1989, p. 85).

Ivan Costa Lima (2017) a partir da entrevista que realizou com Manoel de Almeida Cruz, em 2003, diz que “as conclusões do II Seminário de Educação Interétnica, segundo Manoel, serviram como referência para a formulação, não mais de uma educação, mas as bases de uma Pedagogia Interétnica” (Lima, 2017, p. 98).

[...] quando a gente falava Educação Interétnica, a gente achava a coisa meio solta, aí fechamos como pedagogia para formalizar a coisa, sistematizar mais, organizar mais do ponto de vista teórico e metodológico, então começamos a chamar de pedagogia, porque antes a coisa estava meio solta, assistemática e meio empírica também (Cruz, Manoel de Almeida. Entrevista- janeiro, 2003. Entrevistador: Ivan Costa Lima, 2017, p.98).

Acrescento que “a reapropriação dos modos de existências”, insurgindo “micropoliticamente”, ensejou por encontrar na “macropolítica” conexões para abrangência (Rolnik, 2018) da proposta interétnica, o que se deu através de dois movimentos simultâneos, já citados aqui: um pela elaboração de currículo interétnico; outro, a partir de referência a formação pluriétnica ancestral, problematizando a ausência dos aspectos educacionais dos negros e indígenas. De onde reside o pertencimento amefricano em Manoel de Almeida Cruz.

Em Manoel de Almeida, a Améfrica enquanto referência etnogeográfica, diz de identificar as experiências históricas comuns e diversas entre negros e indígenas, para “retirar esses grupos étnicos da posição de subalternidade e subverter o relacionamento antidualógico

do grupo étnico que domina, todo processo econômico e cultural do país, para com negros e indígenas” (Cruz, 1989, 81). No que a categoria político-cultural de *Amefricanidade*, se torna um possível caminho para pensar como Manoel de Almeida produziu conhecimento a partir de um pertencimento amefricano.

Não há aqui a tentativa de enquadrar Manoel de Almeida Cruz na *Amefricanidade* (Gonzalez, 1988), mas perceber que suas abordagens epistemológicas, elaboradas junto ao Núcleo Cultural Afro-Brasileiro durante as décadas de 1970 a 1980, partiu de insurgências coletivas, em âmbito nacional, que de forma inédita se articulavam para rasurar o contrato racial que estrutura o *dispositivo de racialidade* (Carneiro, 2023), reapropriando a força vital do “Movimento Negro Brasileiro enquanto ator político” (Gomes, 2017) e sujeito coletivo e, que por meio desse reconhecimento, surge pela transformação dos pactos sociais.

Paralelamente a movência pela adoção do que é nomeado de “método curricular” em escola primária no Vale das Pedrinhas, mantida pelo Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, proporcionou “uma postura crítica ao reconhecimento de que valores, crenças e ideologias classistas e racistas são validados pelo currículo” (Cruz, 1989, p.53) “. Sobre o projeto precursor na implantação da *Pedagogia Interétnica*, em espaço escolar Cruz (2003) declarou:

Primeiro a gente tinha uma escola experimental num bairro chamado Vale das Pedrinhas, no Rio Vermelho, bancada por nós mesmos com a ajuda da Coordenadoria Ecumênica de Serviços, que era um órgão do Conselho Mundial de Igreja, era uma escola comunitária, onde fizemos as primeiras experiências. Levamos dois anos com o projeto, só não demos continuidade por falta de apoio financeiro. (Cruz, Manoel de Almeida. Entrevista- janeiro, 2003. Entrevistador: Ivan Costa Lima, 2017, p.99)

Foi por essas movências em prol da educação interétnica que se deu os “entrelaçamentos e dessemelhanças das insurgências macro e micropolítica” (Rolnik, 2018, p. 98). Entre os anos de 1982 a 1987 o Centro de Estudos Afro-Orientais – CEAO (1959), promoverá “ações de formação continuada, destinadas a docentes e militantes do Movimento Negro, para que a disciplina Introdução aos Estudos Africanos fosse incluída nos currículos das escolas da rede estadual” (Cruz, Cristiane, 2008).

O CEAO, criado no final da década de 1950, desde então passou a ser canal de diálogo entre a universidade e a comunidade afro-brasileira, e entre o Brasil e os países africanos e asiáticos, por outro lado, a partir de 1983, empreendeu esforços para incluir na parte diversificada dos currículos das escolas de 1º grau, a disciplina “Introdução aos Estudos Africanos”, a primeira tentativa se deu através de encaminhamento de ofício encaminhado um ofício (n.183/1983) solicitando a inclusão da disciplina (Cruz, 1989, p.81).

Entidades negras da Bahia juntam-se ao CEAO, em 1984, por, segundo Cruz (1989, p. 81), “serem conscientes da existência de diversos grupos étnicos no país e da presença do etnocentrismo e do racismo, [...] estavam lutando pela inserção nos currículos das escolas públicas, de disciplinas fundamentadas na história e na cultura do negro”

Cabe notar que Manoel de Almeida Cruz, projeta e potencializa a proposta do Centro de Estudos Afro-Orientais- CEAO junto a grupos do Movimento Negro em Salvador, a exemplo do Grupo Negô -MNU, ao mesmo tempo em que salienta possibilidades de outras disciplinas, além de “Introdução aos Estudos Africanos” aos currículos das escolas públicas, “somos conscientes, da **importância** da inserção [...] de disciplinas fundamentadas na história e na cultura do negro” (Cruz, 1989, p.81- grifo próprio).

Em maio de 1985, quando a *Pedagogia Interétnica* já se constituía enquanto conjunto de saberes insurgentes à dominação epistemológica, o Conselho Estadual de Educação da Bahia, através do Parecer CEE 089/1985, atendeu a reivindicação das entidades negras do estado e aprovou a inserção da disciplina “Introdução dos Estudos Africanos” na parte diversificada da 8ª série do 1º grau (9ºano do ensino fundamental II) das escolas oficiais do estado.

A esse respeito matéria “Currículos com estudos africanos” publicada no jornal A Tarde de 10/06/1985 ressaltou que “a inclusão da disciplina Estudos Africanos, [...] repercutiu bem nos meios culturais locais e junto à comunidade negra baiana, pois trata-se de uma velha reivindicação dos movimentos negros, que conjuntamente com o CEAO encaminharam proposta” (Currículo [...], A Tarde, Salvador, p.2, 10 jun.1985). Sobre a inserção da disciplina, a diretora do CEAO, Yeda Castro considerou:

É de maior importância a divulgação das culturas africanas, pois coincide com a própria história da civilização brasileira. [...] É uma contribuição efetiva para descolonizar o nosso ensino, infelizmente até agora, só privilegiando a tradição europeia. [...] Estudos Africanos abordará a história da África, a geopolítica africana e a antropologia africana em suas três fases: pré-colonial, moderna e contemporânea (Currículo [...], A Tarde, Salvador, p. 2, 10 jun. 1985).

Cinco dias após a publicação de “Currículos com estudos africanos”, a *Coluna Educação* do jornal A Tarde de 15/06/1985 publica “Para uma pedagogia interétnica”, o Edivaldo Boaventura celebra a inserção da disciplina Estudos Africanos como ato de maior importância cultural e pontua:

Ressalte-se não somente as reivindicações, como também o trabalho pessoal da professora Yeda Pessoa de Castro, ao tempo em que dirigiu o Centro de Estudos Afro Orientais. Trabalho interessado e estimulador que levou a secretaria a colaborar no encaminhamento para a solução do problema no contexto da educação baiana. [...] A operacionalização do ensino da disciplina tem como um dos fundamentos fomentar receptividade do magistério de primeiro e segundo graus ao curso ministrado pelo CEAO, em convênio com a Fundação Ford, e a fase experimental ocorrerá nos colégios Lomanto Júnior, em Itapuã, Newton Sucupira, em Mussurunga e Duque de Caxias, na Liberdade (Boaventura, Edivaldo. A Tarde, Salvador, p.3, 15 jun.1985).

Note-se que na matéria do dia 10/06/1985 Yeda Castro fez ênfase de que o cerne da disciplina Estudos Africanos é a história da África para divulgar culturas africanas e suas coincidências com a cultura brasileira, não há referência em ser proposta interétnica.

Já na matéria de 15 de junho do mesmo ano, o secretário de educação noticia aprovação da implantação de Estudos Africanos nos currículos de 1º e 2º graus, sob o título “Para uma pedagogia interétnica”, sem nenhum instante fazer referência à proposta interétnica que difere de Estudos Africanos, sem fazer referência ao Núcleo Cultural Afro- Brasileiro e outros grupos do Movimento Negro na Bahia, apenas citando como o “pessoal da professora Yeda Pessoa de Castro” (Boaventura, Edivaldo. A Tarde, Salvador, p.3, 15 jun. 1985), sem que o Manoel de Almeida Cruz fosse citado.

Assim, fica nas entrelinhas do texto do secretário, que para ele pouco diferia qual era a proposta interétnica, qual se referia a estudos africanos, a intencionalidade era demonstrar que o “Conselho Estadual de Educação da Bahia, atendeu a velha reivindicação da etnia negra e do Centro de Estudos Afro-Orientais – CEAO e que a inserção da disciplina Estudos Africanos estava baseada na lei 5.692/71”, considerando que a parte diversificada do currículo, estava sob participação do estado (Boaventura, Edivaldo. A Tarde, Salvador, p. 3, 15 jun. 1985).

O que não me exime de registrar que Edivaldo Boaventura atribuiu legitimidade epistemológica da inserção da disciplina apenas à figura individual de Yeda Castro, e em termos coletivo apenas ao CEAO, o que em Carneiro (2023, p. 94) fica melhor analisado quando pontua que “o conhecimento que é estranho ao poder hegemônico conduz a epistemicídios, porque são conhecimentos que estão, para aquele poder, no plano das aparências”, e, por isso, realiza em um só tempo tentativas de hierarquizar e estabelecer, qual racionalidade é supostamente condutora da ação.

Com a aprovação da disciplina “Introdução dos Estudos Africanos” na parte diversificada da 8ª série do 1º grau, “os negros começavam a mostrar suas armas”, disse Manoel de Almeida Cruz em matéria publicada no Tribuna da Bahia, 04/07/1985, fazendo referência

ao Encontro de negros do Norte/Nordeste, realizado em Salvador entre os dias 6 a 9 de junho de 1985.

Conforme matéria “Pedagogia Interétnica (Nas escolas a partir de 1986)”, foi nesse encontro regional que foi definido, junto a Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia, a aplicação da disciplina em sua primeira etapa, em caráter experimental, nos Colégios Lomanto Júnior, Duque de Caxias e uma escola situada em Mussurunga logo no ano seguinte, 1986 (Peroba, Angela. Tribuna da Bahia, Salvador, p.13, 04 jul.1985). Cabe ressaltar que aquela etapa experimental deveria ser realizada através da parceria com o Centro de Estudos Afro-Orientais:

A Secretaria de Educação e Cultura do Estado já adotou o chamado ‘Estudos Africanos’ em consonância com a Pedagogia Interétnica, a deflagar a sua primeira etapa em 86. Os professores serão preparados pelo Centro de Estudos Afro-Orientais, além de ganhar bagagem com participação em seminários organizados por especialistas em educação e militantes de grupos negros (Peroba. Angela. Tribuna da Bahia, Salvador, p.13, 04 jul.1985).

Dada a palavra ao coordenador do Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, Manoel de Almeida Cruz salientou que em 10 de junho daquele ano já havia encaminhado ao secretário municipal de Educação “abaixo assinado subscrito por quarenta entidades (negras, políticas, indígenas e outras) reivindicando a inclusão de Pedagogia Interétnica no currículo escolar do município e destaca:

As culturas afro-brasileiras e indígenas precisam ser urgentemente levadas a sério desde cedo. Por isso, negros e outros grupos étnicos com esse propósito estão indo a luta a favor de uma nova educação. Dessa vez de fato voltada a nossa realidade. Ainda a nível municipal, através da Câmara, o vereador Paulo Fábio tentou elaborar um anteprojeto de lei para a introdução de Pedagogia Interétnica no currículo da rede municipal, mas surgiram impasses, para contornar o vereador encaminhou um pedido ao Conselho de Educação, solicitando apreciação. De qualquer modo, esses impasses não abatem a deflagração do projeto. Está a nível da rede estadual de ensino, já combinado e fechado. Em 86, três colégios se abrem para a proposta interétnica (Cruz, Manoel. Tribuna da Bahia, Salvador, p.13, 04 jul.1985).

Como se lê no trecho da matéria “Pedagogia Interétnica (Nas escolas a partir de 1986)”, do jornal Tribuna da Bahia de 04/07/1985, a proposta foi que Estudos Africanos em diálogo com Pedagogia Interétnica fosse implantada na rede estadual, enquanto Manoel de Almeida Cruz junto ao NCAB estabelecia naquele contexto movimentação junto a entidades políticas pela implantação da disciplina Pedagogia Interétnica na rede municipal.

Pode-se perceber que havia dois movimentos: de um lado, setores da universidade representados pelo Centro de Estudos Afro-Orientais – CEAO (1959), com apoio de setores do Movimento Negro em Salvador, buscando introduzir a disciplina Estudos Africanos, e de outro, o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro – NCAB (1974), buscando junto a entidades políticas a inserção mais localizada da Pedagogia Interétnica, enquanto disciplina.

Sobre essa percepção, Ivan Costa Lima (2017) levantou indícios, em 2004, ao finalizar trabalho dissertativo que “não havia divergências explícitas entre CEAO e o NCAB, mas apesar do reconhecimento acadêmico, a *Pedagogia Interétnica* não foi absorvida como uma proposta programática para o conjunto do Movimento Negro em Salvador. E considera:

Uma possível resposta pode estar exatamente na busca deste viés acadêmico, ou seja, a partir do trabalho científico se legitimar e assim questionar o status quo, por outro lado, a falta de entendimento do próprio MN da abrangência desta proposta e sua consequência para sociedade de Salvador (Lima, 2017, p.102).

Aqui sou convocada a ultrapassar o imediato das evidências pontuadas por Ivan Costa Lima (2017), não que seja insuficiente, é que ao empreender essa análise-descritiva sou levada a aguçar o olhar intuído, aprendido, percebendo nessas formas de produzir movências e sentidos ao currículo, (seja pela denominação de identidade cultural, seja pela de cultura africana ou pela de relações interétnicas), como tentativas de produzir sentidos através de aparatos discursivos/não discursivos, mas, principalmente diz dos próprios sujeitos, ou seja, dos discursos sobre si mesmo.

Além disso, ao ampliar compreensão sobre as estratégias de produção de sentidos estabelecidas pelos grupos ligados ao Movimento Negro, nas fontes jornalísticas, é perceptível como as insurgências também são energias, não necessariamente divergentes, que põem em realce as relações de poder, daí o caráter pedagógico dos jornais. Não são apenas notícias, diz de manutenção de hierarquias e privilégios, diz de elaborações de linguagens, e de produção de epistemologias.

Por que então, apesar do reconhecimento acadêmico, a *Pedagogia Interétnica* não foi absorvida como uma proposta programática para o conjunto do Movimento Negro em Salvador? Com a palavra Manoel de Almeida Cruz.

[...] Então a nossa pedagogia não ficou centrada somente na raça negra, não é uma pedagogia a exemplo, como prega Maulana Karenga lá nos Estados Unidos, afrocentrada ou afrocentrista, a nossa pedagogia é interétnica, pode ser aplicada em qualquer parte do mundo onde haja conflitos entre etnias,

quando digo etnias, envolve raça e cultura (CRUZ, Manoel de Almeida. Entrevista- janeiro, 2003. Entrevistador: Ivan Costa Lima, 2017, p. 109).

Cruz, não põe em campos divergentes, os sujeitos em movências que estavam estabelecendo movimentos grandiosos de categorias de pensamento e força vital, antes coloca em evidência que naquele contexto dos anos de 1970-1980, de efervescência política e cultural que atravessava todo Atlântico, havia eixos de análises de enfrentamento e combate ao racismo que, enquanto “saberes insurgentes emergiram do campo da resistência viva fundada nos interesses, propósitos e reivindicações dos movimentos sociais negros” (Carneiro, 2023, p.40). Portanto, eram eixos que estavam sobrepostos e em movimentos.

O que o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, mas, precisamente seu coordenador, Manoel de Almeida Cruz não renunciava “era o caráter de ser o NCAB organização própria” (Lima, 2017, p.93) fundamentada numa epistemologia pedagógica que propunha, “uma intervenção sistematizada na área da educação formal, a partir da elaboração de um currículo escolar baseado nos valores dos grupos étnicos” (Cruz, 1989, p. 51).

Cruz entendia que “a educação como instrumento de libertação, não tem compromisso com escritos pedagógicos que coisificam e brutalizam grupos étnicos”. Segundo ele, “uma educação autêntica e libertadora” deveria ser conquistada a partir de “denúncias das estruturas injustas”, mas “somente uma concepção dialética da realidade poderia conceber a educação como libertação” e, afirma: “a pedagogia interétnica estar plenamente comprometida com este processo de libertação” (Cruz, 1989, p.75-76).

Mais que denunciar, Manoel de Almeida Cruz, o Núcleo Cultural Brasileiro percorreu por dois principais caminhos: avaliar as condições de possibilidade da esperança, definindo princípios, promovendo estudos; de outro, estabelecer formas às ações, articulando com próprios recursos, projetos formativos, em prol da inserção de currículo interétnico, de valorização da cultura, da história e dos saberes presentes nas relações étnico- raciais.

Por este último percurso, a insurgência a partir da ocupação de espaços institucionais voltados a Educação, levou o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro em setembro de 1985, apresentar um debate sistematizado do papel da cultura negra na educação, foi o I Seminário de Pedagogia Interétnica, realizado no auditório da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Em matéria intitulada “Seminário debate papel da cultura negra na educação”, publicada no jornal Tribuna da Bahia de 24/09/1985, Manoel de Almeida Cruz, avaliou:

Na história da educação nacional nenhum pedagogo se preocupou com a realidade pluriétnica e multicultural do país. Isto ocorre até hoje devido a

dominação dos processos educacional e cultural por grupos brancos, impondo valores sobre os demais segmentos raciais (Cruz, Manoel. Tribuna da Bahia, Salvador, p. 6, 24 set. 1985).

Conforme a notícia, o primeiro dia do encontro reuniu políticos, estudantes, representantes de entidades culturais e outros interessados, “foi discutida a elaboração de um currículo escolar baseado nos valores e na cultura dos grupos étnicos ‘dominados’” (Seminário [...], Tribuna da Bahia, Salvador, p. 6, 24 set. 1985).

Na matéria é dada a palavra a Yeda Castro – diretora do CEAO, a Manoel de Almeida – coordenador do NCAB e ao vereador Paulo Fábio que como foi dito, três meses antes do evento se incumbiu de elaborar anteprojeto de lei para inserir Pedagogia Interétnica no currículo da rede municipal de Salvador.

A respeito do debate sobre o papel da cultura negra na Educação, a professora Yeda Castro disse, “o Seminário é muito importante para conscientização da comunidade sobre a importância da inclusão da disciplina Introdução dos Estados Africanos nos currículos escolares do 1º e 2º graus” (Castro, Yeda. Tribuna da Bahia, Salvador, p. 6, 24 set. 1985).

Contudo, acrescentou que lamentavelmente a disciplina, embora oficializada em junho de 1985 pela Secretaria de Educação e homologada pelo secretário Edivaldo Boaventura, não seria implantada em 1986, nas escolas da rede estadual, como havia sido anunciado na matéria “Pedagogia Interétnica (Nas escolas a partir de 1986)”, do jornal Tribuna da Bahia de 04/07/1985, “por falta de recursos humanos” (Tribuna da Bahia, 24/09/1985).

Já o vereador Paulo Fábio direcionou sua fala para ações que estava empreendendo “para inclusão imediata de algumas disciplinas baseadas na Pedagogia Interétnica, no currículo das escolas da rede municipal de ensino” (Castro, Yeda. Tribuna da Bahia, Salvador, p. 6, 24 set. 1985).

Para o coordenador do NCAB, Manoel de Almeida, o fundamental da inserção da Pedagogia Interétnica nos currículos escolares era “reavaliar o preconceito racial transmitido pelo processo educacional (família, comunidade, escola, meios de comunicação), além de propor medidas educativas que repensem os valores culturais estabelecidos” (Cruz, Manoel. Tribuna da Bahia, Salvador, p. 6, 24 set. 1985).

Para além de ser, uma, proposta pedagógica afrocentrada, outra interétnica. De uma estar em vias de inserção no currículo da rede estadual e outra estabelecendo encaminhamentos para fazer parte do currículo da rede municipal, sendo movimentos insurgentes, em que pontos se entrelaçavam, em que pontos se desassemelhavam?

“As notas para uma vida não cafetinada”, em Suely Rolnik (2018), sugerem possíveis respostas, as quais me permite pontuar que o Centro de Estudos Afro-Orientais se constituiu por uma potente insurgência macropolítica, ou seja, a cultura negra na Educação só seria possível nas formas estabelecidas pelo Estado e suas leis. Enquanto, para o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, a inserção da cultura negra, em instituições formais da Educação, requereu “desenvolver ferramentas apropriadas à descolonização do inconsciente” (Rolnik, 2018, p.123).

Ou seja, requereu anunciar insurgência em que a “vontade de perseverança da vida” impulsionava “criação, experimentação, que por vezes chocou-se com barreiras sociopolíticas, por outras agregava aliados, produzindo assim, modos de subjetivação que no vaivém da movência, lhes conferiu consistência existencial” (Rolnik, 2018, p. 35).

Foi nesse sentido, que no I Seminário de Pedagogia Interétnica, o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro colocou em debate: “a elaboração de currículo escolar baseado nos valores e cultura dos grupos étnicos, os fundamentos da Pedagogia Interétnica, a questão da educação indígena, as atitudes preconceituosas projetadas nos objetos culturais e nas relações interindividuais” (Cruz, 1989, p.85).

Na finalização do encontro houve produção coletiva com todos os participantes, de documento que “recomendava que a Nova Carta Constitucional tivesse a inserção de dispositivo que assegurasse a implantação de um sistema educacional coerente com a realidade pluriétnica e multicultural do Brasil.” Cabe dizer que “o documento foi direcionado ao prof. Hélio Santos” que naquele contexto, “fazia parte da Comissão Constitucional” (Cruz, 1989, p.85).

Segundo Cruz (1989), em junho de 1986 foi aprovado por unanimidade a “indicação n.1.230/1985 ao Conselho Municipal de Educação e à Secretaria Municipal de Educação a inclusão de disciplinas compatíveis com a Pedagogia Interétnica, no currículo das escolas municipais de Salvador, eram elas: “História da África, Dança Afro-Brasileira, Literatura Afro-Brasileira, Música Afro-Brasileira e Capoeira.” (Cruz, 1989, p.86) Assim, na sua movência da vida, a essa conquista Cruz pontuou:

Não basta adotar um currículo baseado na cultura do negro ou na **cultura indígena** torna-se necessário um comprometimento com uma filosofia antirracista, antietnocentrista, que permita formação de uma consciência emancipadora. É neste sentido que a Pedagogia Interétnica é reflexão e ação coletiva que objetiva fornecer instrumentos teóricos e metodológicos, que assegurem a construção de uma autêntica democracia racial e social. (Cruz, 1989, p. 87 – grifo próprio)

Diante das análises até aqui suscitadas, sendo *Amefricanidade* afrocentrada, porque considero as elaborações epistemológicas em torno da *Pedagogia Interétnica* pensamento amefricano?

De certo que o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, na fomentação do seu viés científico, não estabeleceu aproximações epistemológicas com o afrocentrismo, e não há indícios de que tenha estabelecido diálogos com o feminismo negro, a própria construção textual de sua obra e textos fala de um lugar masculino. Contudo, é possível notar, em algumas passagens da sua obra autoral, como Manoel de Almeida Cruz acolhe as mulheres negras ao reconhecer que na estrutura social as subjetividades dessas mulheres estavam na condição de menos privilegiadas, sendo desumanizadas na condição de mulheres negras, sendo objetificadas sexualmente. Problematisa como mulheres negras são tidas como “lascivas, volúveis, imorais e voltadas exclusivamente para o sexo”. (Cruz, 1989, p.24)

Manoel de Almeida Cruz, junto ao Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, elaborou proposta interétnica negando perspectiva economicista para avaliar a dimensão estrutural das relações de classe na história e cultura afro-brasileira; e, apontando como a negação do racismo, instituiu a “negação de ser negro” para muitos brasileiros.

Além disso, sua perspectiva de “Educação comprometida com a revisão crítica do negro no Brasil” e com a “questão da educação indígena” (Cruz, 1989, p.87-92), tem como cerne a reapropriação vital do legado cognitivo da população negra na diáspora e da população indígena, deixando evidenciado que são experiências que diferem da visão idealizada da África, e que em nada condiz com estereótipos perpetuavam omissão, silenciamento e de “indigência material e cultural” da população racializada enquanto sujeito político. (Carneiro, 2023, p.313)

Manoel de Almeida Cruz é pensamento amefricano ao mover insurgências pelo reconhecimento de uma história e cultura afro-brasileira, a partir de profundas alternativas de combate ao racismo, para tanto, identificou papel crucial do estudo da diáspora para elaboração interétnica, no que fomentou através de abordagem mais ampla e interdisciplinar, o entendimento de que o racismo estabelece hierarquia racial e cultural em que a população negra afrodiaspórica e indígena não se restringe ao Brasil.

4.3 O *ETHOS* PEDAGÓGICO ANCESTRAL NA ORDEM DO “INCORRIGÍVEL”



Em 1997, Milton Santos ao pronunciar-se na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, no ato de recebimento do título de Professor Emérito, teceu reflexões sobre a possível estagnação das universidades e dos intelectuais diante os perigos que rondavam a academia. Pois, “se a universidade pede aos seus participantes que calem, ela está se condenando ao silêncio.” Salientou a importância de se ter cautela e prudência, pois o alcance do trabalho do intelectual deveria ser para além de “produzir flashes, frases, mas ajudar a produzir consciência” (Santos, 1997, p. 19).

Por assim dizer, Milton Santos problematizou as funções dos intelectuais no mundo político globalizado da década de 90 do século XX, lançando reflexões sobre a intelectualidade acadêmica da qual fazia parte, destacando sua “exceção intelectual” em pensar os problemas do seu tempo e da sua sociedade.

Deveria ser responsabilidade de qualquer intelectual pensar os problemas que repercutem nas realidades locais dos sujeitos, sem colocar-se como porta voz, mas garantindo espaço de fala enquanto “produção de conhecimento do mundo para além do saber de um ou dois continentes” (Santos, 1997, p.20).

Aqui reside o ponto chave para entrelaçar, mover, crocheter possibilidades referenciais do *ethos* pedagógico ancestral em Manoel de Almeida Cruz. Com a aprovação da inserção de disciplinas compatíveis com a *Pedagogia Interétnica*, no currículo das escolas municipais de Salvador, em 1986, Manoel de Almeida, estabelece outras movências para que a proposta pedagógica de fato chegasse aos espaços escolares, o que me permite dizer que Manoel de Almeida Cruz foi um intelectual insurgente. Um circulante incorrigível.

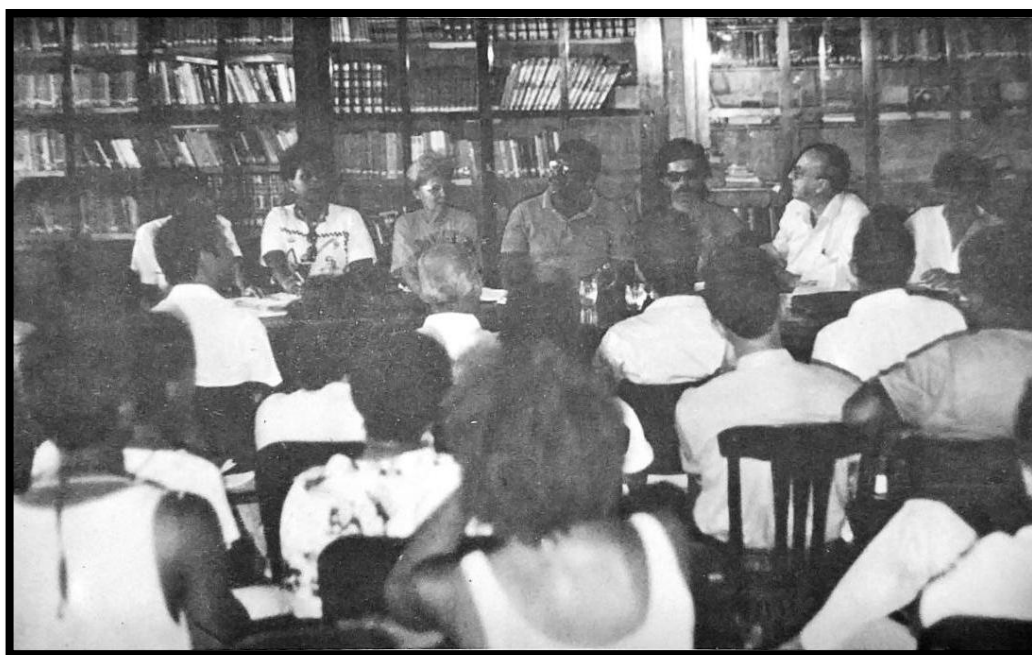
O que denomino de incorrigível aqui, diz desse corpo disponível e atuante que movimenta criação, se compromete com descolonização dos corpos e fomenta experiências negociadas a partir de redes de insurgências, “propagador do desassossego” como quis denominar Santos (1997).

O incorrigível necessita estar no vaivém das comunicações oriundas da movência, seu expoente máximo são os pés. Raízes que circulam e movimentam por territórios sociais, exercendo influência a todos movimentos do corpo.

Dos pés à cabeça, não lhes interessa apenas a via única de perspectiva racional que lhe enquadra, lhe oprime, lhe silencia, lhe coloca em desconexão total com o seu corpo. E nestes modos há elaboração de um *ethos* combativo, os embates são lhes constantes, porque em Manoel de Almeida Cruz esse *ethos* se compromete em “ultrapassar os modos de sujeição produzidos pelo *dispositivo de racialidade* e pelo biopoder” (Carneiro, 2023, p.338).

E movido por este compromisso, Manoel de Almeida prosseguiu o combate ao racismo numa perspectiva mais incisiva de luta comprometida com mudanças estruturais, ofertando cursos em caráter itinerante.

Figura 27: Manoel de Almeida Cruz palestrando sobre a discriminação racial no Cinema Excelsior em 21/02/1987 – Salvador/Bahia



Fonte: Cruz, Manoel de Almeida. Alternativas para combater o racismo: um estudo sobre o preconceito racial e o racismo - uma proposta de intervenção científica para eliminá-los, 1989, p.77

Como podemos ver na fotografia (Figura 27), Manoel de Almeida reunia em suas palestras, considerável número de participantes dispostos a estudar o preconceito racial através dos fundamentos da *Pedagogia Interétnica*. Na foto, Manoel de Almeida aparece sentado no centro de uma mesa formada por outros possíveis palestrantes, todos direcionam atenção para ele, que parece estar lançando algumas reflexões ao público.

Transformar a identidade racial individual em consciência política fundada na racialidade” (Carneiro, 2023, p.339), instaura um *ethos* pedagógico que é próprio de corpo em movimento, disponível a aprender primeiramente consigo, sem perder de vista tudo que o mundo ensina a cada instante.

Corpo cujo pés raízes, conduzem “subjetividades, conseguem sustentar-se na tensão entre as forças que delas emanam e germinam novos modos de existência” (Rolnik, 2018, p.37). E foi com o corpo memória em movimento que Manoel de Almeida, operacionalizou o combate ao racismo, levando sua proposta em curso, a todos espaços que estavam dispostos a acessar pensamento crítico aos efeitos de poder/saber produzidos pelo *dispositivo de racialidade*.

“Racismo tem novo curso”, foi com esse título que o jornal Tribuna da Bahia de 11/04/1988 noticiou curso de combate ao racismo, o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, com novas instituições parceiras como a Fundação Gregório de Matos, a Divisão de Literatura de Cordel da Fundação Cultural.

O curso que aconteceu na Biblioteca Central dos Barris, em Salvador, foi “fundamentado na *Pedagogia Interétnica* com finalidade de estudar o preconceito racial através do processo educacional (família, escola, meios de comunicação social) e fez recomendações de medidas teóricas e práticas visando a eliminação do racismo” (Racismo [...], Tribuna da Bahia, Salvador, 11 abr. 1988). Na notícia, Manoel de Almeida registra que:

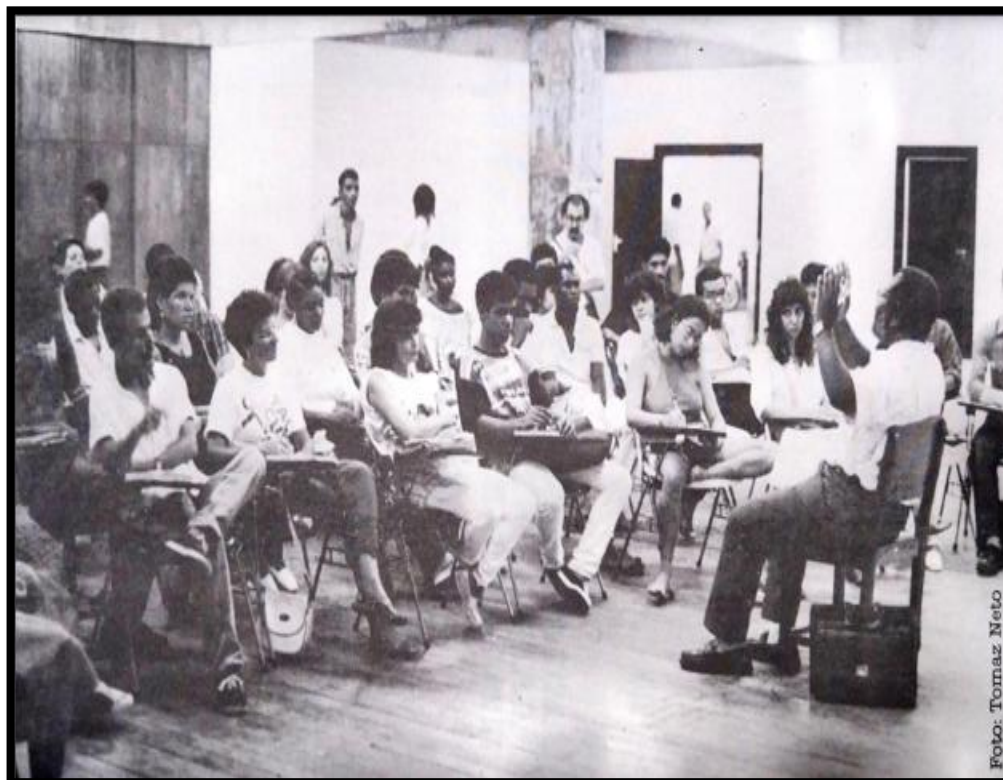
Serão apresentados métodos de combate ao racismo, entre estes, o semiológico, que se fundamenta no estudo do suprematismo branco nos objetos culturais, como meia cor de pele, como se não houvesse outro tom de pele (Cruz, Manoel. Tribuna da Bahia, Salvador, 11 abr.1988)

O incorrigível é figura contestadora e de resistência, nele tem uma insistência que o leva a constituir-se alvo privilegiado de disciplinarização, mas sua determinação e confiança não lhe leva a qualquer subordinação que catalise a luta que é dele e da coletividade.

Os indícios de expressividade desse *ethos* estão por todas as materialidades que alicerçam esta narrativa, mas algumas delas me fizeram ficar na auscultação do movimento que sobressalta visualmente, como no registro fotográfico – Figura 28.

Na fotografia, entre a contemplação, atenção dos participantes do curso, há o registro estanque de um instante, mas que movimenta sentidos, pela expressividade da técnica, do verso, de um Intelectual Circulante, que na ordem do incorrigível atua nas fissuras dos poderes/saberes.

Figura 28: Manoel de Almeida Cruz ministrando o curso de Combate ao racismo Fundação Cultural do Estado da Bahia, abril de 1988



Fonte: Foto – Tomaz Neto. In: Cruz, Manoel de Almeida. Alternativas para combater o racismo: um estudo sobre o preconceito racial e o racismo - uma proposta de intervenção científica para eliminá-los, 1989, p.93

Pelas raízes que sustentam o corpo, a movência do conhecimento nascido no movimento, é via de conexão ao corpo memória estabelecida pelas linhas das tecituras das redes de insurgências, e que por ser resistência, protege da morte, garante o sobre (viver). Eis as alternativas do combate em sua dimensão de estratégia pedagógica, do espaço formativo às páginas semeaduras.

Em março de 1989, o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro e a Divisão de Literatura de Cordel da Fundação Cultural do Estado da Bahia patrocinam o lançamento do livro “Alternativas para combater o racismo: um estudo sobre o preconceito racial e o racismo - uma proposta de intervenção científica para eliminá-los” de Manoel de Almeida Cruz.

Realizado no Bar 68, no Rio Vermelho, Largo de Santana, o evento foi “animado pelos violonistas De Paula e Carcará, cantorias e repentes de Bule-Bule e pronunciamentos de lideranças do Movimento Negro” (O racismo [...], A Tarde, Salvador, 30 mar.1989).

Conforme matéria publicada no jornal A Tarde de 30/03/1989, que noticiou o lançamento com o título “Racismo em livro”, abordou que o principal objetivo da obra era “instrumentalizar em nível teórico, metodológico e prático o combate ao racismo nos mais variados setores da atividade humana que vai desde a escola ao trabalho” (O racismo [...], A Tarde, Salvador, 30 mar.1989).

Dada a palavra a Manoel de Almeida ele pontua “durante todo esse tempo, especialistas da Sociologia e Psicologia Social tem estudado o preconceito racial e o racismo, mas não passaram do patamar dos diagnósticos” (Cruz, Manoel. A Tarde, Salvador, 30 mar.1989).

Consciente de seu papel criador, o *ethos* pedagógico presente na *Pedagogia Interétnica* formulada por Manoel de Almeida Cruz e o coletivo Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, é como crochê, recorro a metáfora visual do fazer crochê.

Antes do artefato pronto pela estética da beleza, há apenas a linha e a agulha, é do primeiro ponto nodal em que se insere agulha, que vão surgindo muitos outros pontos que vão criando formas, abrindo o crochê, cunhando sentido estético, mas sendo sempre resultado do primeiro nó(s). Por isso não abriga apenas a estética, há uma ética de pertencimento estabelecido nos entrelaçamentos de fios descontínuos da existência atravessada por subjetividades, e que por isso, carrega mensagem ancestral:

Em casa eu ouvia sempre por parte de meu pai e minha mãe que quando eles viam um médico negro, achavam que eram mais capazes do que os médicos brancos. [...] pelo fato de serem negros, já era um fator que impedia a ascensão acadêmica, intelectual e social daquele sujeito, pelo fato de ser negro, então eles teriam que estudar mais do que o médico branco. Então eles achavam que o negro, quando se formava, era mais competente do que o branco. O que me mobilizou foi justamente essa informação que tínhamos através das nossas leituras e a própria discriminação que nós sofriamos na sociedade, a partir de nossas verificações empíricas e existenciais (Cruz, Manoel de Almeida. Entrevista- janeiro, 2003. Entrevistador: Ivan Costa Lima, 2017, p.72).

De onde o alicerce do Núcleo Cultural Afro-Brasileiro? No intento de ser “resposta mais científica” ao preconceito racial, ao racismo, sem que estivesse sob a nomenclatura de academicista, pois se a movência caracteriza-se como estratégia insurgente, não cabia o aprisionamento “do patamar dos diagnósticos” (O racismo [...], A Tarde, Salvador, 30 mar.1989).

Portanto, foi preciso mais que reconhecer as formas como o racismo afetava (afeta) a inteligência emocional; de onde a adoção de conexões insurgentes na linha de Sueli Carneiro (2023, p.139) permitiram “libertar a razão sequestrada e romper com a condição de refêns dos discursos de dominação racial”

Neste sentido que o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro (NCAB) “suruiu como grupo de estudos, desembocando numa visão política, quando eu, Manoel Almeida, e demais pessoas criamos o primeiro grupo negro aqui na Bahia, outros grupos negros [...] começam a desnudar a farsa hipócrita da sociedade baiana e brasileira (ALMEIDA, Lino. Entrevista- janeiro, 2003. Entrevistador: Ivan Costa Lima., 2017, p.99). Também, Ana Célia Silva (2002, p.146), pontuou que “Núcleo Cultural Afro-Brasileiro – NCAB (1974), criado por Manoel de Almeida Cruz, foi um dos primeiros grupos organizados no início da década de 1970 em Salvador”.

A esse respeito, na obra da Sueli Carneiro (2023), ao discorrer sobre as “modalidades de resistência negra a partir das vozes testemunhos de sujeitos que encarnam com suas vidas memórias ancestrais” (Carneiro, 2023, p.139), encontro testemunho de Edson Cardoso.

Ao dizer sobre os tortuosos percursos da construção de identidade, Edson Cardoso relata de como para ele foi importante a coexistência com Manoel de Almeida Cruz e o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro nas pessoas de Roberto Santos e Luiz Orlando¹⁵⁶, enquanto dimensão política e coletiva, à movência já na década de 1970, de “pensamento crítico aos efeitos de poder e saber produzidos pelo *dispositivo de racialidade*” (Carneiro, 2023, p.139). Cardoso revela que:

[...] Volto para Salvador, faço vestibular, entro na Universidade Federal da Bahia- UFBA, e o meu interesse era literatura [...]. Faço Letras e aí vou ter o primeiro contato com um grupo negro, [...] Luiz Orlando, Roberto Santos me chamam para fazer parte [...] fico alegando para eles que não vou ter tempo, porque eles queriam que eu fosse responsável pela literatura do núcleo. [...], mas, me lembro de minha emoção de estar sentado em cadeiras brancas do ICBA, sentado num grupo de negros do qual já morreram dois, o Manoel, que depois vai se dedicar à educação, e o Roberto, isso em 1974, já sentado num grupo de um núcleo que se afirmava com uma entidade negra. É minha primeira experiência e eu não fico (Cardoso, Edson, em testemunho a Carneiro, 2023, p.157).

¹⁵⁶ Pedro Andrade Caribé em sua tese: Cinema de Terreiro: o audiovisual negro de Luiz Orlando nos cineclubes em Salvador, realiza estudo aprofundado sobre a atuação de Luiz Orlando na coordenação de uma rede de cineclubes na década de 1980, tendo importante performance na produção de uma curadoria que mobilizava a distribuição e exibição de filmes produzidos por atores e diretores negros, em territórios negros. Neste sentido que Caribé (2019) defende que a atuação de Luiz Orlando no movimento negro e no cineclubismo o levou a desenvolver o que denomina de cinema de terreiro ao se basear em repertório de ancestralidade.

A esse respeito, Sueli Carneiro (2023) pontua que foi encontro entre iguais, entre pares que demarcavam com “autonomia e coragem uma identidade própria”. E acrescenta que o encontro de Edson Cardoso com Manoel de Almeida, Luiz Orlando, Roberto Santos, o encontro com o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro no ICBA foi “um encontro que para ele tem a força educativa de demonstrar que a racialidade é uma possibilidade real de constituição, para além da esquerda, ou em parceria com ela, a uma perspectiva específica de luta comprometida com mudanças estruturais” (CARNEIRO, 2023, p. 339).

Uma luta estabelecida com a inteireza do corpo, pois nas experiências em diáspora, a movência corporal impõe uma redefinição de território, estabelece *ethos* corpóreo para a população negra, pois cabe lembrar que prerrogativa para resistência no Movimento Negro, exige ética de reciprocidade e semeadura de coragem em coletividade, ao enfrentamento do pensamento hegemônico. E, como constituidores da esperança, estabelecem tecituras educativas através de, como salienta Gomes (2010, p. 422) “intelectuais negras e negros que se configuram como um coletivo, organizam-se e criam associações científicas a fim de mapear, problematizar, analisar e produzir conhecimento.”

No final da década de 1980, com a publicação do livro “Alternativas para combater o racismo: um estudo sobre o preconceito racial e o racismo - uma proposta de intervenção científica para eliminá-los”, indícios na própria capa do livro, sugerem que o Núcleo marcava seu pioneirismo em ser uma editora, mas não houve outros elementos suficientes que deem conta, por exemplo, se houveram outras publicações com edição do NCAB.

Assim, demarcavam uma outra etapa da existência do grupo, desenvolvendo uma memória do seu próprio passado coletivo, estabelecendo que essa memória era indissociável da preservação de *ethos* pedagógico que permeou as ações de Manoel de Almeida Cruz e o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro pela elaboração de proposta pedagógica de combate ao racismo no espaço escolar, um *ethos* situado na “resposta mais científica”, em análises “empíricas e existenciais” e na inferência “nossa pedagogia é interétnica”.

Sobre o livro Gerusa Bispo considera, juntamente com o livro da profa. Ana Célia da Silva “A discriminação do negro no livro didático” (2004), basilares a educadoras, educadores e todos que pretendem entender a origem do racismo. E segue narrando Manoel foi o primeiro intelectual que me apresentou, de forma didática como o racismo se constitui, por isso, acredito que deveria ser reeditado com todas as revisões que se fazem necessárias, mas precisa ser alcançado por mais leitores”¹⁵⁷.

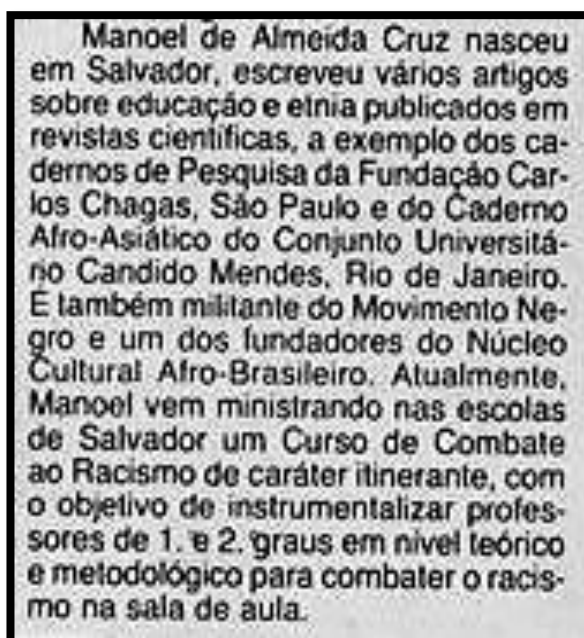
¹⁵⁷ Santos, Gerusa Bispo dos. Entrevista II [jun.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (41 min.)

Comungando dessa importância da obra de Manoel de Almeida Cruz, Lúcia Leão diz que já leu e releu algumas vezes o livro de Manoel de Almeida por perceber o quanto a “Pedagogia Interétnica é importante, precisa ser reconhecida e divulgada” ¹⁵⁸.

O livro de Manoel de Almeida Cruz é a concretização do debate acerca do enfrentamento do racismo. Versa sobre “como podemos promover práticas educacionais voltadas a valorização das culturas negras e indígenas. O considero tão importante, porque se propôs a orientar o ensino antirracista quando ainda nem havia a Lei n.10639/2003. E fico consternada por ser um intelectual tão grandioso e ofuscado da História, embora a homenagem em ser patrono que nomeia a escola municipal no bairro de Cajazeiras XI, ainda acredito ser uma homenagem insuficiente” ¹⁵⁹.

Figura 29: Recorte da notícia

O racismo em livro – trecho com biografia de Manoel de Almeida Cruz



Fonte: (O racismo [...], A Tarde, Salvador, 30 mar.1989)

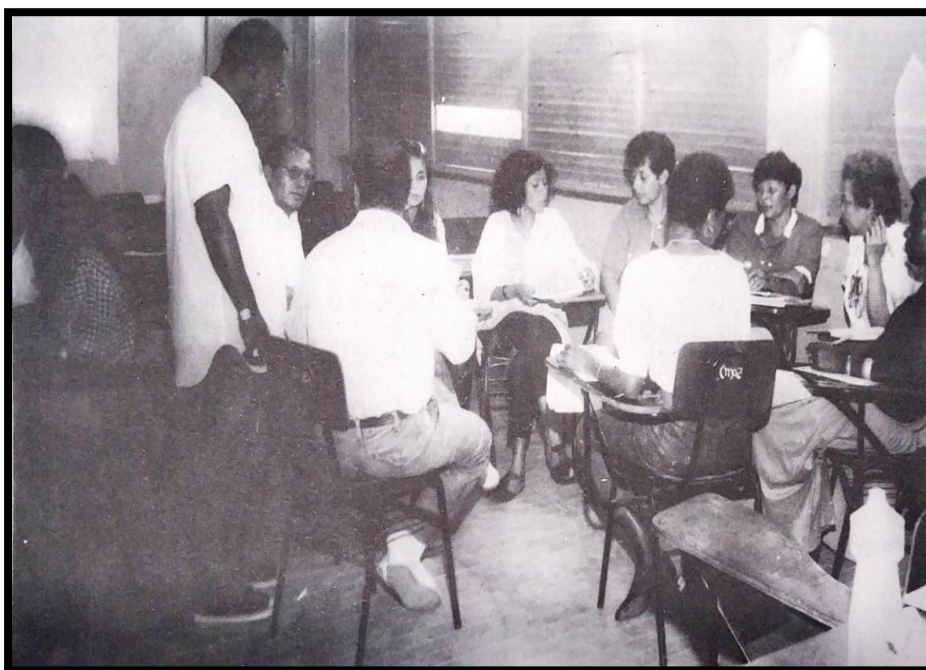
Na nota biográfica publicada na matéria, há ênfase nos artigos publicados por Manoel de Almeida como concretude da realidade que promove seu trabalho intelectual. Contudo esse intelectual negro, contextualizado na insurgência negra, foi construído muito mais que na

¹⁵⁸ Leão, Lúcia Vieira. Entrevista IV [ago.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (20 min.)

¹⁵⁹ Souza, Maria Doralice. Entrevista VI [set.2024]. Entrevistadora: Cristiane Lima S. Rocha. Salvador, 2024. 1 arquivo. mp3 (40 min.)

nomenclatura ou adjetivação, a intelectualidade de Manoel de Almeida Cruz diz da ação como dom transformador, diz da atuação a partir da própria experiência negra, desse transitar itinerante, permeado pelo compromisso do combate ao racismo.

Figura 30: Manoel de Almeida Cruz ministrando o curso de Combate ao racismo na escola Padre Torrend em Dias d'Ávila- Bahia, abril de 1988

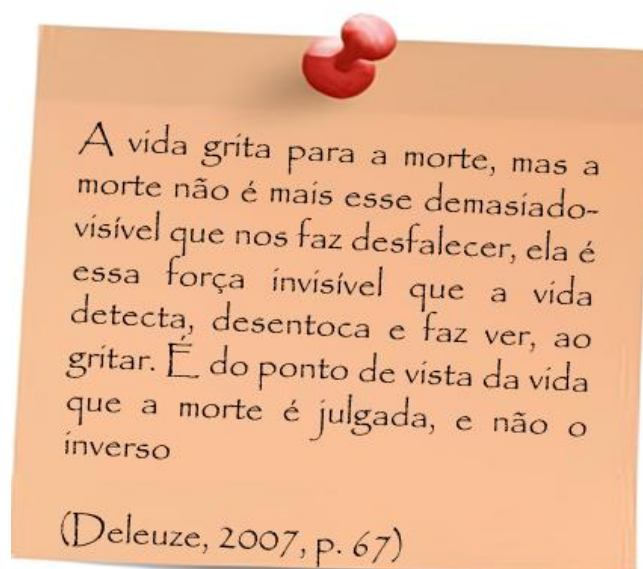


Fonte: Cruz, Manoel de Almeida. Alternativas para combater o racismo: um estudo sobre o preconceito racial e o racismo - uma proposta de intervenção científica para eliminá-los, 1989, p.103

Manoel de Almeida Cruz reconhecia o sentido de uma ação política questionadora, “diariamente exercida na rebeldia contra os conceitos assentados” (Santos, 1997, p.18), pois sua subjetividade era atravessada pela condição do incorrigível. Quem teve oportunidade de conhecê-lo de perto, relata de como sempre sinalizava da importância de estudar e quanto lhe marcou a adjetivação da professora de ser ele: aluno incorrigível. Sobre essa categorização Carneiro (2023) pontua que

Condição de incorrigíveis dos alunos negros no sentido de não dispor de recursos, em particular emocionais, para conformarem-se aos processos de fixação e sujeição presentes na escola, levava-os ao abandono da escola ou desempenho negativo no ambiente escolar. [...] Eis um indício importante da relevância do desenvolvimento da compreensão do dispositivo de racialidade em suas articulações estratégicas com o epistemicídio. Articulado ao epistemicídio, o dispositivo parece encontrar na educação uma realização explícita, daí a relevância de extrairmos dos depoimentos uma compreensão de como nossas testemunhas atravessaram essas questões em sua trajetória escolar (Carneiro, 2023, p. 309).

Uma trajetória escolar, com episódios de evasão, era conhecida pelo Manoel de Almeida Cruz, eram dessas experiências de morte vivenciadas no aparato disciplinador da escola, que Manoel de Almeida crocheteou fios pela vida como forma de manter os artefatos éticos, estéticos do seu fazer epistemológico presente nas memórias produzidas, como lugar da possibilidade, lugar onde se possa exercitar reciprocidade sem o aprisionamento ocidental estabelecido pelas fronteiras das representações e identidades.



Algo que me faz lembrar, e que não deixarei nas “memórias escapes”, uma fala de Milton Santos, em 2001, registrada no documentário “O mundo global visto do lado de cá” produzido pelo cineasta Sílvio Tender.

Eu creio que é difícil ser negro e é difícil ser intelectual no Brasil. Essas duas coisas, juntas, dão o que dão, não é? É difícil ser negro porque, fora das situações de evidência, o cotidiano é muito pesado para os negros. É difícil ser intelectual porque não faz parte da cultura nacional ouvir tranquilamente uma palavra crítica (Milton Santos, 2001).

Como foi ser negro e ser intelectual para Manoel de Almeida Cruz? Como cada um desses e outros atravessamentos, lhe permitiu tecer sua existência? Foram questionamentos, crocheteados nestas linhas, pela movência de recriação da memória que aciona *ethos* ancestral, foi preciso percorrer no vaivém das linhas que atravessaram a condição existencial de um corpo que buscou romper com as dificuldades em ser. Ser negro, ser intelectual. Ser. Sobre(viver).

O que tornou possíveis a Manoel de Almeida Cruz, os entrelaços para sobre(viver) caminhos e horizontes de insurgências? A vida, a micropolítica do cotidiano que escapou das normatividades e que teceram estratégias de (re)existências nas insurgências, para além das tecnologias de operação universais.

Por isso, essa movência está diretamente relacionada à possibilidade da continuação de um pensamento que não se esgota, mas se retroalimenta naturalmente, sem que se feche a outras possibilidades que potencializam sua função ética, estética. Enquanto movimento dinâmico, conecta e reconecta vivências, diz de muitos outros encontros e modos de subjetivação dos quais emergirão outras memórias, sentidos e significados das experiências vividas.

Parece-me possível tecer alegria, esperança, resistência, com memórias que ecoam a potência da vida através do entrelaçamento dos fios de valores ancestrais que sustentam o (sobre)viver, projetam para outras perspectivas do viver.

Memórias como força motriz da interpretação de experiências coletivas, demanda reconhecer na mundividência outras perspectivas existenciais. Dessa forma, inserindo as últimas franjas que dão acabamento a este crochettato na tecitura do intelectual circulante, ensejo tantos outros possíveis crochetar, seja pelas linhas do Manoel de Almeida Cruz, seja pelas tecituras dos corpos memórias que vivem, resistem por escritas e narrativas do vaivém das memórias, e que, por isso, fazem do ético-estético a recondução ao ponto inicial de muitas trajetórias produzidas nas rupturas, na potencialização da vida.

Ensejo horizontes outros... Vem-sermos resistência.

ENTRE RASURAS E ENFRENTAMENTOS



TECENDO CONSIDERAÇÕES

Seção V



DESENHOS: PAULO BRUNO.

Saúdo meus ancestrais pela força que me dão. Saúdo Lélia Gonzalez, Abdias Nascimento, Luiza Bairros, Roberto Santos, Lino Almeida e Manoel de Almeida Cruz ao centro do círculo desse entrelaçamento. A imagem da página anterior remete aos processos e resultados aqui apresentados, o círculo dos fios que crocheteram esta tese representa os ciclos que se abrem e se fecham, considerando a continuidade da materialidade da vida, e da continuidade das forças dos seres vivos nos universos da ancestralidade.

Eis o crochê finalizado, que sendo resultado do primeiro nó(s) entrelaçados pelos sentidos ético, estético, está aberto a adquirir novas formas, como fios descontínuos propensos a serem inseridos em outras agulhas dispostas a crocheter, em mensagem ancestral, intelectualidades que elaboraram espaços críticos de epistemologias insurgentes, lutando pelo direito de viver, confrontando o biopoder.

Neste crochê, busquei, através do que denomino de *Metodologia da Movência*, interpelar as ausências em torno da epistemologia negra e insurgente do intelectual Manoel de Almeida Cruz (1950-2004), junto ao Núcleo Cultural Afro-Brasileiro (1974), no campo da Educação para Relações Étnico-Raciais. Localizei a produção e caráter vanguardista de Manoel de Almeida na elaboração de uma insurgente pedagogia antirracista na Salvador das décadas de 1970 a 1990: a *Pedagogia Interétnica* (1978).

Movência nesta tese, é uma analogia a feitura do crochê, enquanto base metodológica de escrita em que a experiência do intelectual negro, circulante e a atitude educadora inconformista dessa pesquisadora, foram entrelaçados em narrativas que dizem respeito à intelectualidade negra em suas experiências coletivas, que aqui aparecem sob a noção de *Redes de Insurgências*.

A análise da *Pedagogia Interétnica* como manifesto insurgente que construiu processos educativos de pertencimento étnico em Salvador/Bahia nas décadas de 1970 a 1990, enquanto objetivo geral desta pesquisa, evidenciou que o caráter insurgente dessa pedagogia foi elaborado em coletividade, primando pelo combate ao racismo, dialogando com instituições públicas e privadas, inspirando implementações legais a nível do poder executivo municipal e estadual, e, apresentando orientações curriculares.

Em diálogo com as materialidades da pesquisa chego ao resultado de que a insurgência dessa Pedagogia, está nos seus pressupostos. É insurgente. É uma pedagogia preta, baiana, soteropolitana, ancorada na cosmologia afro-brasileira. É uma Pedagogia formulada por intelectual negro, baiano, que apoiada nos movimentos insurgentes que demarcam os anos de 1970 a 1990 na América Latina e no Brasil, junto ao Núcleo Cultural Afro-Brasileiro (NCAB), apresentou possibilidades de se auto representar em suas bases teórica-metodológicas.

Os primeiros levantamentos e análises foram com base nos jornais do período em estudo, neles enveredado na atuação do Núcleo Cultural Afro-Brasileiro (1974) pelas brechas da convicção, que nos idos de 1970 ainda era compartilhada, de que não havia racismo no Brasil. Ao construir, com próprios recursos a partir de seminários e cursos, proposta de intervenção científica para combater o racismo, o Núcleo Brasileiro Afro-Brasileiro, estabeleceu articulações com diversos intelectuais, em sua maioria ligados a ambientes acadêmicos.

Assim deixo evidenciado no texto, que até chegar à noção de *Pedagogia Interétnica* (1978) houve que se estabelecer os caminhos e alianças possíveis ao reconhecimento de epistemologias produzidas por subjetividades que colocaram em xeque a função estratégica, sobretudo apaziguadora da democracia racial às tensões étnico-raciais.

As análises das matérias presentes em jornais como *A Tarde*, *Diário de Notícias*, *Tribuna da Bahia*, indicam que notícias não são apenas notícias, diz de manutenção de hierarquias e privilégios, diz de elaborações de linguagens, e de produção de epistemologias, tem caráter pedagógico. Mas, indicam, também, que a comunicação jornalística para o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, para Manoel de Almeida Cruz, teve lugar especial de produzir conhecimento, fazer circular e educar, onde as pautas centrais, não era apenas a denúncia pela denúncia do racismo estrutural, mas, propositivas ao combate que se delineia pavimentado pela insurgência de intelectuais.

O percurso pela memória social do Movimento Negro e das pesquisas em Educação para Relações Étnico Raciais dos últimos vinte anos em especial no âmbito do Grupo de Trabalho Educação e Relações Étnico Raciais- GT 21 da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd, me levaram aos objetivos específicos, da necessidade de compor trajetória e biografia social do professor Manoel de Almeida Cruz (1950-2004), por ser ele o principal formulador da *Pedagogia Interétnica*, foi preciso situar seu lugar de engajamento intelectual comprometido em combater o racismo no espaço escolar, propondo uma educação interétnica baseada nos referenciais afro-brasileiros e indígenas.

E de repente o que me pareceu vontade de analisar e demonstrar que sobre a *Pedagogia Interétnica*, ainda havia muito a se dizer, como sinalizou o Ivan Costa Lima (2017), me vi angustiada por não ter tido a possibilidade de acessar todo arquivo pessoal de Manoel de Almeida, ao mesmo tempo que um manuscrito, uma correspondência, parte de seus livros se tornaram preciosidades que esperavam por meu olhar atento.

As entrevistas com as mulheres e homens que fazem parte da rede de insurgências de Manoel de Almeida Cruz, me fizeram ouvir atenta com ouvidos, mas, também com os olhos, em todos vi muita vontade de memória, a ponto de me sentir acuada, assumindo a grande

responsabilidade, pois ao final de cada entrevista, ouvi o quanto esta pesquisa honra, fortalece, contribui à história mal contada de Manoel de Almeida Cruz e sua proposta pedagógica de rompimento com o currículo eurocentrado.

Estive diante de uma rede de insurgências que através dos seus testemunhos e recordações, são hoje, também, corpo-memórias de uma coletividade comprometida com a recusa do esquecimento como projeto de ocultamento, silenciamento da importante trajetória de Manoel de Almeida Cruz.

Por isso, dividir a responsabilidade com todas e todos, são sujeitos desta tese, que trazem relatos cruciais a reelaboração de hipóteses, ao diálogo com as leituras bibliográficas, mas que escapam a qualquer enquadramento teórico. O diálogo com as memórias dos que conviveram com Manoel de Almeida Cruz me permitiu uma reconstrução que evoca e localiza acontecimentos e vivências, em determinado tempo e espaço, sem a repetição cronológica, linear dos acontecimentos e vivências.

As entrevistas subvertem até mesmo a lógica da rotina e do silêncio dos ambientes arquivísticos, e de repente me vi diante a tecitura da vida do Manoel de Almeida. Uma vida pautada na circularidade por entre grupos do Movimento Negro, por outros grupos de resistência como os de poetas de rua, e por entre os diversos intelectuais que se reuniam no bar Mimosa no bairro Dois de Julho em Salvador, Bahia, uma vida permeada por ações micropolíticas que fortaleceram a compreensão da dimensão coletiva do NCAB e me levou à dimensão da intelectualidade de Manoel de Almeida Cruz: *Intellectual Negro, Circulante*.

Preservo o elemento étnico, é *Intellectual Negro*, para demarcar que o termo intelectual, embora ocidentalizado, pode nomear pessoas negras, indígenas tanto no conjunto da elaboração e preservação dos seus saberes ancestrais, quanto, na produção de estudos, reflexões e formulações práticas, teóricas de relevância social. De onde detive-me à tentativa de elaborar uma dimensão a sua intelectualidade, que destacasse sua importante contribuição ao caráter analítico e operacional do combate ao racismo: *Intellectual Circulante*.

O Intellectual Circulante é corpo, voz do *ethos pedagógico ancestral* que defende a legitimidade da memória que se consolida no presente e que se formula para o futuro, e que, portanto, produz conhecimento que circula a favor da tomada de consciência.

O fato é que a atuação de Manoel de Almeida Cruz na perspectiva Intellectual Circulante, significou, primeiro, desenvolver processos pedagógicos interétnicos a partir da sua relação com uma rede de insurgências; segundo, adotar subjetividade diaspórica, que reivindica a condição de sujeito.

Os entrelaçamentos entre as ações insurgentes documentadas nas notícias de jornais, bem como, nas memórias narradas em entrevistas semiestruturadas, indicam que os processos educativos interétnicos na Salvador dos anos de 1970 a 1990, foram fomentados pela circularidade de Manoel de Almeida Cruz e seus repertórios, composições junto ao Núcleo Cultural Afro Brasileiro, anos, mais tarde, junto a Escola Criativa do Olodum. São processos educacionais que demarcaram as pluriépistemologia assentadas em valores ético-políticos e ancestrais e culminou em formações, cursos, seminários com vistas à implementação da Pedagogia Interétnica, daí a formulação da noção que denomino *Ethos Pedagógico Ancestral*.

Esse *ethos* diz do corpo que com sua própria história coloca a vida em movimento para localizar a confluência das experiências, buscando manter-se vivo pela elaboração de repertório coletivo, comprometimento com a experimentação da liberdade de criação, em prol de alternativas de combate ao racismo, e que, por isso, reflete vivências e evidências da importância da sua trajetória e da sua rede de insurgências.

E nessas texturas em linhas, formulei biografia social de Manoel de Almeida Cruz, com suas contradições e incoerências, a partir de como suas inteligibilidades, atravessamentos e deslocamentos permanecem nas memórias de mulheres e homens que sendo parte das suas redes de insurgências, expressam em seus próprios termos, as experiências vividas por ele.

Nos rastros da prática leitora de Manoel de Almeida, analiso seu acervo bibliográfico, disponível para acesso, chego à constatação que foi ponto chave ao crocheter das referenciais mais largas que permeiam o *ethos pedagógico ancestral* em Manoel de Almeida Cruz, ele literalmente lia o mundo.

Dentre as principais leituras referências encontro Félix Guattari, Gilles Deleuze, Paulo Freire, Franz Fanon, Neusa Maria Santos Sousa, Guerreiro Ramos, no que defendo que em Manoel de Almeida Cruz o combate ao racismo passava, também, pelo combate à lógica que controla e mata tudo que atravessa as subjetividades, que fomenta a necropolítica que alimenta o capitalismo, onde pessoas passam a ser objetos formatados para alimentar o consumo.

A leitura e estudo do livro autoral de Manoel de Almeida Cruz me apresentou as problematizações em torno das raízes históricas do preconceito e da discriminação racial; estudo e análise do preconceito cultural, o etnocentrismo e a situação socioeconômica da população negra e indígena; há ainda análise da linguagem e do discurso racista e algumas perspectivas de letramento racial, são apresentadas e problematizadas também, as teorias pseudocientíficas de superioridade racial e seus mecanismos que estabelecem a autorrejeição, e os reflexos condicionados da população negra.

Além disso, embora o livro seja uma construção textual a partir do masculino, é importante dizer que há alguns pontos de problematização da condição das mulheres negras, ao evidenciar, a partir das críticas as literaturas nacionais estrangeiras, a estrutura social em que mulheres negras são desumanizadas e objetificadas sexualmente. Portanto problematiza como mulheres negras são hipersexualizadas, como se objetos fossem.

A partir da leitura do livro, defendo, ainda, que há a constituição de uma tecitura de saberes plurais cuja textualidades e tecnologias de conhecimento são produzidos pela problematização e deslocamento da epistemologia ocidental de negação e controle do conhecimento das populações negra e indígena, da condição de indesejável; ao tempo, que na práxis insurgente, viabiliza práticas pedagógicas embasadas nas experiências epistemológicas de negros e indígenas, a partir de valores ancestrais imbrincados.

Para Manoel de Almeida, o fundamental da inserção da Pedagogia Interétnica nos currículos escolares, passava pela reavaliação do preconceito racial no processo educacional seja na família, na comunidade, na escola, nos meios de comunicação e assim propôs medidas educativas com vistas a inserção no currículo de formação de professores, e no currículo escolar.

Houve algumas iniciativas no âmbito da formação de professores, a Lei Municipal/Salvador 4.741 de 1993 tomou por referência a *Pedagogia Interétnica* e instituiu curso preparatório ao corpo docente para implementação de proposta de conteúdo programático de ensino baseada na Cultura e na História das populações negra e indígena, mas não passou de projeto piloto. No âmbito do currículo escolar a aprovação da inserção de disciplinas compatíveis com a *Pedagogia Interétnica*, no currículo das escolas municipais de Salvador, já em 1986, também encontrou obstáculos burocráticos de implementação. Durante a década de 1990, encontrou êxito na Escola Criativa do Olodum.

Incansavelmente Manoel de Almeida Cruz, continuou circulante pela força que o faz ser expressão de força vital à sua rede de insurgências, estabeleceu outras movências para que a proposta pedagógica de fato chegasse aos espaços escolares, o que me permite dizer que Manoel de Almeida Cruz foi um intelectual negro, circulante, insurgente, incorrigível.

O incorrigível nesta escrita diz da figura contestadora e de resistência, nele tem uma insistência que o leva a constituir-se alvo privilegiado de disciplinarização, mas sua determinação e confiança não lhe leva a qualquer subordinação que catalise a luta que é dele e da coletividade, de onde surgiu a noção de *Pedagogia do Incorrigível*, o corpo atuante, criativo e comprometido com descolonização que move redes de insurgências para o fortalecimento de profundas alternativas de combate ao racismo

O movimento educador de Manoel de Almeida Cruz é inspirador, pois, decerto que na Educação os conflitos sociais e raciais não ficam do lado de fora, por ser construtora de identidades múltiplas, e essa força circulante, insurgente e incorrigível deste intelectual negro me permitiu enveredar com inteireza da minha vida de mulher, negra, mãe, educadora na elaboração desses escritos que expressam os traços mais tangíveis dos sujeitos insurgentes, complexos e plurais, que através da indagação da experiência vivida, fomentaram abordagem epistêmica das experiências registradas no corpo memória que mobiliza instantes e sentidos das vozes da insurgência de uma Pedagogia.

Me incomodou também os silêncios daqueles que não se pronunciaram sobre participar ou não das entrevistas. Não houve o sim, não houve o não, apenas o vazio de nenhum retorno diante as tentativas de contato, o barulho desses silêncios soara desconcertantes na minha cabeça, conjecturei alguns pontos de hipóteses, sem delongas diante gama de informações presentes nas narrativas dos que aceitaram.

Nestes tempos em que ainda nos rodam as ameaças, derivadas e alimentadas por discursos de ódio, discursos de negação da Ciência, discursos que avalizam violência, misoginia, racismo, descaso com as minorias e, conseqüentemente, a corrosão das instituições democráticas, é preciso reafirmar a resistência de combate ao racismo a partir de ação conjunta que descortine, denuncie opressão que opera a discriminação racial no Brasil.

Cabe a todas e todos, dentro ou fora dos espaços acadêmicos, dizer do que realmente importa no que se refere à experiência de ser negro, de ser mulher; dizer dos saberes necessários à autoproteção e proteção. Portanto, convoco a nomear sentidos, significados e existências através do entrelaçamento dos fios de valores ancestrais que sustentam o (sobre)viver, e que podem tornar possíveis tecituras da alegria, da esperança, da resistência; ecoar memórias da potência da vida; projetar para outras perspectivas do viver.

A tese alcança os resultados almejados em seus objetivos, trazendo à tona a importância do diálogo entre a experiência negra vivida e o pensamento crítico de forma a problematizar e transpor as fronteiras discursivas do dispositivo da racialidade, operacionalizando os movimentos educador estabelecidos pelo intelectual negro, circulante, insurgente Manoel de Almeida Cruz.

São resultados, sem tom de conclusivo, prescritivo, são da experiência escreviente, atravessada por outras subjetividades que ressignificaram os movimentos de pensar e fazer pesquisa pela continuidade daqueles que vieram antes e que permanecem (nós).

Assim, para além dessa contribuição que pretendo a levar a mais espaços através de divulgação de artigos em revistas científicas, penso que esses escritos podem atravessar projeto

político de instituições educacionais compromissadas em ampliar, incentivar expressividade teórica e prática a formação inicial ou continuada no campo da Educação para Relações Étnico-Raciais, da História da Educação a professoras e professores.

Nas narrativas dos intelectuais insurgentes que aqui expuseram suas memórias, existem os “nós” que potencializam as conexões, reconectam vivências de muitos outros encontros e modos de subjetivação dos quais emergirão outras memórias, sentidos e significados das experiências vividas, o que é perceptível em trechos das narrativas que não foram trabalhados na tese como por exemplo, se alguns aspectos e métodos da *Pedagogia Interétnica*, estão incorporados ou não na Lei 10.639/2003? Há indícios, que não foram aqui debatidos, de que durante os debates do Projeto Lei 10.639/2003, a então Ministra de Estado, Secretaria Especial da Assistência e Promoção Social, Benedita da Silva, versava sobre a anterioridade e protagonismo de Salvador em pensar, implementar ações pedagógicas e legais para inserção ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas.

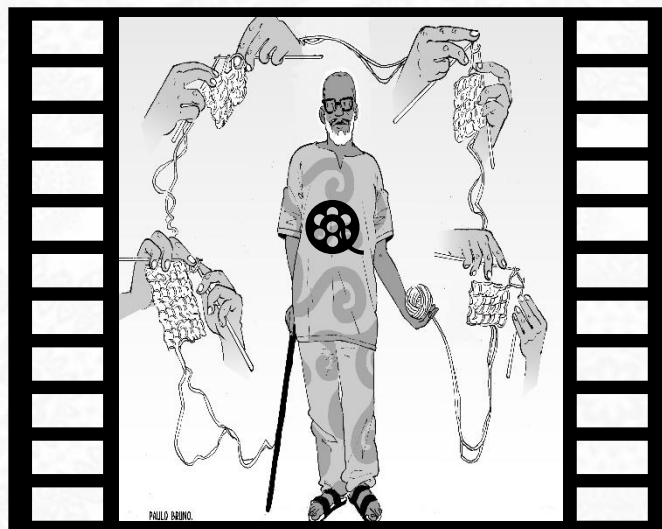
São pontos, que podem vir a ser analisados, debatidos, ampliados em artigos, ou até mesmo em outras propostas de pesquisa que abordem a temática da Educação para Relações Étnico-Raciais, a partir da *Pedagogia Interétnica*.

A tese tem o potencial de contribuir, ainda, para outros alargamentos e possíveis estudos que decorrem dela, abrindo possibilidades a pesquisadoras e pesquisadores que com compromisso ético, podem enveredar em temas como: o currículo proposto pela Pedagogia Interétnica, aprofundando análise das “sugestões práticas para uma didática interétnica para professores...”, apresentadas no livro autoral de Manoel de Almeida Cruz; os conceitos de racismo, raça e etnia em Manoel de Almeida Cruz; masculinidades negras sob os atravessamentos das amarras do patriarcalismo; Entre as mortes e muitas lutas – o processo de adoecimento de militantes negros; o que versa a Pedagogia Interétnica sobre estética negra e letramento racial; o arquivo pessoal de Manoel de Almeida Cruz; diálogos pedagógicos entre Manoel de Almeida Cruz e Paulo Freire, dentre outros.

No espaço escolar, acredito que os resultados desse estudo podem fomentar práticas de positivação dos saberes africanos, afro-brasileiros e indígenas; vislumbrar Manoel de Almeida Cruz na sua condição de intelectual, personalidade negra; possibilitar o debate numa perspectiva didático-pedagógica de categorias/conceitos como amefricanidade, ancestralidade, dispositivo de racialidade, interétnica.

São, pois, entrelaçamentos da possibilidade da continuação de um pensamento que não se esgota, se retroalimenta na luta pelo direito de viver; são, fios descontínuos que perpassaram por agulhas dispostas a crocheter, mensagem ancestral.

Linhas finais do crochê – pelas tecituras de Manoel de Almeida Cruz



Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1fi0NurfAIZgtgVkeUnmL577ro6bRM_R9/view?usp=sharing

Produção

Vídeo: Matheus Santos

Desenho: Paulo Bruno

Música: Ao teu lado - Composição: Amaro Freitas / Liniker.

Cantam: Liniker/AnaVitória. . Álbum Caju, 2024.

PROCESSOS EDUCATIVOS INTERÉTNICOS PELAS TECITURAS DE MANOEL DE ALMEIDA CRUZ SALVADOR-BAHIA, 1970-1990



REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen (Feminismos Plurais), 2019.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araujo. **História do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2016.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. in: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

ALBERTO, Paulina L. **Termos de inclusão: intelectuais negros brasileiros no século XX**; tradução Elizabeth de Avelar Solano Martins. São Paulo: Editora da Unicamp, 2017.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, Mirianne Santos de. **Entre gritos e silêncios: ecos de uma pedagogia de (re) existência com meninas quilombolas** (Tese - Doutorado em Educação) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2019.

ALMEIDA, Raquel. **Contos de Yõnu**. Tradução Charô. São Paulo: Elo da Corrente Edições, 2019

AMORIM, Simone Silveira. **Trajetória de Alfredo Montes, 1848-1906: representações da configuração do trabalho docente no ensino secundário em Sergipe**. São Cristóvão: Editora: UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2009.

ANTONACCI, Maria Antonieta. **Memórias ancoradas em corpos negros**. São Paulo: EDUC, 2013.

ANZALDÚA, Glória. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. Tradução MARCO, Édna. **Estudos Feministas**. Ano 8, p 229-236. 1º SEMESTRE 2000. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880> Acesso em 29/09/2023

ARROYO, Miguel González. **Ofício de mestre: Imagens e autoimagens**. Petrópolis: Vozes, 2002

ASSIS, Cristina Ferreira de; BRITO, Gilmário Moreira.. ALBERTO DE ASSIS: professor, autor e intelectual na História da educação da Bahia republicana. **Revista Teias** -As gentes na História da Educação: das margens dos rios às periferias urbanas v. 25, n. 78, p.77-90, jul./set. 2024.

BACELAR, Jéferson. **Mario Gusmão: um príncipe negro na terra dos dragões da maldade**. 2003. (Tese de Doutorado, Pós-Graduação Ciências Sociais). Salvador, UFBA.

BALTHAZAR, Gregory da Silva. **Corpos que ardem**: ética e feminismos nas artes visuais. Tese (Doutorado) – UFRGS/PPGE, Porto Alegre, 2018.

BALTHAZAR, Gregory da Silva; MARCELLO, Fabiana de Amorim. Feminismos para além dos feminismos: êthos crítico e transformação do pensamento. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.34, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698192828> Acesso: 14/out/2022

BARBOSA, Cléber César da Silva. **A criação da Universidade do Estado da Bahia, Campus I**: entre relatos pessoais e histórias institucionais (1980-1983). Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2021.

BARROS, Iure Alcântara dos Santos. **Colégio Central da Bahia** : conflitos e resistências na história da educação (1964-1985). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Santa Cruz. Programa de Pós-graduação em Educação. Ilhéus, 2023.

BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001

BORGES, Simone dos Santos. **Um capítulo de história da educação na Bahia**: a implementação da LDBEN nº4.024/61 sob a ótica do Jornal A Tarde (1960-1971). Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2022.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de história e cultura Afro-Brasileira e Africana. **Parecer CNE/CP 3/2004**, de 10 de março de 2004.

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, janeiro de 2003.

BRASIL. Lei n.11.645/08, de 10 de março de 2008. Estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena no Ensino Básico. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, março de 2008.

CARIBÉ, Pedro Andrade. **Cinema de Terreiro**: o audiovisual negro de Luiz Orlando nos cineclubes em Salvador. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Universidade de Brasília. Faculdade de Comunicação, Brasília, 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023

CARVALHO, Ana Maria Pessoa de. **Ensino de ciências**: unindo a pesquisa e a prática. São Paulo: Thomson Learning, 2004.

CARVALHO, Carlos Henrique de; CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de. História/Historiografia da Educação e Inovação Metodológica: fontes e perspectivas. In: COSTA, Célio Juvenal; MELO, Joaquim José Pereira; FABIANO, Luiz Hermenegildo. **Fontes e métodos em História da Educação**. Dourados, MS: Ed.UFGD, 2010.

CORAZZA, Sandra Mara Org. **Métodos de transcrição**: pesquisa em educação da diferença. São Leopoldo, OIKOS, 2020.

COSTA, Cléria Botelho. A escuta do outro: dilemas da interpretação. **Revista de História Oral**, v.17, p. 47-65, 2014.

CRUZ, Cristiane Copque da. **Introdução aos estudos africanos na escola**: trajetórias de uma luta histórica. [Dissertação de mestrado]. UFBA.FACED, 2008.

CRUZ, Manoel de Almeida. Pedagogia Interétnica. In: **Estudos Afro-Asiáticos**. CEAA/CCM, nº 8-9, p. 53-60, 1983.

CRUZ, Manoel de Almeida. **Alternativas para combater o racismo**: um estudo sobre o preconceito racial e o racismo. Uma proposta de intervenção científica para eliminá-los. Salvador: Edições Núcleo Cultural Afrobrasileiro, 1989.

CRUZ, Manoel de Almeida. **A pedagogia interétnica na Escola Criativa Olodum e na rede municipal de ensino**. In: GBÀLÁ, Aracaju, Saci, 1996

DELEUZE, Gilles. **Lógica da Sensação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2007.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka**: por uma literatura menor. São Paulo: Autêntica, 2014.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **A imagem sobrevivente**: história da arte e tempo de fantasmas segundo Aby Warburg. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

EVARISTO, Conceição. **Histórias de leves enganos e parecenças**. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

EVARISTO, Conceição. A Escrivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima, NUNES, Isabella Rosado Nunes (orgs). **Escrivência**: a escrita de nós - reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2009.

FELIPE, Mara Sueli Borges. **Pedagogia Olodum**: epistemologia do samba-reggae. Dissertação (Mestrado). Porto Seguro: Universidade Federal do Sul da Bahia, 2023.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 151-162, jan./jun. 2002.

FOUCAULT, Michel. Preface. In: Gilles Deleuze e Félix Guattari. **Anti-Oedipus**: Capitalism and Schizophrenia. Traduzido por Wanderson Flor do Nascimento New York: Viking Press, pp. 11-14, 1977.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. São Paulo: Loyola, 1994 (Série Leituras Filosóficas)

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**. Tradução Vera Lúcia Avelar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

FOUCAULT, Michel. Conversa com Michel Foucault. In: **Ditos e Escritos VI**: Repensar a Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos volume IX**: Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GNACCARINI, J. César; QUEIROZ, Renato da Silva. Problemes ethniques d'un pays multiracial. In: **Passarellles-Revue D'Études Interculturelles**, v.5, p.53-59 1992.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Apresentação. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (Orgs.). **Intelectuais Mediadores**: Práticas culturais e Ação Política. 1. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula. (orgs.). **Epistemologia do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro Educador – releituras, encontros e trocas de saberes. In: GOMES, Nima Lino (org.). **Saberes das lutas do Movimento Negro Educador**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

GONZALEZ, Lélia & HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da Amefricanidade. **Revista Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, 92/93, p.69-82, jan-jun, 1988.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa Diáspora Africana: Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Orgs RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GROSGOUEL, Ramón. Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias decoloniais. **Ciência & Cultura**, v.59, n.2. São Paulo, abr/jun, 2007. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v59n2/a15v59n2.pdf>. Acesso: 01/08/2022

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

hooks, bell. Intelectuais Negras. In: **Estudos Feministas**. IFCS/UFRJ – PPCIS/UFRJ – vol.3 nº 2/1995.

hooks, bell. **A gente é da hora**: homens negros e masculinidades; tradução Vinícius da Silva. São Paulo: Elefante, 2022a.

hooks, bell. **Escrever além da raça**: teoria e prática; tradução Jess Oliveira. São Paulo: Elefante, 2022b.

JENKINS, Keith. **A História repensada**. Tradução Mário Vilela. São Paulo: Contexto, 2001.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: Episódios de Racismo Cotidiano. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal e lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1990. (Coleção Repertórios)

LIMA, Hanayana Brandão Guimarães Fontes. Instituto Cultural Brasil Alemanha e sua produção simbólica na Bahia: pontos de partida. **XV Enecult – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**. Salvador: UFBA, 2019. Disponível em: <http://www.xvenecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-484/112299.pdf> Acesso 23/09/2024

LIMA, Ivan Costa. **Uma proposta pedagógica do movimento negro no Brasil**: pedagogia interétnica de Salvador, uma ação de combate ao racismo. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. SC, 2004.

LIMA, Ivan Costa. **História da Educação do Negro(a) no Brasil**: pedagogia interétnica de Salvador, uma ação de combate ao racismo. Curitiba, Appris, 2017.

LIMA, Solyane Silveira; AMORIM, Simone Silveira; SANTOS, Vera Maria dos. Apontamentos para discutir as noções de “campo” e “intelectuais” a partir da trajetória profissional de dois sergipanos. **Interfaces Científicas – Educação**, Aracaju, v.7, n.2, p. 85 – 96 – Fevereiro.2019.

LOURO, Guacira. Conhecer, pesquisar, escrever. **Educação, Sociedade & Culturas**, n 25, 2007, 235-245

MARQUES, Eugenia P. de Siqueira; DIAS, Lucimar Rosa. GT 21 DA ANPED - Educação e Relações Étnico-Raciais – 20 anos de resistência e produção de conhecimento. **Revista Brasileira de Educação, Cultura e Linguagem** (RBECL) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, volume 5, n.10, 2021. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/educacaoculturalinguagem/article/view/6776> Acesso em: 24/10/2022.

MACHADO, Vanda. **Exu: o senhor dos caminhos e das alegrias** in Encontros Multidisciplinares de Cultura – ENECULT, VI, 2010, Salvador, Ba. Anais (on-line). Salvador: ENECULT, 2010. Disponível em: <http://www.vienecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload/24929.pdf> Acesso em: 29/09/2023.

MATOS, Consuelo Almeida. **A Bahia de Hildegardes Vianna: um estudo sobre a representação de mulheres negras**. [Dissertação de mestrado]. UFBA- Departamento de Ciências Humanas, 2008.

MENEZES, E. T; SANTOS, T. H. Verbete Conferência de Jomtien. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educa Brasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <https://educabrasil.com.br/conferencia-de-jomtien/> . Acesso em 20/10/2024.

MESQUITA, Ilka Miglio de. **Memórias/identidades em relação ao ensino e formação de professores de História: diálogos com fóruns acadêmicos nacionais**. (Tese de Doutorado) Faculdade de Educação, Universidade de Campinas. Campinas, 2008.

MIGNOLO, Walter. **Histórias Globais/projetos Locais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MOMBAÇA, Jota. **Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência**, 2016. Disponível em: https://issuu.com/amilcarpacker/docs/rumo_a_uma_redistribuicao_a_o_da_vi/19 Acesso em: 29/09/2023

MOMOLI, Daniel Bruno; LOPONTE, Luciana Gruppelli. Experimentar outros modos de habitar a escola: arte e filosofia na pesquisa em educação. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**. v. 15, n. 39, 2018.

MOSSI, Cristian Poletti. **Um corpo-sem-órgãos, sobrejustaposições: quem a pesquisa [em educação] pensa que é**. Santa Maria, RS: Ed. da UFSM, 2017.

MOURA, Milton. **Notas sobre o verbo invadir no contexto social de Salvador**: Cadernos do Centro de Estudos e Ação Social de Salvador, Salvador, n.125, 1990.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004

NASCIMENTO, Abdias. **O negro revoltado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [1968] 1982

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Abdias. Candidatos negros e mulatos. In: **Quilombo**: vida, problema e aspirações do negro, Rio de Janeiro, ano II, n. 6, fevereiro de 1950, p.1

NASCIMENTO, Beatriz; RATTTS, Alex (Org.). **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza & Imprensa Oficial, 2006

NASCIMENTO, Beatriz; RATTTS, Alex (Org). **O negro visto por ele mesmo**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

NATÁLIA, Livia. **Água negra e outras águas**. Salvador: EPP, 2016.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Assim falou Zaratustra**: um livro para todos e para ninguém. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

NOGUEIRA, Sidnei **Intolerância religiosa** [livro eletrônico]. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2020.

NUNES, Antonietta d'Aguiar. **Fundamentos e políticas educacionais**: história, memória e trajetória da educação na Bahia. In: Revista UEPG. Ponta Grossa, 16(2); 209-224, dez, 2008

OLIVEIRA, Evaldo Ribeiro. **Negro intelectual, intelectual negro ou negro-intelectual: considerações do processo de constituir-se negro intelectual**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSCar, 2014.

OLIVEIRA, Iolanda de; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; PINTO, Regina Pahim (Orgs). **Negro e educação**: escola, identidades, cultura e políticas públicas. São Paulo: Ação Educativa, ANPEd, 2005.

OLIVEIRA, Iris Verena. Escrivivências e limites da identidade na produção de intelectuais negros. **Currículo sem fronteiras**. v. 17, n. 3, p. 633-658, 2017.

OLIVEIRA, Rafael Soares de. **O feitiço de Oxum**: um estudo sobre o Ilê Axé Iyá Nassô Oká e suas relações em rede com outros terreiros. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2005.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero; tradução wanderson flor do nascimento. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves, (organizadoras). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

PATEZ, Danilo Ribeiro. **Representações discursivas sobre pessoas em situação de pobreza em Salvador (Ba) nos jornais A Tarde, Correio e Tribuna da Bahia – 2020-2022**.

Dissertação (Mestrado) UNEB, Programa de Pós-Graduação em Letras, Teixeira de Freitas, 2024.

PEREIRA, Paulo Marcos. Intelectuais negros(as) e negros(as) intelectuais: breve reflexão sobre o conceito. In: **Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade** - Bom Jesus da Lapa, v. 1, n. 1, p. 61-72, jan./abr. 2019

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2019.

PINHO, Osmundo de Araújo; FIGUEIREDO, Ângela. Ideias fora do lugar e o lugar do negro. In: **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

PINTO, Ana Flávia. **A imprensa negra no Brasil** – momentos iniciais. Disponível em <http://www.irohin.org.br/exp/index.htm>. Acesso 23/09/23

RAIMUNDO, José Ricardo Miranda. **Escrevivências Poéticas entre Vozes Femininas na Antologia Escrituras Negras - A Mulher que Reluz em Mim**: Cecília Peixoto, Patrícia Anunciada e Cristiane Lima. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Portugêses) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2023.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Apresentação da negritude. In: **Quilombo**: vida, problema e aspirações do negro, Rio de Janeiro, ano II, n.10, junho-julho de 1950, p.11.

RAMOS, Stephane; GOMES, Flávio. Dos laços e nós da diáspora. Entrevista com Kim D. Butler. In: **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as)** (ABPN), v. 13, n. 35, p. 93-105, 2021.

ROCHA, Cristiane Lima Santos. Cajazeiras Guerreira.[ass. Cristiane Lima] In: SAMPAIO, Alessandra. **Afluentes Poéticos**. Campos dos Goyatacazes: Darda Editora, 2018, p.29.

ROCHA, Cristiane Lima Santos. Resistência.[ass. Cristiane Lima] In: NASCIMENTO, Jeovânia Pinheiro do. **Escrituras Negras – A mulher que reluz em mim**. São Paulo: Editora Ixtlan, 2020, p.56

ROCHA, Cristiane Lima Santos; MESQUITA, Ilka Miglio. Pelas brechas do currículo: a formação do processo educativo interétnico em Salvador, Bahia - 1970-1980. *Brazilian Journal of Development*, 8(2), 11080–11094, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv8n2-175>

ROCHA, José Geraldo da; COUTO, Andréia. Avaliação Concurso Negro e Educação: Relatório Final. São Paulo: Ação Educativa/Assessoria Pesquisa e Informação, 2007.

ROLNIK, Suely. **Esferas da Insurreição**: Notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2018

SALES, Reinaldo Eduardo da Silva. “**Não é só sobre as ervas, mas sobre a vida como um todo**”: o ethos feminino comunitário entre as erveiras de Marudá. Tese (Doutorado em Educação. Aracaju, SE, Universidade Tiradentes, 2023

SALLES, Cecília Almeida. **Gesto Inacabado**: processo de criação artística. 2 ed. São Paulo: FAPESP – Annablume, 2004.

SALVADOR. Lei n.4.741/93, de 21 de junho de 1993. Intituiu a criação do curso preparatório para o corpo docente e outros especialistas da rede municipal de ensino, visando a implantação de disciplinas, conteúdos programáticos no currículo, baseadas na Cultura e na História de negros e [indígenas], de acordo a Pedagogia Interétnica. **Diário Oficial do Município**. Salvador, junho de 1993.

SAMPAIO, Alessandra. **Transbordando segredos à lua**. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2021.

SANTOS, Ana Paula da Silva. **“Festa do Lixo” na Fazenda Grande do Retiro, Salvador-BA**: um patrimônio cultural imaterial e seu caráter político-pedagógico. (Dissertação de mestrado) Salvador: PROFHISTORIA/UNEB, 2018

SANTOS, Aurelielza Nascimento. **Escola Mãe Hilda**: território insurgente da pedagogia da ancestralidade antirracista (Dissertação de Mestrado). Salvador, 2020

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Construindo as Epistemologias do Sul**: Antologia Essencial. Volume I: Para um pensamento alternativo de alternativas. Buenos Aires: CLACSO, 2018

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Cristiane Batista da Silva. Do sertão ao sul baiano: sociabilidade, circularidade e atuação do intelectual negro Deoclécio Silva (1889-1927). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 22 e216, p. 1-26, jan.-dez. 2022. Disponível em <https://doi.org/10.4025/rbhe.v22.2022.e216> Acesso em 19/09/2024.

SANTOS, Milton. **O intelectual e a universidade estagnada**. Revista Adusp, n. 11, out. 1997, p. 17-20.

SANTOS, Neuza Souza. **Tornar-se Negro** ou as vicissitudes da identidade do negro Em ascensão social. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983.

SANTOS, Victor Kizza Paiva dos. **A pedagogia do teatro negro como movimento político, emancipatório e educador sob o prisma do Iñaron**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2023.

SANTOS, Vitor Rangel Souza dos. **Cajacity**: segregação urbana e a invenção de um bairro-cidade em Salvador- Ba (1975-1995). Curitiba: Appris, 2024.

SILVA, Ana Célia da. Movimento Negro Brasileiro e sua trajetória para a inclusão e diversidade étnico-racial. In: **Revista da FAEEBA- Educação e Contemporaneidade**. Salvador, v.11, n.17, p139-151, jan/jul, 2002.

SILVA, Ana Célia. **A discriminação do negro no livro didático**. 2ªed. Salvador: EDUFBA, 2004.

SILVA, Rosana Cruz Marques da. **Salvador redesenhada pelo desenvolvimento**. (Dissertação de Mestrado). Salvador: Ucsal, Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação, 2008

SILVA, Rosemere Ferreira da. **Trajetórias de dois intelectuais negros brasileiros**: Abdias Nascimento e Milton Santos. (Tese Doutorado) – Universidade Federal da Bahia: Salvador, BA, 2010

SIRINELLI, Jean-François. **Génération intellectuelle**. Khâgneux et Normaliens dans l’entre-deux-guerres. Paris: Presses Universitaires de France, 1994 .

SIRINELLI, Jean François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René. (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 231-263.

SODRÉ, Muniz. **Pensar Nagô**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

STOKLAND, Ellen. **The Revolt of Drums**. A case study of the communication strategies of Olodum from Bahia, Brazil. Post-graduate thesis in media studies for the cand.polit. degree University of Oslo, 2004.

TAVARES, Anajara. **Unguento**. Salvador: Segundo Selo, 2021.

VELOSO, Juliana de Lima. **Fendas**: pensar corpo, gênero e sexualidade com arte e educação. (Dissertação de Mestrado) UFRGS, Porto Alegre, 2019.

VIGOYA, Mara Viveros. **As cores da masculinidade**: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

WALSH, Catherine. Introducción. Lo pedagógico y lo decolonial: Entretejiendo caminos. In: WALSH, Catherine. (Org.). **Pedagogías decoloniales**: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. TOMO I. Quito: Abya Yala, 2013, p. 23-68

WEST, Cornel. **O dilema do intelectual negro**. In: WEST, Cornel. The Cornel West: reader. Nova York: Basic Civitas Books, 1999, p. 302-315 [Tradução e notas de Braulino Pereira de Santana, Guacira Cavalcante e Marcos Aurélio Souza].

XAVIER, Giovana. História Intelectual de Mulheres Negras: um novo “território existencial” historiográfico. **Revista História Hoje**, v. 11, nº 22, p. 349-365 – 2022. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/download/849/448>. Acesso em 29/09/2023

FONTES

Livro

CARTILHA HISTÓRICA DA BAHIA. Governadores na República - Divisão Territorial - Riquezas - Economia - Desenvolvimento Industrial. Rio de Janeiro: Ed. Cívica, Ltda s/d [1971]. 139 p.

CRUZ, Manoel de Almeida. **Alternativas para combater o racismo**: um estudo sobre o preconceito racial e o racismo. Uma proposta de intervenção científica para eliminá-los. Salvador: Edições Núcleo Cultural Afro-brasileiro, 1989.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL IPHAN
Revista escreve sobre os terreiros tombados. Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
Inscrição:093. Livro Histórico, Inscrição:504, Nº Processo:1067-T-82

Álbum musical

Djonga “Bença”. álbum Ladrão, 2019.
Luedji Luna, álbum Um corpo no mundo, 2017
Liniker/AnaVitória. “Ao teu lado”. álbum Caju, 2024.
Maria Betânia. “2 de junho”. álbum Noturno, 2021.
Sued Nunes “A História do lado de cá”. Álbum Travessia, 2021.

Blog's

BUTLER, Kim D. Manoel de Almeida Cruz. In: **blog Blocos afros e consciência negra**.
Disponível em: <https://blocosafro.com/2014/08/13/manoel-de-almeida-cruz/>. Acesso em:
29/04/2023.

VIEIRA, Hamilton. Manoel de Almeida Cruz. In: **blog Educação em Destaque**. SEC/BA.
Disponível em: <http://secbahia.blogspot.com/2009/05/manoel-de-almeida-cruz.html>
Acesso:30/04/2023

PASSOS, Walter. Pedagogia afrocentrada. In: blog Bayah. Disponível em:
<http://cnnbba.blogspot.com/2008/09/pedagogia-afrocentrada.html> Acesso: 30/04/2023.

ROBERTO, Lázaro. Lente Negra. exposição virtual Militantes Falecidos do MNU – memórias
de resistências negras In:[https://www.zumvi.com.br/exposicao/militantes-falecidos-do-mnu-](https://www.zumvi.com.br/exposicao/militantes-falecidos-do-mnu-zumvi-arquivo-afro-fotografico-salvador-bahia/)
[zumvi-arquivo-afro-fotografico-salvador-bahia/](https://www.zumvi.com.br/exposicao/militantes-falecidos-do-mnu-zumvi-arquivo-afro-fotografico-salvador-bahia/) Acesso: 30/04/2023.

SANTANA, André. Morre o jornalista Hamilton Vieira, defensor dos temas negros na imprensa
baiana. In: **Redação Correio Nagô**. 20/12/2012 Disponível em
[https://correionago.com.br/portal/morre-o-jornalista-hamilton-vieira-defensor-dos-temas-](https://correionago.com.br/portal/morre-o-jornalista-hamilton-vieira-defensor-dos-temas-negros-na-imprensa-baiana/)
[negros-na-imprensa-baiana/](https://correionago.com.br/portal/morre-o-jornalista-hamilton-vieira-defensor-dos-temas-negros-na-imprensa-baiana/). Acesso em 04/10/2024.

Sites

NEGRITOS acervo digital. <https://negritos.com.br/> Acesso em 04/10/2024.

MEMORIAL ZUMBI: a reconquista da Serra da Barriga- Acervo Digital. Disponível em:
<https://www.cdinn.com.br/acervo/> Acesso: 02/10/2024

PORTAL GELEDÉS. ACERVO CULTNE. Adé Dudu - Caminhos LGBTQ+ na luta negra..
Disponível em: <https://g.co/arts/Pn3EXKYgTAH6hvCr8>) Acesso: 02/10/2024

PORTAL GELEDÉS. Casa Branca do Engenho Velho. Disponível em:
<https://www.geledes.org.br/casa-branca-do-engenho-velho/> Acesso: 02/10/2024.

Periódicos

A Tarde

Bloco racista, nota destoante. **A Tarde**, Salvador, p.3, 12 de fevereiro de 1975.
13 de maio deve ser lembrado para novas conquistas **A Tarde**, p.3, 13 de maio de 1975.
Folclore negro tem concurso. **A Tarde**, Salvador, p.5, 14 de maio de 1975.

Educação - atualização dos currículos. **A Tarde**, Salvador, p.12, 24 de setembro de 1979.
 Educação – Diretrizes da política educacional e cultural. **A Tarde**, Salvador, caderno 2, p.3, 01 de setembro de 1984.
 Currículos com estudos africanos. **A tarde**, Salvador, p.2, 10 de junho de 1985.
 Educação – Para uma pedagogia interétnica. **A Tarde**, Salvador, caderno 2, p.3, 15 de junho de 1985.
 O racismo em livro. **A Tarde**, Salvador, 30 de março de 1989.

Diário de Notícias

Surge o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro. **Diário de Notícias**, Salvador, 01 de agosto de 1974.
 Thales de Azevedo define conceito de cultura afro-brasileira. **Diário de Notícias**, caderno 1, p.2, Salvador, 26 de setembro de 1974.
 Curso sobre os negros no ICBA. **Diário de Notícias**, Salvador, Cidade p.2, 23 de julho de 1975.
 II Semana de Estudos e Debates sobre a Problemática do Negro Brasileiro. **Diário de Notícias**, Salvador, 24 de março de 1976.
 Entidades negras lançam documento reivindicatório. **Diário de Notícias**, Salvador, p.3, 17 de agosto de 1978.

Jornal da Bahia

Reportagem 9 – onde está o preconceito? Na cor ou na posição social? **Jornal da Bahia**, Salvador, 06 de agosto de 1978.
 Iyalorixás e assumem a crença como uma religião independente da católica. **Jornal da Bahia**, Salvador, 29 de julho de 1983.

O Inimigo do Rei

Além de preto, bicha!. O Inimigo do Rei, Salvador, Edição Bimestral, p.17-18, fevereiro a março de 1979.

Quilombo

Candidatos negros e mulatos. **Quilombo**: vida, problema e aspirações do negro, Rio de Janeiro, ano II, n. 6, p., fevereiro de 1950.
 Apresentação da negritude. **Quilombo**: vida, problema e aspirações do negro, Rio de Janeiro, ano II, n.10, p.11, junho-julho de 1950.

Tribuna da Bahia

Negro brasileiro debatido no ICBA. **Tribuna da Bahia**, Salvador, p.5, 14 de abril de 1975.
 Núcleo cultural deseja conscientizar o negro. **Tribuna da Bahia**, Salvador, p.3, 15 de dezembro de 1975.
 Pedagogia Interétnica nas escolas a partir de 1986. **Tribuna da Bahia**., Salvador, p.13, 04 de Julho de 1985.
 Cidade - I Seminário de Pedagogia Interétnica. **Tribuna da Bahia**, Salvador, p.6, 24 de setembro de 1985.
 Racismo tem novo curso. **Tribuna da Bahia**, Salvador, 11 de abril de 1988.

Relatórios

Relatórios de Reunião Anual do Grupo de Trabalho Educação e Relações Étnico Raciais/ GT 21 - 2003 a 2023
 Relatórios de atividades do Grupo de Trabalho Educação e Relações Étnico Raciais/ GT 21 – 2003 a 2023
 Anais das reuniões científicas nacionais - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd.

APÊNDICES



APÊNDICE A – ROTEIRO DESCRITIVO DA HQ

Página 01

Cerne: Apresentar metodologia da movência fazendo uma alegoria ao ato de crocheter, exibindo as “linguagens crochetas” que foram base de. Ao final, já trazer uma representação do Manoel de Almeida Cruz. **Narrativa base:** “Para historiar a pedagogia interétnica e a trajetória de Manoel de Almeida Cruz.” Quantos e quais fios poderemos crocheter nesse desafio epistemológico?”

Página 02

Cerne: Qual a memória social construída em torno de Manoel? Algo que possa representar dois movimentos diferentes: em blogs e em espaços acadêmicos, particularmente no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação como está vem sendo construída a memória social das relações étnico raciais no Brasil. Ao meio trazer representação e fala do Manoel de Almeida. **Narrativa base:** Na centralidade das experiências inscreveu seu sobre(viver). Que fios descontínuos ainda estão à margem do crocheter das agências comprometidas com experiências coletivas e emancipatórias?

Página 3

Cerne: Análise de jornais do período de 1970 a 1990. A partir daí alguns indícios de como Manoel de Almeida Cruz e o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro estabeleceu estratégias para se manter atuante. A expressão dos jornais como imprensa pedagógica. **Narrativa base:** “Pluriepistemologia da movência” Aqui, como se fosse uma lupa de aumento da imagem do localizar no continente africano lutas pela descolonização africana; na América movimento beat de Fela Kuti. Na Bahia, representar a primeira apresentação do bloco Ilê Aiyê no carnaval de 1975. Apresentar recortes de entrevista concedida por Manoel de Almeida Cruz ao prof. Ivan Costa Lima em 2003 e trecho da notícia da fundação do NCAB, em agosto de 1974.

Página 4

Cerne: Única imagem com Manoel em pé. Referência da bengala, roupa étnica e de produção coletiva. **Narrativa base:** Em uma das mãos segura bengala, em outra segura bolo de linha de crochê que circula por mãos diferenciadas que vão crochutando. Em segundo plano, árvore de baobá com Lélia Gonzalez, Abdias Nascimento, Luiza Bairos, Roberto Santos, Lino Almeida, remetendo a ancestralidade.

APÊNDICE B - SOBRE A TRILHA NA PRODUÇÃO DE MEMÓRIAS

Entrevistas semiestruturadas

A produção de memórias será feita através de entrevistas semiestruturadas, como instrumento de coleta de dados. A pesquisa de campo está prevista para acontecer, após aprovação do projeto no Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), ao longo de seis meses. Com o devido consentimento, as falas dos sujeitos entrevistados serão gravadas, com o auxílio de um gravador de áudio ou de plataformas de gravação.

A realização das entrevistas acontecerá na sede do Acervo Pessoal do Manoel de Almeida Cruz, conforme a disponibilidade das participantes e se assim for permitido pelo mantenedor do acervo que também é um possível entrevistado.

A entrevista semiestruturada enquanto embasamento metodológico, apresenta possibilidade para se chegar ao conhecimento da trajetória de sujeitos, através das narrativas, que juntamente com as demais materialidades da pesquisa, são instrumentos necessário para as bases de produção da tese. Além disso, entrevista semiestruturada diz de uma técnica apropriada para estudos sobre a relação que se institui entre a vida individual e o contexto social dos sujeitos, pois como sugere Alberti, 2005:

As entrevistas de histórias de vida têm como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento em que fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou ou de que se inteirou. Pode-se dizer que a entrevista de história de vida contém, em seu interior, diversas entrevistas temáticas, já que, ao longo da narrativa da trajetória de vida, os temas relevantes para a pesquisa são aprofundados (ALBERTI, 2005, p.175).

Vale ressaltar que esse tipo de método contribuirá para investigação das experiências dos sujeitos e, a uma compreensão micropolítica do *ethos* presente na *Pedagogia Interétnica*.

Informações relativas aos sujeitos da pesquisa:

Amostra: 10 participantes adultos

Faixa etária: 40 a 80 anos

Gênero: feminino (4) masculino (6)

As informações de sujeitos de pesquisa que se pretende apresentar são de alguns participantes do NCAB e amigos, amigas pessoais do Manoel de Almeida Cruz, sendo um deles mantenedor do acervo pessoal do intelectual, os possíveis sujeitos de pesquisas são um total de 10 pessoas adultas, com faixa etária entre 40 a 80 anos, sendo 4 do gênero feminino e 6 do gênero masculino.

A definição dos sujeitos de pesquisa estabeleceu-se os seguintes critérios:

a) Critérios de Inclusão: ser brasileiro ou naturalizado brasileiro; ter convivido com o Manoel de Almeida Cruz e/ou ter participado do Núcleo Cultural *Afro-brasileiro*; ter idade acima de 18 anos; residente da cidade de Salvador;

b) Critérios de exclusão: não aceitar participar do estudo ou manifestar desistência a qualquer tempo antes da defesa da tese.

Etapas:

a) Esclarecimentos acerca da proposta de pesquisa aos participantes de forma clara, acessível, respeitando a linguagem deles, utilizando a interação verbal e estratégias mais apropriadas à cultura, faixa etária, condição socioeconômica e autonomia dos participantes;

b) Ler e entregar aos convidados para participar da pesquisa o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para compreensão e esclarecimentos de possíveis dúvidas, antes da concessão do seu consentimento livre e esclarecido.

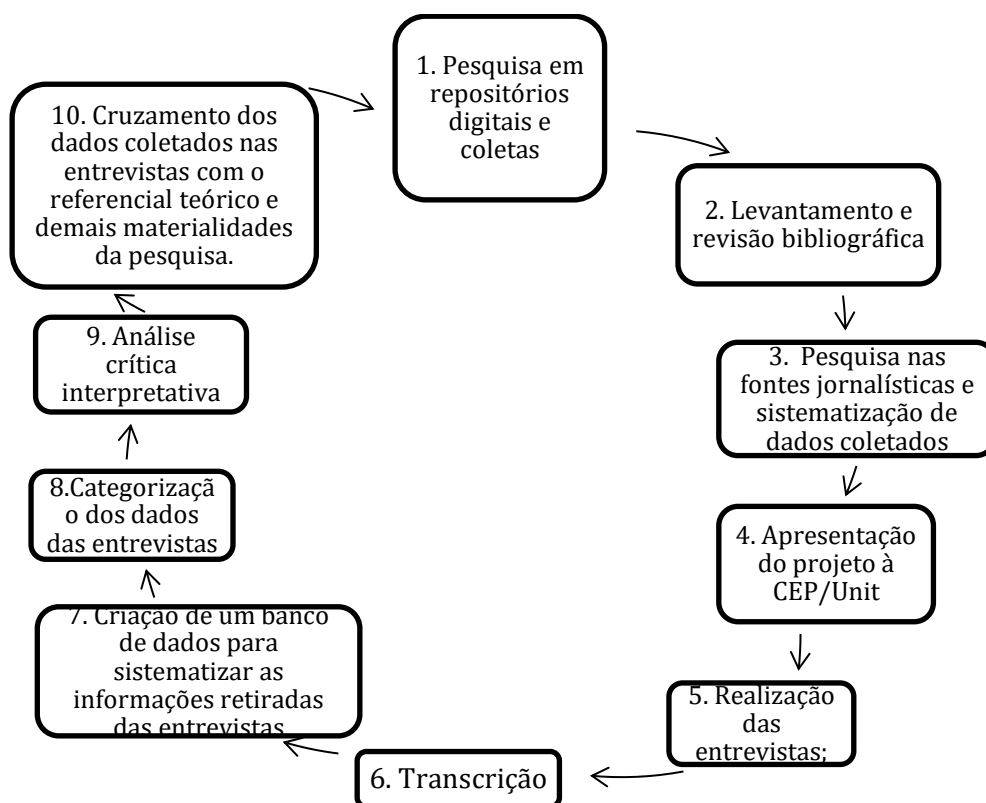
Instrumentos:

a) Entrevistas semiestruturadas mediante roteiro previamente definido;

b) Gravação de áudios, com solicitação prévia de autorização dos participantes, considerando que nestas interações, poderemos detectar as experiências vividas, e pensar os significados das evidências históricas não apenas no empírico, mas no diálogo com a fundamentação teórica.

Todos os dados serão armazenados em um computador pessoal, protegido por senha e inacessível ao público geral; serão guardados até que se esgotem as possibilidades de pesquisa. Também terá uma cópia em HD externo, para segurança dos dados, protegido por senha.

Abaixo detalhamento das etapas do procedimento de pesquisa:



Aspectos éticos

- Riscos

A Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, no Capítulo IV que diz “Dos riscos”, em seu artigo 18 declara que: nos projetos de pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, riscos resultam dos procedimentos metodológicos e do seu potencial de causar danos ao participante [...] em consonância com o caráter processual e dialogal dessas pesquisas.

Ainda que a participação das convidadas e convidados se dará mediante assinatura o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os possíveis riscos serão de ordem intelectual, psíquica ou moral, tais como: a) invasão da privacidade no momento da entrevista gravada oralmente; b) sentir-se desconfortável por conteúdos revelados; c) indisponibilidade de horário para as gravações das entrevistas; d) responder a questões que provoquem estados emocionais inesperados; e) alterações de visões de mundo, de relacionamentos e de comportamentos em função de reflexões durante a entrevista.

Mas, para cada risco, estão previstas as seguintes medidas: a) local adequado e reservado para a obtenção dos dados; b) liberdade a participante de não responder questionamentos dos quais considere, além de interromper, caso necessário, questões com teor sensível; c) consultar previamente as participantes a fim de conciliar a disponibilidade de horários por meio de um cronograma em comum acordo; d) estar atento aos sinais verbais e não verbais das participantes prestar apoio e encaminhar a atendimento médico imediato, e) sigilo

e respeito aos valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos dos participantes da pesquisa.

- **Benefícios**

Serão considerados os aspectos éticos relacionados a privacidade e autonomia do participante, posto que exporão seus relatos pessoais. Todas as informações coletadas serão utilizadas unicamente para o desenvolvimento da pesquisa e serão publicadas de forma anônima, não utilizando quaisquer indicações que possam identificar os participantes, exceção se autorizarem a publicização, e serão analisadas do ponto de vista crítico e interpretativo, a partir da articulação dos conceitos já mencionados no referencial teórico. Resultarão em benefícios de:

Impacto Científico: Participação em eventos, escrita e divulgação de artigos em revistas científicas.

Impacto pedagógico: A tese poderá ser utilizada em cursos de formação de professores da rede municipal de Salvador.

Impacto social: Efetivação de parcerias entre instituições de ensino para desenvolvimento de ações pedagógicas.

APÊNDICE C - ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Nome _____ Idade _____
Cor _____ Formação _____

1. Fale um pouco sobre você

1.1 O INTELLECTUAL

- a) Como conheceu o Manoel de Almeida Cruz?
- b) De que maneira Manoel de Almeida Cruz contribuiu ao fortalecimento do Movimento Negro nas décadas de 1970 a 1990?
- c) Você considera que Manoel de Almeida Cruz é o grande mentor da pedagogia interétnica e do movimento por uma educação para relações étnico-raciais no espaço escolar na Salvador das décadas de 1970 a 1990?
- d) Quais os caminhos, estratégias, diálogos utilizados pelo Manoel de Almeida Cruz para convocar o poder executivo municipal, e o sistema educacional do Estado da Bahia dos anos de 1970 a 1990, a pôr em prática a Pedagogia Interétnica?
- e) Quais teriam sido os desafios de Manoel de Almeida Cruz em levar a proposta de uma pedagogia de combate ao racismo aos âmbitos institucionais da Educação?
- f) Considera a história de Manoel de Almeida Cruz e a proposta pedagógica elaborada por ele, mecanismos de resistência ao enfrentamento do racismo e importantes a Educação para relações étnico-raciais?

1.2 O PESSOAL

- a) Em termos familiar que sujeitos são alicerces da pessoa Manoel de Almeida Cruz?
- b) Artistas, músicas que te trazem à memória lembranças do Manoel de Almeida Cruz?
- c) O que pensava Manoel de Almeida Cruz sobre fé, crença, razão?

1.3 O POLÍTICO

- a) Quem é o Manoel de Almeida Cruz político? (no sentido de tornar a resistência ato político de sobrevivência)
- b) Quais foram os alicerces para a construção de Manoel de Almeida Cruz político (que dialoga com diversos setores em prol da fomentação da PI)?

2 O MANIFESTO INSURGENTE – PEDAGOGIA INTERÉTNICA

- a) Para você o que foi a Pedagogia Interétnica? E qual é a sua importância?
- b) O que foi feito para fortalecer a implementação da Pedagogia Interétnica naquele movimento de combate ao racismo no espaço escolar?

- c) Você participou de algum programa/projeto/atividades relacionadas a Pedagogia Interétnica? Como foi a experiência?
- d) Fale sobre atividades realizadas de combate ao racismo, no âmbito educacional, pautadas na Pedagogia Interétnica.

3 “O MOVIMENTO NEGRO EDUCADOR”

- a) Da década de 70 para cá quais foram as demandas das organizações negras na área educacional?
- b) Você tem conhecimento de como começou a articulação do Núcleo Cultural Afro-Brasileiro para promover um movimento educador?
- c) Quais eram os encaminhamentos propostos pelo Núcleo Cultural Afro-Brasileiro para enfrentamento do racismo e das formas correlatas (discriminação racial, preconceito racial)?
- d) Que percepções de educação movimentaram o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro?
- e) O Núcleo Cultural Afro-Brasileiro mantinha contato com outras organizações do movimento negro do estado e de fora do estado que defendiam a necessidade de uma educação antirracista no país? Como foi esse diálogo?
- f) Quem ou quais instituições abraçaram o movimento educador do Núcleo Cultural Afro-Brasileiro de combate ao racismo no espaço escolar?
- g) Durante as décadas de 1970 a 1990 como foi a relação do Núcleo Cultural Afro-Brasileiro com o poder executivo municipal em relação a educação?

4 RELEVÂNCIA SOCIAL

- a) Na sua concepção o que mudou na educação desde a década de setenta para cá?
- b) Como você percebe a conquista da Lei 10.639/03 e das Cotas para afrodescendentes nas universidades públicas?
- c) O que, de fato, precisa ser mudado para que a educação das relações étnico-raciais seja efetivada nas escolas baianas e brasileiras?
- d) O que gostaria de acrescentar a entrevista?

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Prezado(a) Participante,

Esta pesquisa intitulada “**ENTRE O INTELECTUAL NEGRO E O MANIFESTO INSURGENTE: PROCESSOS EDUCATIVOS E HISTÓRICO-EDUCACIONAIS PRESENTES NA PEDAGOGIA INTERÉTNICA SALVADOR/BAHIA - 1970 A 1990**”, está sendo desenvolvida pela pesquisadora Cristiane Lima Santos Rocha, do Curso de Doutorado em Educação da Universidade Tiradentes (UNIT/SE), sob a orientação da Profa. Dr^a Simone Silveira Amorim.

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa. Por favor, leia com atenção este documento, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas, você poderá esclarecê-las com a pesquisadora. Se preferir, pode levar este documento para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar.

Objetivos: A pesquisa objetiva analisar a Pedagogia Interétnica enquanto manifesto insurgente que construiu processos educativos de pertencimento étnico em Salvador/Bahia nas décadas de 1970 a 1990. Fazem parte da mesma pesquisa situar o protagonismo, trajetória e lugar de engajamento intelectual do Manoel de Almeida Cruz como parte da memória social do movimento negro educador, na medida em que produziu conhecimento insurgente comprometido em combater o racismo no espaço escolar; enfatizar, a partir de uma sustentação e aposta teórica, a Pedagogia Interétnica enquanto *ethos* pedagógico ancestral, a partir das categorizações de pertencimento amefricano, intelectual insurgente e rede de insurgências; compreender a experiência de si e a relação com rede de insurgências que levaram o intelectual negro Manoel de Almeida Cruz elaborar proposta curricular associada a Pedagogia Interétnica.

Descrição de procedimentos: A pesquisa está categorizada na abordagem qualitativa, quanto aos objetivos será exploratório e descritivo, dividido em três fases. Na primeira com estudos de cunho teórico, bibliográfico, em acervos e em periódicos de meio digital, além de trabalhos e relatórios disponibilizados no GT 21 Educação para Relações Étnico Raciais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED. A segunda etapa de cunho documental se dará junto ao Instituto Histórico e Geográfico da Bahia e da Biblioteca Central da Bahia e da biblioteca da Universidade Tiradentes (Unit), locais onde serão feitos,

respectivamente, os levantamentos das fontes jornalísticas e estudos teóricos-metodológicos que nos auxiliarão na composição do objeto de estudo. Na terceira, será desenvolvida uma pesquisa de campo, que compreende as entrevistas semiestruturadas e acesso a arquivos institucionais e pessoais, tendo como lócus a Biblioteca comunitária Prometeu Itinerante, localizado no bairro da Boca do Rio em Salvador- Ba. A análise de dados, será realizada a partir da triangulação de dados.

Justificativa para realização da pesquisa. Justifica-se pela necessidade de contextualizar o lugar de engajamento intelectual, que produz conhecimento comprometido em combater o racismo, observando sobre quais pilares ele foi montado, ou seja, a partir de quais diálogos e de pensamento, Manoel de Almeida Cruz engendrou posicionamento combativo ao racismo nos espaços escolares a ponto de elaborar uma proposta curricular associada a uma Pedagogia Interétnica. E como expressão de experiências vividas assume características de insurgência. Portanto, a pertinência desta pesquisa está na necessidade de contribuir para produção do conhecimento acadêmico, que parte do lugar de pertencimento racial revelador de trajetórias, experiências e posicionamentos engajados nos estudos do racismo no campo educacional; um compromisso manifesto às temáticas relativas às populações negras e a luta antirracista como importantes a ampliação do conceito de Educação.

Benefícios esperados: Serão considerados os aspectos éticos relacionados a privacidade e autonomia do participante, posto que exporão seus relatos pessoais. Todas as informações coletadas serão utilizadas unicamente para o desenvolvimento da pesquisa e serão publicadas de forma anônima, não utilizando quaisquer indicações que possam identificar os participantes, exceção se autorizarem a publicização, e serão analisadas do ponto de vista crítico e interpretativo, a partir da articulação dos conceitos já mencionados no referencial teórico. Resultarão em benefícios de: a) impacto científico: participação em eventos, escrita e divulgação de artigos em revistas científicas; b) impacto pedagógico: a tese poderá ser utilizada em cursos de formação de professores da rede municipal de Salvador; c) impacto social: efetivação de parcerias entre instituições de ensino para desenvolvimento de ações pedagógicas.

Informações: Os participantes têm a garantia que receberão respostas a qualquer pergunta e esclarecimento de qualquer dúvida quanto aos assuntos relacionados à pesquisa. Também os pesquisadores supracitados assumem o compromisso de proporcionar informações atualizadas obtidas durante a realização do estudo.

Retirada do consentimento: O participante tem a liberdade de retirar seu consentimento a

qualquer momento e deixar de participar do estudo, não acarretando nenhum dano ao voluntário.

Aspecto Legal: Este estudo de doutorado foi elaborado de acordo com as diretrizes e normas regulamentadas de pesquisa envolvendo seres humanos atende à Resolução CNS nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério deSaúde - Brasília – DF.

Confiabilidade e Privacidade: Os participantes terão direito à privacidade. A identidade (nomes e sobrenomes) do participante não será divulgada. Porém os voluntários assinarão o termo de consentimento para que os resultados obtidos possam ser apresentados em congressos e publicações.

Retorno e feedback do estudo: Os dados finais desta pesquisa serão divulgados através da publicação em periódico indexado e qualificado pela CAPES/Qualis e em repositório institucional, bem como através da publicação de livros e/ou capítulos, quando autorizados através de banca de defesa de tese, conforme previsto na resolução CNS nº 510, de 07 de abril de 2016, com previsão de finalização em março de 2025.

Via do TCLE: Os sujeitos voluntários da pesquisa e os pesquisadores receberão uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido devidamente assinado individualmente. Sendo que o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Unit SE, é o colegiado multidisciplinar e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos tem como finalidade avaliar e acompanhar os aspectos éticos das pesquisas envolvendo seres humanos. Portanto, é o órgão que irá controlar a pesquisa do ponto de vista ético.

Dados da Pesquisadora: Contato com a Pesquisadora responsável Cristiane Lima Santos Rocha, endereço acadêmico: Avenida Murilo Dantas, nº 300, Farolândia, CEP 49032-490, Aracaju, SE, telefone: (71) 99291-7236, e-mail cricalima04@gmail.com.

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é **VOLUNTÁRIA**, não gerando nenhum tipo de remuneração ou benefícios individuais, a nenhuma das partes envolvidas (nem pesquisadora, nem participantes). Caso decida não participar da pesquisa, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano ou penalidade, nem haverá

modificação na assistência que vem recebendo. Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Assinatura da Pesquisadora

Aracaju, ____ de ____ de ____

ANEXO



ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA - UNIT

UNIVERSIDADE TIRADENTES -
UNIT



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Entre o intelectual negro e o manifesto insurgente: processos educativos e histórico-educacionais presentes na Pedagogia Interétnica Salvador, Bahia -1970 a 1990

Pesquisador: CRISTIANE LIMA SANTOS ROCHA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 69581422.6.0000.5371

Instituição Proponente: SOCIEDADE DE EDUCACAO TIRADENTES S/S LTDA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.149.824

Apresentação do Projeto:

A proposição intelectual da presente proposta de pesquisa, sustenta que a Pedagogia Interétnica se constituiu como manifesto insurgente que antecedeu a lei municipal 4.741/1993 que instituiu na rede municipal de educação de Salvador, cursos de formação docente na cultura e história dos negros e índios no Brasil, e as leis federais 10.639/2003 e 11.645/2008 que regulamentam o ensino de História e Cultura AfroBrasileira e Indígena na educação básica do Brasil, uma antecedência demarcada nos movimentos negros, particularmente no Núcleo Cultural Afro-Brasileiro NUCAB (1974) onde nasce a proposta de uma Pedagogia que instrumentalizasse a luta contra o racismo dentro do campo educacional e estabelecesse processos educativos de pertencimento étnico que garantissem a valorização das identidades interétnicas: a Pedagogia Interétnica (1978). Diz sobre vida negra e o protagonismo do intelectual Manoel de Almeida Cruz que através da experiência de si e da relação com sua rede de insurgências dialogou com as diferenças raciais, apresentando alternativas criativas para circunstâncias que ainda circundam o momento presente. Assim, os pesquisadores buscam compor um levantamento da construção da memória social do movimento negro educador dos últimos vinte anos, enquanto critérios de estabelecimento do lugar de análise crítica, que permitirá dizer das possibilidades e, sobretudo, dos limites do que foi feito em 20 anos de políticas públicas e de pesquisas sobre Educação para Relações Étnico Raciais, bem como,

Endereço: Campus Farolândia - Av. Murilo Dantas, 300 - DPE - Bloco F - Térreo
Bairro: Bairro Farolândia **CEP:** 49.032-490
UF: SE **Município:** ARACAJU
Telefone: (79)3218-2128 **Fax:** (79)3218-2100 **E-mail:** cep@unit.br

UNIVERSIDADE TIRADENTES - UNIT



Continuação do Parecer: 7.149.824

atentar ao que já foi produzido e que deve ou não ser incorporado, tomando por compromisso político e ético. Em tempos em que a educação tem se engajado ético-politicamente contra o epistemicídio, é uma urgência do presente - no sentido foucaultiano - endereçar uma pesquisa que dê a ver o trabalho pioneiro de um intelectual e educador negro na construção de uma pedagogia antirracista no Brasil; sobretudo pensando que, em termos de política pública, o campo da educação toma como marco o Congresso de Durbin e a lei 10.639/2003. Daí a importância deste estudo à ampliação dos questionamentos e debates acerca das estruturas homogêneas e hierárquicas do conhecimento, ressaltando as vozes e as condições dos atores culturais, dos sujeitos históricos, em defesa da democratização, notadamente, no que tange às ações de inclusão, reparação e equidade sociocultural, eixos estratégicos das políticas afirmativas no Brasil. Trata-se de uma pesquisa do tipo qualitativa que investigará como a Pedagogia Interétnica se constituiu como manifesto insurgente que propôs divulgar e estabelecer processos educativos de pertencimento étnico que garantissem a valorização das identidades interétnicas e como ao promover forma à ação junto a educadoras e educadores da Bahia se constituiu ferramenta fundamental para um debate mais consistente sobre as relações raciais e concretização de práticas pedagógicas preconizadas pela Pedagogia Interétnica. A pesquisa de campo, compreendendo o acesso a arquivos institucionais e pessoais, será realizada na Biblioteca comunitária Prometeu Itinerante, localizado no bairro da Boca do Rio em Salvador-BA, espaço que abriga o Acervo do Manoel de Almeida Cruz, pressupondo que o contato direto entre a pesquisadora, o campo de investigação e participantes, possibilitará evidências históricas que não podem ser reduzidas à operacionalização de dados. Procura-se examinar o momento de elaboração, circulação e recepção, bem como da apropriação política, cultural e institucional da Pedagogia Interétnica. Para tanto, será preciso ouvir os sujeitos que notadamente acompanharam de perto os caminhos trilhados pelo Manoel de Almeida Cruz, no que as entrevistas semiestruturadas se tornarão parte da triangulação de método e poderão suscitar indícios da relação que se constituiu entre a vida individual e o contexto social vivido, possibilitando ampliar as diversas vozes presentes na formulação da Pedagogia Interétnica, vez que nenhum pensamento é produzido a partir de um sujeito monológico, mas a partir das redes estabelecidas, aqui denominada de redes de insurgências. Neste sentido, a amostra tomada como sujeitos de pesquisa é composta por 10 possíveis entrevistados, sendo 4 mulheres e 6 homens entre 40 a 80 anos de idade. As narrativas gravadas nas entrevistas serão analisadas qualitativamente, a partir dos referenciais teóricos-metodológicos adotados. A investigação no campo de pesquisa,

Endereço: Campus Farolândia - Av. Murilo Dantas, 300 - DPE - Bloco F - Térreo
Bairro: Bairro Farolândia **CEP:** 49.032-490
UF: SE **Município:** ARACAJU
Telefone: (79)3218-2128 **Fax:** (79)3218-2100 **E-mail:** cep@unit.br

UNIVERSIDADE TIRADENTES - UNIT



Continuação do Parecer: 7.149.824

terá duração de seis meses.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a Pedagogia Interétnica enquanto manifesto insurgente que construiu processos educativos de pertencimento étnico em Salvador/Bahia nas décadas de 1970 a 1990.

Objetivos Secundários:

Compor um levantamento da construção da memória social do movimento negro educador dos últimos vinte anos, a partir das pesquisas em Educação para Relações Étnico Raciais no GT 21-Anped; Situar o protagonismo, trajetória e lugar de engajamento intelectual do Manoel de Almeida Cruz como parte da memória social do movimento negro educador, na medida em que produziu conhecimento insurgente comprometido em combater o racismo no espaço escolar; Enfatizar, a partir de uma sustentação e aposta teórica, a Pedagogia Interétnica enquanto ethos pedagógico ancestral, a partir das categorizações de pertencimento amefricano, intelectual insurgente e rede de insurgências; Compreender a experiência de si e a relação com rede de insurgências que levaram o intelectual negro Manoel de Almeida Cruz elaborar proposta curricular associada a Pedagogia Interétnica.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, no Capítulo IV que diz Dos riscos, em seu artigo 18 declara que: nos projetos de pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, riscos resultam dos procedimentos metodológicos e do seu potencial de causar danos ao participante [...] em consonância com o caráter processual e dialogal dessas pesquisas. Nesse sentido, os pesquisadores declaram que, ainda que a participação das convidadas e convidados se dará mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os possíveis riscos serão de ordem intelectual, psíquica ou moral, tais como: a) invasão da privacidade no momento da entrevista gravada oralmente; b) sentir-se desconfortável por conteúdos revelados; c) indisponibilidade de horário para as gravações das entrevistas; d) responder a questões que provoquem estados emocionais inesperados; e) alterações de visões de mundo, de relacionamentos e de comportamentos em função de reflexões durante a entrevista. Mas, para cada risco, estão previstas as seguintes medidas: a) local adequado e reservado para a obtenção dos dados; b) liberdade a participante de não responder questionamentos dos quais considere constrangedor, além de interromper, caso necessário, questões com teor sensível; c) consultar previamente as participantes a fim de conciliar a disponibilidade de horários por meio de um cronograma em comum acordo; d) estar atento aos sinais verbais e não verbais das

Endereço: Campus Farolândia - Av. Murilo Dantas, 300 - DPE - Bloco F - Térreo
Bairro: Bairro Farolândia **CEP:** 49.032-490
UF: SE **Município:** ARACAJU
Telefone: (79)3218-2128 **Fax:** (79)3218-2100 **E-mail:** cep@unit.br

UNIVERSIDADE TIRADENTES - UNIT



Continuação do Parecer: 7.149.824

participantes prestar apoio e encaminhar a atendimento médico imediato, e) sigilo e respeito aos valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos dos participantes da pesquisa.

Quanto aos benefícios, apresentam: Impacto Científico - Participação em eventos, escrita e divulgação de artigos em revistas científicas. Impacto pedagógico - A tese poderá ser utilizada em cursos de formação de professores da rede municipal de Salvador. Impacto social - Efetivação de parcerias entre instituições de ensino para desenvolvimento de ações pedagógicas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa com grande relevância científica para a área da educação. O projeto de pesquisa apresenta as relações de riscos e benefícios de forma adequada, de acordo com a Resolução CNS nº466/12. Recomenda-se apenas rever os critérios de exclusão, que devem ser apresentados de acordo com as exigências da metodologia a ser utilizada; não podem ser caracterizados pela negativa do voluntário em participar do estudo ou manifestar desistência.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

As documentações foram inseridas corretamente e encontram-se datadas e assinadas conforme as normas descritas na Resolução CNS nº 466/12.

Recomendações:

Solicitamos atenção na adequação de execução do projeto de pesquisa em virtude da sua aprovação.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências ou inadequações para este projeto de pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

PP: Participante de Pesquisa; PB: Plataforma Brasil; PD: Projeto detalhado; FR: folha de rosto.

O CEP informa que de acordo com a Resoluções CONEP, Diretrizes e normas - A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais e Cabe ao pesquisador: a) apresentar o protocolo devidamente instruído ao CEP ou à CONEP, aguardando a decisão de aprovação ética, antes de iniciar a pesquisa; b) elaborar o Termos de Consentimento e Assentimento, quando necessário; c) desenvolver o projeto conforme delineado; d) elaborar e apresentar os relatórios parciais e final; e) apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento; f) manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o

Endereço: Campus Farolândia - Av. Murilo Dantas, 300 - DPE - Bloco F - Térreo			
Bairro: Bairro Farolândia		CEP: 49.032-490	
UF: SE	Município: ARACAJU		
Telefone: (79)3218-2128	Fax: (79)3218-2100	E-mail: cep@unit.br	

UNIVERSIDADE TIRADENTES - UNIT



Continuação do Parecer: 7.149.824

término da pesquisa; g) encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto; e h) justificar fundamentadamente, perante o CEP ou a CONEP, interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_2027620.pdf	30/12/2022 18:43:40		Aceito
Outros	QUST_ENTSEMEST.pdf	30/12/2022 18:39:57	CRISTIANE LIMA SANTOS ROCHA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_PI.pdf	30/12/2022 17:23:40	CRISTIANE LIMA SANTOS ROCHA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJT_CEP.pdf	30/12/2022 17:22:47	CRISTIANE LIMA SANTOS ROCHA	Aceito
Declaração de concordância	DECL_USARQ.pdf	30/12/2022 17:21:54	CRISTIANE LIMA SANTOS ROCHA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECL_PESQS.pdf	30/12/2022 16:40:07	CRISTIANE LIMA SANTOS ROCHA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	DECL_INST.pdf	30/12/2022 16:37:16	CRISTIANE LIMA SANTOS ROCHA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	DECL_INFRA.pdf	30/12/2022 16:35:46	CRISTIANE LIMA SANTOS ROCHA	Aceito
Folha de Rosto	FOL_ROST.pdf	30/12/2022 16:32:28	CRISTIANE LIMA SANTOS ROCHA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARACAJU, 10 de Outubro de 2024

Assinado por:
ADRIANA KARLA DE LIMA
(Coordenador(a))

Endereço: Campus Farolândia - Av. Murilo Dantas, 300 - DPE - Bloco F - Térreo
Bairro: Bairro Farolândia **CEP:** 49.032-490
UF: SE **Município:** ARACAJU
Telefone: (79)3218-2128 **Fax:** (79)3218-2100 **E-mail:** cep@unit.br